

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

DA TERRA ONDE SE RETIRA O PÃO TAMBÉM SE CONSTRÓI O TERRITÓRIO: as transformações socioterritoriais sofridas pelo Povo Xavante em decorrência do avanço do agronegócio na Terra Indígena Marãiwatsédé



LEONARDO ROCHA

UBERLÂNDIA/MG

2018

LEONARDO ROCHA

**DA TERRA ONDE SE RETIRA O PÃO TAMBÉM SE CONSTRÓI O
TERITÓRIO: as transformações socioterritoriais sofridas pelo Povo Xavante
em decorrência do avanço do agronegócio na Terra Indígena Marãiwatsédé**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, com requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva.

UBERLÂNDIA/MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R672d

2018

Rocha, Leonardo, 1977-

Da terra onde se retira o pão também se constrói o território: as transformações socioterritoriais sofridas pelo Povo Xavante em decorrência do avanço do agronegócio na Terra Indígena Marãiwatsédé / Leonardo Rocha. - 2018.

308 p. : il.

Orientador: Vicente de Paulo da Silva.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.607>

Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Agroindústria - Impactos socioambientais - Teses. 3. Índios Xavante de Marãiwatsédé - Cultura - Teses. 4. Índios da América do Sul - Brasil - Território - Teses. I. Silva, Vicente de Paulo da. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

LEONARDO ROCHA

"DA TERRA ONDE SE RETIRA O PÃO TAMBÉM SE CONSTRÓI O TERRITÓRIO: as transformações socioterritoriais sofridas pelo Povo Xavante em decorrência do avanço do agronegócio na terra Indígena Marãiwatsédé".

Professor Doutor Vicente de Paulo da Silva (Orientador) - UFU

Professor Doutor Cássio Alexandre da Silva – UNIMONTES

Prof. Doutor Mauro das Graças Mendonça – IFTM

Professor Doutor Marcel Mano – UFU

Professor Doutor Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 28 / 03 de 2018

Resultado: Aprovado

À minha família e ao Povo A'Uwê Uptabi, obrigado!

AGRADECIMENTOS

Ao fim desses 48 meses de uma longa e árdua caminhada, que nos permitiu conhecer novos e velhos territórios, temos muito que agradecer...

Em primeiro lugar, agradecer ao Criador do universo, que tem nos permitido enxergar o mundo por uma ótica diferente da lógica perversa do sistema dominante, um sistema que se retroalimenta a partir das mazelas impostas aos irmãos desse planeta.

À minha família, em especial à minha mãe, um exemplo de vida em quem tenho me espelhado; a meu pai (*in memoria*); à minha irmã, Hérrica Aline, e aos meus sobrinhos, Vitório José e Ana Sofia, pelos momentos de descontração, inquietação e alegrias; à minha namorada, Karen, por ter me aguentado nos momentos em que estive “pilhado”.

Agradecer à oportunidade de ter escolhido o território pesquisado, pois através dele pude ficar os últimos anos de vida ao lado da minha querida avó (*in memoria*);

Agradecer a oportunidade de ter escolhido o campo de pesquisa da “antropologia geográfica” a qual tivemos o imenso prazer de conhecer a história e as lutas do Povo Xavante, especialmente os A’uwe-Marãiwatsédé e suas lideranças há exemplo do Cacique geral Damião Paridzané o qual tenho imensa admiração e respeito pelo GUERREIRO que é; professora Carolina Ruwaptu, cacique da aldeia Madzabdзé; Davi Étetsé, cacique da aldeia Etëwawë, bem como os grandes amigos que lá fiz, como o Prof. Msc. Cosme Rité, ao grande amigo Franco Tseredzé Hoire’Edi e seus filhos (as) por ter nos acompanhado em inúmeras inserções á campo a qual nos proporcionou conhecer um pouco mais sobre seu território e seu povo; ao GUERREIRO Domingos Tsereñorãté Hö’Awari, agradeço pelos ensinamentos de sua cultura, à Martinho Tsere’Uté, Pajé da aldeia Marãiwatsédé pelas descontraídas conversas e pelos valiosíssimos ensinamentos, e a toda comunidade de Marãiwatsédé pelo acolhimento;

A Prelazia de São Félix do Araguaia, que através de Dom Pedro Casaldáliga pôde nos proporcionar momentos de grande conhecimento e aprendizado graças a sua vivência na região

do Araguaia-Xingu, principalmente nos anos do regime militar e a arquivista Zilda Maria Martins a qual agradeço imensamente pelos dados disponibilizados na biblioteca da prelazia;

A Pastoral da Terra que através da Irmã Fátima pôde nos garantir que percorrêssemos todas as aldeias através das caronas dadas a nós;

Ao meu orientador pelas oportunidades, confiança e pelas valiosíssimas contribuições no decorrer dessa jornada;

Aos professores membros da banca de qualificação, Marcel Mano, Marcelo Chelotti e também aos professores Mauro das Graças e Cássio Alexandre que inúmeras vezes contribuíram com suas leituras e sugestões, a meu ver, valiosíssimas;

Aos amigos Hudson Lima, Jeane Medeiros Silva, Adriano de la Fuente, Ruhan Beiler, Joana Astolphi e Eduardo Rozetti que também contribuíram de forma significativa;

A Regional da FUNAI de Ribeirão Cascalheira que através do grande indigenista e amigo Denivaldo Roberto da Rocha pudemos realizar grande parte dos trabalhos de campo na TI Marãiwatsédé;

A toda equipe do Polo Base de Saúde Indígena de Marãiwatsédé pelo apoio em ter nos abrigado durante os meses em que estivemos em campo;

E por fim, quero agradecer á todos os sujeitos que de certa forma contribuíram para que chegássemos até aqui;

A todos, o meu muito obrigado!

“Os espíritos de nossos antepassados choram e pedem para a gente não desistir dessa luta”.

(C.R, professor da EEI Marãiwatsédé,
Informativo Marãiwatsédé, 2011).

RESUMO

Esta tese trata da relação dos Xavante de Marãiwatsédé, na região do Araguaia – Xingu, com seu território tradicional e o papel deste para manutenção da cultura do grupo. Para tanto o recorte temporal comprehende mais detidamente o período que vai da década de 1960 ao momento atual. A década de 1940 também foi marcante na história do Povo Xavante, pois foi quando posseiros e colonos incentivados pela política getulista conhecida como “Marcha para Oeste” iniciaram um processo de expropriação dos territórios tradicionais Xavante, localizados no leste mato-grossense. Com a chegada destes à região, diferentes etnias, entre elas os Xavante, foram submetidos a um processo de dispersão em grupos em busca de isolamento. Entre estes, os Xavante de Marãiwatsédé, sujeitos desta pesquisa, se deslocaram para o nordeste mato-grossense, onde permaneceram num relativo estado de “isolamento” até meados de 1950, quando mais uma vez são atingidos por um grande empreendimento, ou seja, a expansão agropecuária. Nesse período, chega à região o “colonizador” Ariosto da Riva que adquire do governo do Estado de Mato Grosso uma extensa área de meio milhão de hectares em pleno território Xavante, onde se dá a abertura da fazenda Suiá-Missú, explorando, inclusive, a força de trabalho dos Xavante. Já nos anos de 1962, Ariosto associa-se ao grupo Paulista Ometto e com fartos recursos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a fazenda salta para 800 mil hectares, sendo considerado no período o maior latifúndio brasileiro. Em 1966, quando o grupo Ometto não mais necessitava da mão de obra Xavante, (alegando inúmeros incidentes entre os funcionários da fazenda e os índios), acaba negociando junto a Força Aérea Brasileira (FAB), a Missão Salesiana e ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a transferência compulsória do grupo Marãiwatsédé, composto por 263 indivíduos para a Missão Salesiana de São Marcos, localizada a 400 km de distância ao sul do seu território, onde também se encontravam fragilizados outros grupos da mesma etnia. Na primeira semana morreram cerca de 80 pessoas desse grupo em consequência de uma epidemia de sarampo. Fragilizados, esse grupo acaba se dispersando por vários outros territórios Xavante, quando no início da década de 1980, o atual Cacique da Terra Indígena Marãiwatsédé, Damião Paridzáné dá início a reorganização do seu grupo, objetivando o retorno ao seu território de origem. No entanto, em 1992 a antiga fazenda Suiá-Missú, agora Agropecuária Suiá-Missú pertencia a Agip do Brasil S/A, subsidiária da estatal Italiana Agip Petróleo. Após longas discussões e pressões nacional e internacional, durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92), ocorrida no Rio de Janeiro, representantes da Agip se comprometeram devolver uma parte do território original aos Xavante, o que não ocorre. No entanto no mesmo ano ocorre a invasão da área por um grupo de posseiros, que foram incentivados por grileiros e fazendeiros que permaneceram na área até 2013. Naquele ano ocorreu a desintrusão total depois de uma longa batalha judicial. Durante todos esses anos, a área com cerca de 165 mil hectares foi drasticamente descaracterizada, suas matas deram lugar a extensas plantações de grãos e pastagens para o gado, rios e córregos foram assoreados e

contaminados, imprimindo assim enormes pressões sobre o habitat e o modo tradicional de vida do Povo Xavante de Marãiwatsédé. Assim, diante de tais acontecimentos, este estudo buscou compreender o papel do território na manutenção identitária dos Xavante de Marãiwatsédé. Ao final, demonstramos que o controle político sobre uma determinada área, ou seja, a territorialização é crucial para alterações mais ou menos profundas na cultura Xavante. Para tal nos apoiamos no método etnográfico, trabalhos de campo e revisões de literaturas especializadas.

Palavras-Chave: Terra Indígena Marãiwatsédé, Território, Agronegócio, Impactos Socioambientais, cultura, tradição.

ABSTRACT

This thesis deals with the relationship of the Xavante of Maraiwatsédé, from the Xingu Araguaia region, with their traditional territory and the role of the latter on the conservation of their culture. The work focus on the period between 1960 and the present time. The 1940s were also a landmark to the history of the Xavante, due to the advent of the March to the West (Marcha para o Oeste), promoted during the government of Getúlio Vargas, when squatters and settlers began a long process of expropriation of the Xavante territory, especially on the east of Mato Grosso state. The March to the West led to the dispersion of several ethnic groups, among them the Xavante, in search for more secluded regions. The Xavante of Maraiwatsédé, subject of this research, moved to the northeast of Mato Grosso, where they experienced a relative state of isolation until the mid 1950s, when they were affected by another big expansionist endeavor, this time related to the agricultural occupation. In this period, a “colonizer” called Ariosto da Riva arrives in the region and purchases an extensive area of half a million hectares of Xavante territory from the government of Mato Grosso. There, he settles the Farm Suiá-Missú, that even explored the Xavante manpower. In 1962, Ariosto da Riva associated himself to the group Paulista Ometto. They were benefited by large amounts of fiscal resources from the Superintendency for the Development of Amazonia and the farm enlarged to 800,000 hectares, being considered the largest Brazilian latifundium in the period. In 1966, when the Ometto group did not want the Xavante manpower anymore, due to the harsh relationship between the original dwellers and employees of the farm, which led to countless incidents, the Xavante of Maraiwatsédé, 263 individuals at this time, made a deal with the Brazilian Air Force, the Salesian Mission and the Indian Protection Service to be compulsorily transferred to the São Marcos Salesian Mission, located 400 kilometers south from their territory, where there were already other fragilized groups from the same ethnicity. Around 80 people from the group died on the first week due to a measles epidemic. Fragilized by this epidemic, the group is dispersed by numerous Xavante territories. At the beginning of the 1980s, the Chief of the Indigenous Maraiwatsédé Territory, Damião Paridzáné, starts reorganizing the ethnic group, aiming at their return to their original homeland. However, in 1992, the old Farm Suiá-Missú, now called Agropecuária (agriculture and cattle industry) Suiá-Missú, owned by Agip do Brasil S/A, a subsidiary of the Italian state company Agip Petrol, after a series of discussions along with national and international pressure, during the United Nations Conference on Environment and Development (ECO 92) in Rio de Janeiro, agents of Agip pledged to return part of the original territory to the Xavante, which did not happen. In that same year, a group of settlers started invading the area, fostered by land owners and squatters that stood there until 2013. In that year, after a long judicial battle, the intruders had to leave the region. During all these years, the 165,000 hectare area was drastically decharacterized. The forest were turned into extensive grain plantations and pasture. Rivers and streams were shoaled and contaminated. These conditions had a great impact on the habitat and way of life of the Xavante of Maraiwatsédé. Considering

these ordeal, this research aims at understanding the role of the territory on the identity maintenance of these people. We argue that the political control over a determined area, i.e., *territorialization*, is crucial for more profound changes on Xavante culture. This work used the ethnographic method, field work and revision of specialized literature to reach its goals.

Key Words: Maraiwatsédé Indigenous Territory, Territory, Agribusiness, Socio-environmental Impact, Culture, Tradition.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	32
CAPÍTULO 01 – HISTÓRIA E FORMAÇÃO TERRITORIAL DO POVO XAVANTE	
1.1 A ocupação Territorial de Mato Grosso por povos não indígenas	54
1.2 Primeiro Período: Os A'uwe Xavante – aspectos históricos de contato e formação territorial	58
1.2.1 Segundo período – A chegada do Waradzu a Mato Grosso	71
1.3 A política Getulista da “Marcha para Oeste”: a expropriação do território Xavante .	77
1.4 Distribuição espacial e habitat das comunidades Xavante em Mato Grosso	95
1.4.1 Aspectos Populacionais e organização sociocultural dos Xavante	97
1.4.1.1 Aspecto Populacional	97
1.4.1.2 Organização Sociocultural dos Xavante	100
CAPÍTULO 02 – OS XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ: da desterritorialização à reterritorialização	
2.1 Os Xavante da TI Marãiwatsédé	103
2.2 A chegada do Estranho: expropriação da Terra Indígena Marãiwatsédé e a incorporação pelo agronegócio	105
2.3 A caminho do exílio em São Marcos: “recepcionados pela morte”	115
2.4 Eco-92: do sonho à terra prometida	124
2.5 Restituição do território Xavante: um longo caminho a ser percorrido	133

2.6 A “justiça” tarda, mas não falha	144
CAPÍTULO 03 - O VALE DOS ESQUECIDOS: ascensão do agronegócio na região do Araguaia-Xingu	
3.1 O avanço do agronegócio e seus impactos sobre a Terra indígena Marãiwatsédé	168
3.2 Marãiwatsédé na mira da soja: o avanço do agronegócio em Mato Grosso e seus impactos sobre as Terras Indígenas	172
3.3 Impactos socioambientais na TI Marãiwatsédé e suas implicações sobre o Povo Xavante	175
CAPÍTULO 04 - A RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO VAZIO CHEIO DE ESPERANÇA	
4.1 Reterritorialização Xavante: Resistência, Sobrevivência?	203
4.2 A fundação de novas aldeias como proposta de reocupação do território Xavante	239
4.2.1 Aldeia A’ópá	240
4.2.2 Aldeia Etêwawẽ	244
4.2.3 Aldeia Madzabdzé	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS	265

APÊNDICES

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO PRESIDENCIAL DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998

ANEXO B – PORTARIA FUNAI Nº 09 DE 20 DE JANEIRO DE 1992

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA REUNIÃO TRANSMITIDA PELA RÁDIO
MUNDIAL FM

ANEXO D – CERTIDÃO VINTENÁRIA

LISTA DE FIGURAS

01 - Bacia dos Rios Araguaia Xingu-MT	32
02 – Mapa colorido da “aldeia de Cuiabá”	56
03 – Mapa de Vila Bela de Santíssima Trindade, 1789	57
04 – Localização das principais tribos do tronco linguístico Jê na porção central do Brasil	64
05 – Localização dos principais aldeamentos entre os séculos XVIII e XIX no estado de Goiás	65
06 – Localização dos territórios Xavante e direção do processo de migração	69
07 – Croqui do local onde provavelmente ocorreu o contato da Missão Evangélica com os Xavante (na mesma latitude onde se localiza a TI Marãiwatsédé)	75
08 – Localização das Aldeias Xavante	76
09–Percorso percorrido pela Expedição Roncador-Xingu a partir de São Paulo.....	80
10 – Capa do jornal O Popular - Expedição Roncador Xingu (1940)	83
11 – Croqui original do Decreto nº 903 de 1950	91
12 – Croqui contendo os limites de propriedades em áreas Xavante	92
13 – Fragmento da Certidão negativa da FUNAI e da Prefeitura de Barra do Garças atestando a inexistência de indígenas e posseiros na área da Suiá-Missú	122
14 – Cópia da Portaria que Instituiu o Grupo Técnico responsável pela elaboração dos estudos de identificação da área indígena de Marãiwatsédé	129
15 – Mapa de identificação das áreas de uso tradicional Xavante na área de Marãiwatsédé	130

16 – Jornal Italiano noticiando o fim do “exílio” sofrido pelos Xavante de Marãiwatsédé	132
17 – Croqui da Fazenda Suiá-Missú	135
18 – Área totalmente ocupada por posseiros vindos de diversos Estados	137
19 – Notícia veiculada sobre a “ocupação” da fazenda Suiá-Missú em junho de 1992 ...	138
20 – Jornal Estero estampa uma matéria sobre a revolta dos Xavante contra a Agip	142
21 – Cartaz do Leilão indicando as áreas da Fazenda Suiá-Missú a ser leiloadas	143
22 – Esquema de uma aldeia tradicional Xavante	214

LISTA DE FOTOS

01 – Acampamento Xavante revestido com folhas de palmeiras	61
02 – Estação da Mogiana – 1940	81
03 – Primeira base da ERX nos armazéns da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Uberlândia (MG) – 1944	81
04 – Marco Zero. Da Esq./.Dir: O médico e fotógrafo amador Vicente Lins de Barros, Acary Passos, João Alberto Major Vanique, e trabalhadores da FBC	81
05 – Ponto de apoio denominado Aragarças, nome que assinala a confluência dos rios Araguaia e Garças	81
06 – Expedicionários da ERX comandada pelo major Vanique (no centro) na margem direita do rio das mortes. Fev. de 1944	82
07 – Acampamento Base do Rio das Mortes, próximo a territórios Xavantes	82
08 – Casa da chefia no acampamento base do rio das mortes, lugar que dá origem a cidade de Xavantina	82
09 – Cumprimentos do presidente Getúlio Vargas aos trabalhadores da FBC em Nova Xavantina	82
10 – Primeira estação de rádio do Oeste, que permitiu a comunicação com Rio de Janeiro e com os aviões de apoio da ERX	83
11 – Operadores da estação de rádio	83
12 – Foto aérea de uma aldeia Xavante	85
13 – Sombra de um avião sobrevoando uma aldeia Xavante	85
14 – Estabelecimento de contato e troca de presentes entre a equipe do SPI e grupos locais Xavante	86

15 – Francisco Meirelles (à esquerda) e o sertanista Ladislau Cardoso (centro) em contato com os Xavante	86
16 – Marco da Fundação da Cidade de Xavantina	87
17 – Início da Urbanização de Xavantina	87
18 – Vegetação composta por Cerrado e Campo Rupestre	96
19 – Cerradão	96
20 – Vereda	96
21 – Mata Ciliar	96
22 – Vista externa da casa dos solteiros (hö)	102
23 – Vista interna da casa dos solteiros	102
24 – Foto aérea de uma aldeia Xavante na região de Marãiwatsédé na década de 1960 ..	110
25 – Xavantes com o fazendeiro Ariosto da Riva na área da Faz. Suiá-Missú, por volta de 1962	110
26 – Doação de Carne Bovina pela Fazenda Suiá-Missú aos Xavante	114
27 – Gerente da Fazenda Suiá-Missú (segundo a esquerda), funcionários e os Xavante - Década de 1960	114
28 – O grupo Xavante de Marãiwatsédé se prepara para deixar a Fazenda Suiá-Missú, em 1966	117
29 – Momento do embarque dos Xavante no Avião da FAB, 1966	117
30 e 31 – A epidemia de Sarampo na Missão Salesiana de São Marcos no ano de 1966, logo após a chegada do grupo Xavante de Marãiwatsédé	120
32 e 33 – Anciões Xavante com seus arcos e flechas feitos a partir do Pati (Syagros Pseudococo)	127
34 – Imagem de Satélite da localidade denominada Posto da Mata – 2012	146
35 – Foto aérea do Posto da Mata	146

36 e 37 - Momento de tensão entre índios Xavante e posseiros da Fazenda Suiá-Missú – 2003-2004	150
38 – Acampamento Xavante às margens da BR-158	150
39 – Crianças Xavante em meio ao fluxo de caminhões na BR-158	150
40 – Crianças Xavante cruzando a BR-158	151
41 – Crianças Xavante em direção ao córrego para apanhar água	151
42 – Local de coleta de água	151
43 – Crianças Xavante coletando água	151
44 e 45 – Local às margens da BR-158, onde foram enterradas as três crianças vítimas de doenças respiratórias	152
46 e 47 – Momento em que os Xavante se organizam para deixar a BR-158 em direção à área da Fazenda Karu (área onde a Justiça autorizou a permanência dos Xavante até que a ação fosse julgada em definitivo)	153
48 – O último grupo deixa a BR-158 – Agosto de 2004	153
49 – Após saírem da BR os Xavante ateiam fogo no acampamento provisório	153
50 e 51 – Momento em que os Xavante ocupam a pequena área da Fazenda Karu, por determinação da Justiça – agosto de 2004	154
52 e 53 – Construção das “casas” provisórias – Agosto de 2004	154
54 – Cópia da carta endereçada ao desembargador da Procuradoria Regional da República da 1º Região	157
55 – Encontro do Cacique Damião Paridzané com o Secretário de articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos, na Rio + 20	159
56 – Índios Xavante reunidos na Cúpula dos Povos	159
57 e 58 – Bloqueio da BR-158 por posseiros da Suiá-Missú, 2012	161

59 – Após assembleia, posseiros decidem manter o bloqueio da BR-158 – Dezembro de 2012	162
60 – Bloqueio da BR-158 na altura do Posto da Mata - Dezembro de 2012	162
61 – Bloqueio da BR-158 pelos posseiros reivindicando a permanência em Marãiwatsédé	163
62 – Manifestantes se reúnem na BR-158, na altura do Posto da Mata	163
63 – Momentos de tensão no processo de desintrusão no Posto da Mata	163
64 – Enfrentamento entre “Forças de segurança” e posseiros	163
65 – Demolição de área de parte dos imóveis no Posto da Mata	164
66 – Vista parcial de área onde imóveis foram demolidos no processo de desintrusão ...	164
67 – Preparo de uma Cesta Xavante	181
68 – Palhas de buriti são trançadas por uma mulher Xavante	181
69 – Coleta de folhas de palmeira por jovens Xavante	183
70 – Porco Caititu em cativeiro na Aldeia Marãiwatsédé	185
71 – Anta abatida em uma caçada coletiva	187
72 – Noivo levando o resultado da caçada para os pais de sua noiva	187
73 – A noiva encontra-se de joelhos em uma esteira de palhas de palmeira	188
74 – Após a conclusão da cerimônia é retirado do pescoço da noiva um colar feito de fibras de algodão	188
75 – Comerciante vendendo pescado na Aldeia Marãiwatsédé	190
76 – Peixes separados e embalados por unidades a ser comercializado	190
77 – Represamento em área de vereda	190
78 – Represamento de manancial hídrico seguido de assoreamento. A Foto ilustra a total ausência de mata ciliar	190
79 – Cacique Damião com a equipe do Prevfogo	195

80 – Cacique Damião com a equipe do Prevfogo	195
81 – BR 158	196
82 – BR 242	196
83 – Foco de incêndio às margens da BR 242	199
84 – Brigadistas do Prevfogo e fazendeiros do entorno da T.I em ações de combate aos focos de queimadas nos limites da TI	199
85 – Retorno de grupo após atividades em Bom Jesus do Araguaia	201
86 – Chegada dos Xavante à Faz. Karu localizada no interior da TI Marãiwatsédé	205
87 – Construção dos primeiros abrigos provisórios na área em que seria fundada a Aldeia Marãiwatsédé	205
88 – Plantio de frutíferas no entorno da Aldeia Marãiwatsédé	211
89 – Crianças trabalhando na recuperação das áreas degradadas	211
90 – Distribuição de mudas diversas entre os Xavante	212
91 – Plantio das diversas espécies com a participação de toda a comunidade de Marãiwatsédé	212
92 e 93 – Habitações nos primeiros anos de ocupação	213
94 – Ato da assinatura do contrato com a Coophirs	213
95 – Etapa inicial da construção	216
96 – Etapa intermediária (paredes)	216
97 – Conclusão de uma das unidades	216
98 – Disposição em formato de “ferradura”	216
99 – Estruturas abandonadas do que seriam casas do Projeto “Casas Ecológicas”	217
100 e 101 – Padrão da maioria das casas existentes na aldeia Marãiwatsédé	218
102 – Vista parcial das frutíferas plantadas em 2004	219

103 – Pequizeiros plantados em 2004	219
104 – Roçado de mandioca consorciado com pés de Banana	220
105 – Mandioca assada na brasa	220
106 e 107 – “Vaqueiros Xavante” no manejo do gado na Aldeia Marãiwatsédé	221
108 – Principal poço artesiano construído pela ONG Aliança da Terra	222
109 – Poço artesiano perfurado pela OPAN	222
110 – Torneiras ao longo da aldeia	222
111 – Crianças coletando água	222
112 e 113 – Degradação ambiental do córrego próximo à aldeia	223
114 – Fachada do Posto	225
115 – Pia do Posto de Saúde	225
116 – Polo Base de Saúde Indígena Marãiwatsédé	226
117 – Instalação dos últimos postes de energia no pátio da aldeia	227
118 – Habitações com padrões individuais de energia	227
119 – Partida de futebol masculino	229
120 – Partida de futebol feminino	229
121 – Fachada da Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé	231
122 – Alunas do Ensino Médio	231
123 – Uma das salas de aula construídas pelos Salesianos	232
124 – Sala de aula	232
125 – Fachada da Escola Municipal Indígena Marãiwatsédé	232
126 – Nova sala de aula	232
127 – Prof. Leonardo e seus alunos	233
128 – Coleta e destinação de resíduos	233

129 – Conteúdo ministrado em aula na Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé	234
130 – Expedição de reconhecimento territorial	238
131 – Calendário Sazonal produzido a partir dos conhecimentos tradicionais	238
132 – Primeiros mapas elaborados a partir das expedições de reconhecimento da área ..	239
133 – Mulheres Xavante analisando um dos mapas elaborados a partir do processo de etnozoneamento realizado na TI	239
134 – Vista geral da aldeia A’ópá	241
135 e 136 – Poço Artesiano em Operação na Aldeia A’ópá	243
137 – “Sala” de aula na aldeia A’ópá	244
138 – Cacique Damião percorrendo a plantação de milho-xavante na aldeia A’ópá	245
139 – Roça de mandioca	245
140 e 141 – Panorama da Aldeia Etẽwawẽ	247
142 e 143 – Roças e frutíferas cultivadas na aldeia	247
144 – Queimadas próximo a aldeia Etẽwawẽ	248
145 – Roças e frutíferas cultivadas na aldeia	248
146 – Poço artesiano	249
147 – “Sala de aula” da aldeia Etẽwawẽ	250
148 – Vista parcial das casas construídas na aldeia Madzabdzé	250
149 – Represa próxima à aldeia	252
150 – Retorno da coleta de água	252
151 – Poço artesiano em operação na aldeia Madzabzé	253
 152 – Atendimento odontológico improvisado na carroceria de uma caminhoneta da SESAI	253

153 – Crianças de frente sala de aula da aldeia Madzabzé 154

LISTA DE GRÁFICOS

01 – Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas por região	170
02 – Evolução da área plantada e quantidade produzida de soja no Mato Grosso	173

LISTA DE MAPAS

01 – Distribuição e situação fundiária das Terras Indígenas.....	60
02 – Dinâmica migratória do Povo Xavante	70
03 – Localização das antigas aldeias Xavante Sõrepré, Etênhiritipá, Asereré, Arobonhipo’opá, Pazahoi’wapré e Wedezé	72
04 – Terras Indígenas Xavante homologadas em Mato Grosso até 2010	98
05 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Localização.....	104
06 – Mapa do avanço da soja sobre as terras indígenas no Mato Grosso	174
07 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Desmatamento - 1992.....	176
08 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Desmatamento - 2005.....	177
09 – Atividades ilegais do agronegócio dentro da TI	178
10 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Desmatamento - 2015.....	179
11 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Propriedades Rurais do Entorno.....	191
12 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Hidrografia.....	193
13 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Focos de Incêndios – 2014.....	196
14 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Focos de Incêndios – 2015	197
15 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Focos de Incêndios – 2016	198
16 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Estradas e Rodovias.....	200
17 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Vista Parcial da Aldeia Sede.....	217
18 – Localização da Aldeia A’opá em Relação à Aldeia Sede.	242

19 – Localização da Aldeia Etēwawẽ em Relação á Aldeia sede e a sede do município de Alto da Boa Vista-MT	246
20 – Localização da Aldeia Madzabdzé em relação à aldeia sede e a sede do município de Alto da Boa Vista-MT.....	251
21 – Aldeias atuais e projeção futura de novas aldeias como forma de controle territorial	256

LISTA DE QUADROS

01 – Grupo amostral da pesquisa	49
02 – Grupos Indígenas aos quais se aplicam o termo Xavante	62
03 – Terras Indígenas Xavante – Localização Municipal, Área (ha) e Situação fundiária	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROSUM	Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missú
AXA	Articulação Xingu Araguaia
CBL	Companhia Brasileira de Leilões
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CNS	Campagna Nord-Sul
CODEARA	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
CODEMAT	Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTI	Centro de Trabalho Indígena
DOU	Diário Oficial da União
DTC	Departamento de Terras e Colonização
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERX	Expedição Roncador Xingu
FAB	Força Aérea Brasileira
FBC	Fundação Brasil Central
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

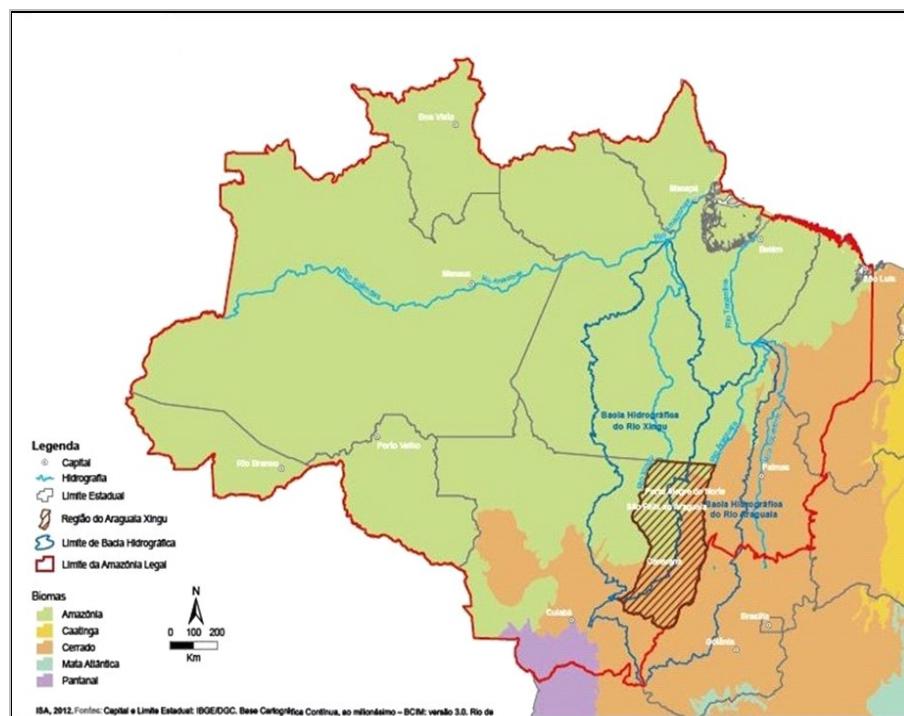
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IOMAT	Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
ISA	Instituto Sócio Ambiental
MOPIC	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
MPF	Ministério Público Federal
OIA	Observatório de Impacto Ambiental
ONG	Organização Não Governamental
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PF	Polícia Federal
PIA	Posto Indígena de Atração
PM	Polícia Militar
PQXIN	Parque Nacional do Xingu
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRODEAGRO	Programa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Mato Grosso
SASSI	Serviço de Assistência ao Índios
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
TI	Terra Indígena

TAM	Táxi Aéreo Marília
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRF	Tribunal Regional Federal
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A região conhecida como Araguaia-Xingu está localizada na porção nordeste do Estado do Mato Grosso, conforme mostrado na Figura 01, e tem se destacado nas últimas décadas como uma região produtora de *commodities*¹ agrícolas, o que tem valorizado as terras dessa região do Estado. No entanto, esse crescimento econômico é acompanhado por inúmeros conflitos socioambientais, culturais e territoriais, envolvendo índios, não índios e o grande capital representado pelo agronegócio, que remontam à década de 1940, quando se deu o início do processo de ocupação territorial da região, sobretudo incentivado por políticas de Estado.

Figura 01 - Bacia dos Rios Araguaia Xingu-MT.



Fonte: C. García Paret (2012).

¹ De acordo com Frederico (2013, p. 98): “Commodity é um termo em inglês que significa mercadoria [...], não se trata de qualquer tipo de mercadoria, refere-se a produtos principalmente primários ou semielaborados, geralmente agrícolas ou minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias. Trata-se de uma invenção econômico-financeira surgida nos Estados Unidos, em meados do século XIX [...], que possui uma forte expressão geográfica e política, exacerbando as especializações territoriais produtivas e enfraquecendo e submetendo o produtor local – pelo menos quando se trata de commodity agrícola – a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual exerce pouco ou nenhum controle [...]”.

Na década de 1940, o governo do presidente Getúlio Vargas, por meio da "Marcha para Oeste", buscou viabilizar a integração da porção oeste e norte do país avançando a fronteira civilizatória e incorporando estes territórios à unidade nacional. Essa política possibilitou que milhares de imigrantes se deslocassem, principalmente para a região Centro Oeste, em busca de oportunidades e facilidades oferecidas pelo Estado brasileiro (GARCÍA PARET, 2012).

A economia da região, nesse período, baseava-se no agroextrativismo, pautado nas atividades de garimpo, pecuária extensiva, extrativismo e agricultura de subsistência, cultivada por posseiros, o que deu vazão a inúmeros conflitos territoriais na região. A economia baseada no garimpo logo se mostrou efêmera, possibilitando o traçado de outros planos econômicos para a região.

No bojo deste processo, é emblemática das novas possibilidades de exploração da região a fundação da fazenda Suiá-Missú, em 1962, e da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), em 1967, caracterizada no período como um dos maiores empreendimentos agropecuários do mundo, com áreas de 696.000 hectares e 370.000 ha, respectivamente. Oliveira (2005), ressalta que o latifúndio foi atraído pelos estímulos das isenções fiscais proporcionados, sobretudo, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – (SUDAM), e também pelas concessões de créditos somadas às facilidades para a obtenção dos títulos da terra. Segundo o autor,

O processo de ocupação do norte mato-grossense pelos projetos agropecuários incentivados e financiados pela SUDAM se fez por meio da grilagem das terras indígenas, o que provocou verdadeiros etnocídios. [...] A maioria dos povos indígenas teve suas terras tomadas à força pelos especuladores, que lançavam mão de documentos falsos (certidões ou declarações atestando que não haviam índios ou posseiros), e assim foram obtendo títulos de terras dos vários governos que ocuparam o poder em Mato Grosso (OLIVEIRA, 2005, p. 84).

Com esse cenário, tornado realidade via investimentos estatais, a região amazônica se tornou atrativa para os investimentos do capital nacional e internacional. Estas facilidades possibilitaram a ocupação da região por grandes latifundiários, nacionais e internacionais, que tinham como segurança de seus investimentos o título da terra garantido pelo Estado.

Ao longo do processo de ocupação da Amazônia, a economia passou por vários ciclos: timidamente, nos anos 1940, e, com mais intensidade nos anos 1960, apresentando, atualmente, um *boom* econômico impulsionado pela valorização dos *commodities* agrícolas voltados para o mercado internacional (GARCÍA PARET, 2012).

Da década de 1960 a 1980, a SUDAM foi responsável pelo processo de ocupação regional por grandes projetos agropecuários. García Paret (2012, p. 29) enfatiza que

A força do dinheiro, dos fundos públicos e privados, atraiu investimentos, implantou a propriedade privada, cidades, estradas, vilarejos, trouxe as cercas, campos de braquiária, benfeitorias, tratores, raças melhoradas de boi, frigoríficos, soja, secadores, multinacionais, asfalto, transgenia... Seguindo as diretrizes traçadas pelos planos do governo e do mercado removeram-se as florestas, extraíndo as madeiras mais nobres, plantaram-se pastagens exóticas de maior rendimento, e o Araguaia Xingu viu surgir uma das bacias pecuárias que hoje é uma das mais antigas da periferia Amazônica.

De acordo com Moraes (2003, n. p.), “O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento”. É um espaço horizontal de avanço econômico.

Nessa perspectiva, Oliveira (2005) afirma que, durante o período militar, o Estado brasileiro incentivou a ocupação de terras vazias, ou seja, "terra sem gente para gente sem terra", apoiado ainda no discurso da ameaça de uma conspiração internacional que pairava sobre a Amazônia e, ainda, diante do discurso do presidente Castelo Branco de "Integrar para não entregar", foi-se tecendo o processo de ocupação da região Amazônica como um todo. No entanto, nesse sentido a política de ocupação territorial ignorou os sujeitos que habitavam tradicionalmente essa porção do território mato-grossense, como os posseiros e, notadamente, os índios que historicamente habitavam a região, desencadeando, por conseguinte, inúmeros conflitos culturais e territoriais, entre eles.

Esse processo sinaliza as marcas históricas das políticas públicas para regionalização do país à época, iniciando a problematização suscitada por essa tese: a desconsideração das identidades indígenas na forma de que estes usam e organizam o território. Um dos casos mais

interessantes e emblemáticos, a esse propósito (dos conflitos gerados) é o dos Xavante de Mato Grosso:

Estes foram expulsos de várias áreas de seu território, retirados da terra, as fazendas instaladas. Sedes de fazendas foram construídas em cima de cemitérios dos índios, o que mostra uma sagacidade diabólica dos fazendeiros na relação com essa população indígena, ocupando, mutilando e apagando símbolos e traços culturais essenciais à sua sobrevivência como povo (MARTINS, 1988, p. 37).

Nesse viés, os Índios Xavante assistiram gradativamente seus territórios ancestrais serem invadidos pelos projetos agropecuários apoiados pelas políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro. A agropecuária Suiá-Missú representa bem essa metamorfose, que ocorreu em terras Xavante. O início da ocupação das terras Xavante, denominada por este povo de *Marāiwatsédé*, teve como marco significativo os anos de 1960, quando Ariosto da Riva toma posse de uma grande área territorial indígena e, mediante trabalho análogo à escravidão, utiliza-se de mão de obra Xavante para abrir pistas de pouso, desmatar áreas para formação de pastagens, mediante troca por alimentos e bens diversos. Para Riva, após concretizar seus objetivos, os Xavante tornaram-se obstáculos para a instalação da fazenda (TAFNER Jr.; ROSA, 2017). Em 1966, com o aval do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os índios foram removidos à força, em aviões da Força Aérea Brasileira, para a Missão Salesiana de São Marcos, situada a 400 km ao sul, onde já se encontravam outros grupos Xavante:

Durante este período de ocupação os Xavantes foram levados à condição de escravidão, tendo aldeias extermínadas, índios assassinados, deslocados de suas terras compulsoriamente, provocando ao longo do tempo um processo de desagregação (Organização Amazônia Nativa - OPAN, 2013, p. 15).

O processo forçado da transferência dos Xavantes de Marāiwatsédé resultou em uma tragédia para esse povo. Segundo a Fundação Nacional do Índio - FUNAI (2012), cerca de 150 Xavantes morreram em consequência de uma epidemia de sarampo assim que chegaram à Missão Salesiana de São Marcos, além da dispersão de vários índios em direção a outras aldeias, o que fragilizou ainda mais esse povo.

No ápice dos incentivos fiscais disponibilizados pela SUDAM, no final da década de 1960, a agropecuária Suiá-Missú passou integralmente ao controle do grupo paulista Ometto. Mesmo tendo recebido cerca de 30 milhões de dólares de subsídios entre 1966 e 1976, em 1972, a Suiá-Missú mais uma vez foi vendida, dessa vez ao Grupo italiano Liquigás, subsidiária da Petrolífera Italiana Agip Petróleo, passando a se chamar Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A. Mesmo diante de investimentos da estatal italiana, cerca de 16 milhões de dólares desde 1980, a agropecuária entrou em decadência relacionada diretamente ao fim dos incentivos fiscais subsidiados pela SUDAM. Em 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MT) propôs um projeto de assentamento para 3.500 famílias ao norte da fazenda, na gleba denominada Dom Pedro. O projeto, no entanto, acabou engavetado após um ano, devido a pressões dos latifundiários regionais (GARCÍA PARET, 2012).

Em 1989, dificuldades de manutenção da infraestrutura para dar suporte à atividade pecuária (pastagens e estradas) constituíram a justificativa apresentada pela diretoria da empresa para a venda de 260 mil ha, de uma área de mata primária, ao grupo Garavelo (SP). Imediatamente, o loteamento e a revenda aos latifundiários regionais intensificaram o desmatamento para a formação de pastagens e, em dois anos, 20 mil ha tinham sido derrubados e queimados, justamente na área do projeto de assentamento que fora politicamente engavetado no INCRA. Em 1989, a Campana Nord/Sud – CNS, formada por organizações de cooperação, ambientalistas, sindicatos e parlamentares, com sede em Roma, mediante estudos investigativos, reabriu as discussões referentes à ocupação de terras na Amazônia e sua relação com os investimentos italianos, este estudo aponta que entre as propriedades de terras identificadas, uma área de então 500 mil hectares denominada Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S.A., situada no município de São Félix do Araguaia (MT) pertencia, desde 1979, à Liquigás/Liquifarm, subsidiária da Agip Petroli/ENI. No entanto, além de um caso exemplar da falência da política de incentivos fiscais para projetos agropecuários na Amazônia, a fazenda Suiá-Missú era, principalmente, parte importante do território tradicional dos Xavante orientais (RICARDO, 1996, p. 675-676).

Os Xavante lutaram desde 1966 para reconquistar suas terras tradicionais, quando, em 1991, mediante pressões nacionais e internacionais, a Agip Petroli solicitou a formalização do processo de reintegração das terras Xavante junto ao governo brasileiro, formalizada na Sede da

FUNAI, em Brasília, em uma primeira reunião solicitada pelos Xavante de Marãiwatsédé com representantes da empresa italiana, assessores do Núcleo de Direitos Indígenas dentre outros. O grupo de trabalho oficial, formado em janeiro de 1992 pela FUNAI, em convênio com o Centro de Trabalho Indigenista – (CTI) e a participação de um representante da CNS, realizou a identificação da área reivindicada pelos índios. Em abril do mesmo ano, foram apresentados o relatório antropológico e a documentação histórica, acompanhados da proposta cartográfica de demarcação da área indígena: uma área de 200 mil hectares, dos quais cerca de 168 mil no interior da Fazenda Suiá-Missú, no recém-criado município de Alto da Boa Vista e o restante no Sul de São Félix do Araguaia (RICARDO, 1996, p. 675-676).

Durante a Rio-92, mediante pressões nacionais e internacionais, o presidente da Agip declarou que restituaria as terras aos Xavantes; no entanto, logo após essa declaração, a fazenda foi invadida por políticos, pequenos e médios fazendeiros, que ali permaneceram por 20 anos, respaldados por liminares. No ano de 1998, segundo o Conselho Indigenista Missionário – (CIMI), a terra indígena Marãiwatsédé foi homologada mediante decreto presidencial de 11/12/1998. Mesmo diante da homologação presidencial, os posseiros permaneceram até 2013, quando, mediante ordens judiciais, foram retirados das terras pela Força Nacional, Polícia Federal e Polícia Militar juntamente com representantes dos Direitos Humanos, Sindicato Rural, dentre outros, sendo dessa forma feita a restituição das terras ocupadas pelo Povo Xavante. No entanto, ainda permanece uma tensão na área com evidência de novos conflitos.

A região do Araguaia-Xingu faz divisa com os Estados do Pará, Tocantins e Goiás, em uma área de transição entre a biodiversidade da Amazônia e do Cerrado, caracterizada como área de ocupação e ecologia do Povo Xavante. Essa região integra, espacialmente, os projetos de ocupação sistemática da Amazônia, que se iniciaram a partir da década de 1940, com apoio e incentivo do Estado brasileiro, cumprindo objetivos estratégicos de ocupação territorial. Essa ocupação traduziu-se em grandes empreendimentos e investimentos federais, que possibilitaram a logística para o processo de reocupação da região, tais como rodovias, projetos agropecuários e incentivos fiscais implementados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – (SUDAM). As inserções desses empreendimentos transformaram a região como um todo, tanto no sentido social quanto na ordem das paisagens naturais e das paisagens configuradas anteriormente, gerando impactos socioterritoriais e também ambientais significativos.

Como toda "modernização social e econômica", houve uma metamorfização cultural e social, na qual os sujeitos e comunidades sociais anteriores às ações transformadoras do espaço geográfico incorporaram elementos significativos da cultura do "estranho"². É uma realidade aplicável, sobretudo, às comunidades indígenas e aos posseiros, conjunto social que não passa incólume pela voracidade e modernização promovida pelo capital. A dinâmica dessa modernização desfigura aquilo que não interessa à dinâmica do capital, que não representa um constituinte do seu avanço e desenvolvimento, e nisso se inclui o caso das populações ditas tradicionais. Por outro lado, nesse movimento, estas populações passam por um processo de "hibridização", ou seja, "incorporam" elementos destas transformações e/ou perdem parte ou a totalidade de suas manifestações culturais e tradicionais (CANCLINI, 1997). Tais mudanças produzem alterações também no uso do território, que passa a ser, na região, cada vez mais corporativo (SANTOS, 1996; 2000).

Tem chamado atenção o fato de que as terras Xavante, ocupadas desde meados da década de 1940, estavam resguardadas pela Constituição Federal de 1934 que, em seu Art. 129, estabelecia o respeito à "posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las." Mesmo não sendo "incorporados à sociedade" pela constituição de 1934, 1937, 1946 e 1967, os Povos Indígenas, denominados Silvícolas, possuíam o direito de posse da terra garantido pela Constituição Federal Brasileira. Na Constituição Federal de 1988, há duas inovações aos direitos e garantias assegurados aos Povos Indígenas no que diz respeito às constituições anteriores. A primeira delas pode-se dizer que:

[...] foi o abandono da concepção assimilacionista do povo indígena, pelo qual esse povo era considerado como uma classe/categoría social transitória, ou seja, estaria no caminho ao desaparecimento, com a constituição de 1988 os índios passaram a ser vistos como parte fundamental do estado brasileiro e cuja preservação deve ser por ele assegurada. Outra grande diferença foi o reconhecimento dos seus direitos sobre suas terras como direitos originários, ou seja, precedentes a criação do próprio Estado, podemos perceber esse reconhecimento pelo Art. 231 caput que garante a eles "os direitos originários as terras que tradicionalmente ocupam (NAUE, 2017, n. p.).

² Para o emprego do termo "estranho" aqui foi utilizada a referência de José de Souza Martins, para quem o "estranho" pode ser definido como sendo qualquer grupo social, empreendimentos e projetos econômicos de envergadura como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização de grande impacto social e ambiental que não tem por destinatário as populações locais; provocando de certa forma perturbações na dinâmica social, cultural e econômica nas populações locais (MARTINS, 1993).

Ainda segundo Naue (2017), outros pontos de grande relevância presentes no caput do Art. 231 da Constituição Federal de 1988 dizem respeito aos direitos a costumes, organização social, línguas, crenças e tradições que “são tratados pelos doutrinadores como os direitos à diferença dos indígenas, ou seja, o direito propriamente dito de serem índios”.

No entanto, mesmo sendo “tutelados” pelo Estado brasileiro e tendo seus direitos à terra garantidos por lei e legitimados pelo texto constitucional de 1934 (Artigo 154) e pela Constituição Federal de 1988 no Artigo 231, os Índios Xavante viram na década de 1960, durante o regime militar, seus direitos violados e suas terras expropriadas pelo agronegócio.

No território considerado sagrado pelos Xavante, implanta-se a Agropecuária Suiá Missú, conhecida por ser o maior latifúndio do mundo, com cerca de 1,5 milhão de hectares. Esse é o marco do início de um conflito que durou décadas e que até os dias atuais ainda não está completamente resolvido. Os índios, conforme dito anteriormente, foram submetidos a um processo de deslocamento compulsório e a perda de seus territórios, o que, por vezes, implicou em situação de genocídio e, conforme termo utilizado por Pierre Clastres (2004), entende-se que eles foram submetidos a um processo de etnocídio.

Durante mais de 50 anos, os Xavante lutaram para retornar ao seu território tradicional quando, em 2012, durante uma longa batalha judicial, conseguiram ter a posse definitiva de suas terras tradicionais. No entanto, encontraram a terra totalmente descaracterizada, ou seja, a vegetação nativa deu lugar a imensas pastagens e campos de cultivos de grãos. Os córregos e rios, que eram fonte de alimento, agora se encontravam contaminados e assoreados; em função dos extensos desmatamentos e queimadas, a caça diminuiu drasticamente, imprimindo aos Xavante uma nova configuração de vida.

Esse processo nos leva a refletir sobre as seguintes questões:

- a) Por que mesmo após tanto tempo fora de suas terras (1966-2004), em um raio de mais de 400 quilômetros e, por vezes, espalhados entre diferentes aldeias, os Xavante de Marãiwatsédé mantiveram sua condição cultural?
- b) Após mais de 40 anos privados de suas terras tradicionais, quais foram os principais mecanismos e/ou meios encontrados pelos Xavante de Marãiwatsédé no processo de reterritorialização de suas terras tradicionais e

quais os desafios futuros para manterem suas tradições e cultura em uma terra impactada pelo agronegócio?

A pesquisa que deu origem a esta tese foi norteada por duas importantes questões: na primeira, buscou-se entender como o território indígena, expresso pela posse da terra, atua na afirmação de uma identidade ao ponto de, mesmo estando temporariamente sem a posse da terra, os Xavante continuaram tendo a sua identidade preservada, ao contrário de outras identidades que podem se desfazer à medida que há um processo de desterritorialização. Na segunda, buscou-se analisar como a luta pelo território, expressa, principalmente, pela propriedade da terra constitui a condição essencial para preservação da identidade indígena e como isso se deu em relação aos Xavante de Marãiwatsédé que ao longo das cinco décadas de exílio se politizaram e buscaram seus direitos no processo de reterritorialização, mantendo sua cultura como forma de resistência frente ao agronegócio.

Diante dos fatos dessa problematização inicial, procurou-se compreender a dinâmica de desterritorialização e reterritorialização da Terra Indígena Marãiwatsédé, a partir da década de 1940, e os efeitos identitários desse conflito territorial, tanto no modo de vida quanto na cultura deste povo. Para isso, especificamente, a tese se propôs a:

1. Identificar quais as instituições envolvidas no processo de ocupação das terras Xavante desde 1940 e de que forma esse processo ocorreu, uma vez que a constituição de 1934 já resguardava os territórios indígenas;
2. Correlacionar os projetos de ocupação durante o regime militar e os projetos agropecuários pós década de 1990 e suas implicações para o Povo Xavante;
3. Identificar como se deu a ocupação das Terras de Marãiwatsédé pelo agronegócio pós 1992 e quais as consequências deixadas pelos não-índios ao Povo Xavante no que diz respeito aos aspectos ambientais, socioculturais bem como entender se houve perdas culturais e/ou incorporação de parte da cultura do não-índio ao longo de todo o processo em que os Xavante ficaram exilados fora de suas terras tradicionais;

4. Compreender os processos que levaram a Reterritorialização do Povo Xavante e identificar as estratégias de manutenção e adaptação de sua cultura frente às transformações impostas pelo agronegócio.

Estes objetivos permitiram, no âmbito da pesquisa, avaliar e afirmar a tese de que ha estreita relação dos Xavante de Maraiwatsédé com seu território tradicional tem papel relevante na manutenção identitária do grupo.

A partir desse contexto de objetivos e problemas, propomo-nos utilizar uma metodologia flexível e ampliada que permeou as diversas configurações entre o método e o objeto proposto como estudo. Conforme Hissa; Marquez (2005, p. 03),

Metodologias congeladas são caminhos contrários à aventura da pesquisa. Elas tornam a pesquisa um trabalho prático como qualquer outro, desprovido de encruzilhadas, ramificações e ambiguidades, uma repetição sem a possibilidade da criação. Esta, por sua vez, pressupõe um sujeito criador. A criação pressupõe o amadurecimento do pensar e a progressiva conquista da autonomia intelectual.

As metodologias aqui adotadas no discurso e nas ações da pesquisa ampalam-se principalmente nas referências bibliográficas que contribuíram significativamente na fundamentação teórica bem como nos trabalhos de campo que foram realizados em diversos espaços geográficos e políticos³, tais como na academia, nas comunidades indígenas e não indígenas, nas instituições governamentais, não governamentais e religiosas, as quais possibilitaram o recolhimento de dados relevantes para a pesquisa.

Destaca-se que toda pesquisa de caráter científico necessita de definição e clareza do seu objeto de pesquisa e, a partir daí, deve-se tecer um processo investigativo, delineando e delimitando o objeto a ser estudado. Nesse sentido, “para que um conhecimento possa ser considerado científico se faz necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitem a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento” (GIL, 2008, p. 08-09).

³ Leia-se incursões no Território Xavante, nas instituições públicas e privadas, nas bibliotecas e arquivos públicos e particulares, bem como nas discussões políticas as quais participamos á exemplo na regional da FUNAI de Ribeirão Cascalheira, no Museu do índio no Rio de Janeiro que, ao longo da pesquisa, contribuíram significativamente na construção da tese.

De acordo com Turato (2003, p. 149), método é “[...] o caminho através do qual se procura chegar a algo ou um modo de fazer algo”. Para o autor, o método de pesquisa deve ser compreendido por uma perspectiva ampla, ou seja, a escolha de um ou de vários caminhos para se alcançar os objetivos preestabelecidos na elaboração do projeto de pesquisa. Silva (2014) vai além ao afirmar que o método “[...] representa a base norteadora científica que também se constitui de relações vividas no cotidiano local, no senso comum, ambos concernem de forma perceptiva”. Dessa forma, evidencia-se o quanto importante são os trabalhos de campo nas percepções e interpretações do pesquisador que alicerçadas a partir do empirismo em relação ao objeto pesquisado vai desenhando a pesquisa:

O método diz respeito às concepções amplas de interpretações do mundo, de objetos e de seres, referentes às posturas filosóficas, lógica, ideológica e política que fundamentam a ciência e os cientistas na produção do conhecimento. [...] as metodologias devem ser muito mais flexíveis para que se possam adaptar-se, com mais espontaneidade, aos projetos e às pesquisas” (HISSA, 2002 apud SILVA, 2014, p. 40).

Nesse viés, como método, esta tese trilhou os caminhos delineados a partir do que se propõe para a realização de um estudo etnográfico. Conforme Mattos (2011, p. 50), a etnografia pode ser compreendida como sendo,

um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formuladas ou recriadas para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

Ainda segundo a autora, como abordagem de investigação científica, a etnografia traz contribuições para o campo que permeiam as pesquisas qualitativas, particularmente para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações

sociointeracionais⁴, pois “preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas [...]” (MATTOS, 2011, p. 50).

Diante do exposto, a definição do método adequado à pesquisa é fundamental para que se possam alcançar os resultados esperados com confiabilidade e credibilidade. Na busca dos objetivos propostos nesta tese, lançou-se mão do método Etnográfico, uma vez que se entende ser o método que melhor se adequou à pesquisa proposta, uma vez tanto o universo da ciência geográfica quanto da ciência social, em especial a antropologia, foi trilhado.

Este estudo, entretanto, se propôs ir além de um único caminho na busca de explicação do real. Assim, a partir das pesquisas de caráter descritiva e explicativa, buscou-se também compreender a dinâmica do agronegócio na região do Araguaia-Xingu, bem como os processos e/ou elementos de resistência encontrados pelo Povo Xavante na luta pela reterritorialização de suas terras expropriadas pelo agronegócio.

Na pesquisa descritiva, as técnicas padronizadas de informações e coletas de dados apoiaram a correlação das possíveis variáveis econômica, ambiental e social dos atores envolvidos no processo. Já na pesquisa explicativa, esta possibilitou compreender a realidade social tanto do povo Xavante quanto dos sujeitos que detinham a posse do território circunscrito.

Portanto, a pesquisa explicativa e descritiva contribuiu de forma positiva para que se determinasse quais foram os acontecimentos relevantes ocorridos a partir de 1960 com a chegada do agronegócio na região do Araguaia-Xingu, bem como suas implicações no modo de vida e cultura do povo Xavante.

Na busca de racionalizar o processo de pesquisa e de investigar as transformações socioterritoriais na região do Araguaia-Xingu frente ao agronegócio, buscou-se dividir a pesquisa em: Revisão Bibliográfica, Trabalhos de campo/coleta de dados e, por fim, interpretação e análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa. Assim sendo, as propostas foram organizadas em etapas como descritas a seguir.

⁴ Teoria criada por Vygotsky, que defende que o homem desenvolve a aprendizagem somente em contato com a sociedade.

A primeira fase da pesquisa teve como ponto de partida a revisão de literaturas pertinentes à temática proposta, etapa que nos forneceu o aporte teórico fundamental a todas as fases da pesquisa. A princípio, iniciamos as revisões bibliográficas com o resgate histórico e geográfico da região denominada Araguaia-Xingu, contexto necessário para compreender o processo de ocupação territorial, o que permitiu a apreensão da dinâmica e dos atores que possibilitaram as transformações territoriais, sociais, econômicas e políticas da região, sobretudo as dinâmicas diretamente ligadas às transformações ocorridas na dinâmica do povo Xavante, objeto principal desta tese.

As leituras antropológicas contidas nessa fase permitiram compreender a dinâmica socioterritorial do povo Xavante, que “Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia (GEERTZ, 1989, p. 04). Assim, o diálogo com a Geografia forneceu subsídios para que pudéssemos compreender, mesmo que de forma difícil, elementos intrínsecos à cultura do povo Xavante, em especial do grupo Marãiwatsédé, bem como as implicações causadas pelo agronegócio no seu modo de vida tradicional.

Ainda nessa etapa, discorremos sobre o papel do Estado no processo de expropriação e reterritorialização do território Xavante, além de delimitar e explorar categorias como agronegócio, território, territorialidade, grandes projetos de investimentos, formação camponesa na região do Araguaia-Xingu, tradições e culturas do povo Xavante, vulnerabilidade e riscos dos povos indígenas, entre outros que surgiram ao logo da investigação.

As fontes de dados secundários contribuíram para a elaboração atualizada da teoria e para a elaboração dos mapeamentos, e as principais fontes foram os órgãos públicos como Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério Público Federal e Estadual, revistas, documentários, teses, dentre outros. Para Gil, (1995, p. 158) “as fontes escritas na maioria das vezes são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos”.

A segunda fase desenvolveu-se com base nos trabalhos de campo para levantamentos de dados aos quais possibilitaram também as observações empíricas, subsidiada pelo referencial teórico realizado na primeira etapa. É uma fase que construiu diretamente a feição empírica da

pesquisa, por meio da coleta de dados em instituições e órgãos públicos e em arquivos particulares, bem como subsidiou as observações diretas essenciais para a investigação proposta. Conforme destaca Santos (1999, p. 117),

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esses procedimentos exigirão dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar e agir do outro.

O trabalho de campo é uma ferramenta metodológica que permite prospecção de informações aos pesquisadores, uma vez que permite conhecer e vivenciar as realidades além da teoria. É um procedimento que, segundo Suertegaray (2002, p. 20), “[...] não é exclusivo da pesquisa em Geografia, dele se apossam as mais diferentes áreas do conhecimento, sejam classificadas como exatas, da terra ou social”.

Os trabalhos de campo, importantes ações de contato e de conhecimento do objeto/sujeito em estudo e suas realidades, foram realizados nos municípios de São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista, Ribeirão Cascalheira e principalmente na TI Marãiwatsédé⁵.

Os trabalhos de campo foram divididos em duas incursões, sendo elas:

A) Trabalho de campo em São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista e Ribeirão Cascalheira, onde foi desenvolvida a parte documental da pesquisa, bem como a realização de parte das entrevistas (técnicas qualitativas) com os sujeitos "históricos", ou seja, pessoas que vivenciaram as transformações socioterritoriais na região do Araguaia-Xingu. A partir dessa etapa, pode-se adquirir junto aos entrevistados uma gama de documentos, entre os quais, fotos, artigos de jornais, revistas da época, dentre outros elementos que remetem ao tema da pesquisa.

⁵ O ingresso em territórios indígenas com fins científicos é regulamentado pela Instrução Normativa nº 001/PRESI/1995 e pela Portaria nº 177/PRESI/2006, que trata dos direitos autorais e uso de Foto indígena. Ressaltamos que a pesquisa se encontra devidamente autorizada pelos órgãos competentes, tanto pela FUNAI quanto do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP-UFU (APÊNDICE A).

B) Trabalho de campo na TI Marãiwatsédé. Os trabalhos de campo na TI foram uma das etapas mais importantes no decorrer da pesquisa. Nessa etapa, cada incursão a campo⁶ totalizou de duas a três semanas de permanência na Terra Indígena Marãiwatsédé, no intuito de levantar subsídios que pudessem ser relevantes à pesquisa, bem como conhecer a cultura e os costumes desse povo e em alguns momentos, participar, mesmo que de forma tímida, de expedições de caça e coleta, bem como dos rituais e cerimônias.

Em todas as etapas citadas foram feitos registros da dinâmica dos sujeitos envolvidos (comunidades indígenas, posseiros, assentados) no processo de reterritorialização da área objeto deste estudo e para tal utilizou-se a aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado, conforme pode ser vista no Apêndice B, tanto na etapa “A” quanto na “B”, dentre outras técnicas; contribuindo de forma relevante para que pudéssemos atingir os objetivos propostos.

A escolha pela aplicação de entrevistas utilizando-se de roteiros semiestruturados possibilita ao entrevistado optar por construir suas próprias referências e respostas (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 188-190). Dessa forma ao optar por esse formato de entrevista, o entrevistado tenha se sentido de fato livre para descrever os acontecimentos que marcaram a dinâmica na região, bem como sua história de vida.

Os elementos etnográficos presentes no construir dessa tese foram interpretados a partir de ações diretas e indiretas do pesquisador junto a comunidade e demais atores envolvidos no processo. De acordo com Geertz (1989 apud SILVA, 2014, p. 42), “O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas”.

Os “fatos pequenos” analisados foram obtidos a partir de diálogos e entrevistas, levando-se em consideração os sujeitos envolvidos com o objeto de estudo, definidos nos segmentos de ex-posseiros da Agropecuária Suiá-Mussú; representantes da Coordenação Regional-FUNAI de

⁶ Em função da distância, cerca de 1.200 km a partir de Uberlândia-MG e da difícil logística para se chegar a TI, pode-se realizar apenas três campos na TI (2015, 2016 e 2017). A cada campo, a fim de compensarmos tais dificuldades, buscamos permanecer de duas a três semanas na TI Marãiwatsédé, onde realizamos atividades de observação, entrevistas, registros fotográficos, participação em reuniões políticas e também de atividades culturais, dentre outras.

Ribeirão Cascalheira-MT; representantes da Associação de Produtores da Suiá-Missú (APROSUM); representantes da TI Marãiwatsédé e representantes da Igreja Católica de São Félix do Araguaia-MT, constituindo assim o universo de participantes da pesquisa ao longo do processo investigativo.

As entrevistas foram realizadas por meio de gravações registradas em equipamento digital (Gravador Digital); na impossibilidade da utilização do equipamento, as respostas foram anotadas em cadernetas de campo. As entrevistas seguiram as orientações do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.

Os dados obtidos a partir das entrevistas foram utilizados na etapa de interpretação e análise dos dados e foi mantido o anonimato quando solicitado pelo entrevistado, salvo quando expressamente autorizado. Foram realizados trabalhos de campo em assentamentos, vilarejos, povoados, cidades e aldeias, a fim de observar a realidade em que se encontram os ex-posseiros, bem como o Povo Xavante.

A observação se configura como técnica de coleta de dados visando obter informações referentes à realidade e tradições dos sujeitos envolvidos no processo. As observações e interpretações das realidades vistas nestes lugares foram registradas em diários de campo. Esse tipo de técnica de coleta de dados ou amostragem se baseou no modelo *ad libitum* (à vontade) onde o observador anota o que é visível e potencialmente relevante (GIL, 2008).

O registro fotográfico, outra importante ferramenta, também esteve presente em todas as incursões a campo a fim de que pudéssemos registrar momentaneamente elementos da cultura e do cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo, bem como os impactos socioambientais observados na TI Marãiwatsédé. As inúmeras fotos captadas, posteriormente, permitiram aprofundar as interpretações observadas em um dado instante, já que posteriormente todas as fotos captadas passaram por um “segundo olhar” o qual nos permitiu abstrair outros elementos não observados no “primeiro olhar”.

Foi também através das incursões á campo que se pôde observar, entre outros elementos, os diversos impactos ambientais do passado e do presente na TI Marãiwatsédé, como os desmatamentos, queimadas, assoreamento de canais fluviais, dentre outros, que posteriormente, nos permitiu com auxílio de técnicas do Geoprocessamento cartografar tais elementos.

A terceira etapa, que compreendeu interpretação e análise dos dados, foi uma fase que requereu reflexões, entendimento e construção das linhas gerais de análise dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, uma etapa de reflexão e análises críticas que contribuiu para a finalização da tese a partir da realidade vivida e sentida pelos sujeitos, bem como do território circunscrito.

Assim, nessa etapa foram utilizados *softwares* que auxiliaram na organização e representação dos dados estatísticos, bem como de informações geográficas⁷ que possibilitaram a elaboração dos diversos mapas.

Foram considerados para análise os aspectos relacionados às manifestações culturais do Povo Xavante, modo de vida local, aspectos socioeconômicos, produção dos fatores econômicos que de alguma forma ou de outra envolveram os participantes da pesquisa, tanto dentro quanto fora dos limites territoriais da TI Marãiwatsédé.

A análise e interpretação dos dados seguiu as seguintes etapas:

- Análise documental: foram minuciosamente analisados os documentos oficiais e particulares, como leis, fotografias, registros pessoais, artigos, documentários, vídeos dentre outros que foram relevantes nessa fase.
- Transcrição: transcrição das entrevistas realizadas com os sujeitos em campo a fim de subsidiar a construção da tese, respeitando a confidencialidade a fim de manter a segurança e anonimato (quando solicitado) dos entrevistados.
- Análise quanti-qualitativa dos dados secundários e primários: após levantamento de dados, os mesmos foram selecionados a fim de possibilitar a construção de textos, tabelas, gráficos, mapas, dentre outras formas que possibilitaram maior compreensão dos dados obtidos ao longo da pesquisa.

⁷ Na elaboração dos mapas utilizou-se de dados cartográficos disponibilizados pela SEMA-MT, IBGE, FUNAI, INPE, dentre outros órgãos, bem como das Fotos dos Satélites LANDSAT 5 e 8 e também do Google Earth. Para os mapas de desmatamento foi feito a classificação com a utilização do software ENVI 4.0, sendo logo após, tratado no software ARCGIS 10.0, a fim de gerar mapas com cores visíveis e diferenciadas entre elas, mostrando diferenças visuais e de área entre as classes.

Os mapas de focos de incêndio foram confeccionados com fonte no site de focos de incêndio e queimadas do INPE, com os arquivos disponibilizados em *shapefile* e inseridos na Foto de satélite no ARCGIS, dando origem aos mapas de focos de incêndios de 2014, 2015 e 2016.

Os demais mapas foram confeccionados com fonte do SEMA-MT, utilizando arquivos já disponibilizados em *shapefile* e inseridos no *software*.

- Interpretação dos dados: nessa fase, os dados foram interpretados de forma a interagir com as fundamentações teóricas da pesquisa e dos conhecimentos adquiridos em torno do estudo.

O grupo amostral ocorre quando a pesquisa não é censitária, não abrangendo a totalidade dos componentes do universo a ser pesquisado, surgindo a necessidade de se investigar apenas parte dessa população (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 223-224). Sendo assim, o critério de amostragem que definimos foi o de acessibilidade ou por conveniência, não probabilística, destituída de rigor estatístico (GIL, 1999).

O grupo amostral objeto deste estudo engloba membros/sujeitos dos segmentos descritos no Quadro 01.

Quadro 01 – Grupo amostral da pesquisa.

Segmentos	Nº Programado	Nº Máximo	Nº Mínimo
Ex-posseiros da Agropecuária Suiá-Mussú	20	20	10
Representantes da Coordenação Regional-FUNAI de Ribeirão Cascalheira-MT	2	2	1
Representantes da Associação de Produtores da Suiá-Missú (APROSUM)	2	2	1
Representantes da Terra Indígena Marãiwatsédé	20	20	10
Representantes da Igreja Católica de São Felix do Araguaia-MT	2	2	1
Total Geral	46	46	23

Fonte: Pesquisa direta, 2014-2017.

A área objeto deste estudo sofreu reintegração de posse de 2012 a 2013 e todos os posseiros retirados da área sofreram um processo migratório; portanto, o número programado de participantes da pesquisa em especial no que se refere ao universo amostral de 20 ex-posseiros da Agropecuária Suiá Missú deve-se ao fato destes, atualmente, encontrarem-se dispersos em

diversas localidades do Estado de Mato Grosso e/ou do País. Para tanto, nos trabalhos de campo, a fim de suprir tais contratemplos, a cada sujeito entrevistado foi solicitado a indicação de outro sujeito do mesmo segmento que pudesse ser identificado na localidade onde ocorreu o trabalho de campo e assim sucessivamente até atingir o número proposto no quadro amostral. Quanto aos demais segmentos do desenho amostral foram quantificados em função do tipo da representação e da influência exercida no grupo.

Lakatos; Marconi (2003, p. 223-224) afirmam que:

O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total [...].

Dessa forma, optou-se por usar a amostragem não probabilística, ou seja, quando se desconhece a probabilidade de cada elemento da população a ser escolhido para participar do universo amostral. Segundo Melhotra (2001), nesse método o pesquisador pode arbitrariamente ou conscientemente decidir quais elementos farão parte da amostra.

A partir desse tipo de amostragem, o levantamento de dados de fonte primária foi baseado na distribuição feita no quadro amostral acima citado.

A confidencialidade, segundo Goldim (1997), “é a garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada [...]”. Dessa forma, a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa foi resguardada sempre que solicitada e em nenhum momento será publicizado os resultados que possam identificar os dados dos sujeitos participantes da pesquisa, salvo os entrevistados que autorizaram sua identificação como sujeito participante, conforme TCLE.

Por fim, a tese encontra-se estruturada em quatro capítulos, nos quais abordamos os caminhos trilhados para que pudéssemos alcançar os objetivos propostos.

No capítulo 01, História e Formação Territorial do Povo Xavante, discorre-se sobre o processo de ocupação territorial de Mato Grosso por povos indígenas e não indígenas, bem como os conflitos gerados por essa ocupação. Em um segundo momento, são abordadas as políticas adotadas pelo Estado brasileiro durante a “Era Vargas”, bem como os investimentos de grande

monta destinados à região Amazônica no período militar, com fortes impactos sobre as comunidades tradicionais. É nesse contexto que os Xavante de Marãiwatsédé veem seus territórios tradicionais serem invadidos por grandes empreendimentos agropecuários e, consequentemente, serem submetidos ao processo de deslocamento compulsório. Essa é a razão maior dessa tese, ou seja, um processo que começou nos anos de 1940 com a usurpação da terra indígena e toda uma história de vida e de mortes, de encontros e desencontros, de perdas e reconquistas é escrita nessa estrada da vida dos Marãiwatsédé. É nessa terra, agora reconquistada, que eles retiram o pão de cada dia; é nela que constroem a identidade.

No capítulo 02, Os Xavante de Marãiwatsédé: da desterritorialização a reterritorialização, discorre-se especificamente sobre o Grupo Marãiwatsédé, bem como os primeiros contatos com os não índios. Nesse contexto, as políticas do Estado brasileiro, conforme discussão na sessão anterior, principalmente aquelas voltadas para o desenvolvimento econômico da região Amazônica, permitiram que suas terras fossem, ao longo das décadas de 1940-1990, expropriadas, culminando assim com a transferência compulsória desse grupo para a Terra Indígena de São Marcos a cerca de 400 km do seu território tradicional. Aborda-se, ainda, as articulações desse grupo exilado na tentativa de retomada de suas terras expropriadas na década de 1960, o que desencadeou inúmeros acirramentos pela posse da terra, envolvendo indígenas e não indígenas.

No capítulo 03, O Vale dos Esquecidos: Ascensão do Agronegócio na Região do Araguaia-Xingu, é retratado principalmente o avanço do agronegócio sobre a TI Marãiwatsédé, bem como os principais impactos socioambientais sofridos pelos Xavante em decorrência dos 22 anos de ocupação ilegal, que descaracterizou grande parte do território indígena; no entanto, não foi suficiente para descharacterizar a identidade desse povo.

No capítulo 04, A história continua: reterritorialização e esperança na reconquista da Terra, abordam-se as dificuldades enfrentadas pelos Xavante durante os primeiros anos da retomada do território tradicional, visto que a área se encontra ainda marcada por “cicatrizes”, reflexo das décadas de ocupação ilegal pelos não indígenas imprimindo dificuldades na manutenção do modo de vida tradicional desse povo. É nessa seção que se apresentam as formas encontradas pelos Xavante de Marãiwatsédé no processo de reterritorialização, com a fundação

de novas aldeias, bem como as formas encontradas por eles na manutenção de sua cultura e tradições.

Assim, passa-se, no capítulo a seguir, recompor a história dos Xavante de Marãiwatsédé, com ênfase, em específico, à sua formação territorial.

CAPÍTULO 01

HISTÓRIA E FORMAÇÃO TERRITORIAL DO POVO XAVANTE

[...] Neste território, os ancestrais, nossos bisavós viviam em cima da terra. Este território é de origem do Povo de Marāiwatsédé. Nesta terra amada foi criado o Povo de Marāiwatsédé.

Agora, a desintrusão já começou. Os anciões esperaram muito tempo para tirar os não-índios da terra. Sofreram muito. A vida inteira sofrendo, esperando tirar os fazendeiros grandes [...]

Trecho da Carta da Sociedade Xavante de Marāiwatsédé a Sociedade Brasileira (Cacique Damião Parizdzané, 2012).

A partir de relatos orais do Povo Xavante, os primeiros contatos com os não-índios ocorreram no litoral, região diferente e distante do Brasil Central onde se encontra a maioria de suas aldeias. A primeira referência documental que se tem sobre essa etnia é um mapa desenhado por Francisco Colombina em 1751, que situava seus territórios entre os rios Araguaia e Tocantins, na região norte da então capitania de Goiás, hoje Estado do Tocantins (SILVA, 1992).

Entre os anos de 1784 e 1860, relatos históricos apontam que os Xavante viveram espalhados por diferentes aldeias em uma ampla área do Brasil Central, onde suas expressões culturais eram hostilizadas por outros povos indígenas. O contato com o *Waradzu*⁸ provocou guerras e epidemias, o que certamente dificultava a vida cultural e a transmissão dos mitos e lendas, a execução das cerimônias, ritos e festas. Isso dificultava a transmissão de sua cultura, contribuindo para que houvesse uma fragmentação das lembranças culturais que só seriam “reestabelecidas” no início do século XX, quando os Xavante conseguem fugir do *Waradzu*, atravessando o Rio Araguaia e o Rio das Mortes, indo se estabelecer na Serra do Roncador,

⁸ Waradzu: termo utilizado pelo povo Xavante para se referir ao “não-índio”.

conquistando sua autonomia nas novas terras. A partir desse momento, os Xavante passaram a reunir suas práticas culturais que haviam sido fragmentadas desde o período colonial. No entanto, a partir de 1946, os Xavante são forçados mais uma vez ao contato com a sociedade envolvente, por meio das frentes de expansão capitalista, que passam a mercantilizar suas terras, o que resulta mais uma vez na divisão entre os grupos, lutas, doenças e, consequentemente, a morte dos mais velhos (GIACCARIA; HEIDE, 1984). Na tentativa de buscar o isolamento e “fugir” dos colonos, um grupo migrou para a região nordeste mato-grossense, onde, mais tarde, na década de 1960, sofreu esbulho de suas terras. Esse grupo ficou conhecido como Marãiwatsédé.

1.1 A ocupação Territorial de Mato Grosso por povos não indígenas

A formação territorial brasileira possui características próprias em seu processo de ocupação, assim como a formação territorial da região Centro-Oeste, em especial Mato Grosso. A expansão comercial da Europa, financiada a partir da colonização da América, África e Ásia, caracteriza-se como primordial para a formação territorial brasileira: “A ocupação do território brasileiro se deu a partir de interesses políticos e econômicos o que acabou desencadeando conflitos e tensões demográficas” (OLIVEIRA, 2014, p. 83). Dessa forma, Moreno; Higa (2009, p. 4) afirmam que “o território mato-grossense resulta de um conjunto de espaços geográficos moldado ao longo do processo de formação econômica-social do país, posto em prática efetivamente a partir do século XVIII”.

A ocupação colonial do território mato-grossense iniciou-se, como marco histórico, com as entradas das bandeiras em busca de riquezas, o que possibilitou a descoberta de grande quantidade de ouro nas minas do Coxipó e Cuiabá. Em meados do século XVIII, no período que compreende os anos de 1719 a 1748, a produção desse metal era controlada pela capitania de São Paulo, já que o território de Mato Grosso pertencia à área dominial dessa capitania (GOMIDE, 2008). Com o propósito de ter mais controle e domínio sobre as minas de Cuiabá e do Guaporé (Figuras 2 e 3), a capitania de São Paulo desmembrou-as.

No ano de 1752, foi estabelecida a sede denominada de Villa Bella da Santíssima Trindade⁹, às margens do rio Guaporé (MORENO, 1993, p. 41-42).

Com a decadência da mineração na região, houve gradativamente a diminuição das explorações das minas de ouro; muitas foram abandonadas, e as principais atividades econômicas, ao norte do Estado do Mato Grosso, passaram a ser a açucareira e o extrativismo. A exploração de espécies nativas com valor comercial como seringueira (*Havea brasiliensis*), bem como a extração da Poaia (*Cephaelis ipecacuanha*), arbusto com propriedades medicinais, tiveram papéis importantes na valorização das terras da porção centro-norte. Essas atividades possibilitaram, além da valorização, a concentração de terras nesta porção do Estado. Já no século XVIII, teve início o desenvolvimento da pecuária extensiva e, a partir de seu desenvolvimento mais acentuado, inúmeras sesmarias foram requeridas, objetivando a formação de fazendas (GOMIDE, 2008, p. 9).

Logo após a extinção das sesmarias, no ano de 1822, a aquisição de terras se deu por meio das posses de terras que antecederam a lei de terras de 1850:

Foi desta forma que grandes quantidades de terras foram apropriadas e se estabeleceram fazendas de criação de gado que invadiram os territórios indígenas, isto se deu através do movimento dos ‘entrantes’ vindos do norte do Mato Grosso e de São Paulo, desalojando as populações indígenas de suas terras (GOMIDE, 2008, p. 9).

Moreno (1993) afirma que, até meados do século XIX, o extremo oeste mato-grossense possuía três importantes vias de acesso, duas constituídas por via fluvial, sendo a partir dos rios Guaporé, Amazonas, e Tietê e Cuiabá e a outra terrestre, ligando Cuiabá (Figura 02) à região sudeste do Brasil.

A abertura da navegação a partir do rio Paraguai se deu a partir da segunda metade do século XIX e possibilitou a valorização das terras localizadas ao sul de Mato Grosso. Por outro lado, a porção a leste do Mato Grosso apresentava pouco ou nenhum interesse econômico, tornando-se, dessa forma, pouco atrativa do ponto de vista econômico, e assim estava livre de invasões. O território Xavante, por estar localizado nessa região, permaneceu fora dos interesses

⁹ Antiga Capital da Província de Mato Grosso.

e, consequentemente, das ocupações com fins econômicos por parte da sociedade envolvente até o século XX, quando se iniciou uma nova fase histórica da região centro-oeste e dos povos indígenas que ocupavam a região.

Figura 02 – Mapa colorido da “aldeia de Cuiabá”.



Fonte: Biblioteca Digital Mundial (2014).

O processo de contato e ocupação das terras Xavante pode ser caracterizado em dois períodos distintos e dois contatos “oficiais” com o Waradzu. O primeiro tem início no período colonial, indo até a segunda metade do século XIX, período em que os Xavante viviam na então Província de Goiás. O segundo tem origem a partir da primeira metade do século XX, quando já

estavam estabelecidos em Mato Grosso, sobretudo com as frentes de expansão territorial que se intensificou com os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e com os governos militares a partir de 1965.

Figura 03 – Mapa de Vila Bela de Santíssima Trindade, 1789.



Fonte: Valla (2015).

Durante todos esses períodos, os Xavante buscaram defender seus territórios¹⁰ das invasões sistemáticas dos não índios que, com incentivos oficiais dos governos estaduais e federal, foram gradativamente invadindo as terras tradicionais¹¹ do Povo Xavante.

¹⁰ O território pode ser entendido como sendo fonte permanente de socialização entre os índios. “É nele que se trocam notícias sobre caçadas, abundância ou escassez de um determinado produto, sobre os aspectos sobrenaturais da floresta, dos rios ou das montanhas, acerca do encontro com espíritos na mata, etc. O território não é, afinal, apenas fonte da subsistência material, mas também lugar onde os índios constroem sua realidade social e simbólica” (MELATTI, 1980; RAMOS, 1986).

1.2 Primeiro Período: Os A'uwe Xavante – aspectos históricos de contato e formação territorial

Desde o período colonial são relatadas inúmeras violações contra os povos indígenas, tais como, invasão e expropriação de seus territórios tradicionais, massacres, trabalhos forçados, escravidão, entre outras formas perversas de violência, que somadas, provocaram um verdadeiro etnocídio¹² culminando na redução drástica da população indígena brasileira.

Esse declínio populacional pode ser dimensionado a partir da consideração de que, durante a chegada dos europeus no então recém “descoberto” Brasil colônia, o número de Povos Indígenas¹³ foi estimado em torno de 2 a 4 milhões de índios que viviam em diferentes partes da Colônia Portuguesa (ISA, 2016). A partir do processo de ocupação territorial ocorrido ao longo dos séculos, estes números foram amplamente reduzidos, desencadeando significativas perdas socioculturais¹⁴ que, em muitos casos, são latentes na realidade atual e vivida por inúmeros povos indígenas, como é o caso dos Xavante de Mato Grosso, que, na história recente, tiveram suas terras expropriadas em função de interesses econômicos ligados, sobretudo aos projetos agropecuários.

A despeito dessa realidade, este Povo continua marcada por inúmeras violações dos seus direitos fundamentais garantidos na Carta Magna, como o direito à diferença e à terra.

¹¹ De acordo com a CF de 1988 em seu Art. 231 “as terras, tradicionalmente, ocupadas pelos índios são aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as que são utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

¹² “Etnocídio é passível de ser tipificado na antropologia como sendo todo projeto, programa e ação de governo ou de organização civil (missões religiosas proselitistas, por exemplo) que viole os direitos reconhecidos no capítulo VIII da Constituição Federal de 1988 (“dos índios”), em particular mas não exclusivamente aqueles mencionados no caput do Art. 231, que sancionam a existência – e portanto o direito à persistência – de “sua (dos índios) organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e o direito originário sobre as terras que ocupam” (VIVEIROS DE CASTRO, s/d. p. 1).

¹³ Genericamente a expressão povos indígenas refere-se a grupos humanos que se encontram distribuídos por todo o mundo, e que são bastante diferentes entre si. É apenas o uso corrente da linguagem que faz com que, no Brasil e em outros países, fale-se em povos indígenas, “ao passo que, na Austrália, por exemplo, a forma genérica para designá-los seja aborígenes” (ISA, 2017).

¹⁴ De acordo com o Dicionário Michaellis (2017), a expressão sociocultural refere-se “concomitantemente aos fatores ou aspectos sociais e culturais de um determinado grupo”.

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no Brasil existem 305 diferentes povos indígenas que, somados, correspondem a uma população de 896.917 indígenas. Desse total, 572.083 vivem na zona rural, enquanto 324.834 habitam as áreas urbanas do país, o que os tornam ainda mais vulneráveis aos problemas sociais-urbanos, tais como o desemprego, a prostituição, o alcoolismo, as drogas, entre outras formas de vulnerabilidade social, o que colocam estes povos em situação de risco permanente.

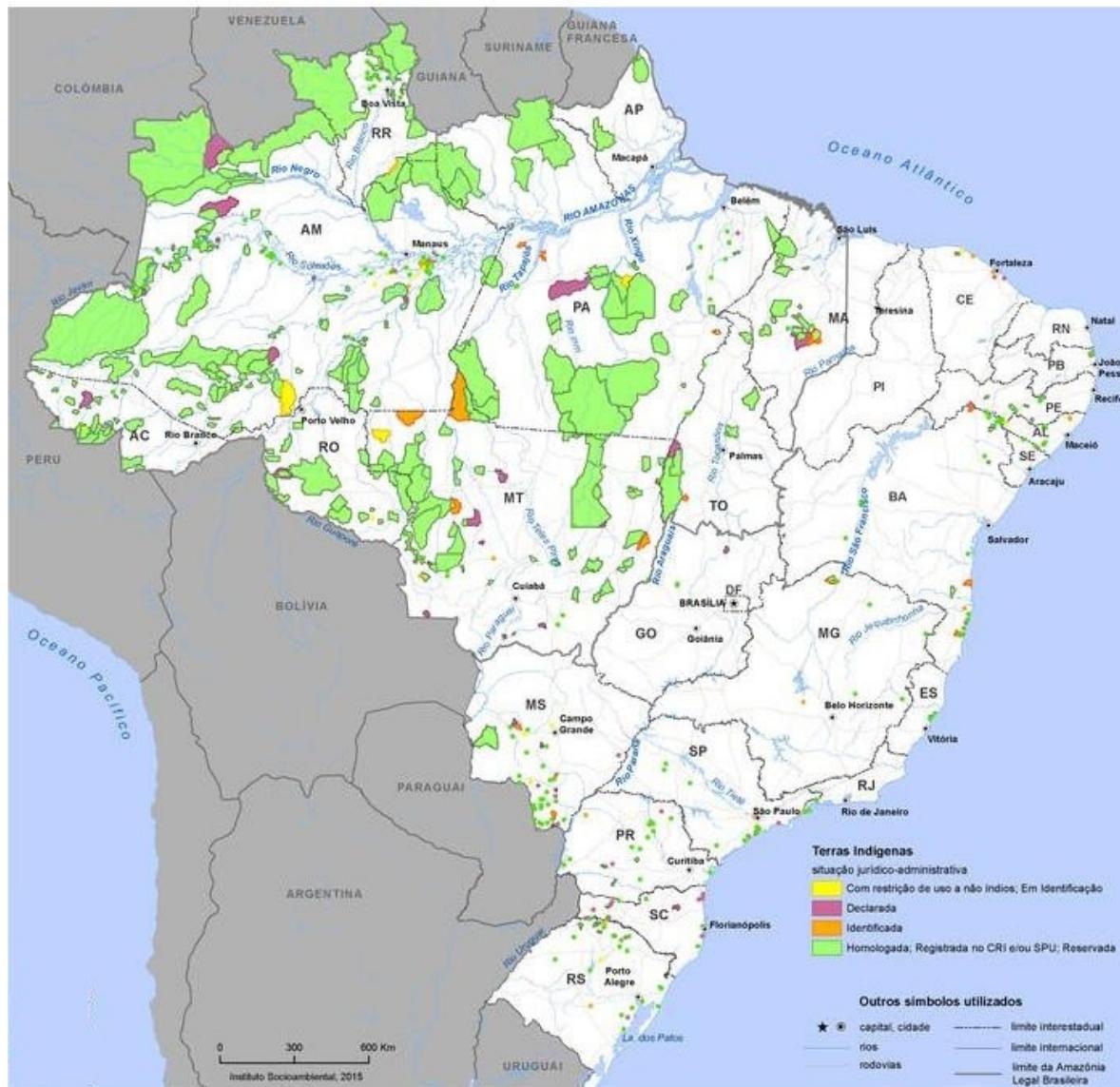
A maior parte da população indígena do país distribui-se por milhares de aldeias, que, em sua maioria, encontra-se fragmentada e/ou descontínuas no interior das 700 terras indígenas localizadas em território brasileiro, conforme apresentado no mapa da página seguinte.

Não diferente da realidade dos demais povos indígenas do país, o Povo Xavante ou A'uwe Uptabi (Povo Verdadeiro), como se autodenominam, juntamente com os Xerente, foram gradativamente perdendo parte de seus territórios tradicionais¹⁵ ao longo do processo de ocupação iniciado no período colonial. Estes dois povos configuraram-se etnograficamente no grupo denominado como Acuen ou Akuen¹⁶ que historicamente ocupavam uma extensa área territorial ao norte de Goiás, entre os rios Tocantins e Araguaia, sendo também considerado um Povo seminômade: “Seus antepassados realizavam expedições de caça e coleta (carne, frutos, castanhas e raízes) que duravam de dois a quatro meses” (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 50) e, para se protegerem das intempéries climáticas, de ataques de animais e para o descanso de todos, construíam durante as expedições acampamentos provisórios, hoje menos utilizados (Foto 1).

¹⁵ Territórios Tradicionais são considerados “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os Arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais e demais regulamentações” (MPF, 2014).

¹⁶ As línguas faladas pelos Xavante, Xerente e Xacriabá fazem parte do grupo *Akuen* da família linguística Jê-tronco Macro-Jê (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Mapa 01 – Distribuição e situação fundiária das Terras Indígenas.



Fonte: ISA (2015).

Foto 01 – Acampamento Xavante revestido com folhas de palmeiras.



Fonte: Giaccaria e Heide (1984).

Esses acampamentos era uma versão em tamanho reduzido das “ocas” construídas na aldeia-base, tanto em sua forma de ferradura, como também na disposição dos grupos domésticos (MAYBURY-LEWIS 1984; ISA, 2008).

Apesar das poucas referências de seu passado histórico, os primeiros contatos entre os colonizadores e os Xerente e os Xavante são relatados por cronistas ainda durante o período colonial, por volta da segunda metade do século XVIII, quando exploradores e colonos em busca de ouro e pedras preciosas se depararam com estes grupos ao norte de Goiás, entre os rios Araguaia e Tocantins. Segundo Maybury-Lewis (1984), haveria indícios da presença dos Xavante ao norte da Província de Goiás, na divisa com o Maranhão.

Tanto Goiás como a maior parte do Brasil Central, segundo Mason (1950, apud MAYBURY-LEWIS, 1984), encontravam-se ocupadas por diversas tribos da família linguística Jê, as quais tinham essa região como áreas de domínios territoriais (figura 04). Outras tribos como os Caiapó, Karajá, Craô e Canoeiro também habitavam a região de Goiás, segundo Garfield (2011).

Entre os grupos indígenas que habitavam a região, os Xavante e os Xerente eram muito próximos, à ponto de serem confundidos pelos exploradores, pois acreditavam se tratar de um único povo. Assim os denominavam de Xerente-Xavante.

A terminologia Xavante, segundo Nimuendajú (1942 apud MAYBURY-LEWIS, 1984), não é precisa: sabe-se apenas que a sua etimologia é de origem portuguesa, assim o termo Xavante foi durante muito tempo utilizado indiscriminadamente a várias tribos que habitavam as regiões do Brasil Central. Entretanto ficou restrito a três grupos conforme o Quadro 2.

De acordo com Maybury-Lewis (1984), vários estudiosos como Nimuendajú (1942), Ribeiro (1951), Baldus (1954)), consideram que estes três grupos possuem distinções quanto à sua linguística e à sua cultura. Akuen é um qualificativo utilizado para se referir aos povos indígenas no Brasil e, conforme ressalta Maibury-Lewis (1984), refere-se tanto aos Xavante quanto aos Xerente. Os Xerente, por sua vez, utilizam o termo Akuen para se referir à sua língua, enquanto os Xavante atual utilizam o termo A'wẽ ou Auwẽ.

Quadro 02 – Grupos Indígenas aos quais se aplicam o termo Xavante.

Grupo Indígena	Local de Origem
Oti-Xavante	Oeste do Estado de São Paulo
Ofaié (Opaié)-Xavante	Extremo sul do Estado do Mato Grosso ¹⁷
Os Akuen-Xavante	Oeste do rio das Mortes ¹⁸

Fonte: Maybury Lewis (1984). Org. do autor.

¹⁷ Refere-se atualmente ao Estado de Mato Grosso do Sul. “Até o início do século XX, os Ofaié eram milhares e habitavam a margem direita do rio Paraná, desde a foz do Sucuriú até as nascentes do Vacaria e Ivinhema”. Organizavam-se em pequenos grupos e viviam em constantes deslocamentos ao longo dessa região. Ao longo do processo de ocupação da região seu território foi gradativamente sendo ocupado por fazendas de pecuária exercendo uma grande pressão sobre esse Povo. Foi só na década de 1990, quando só restavam algumas dezenas de remanescentes dessa etnia que conseguiram recuperar uma pequena porção de suas terras tradicionais, as quais até hoje não foram homologadas pela presidência da República (ISA, 2016).

¹⁸ Faz referência ao rio das Mortes, localizado no Estado de Mato Grosso.

A separação definitiva entre os Akuen-Xavante ou Xerente-Xavante se deu na década de 1840 e teve como fator principal os conflitos gerados a partir da penetração cada vez mais intensa de colonos que estavam chegando à província de Goiás a fim de ocupar as terras ao longo do rio Tocantins, o que desencadeou numerosos confrontos entre colonos e as diversas etnias existentes na região (MAYBURY-LEWIS, 1984).

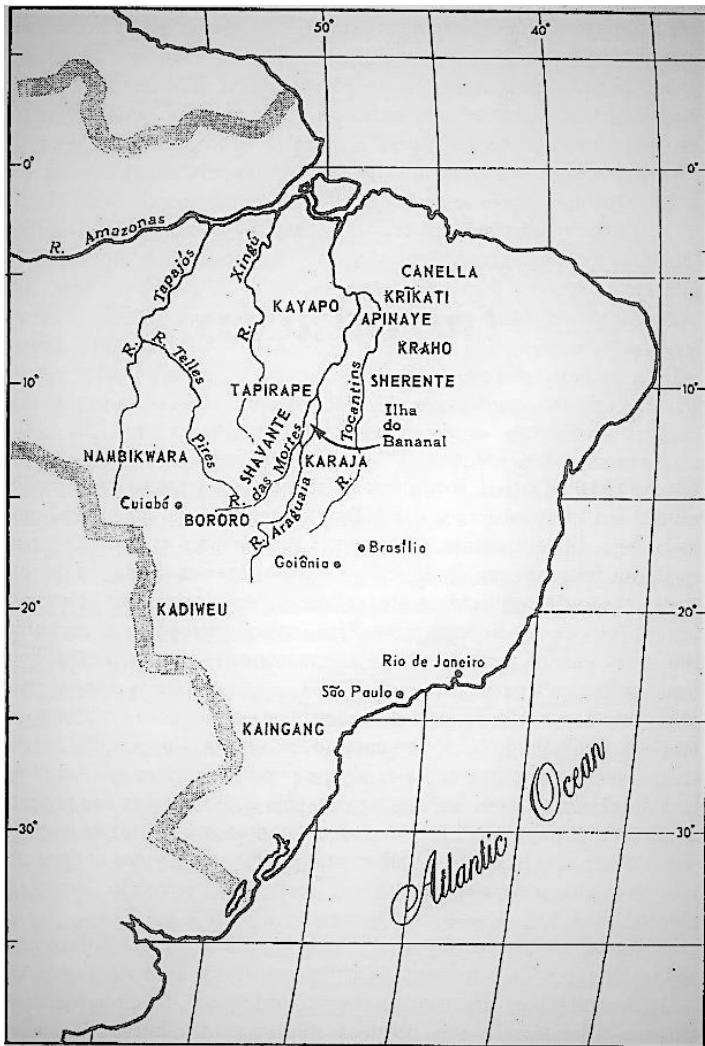
Em função das descobertas de inúmeras minas de ouro na província de Goiás e também do grande fluxo de colonos e garimpeiros atraídos para a região, diversos aldeamentos foram surgindo, entre eles o aldeamento de Carretão ou Pedro II. Com a chegada cada vez mais numerosa de exploradores e colonos os conflitos com as diversas etnias que habitavam a região tornavam-se constantes. Assim, a oeste da então Província de Goiás, os exploradores entraram em conflito com os Kayapó, indo estabelecer contato ao norte com os Xavante (MAYBURY-LEWIS, 2014).

Ao longo do processo de ocupação, vários aldeamentos¹⁹ foram sendo estabelecidos. Assim, “Carretão²⁰”, Crixás, Trahiras, Água Quente e vários outros acabariam se consolidando na década de 1730 nas áreas por onde circulavam os Xavante (Figura 04). Estes aldeamentos mais tarde passariam a “acolher” os indígenas que fossem subjugados pela governança da coroa portuguesa como forma de pacificação e ocupação territorial (ALENCASTRE, 1864, apud MAIBURY-LEWIS, 2014, p. 22). Silva *et al.* (2012) relata que no “aldeamento de Carretão, além dos Xavante, estavam aldeados os Tapuias, Kaiapó do sul, Xerente, Karajá e Javaé, bem como negros escravos e brancos”.

¹⁹ Os “aldeamentos” eram agrupamentos indígenas montados pelos missionários com finalidades específicas. “Os aldeamentos foram implantados desde o século XVI a partir do trabalho pioneiro dos jesuítas. O regimento de 1686 concedeu a administração espiritual e política dos aldeamentos às ordens religiosas” (SANTOS, 2013, s/p).

²⁰ Carretão não foi o único aldeamento onde os Xavante foram assentados. No final do século XVIII, algumas situavam-se em Mossâmedes. No século XIX, missionários italianos fundaram aldeias ao longo do Araguaia, em Estiva, Salinas e São Joaquim do Jamimbu, onde alguns grupos Xavante foram assentados (HEMMING 1987; LOPES DA SILVA, 1992). Deve-se destacar que muitos grupos Xavante nunca aceitaram a sedentarização.

Figura 04 – Localização das principais tribos do tronco linguístico Jê na porção central do Brasil.



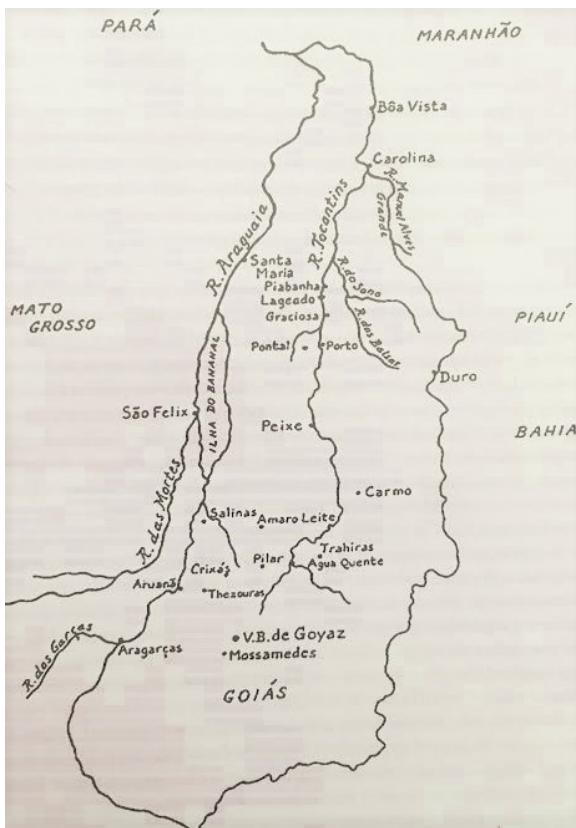
Fonte: Maybury-Lewis (1984).

Por volta de 1757, vendo que as Bandeiras se apresentavam ineficazes no processo de pacificação, adotou-se um novo sistema conhecido como Diretório²¹. De acordo com Welch et al., 2013, p. 18), a legislação “suspendia a escravidão de índios, encorajava os casamentos interétnicos e idealizava a conversão gradual das aldeias/aldeamentos em municipalidades. Assim, os indígenas seriam gradativamente integrados a população”. A partir dessa legislação a Coroa

²¹ De acordo com as normas dos Diretórios, as ordens religiosas não teriam mais controle temporal ou civil sobre os índios pacificados. Suas atividades deveriam ser limitadas às atividades de conversão e instrução religiosa. Os índios deveriam ser assentados nas colônias ou “missões seculares”, conhecidas também como “aldeias”, que por sua vez eram administradas por “diretores” nomeados pelos governadores (WELCH et al., 2013; ALMEIDA 1997; HERMMING 1987).

Portuguesa demonstrou o desejo de povoar seus vastos domínios no Brasil (WELCH et al., 2013, p. 18; HEMMING, 1987; 1963).

Figura 05 – Localização dos principais aldeamentos entre os séculos XVIII e XIX no estado de Goiás.



Fonte: Maybury-Lewis (2014).

Em meados de 1780, os Xavante ainda permaneciam como um dos poucos grupos indígenas da província de Goiás que se mantinham hostis às incursões dos portugueses. Nesse período, inúmeras fazendas de gado e plantações destinadas às áreas de garimpo foram abandonadas em função das invasões, saques e depredações por parte dos Xavante. Assim, as áreas de garimpo acabaram ficando desabastecidas de alimentos provocando o abandono por parte dos garimpeiros. A fim de impedir essas invasões, em 1784, o governador da província de Goiás, Tristão da Cunha, ordenou uma bandeira para pacificar os Xavante, a partir da qual outras se sucederam com esse mesmo propósito a mando do governador Tristão da Cunha (RIHGB, 1918 apud WELCH et al., 2013).

Essas invasões e conflitos se tornaram cada vez mais frequentes ao ponto de provocar certos receios por parte do governo da província de Goiás, que para mostrar a gravidade da situação vivida pelos colonos e buscar apoio junto à Coroa Portuguesa, enviou a Portugal uma carta narrando os “problemas enfrentados com os indígenas”. Em um dos trechos da carta se faz referência aos Xavante mencionando que “Eles caçavam os mineiros de ouro e diamantes, que foram os primeiros a chegar a esta região e, quando tropas eram mandadas em seu encalço, eles respondiam arrasando os acampamentos dos mineiros [...]” (MAYBURY-LEWIS, 1990, p. 31-32).

Tanto os Xavante como outros grupos indígenas que ocupavam a região resistiam às tentativas de ocupação de seus territórios, o que de certa forma trazia receios e insegurança aos exploradores, chegando a ameaçar os planos de ocupação e exploração territorial. Mesmo diante das várias tentativas de pacificação os conflitos ainda eram constantes.

Percebendo que as expedições armadas apresentavam pouca eficácia e muitos inconvenientes, ampliaram-se os aldeamentos como técnica de conquista, já que garantiria contato “pacífico” a partir da aproximação e convivência entre os colonos e indígenas. Segundo Giaccaria e Heide (1984, p. 28):

Essa técnica consistia-se em agrupar o maior número possível de indígenas em uma zona limitada a fim de expropriar-lhes a maior quantidade de terras as quais passariam pertencer aos colonos. Tanto a aproximação quanto a pacificação e agrupamento dos índios era confiada às guarnições militares que se utilizavam de técnicas como a criação de capitães dentro das tribos aos quais eram concedidos privilégios, dessa forma, as guarnições obtinham vantagens no processo de dominação das tribos.

Utilizando-se dessa técnica, gradativamente os colonizadores foram disseminando a discórdia entre tribos, o que culminou em guerras intertribais, facilitando com que o grupo Xavante acabasse subjugado e submetido à governança da Metrópole Portuguesa. Para comemorar o feito, Fonseca (1948 p. 10) afirma que:

[...] o governador Tristão da Cunha Menezes decide então acolher os índios recém-pacificados para uma visita rápida à capital da província. Essa atitude de Tristão acabaria por gerar outro problema, relacionado ao abastecimento de

alimentos, já que Goiás não dispunha de reservas suficientes que pudesse suprir a demanda de milhares de indígenas que vieram a se estabelecer na região.

Essa atitude do governador buscava manter a ordem às regiões confiadas a ele, sobretudo nas áreas de aldeamentos, que constantemente eram palco de conflitos entre os indígenas e os colonos. No entanto, os aldeamentos geraram outros inconvenientes ao Governador, como o de abastecimento, já que a província não dispunha de estoque de alimentos suficiente que garantisse a subsistência da população aldeada.

A escassez acentuada de alimentos fez com que os índios buscassem nas plantações e nos animais dos colonos a solução para saciar a fome, passando a saquear as plantações e a roubar os animais, o que levou ao descontentamento e revolta por parte dos colonos, culminando assim em mais conflitos. Essa atitude por parte dos Xavante foi o estopim para que o Governador buscassem uma solução mais rápida para eliminar o “problema” que assolava a província. Os conflitos entre os colonos e os indígenas acabaram por se intensificar e se tornaram insustentáveis de tal modo que, em 1786, Tristão da Cunha buscou reforços armados na tentativa de expulsar definitivamente os Xavante da Província de Goiás. Os Xavante foram surpreendidos pelas tropas de Tristão, deixando um saldo de centenas de mortos e feridos.

A atitude tomada pelo governador desencadeou uma série de conflitos armados nos aldeamentos de Carretão e Pedro II. Esses conflitos foram relatados, segundo Fonseca (1948), na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, XXXVIII, na qual se afirma:

O governador e Capitão Tristão da Cunha Menezes, fazendo sair a campo algumas bandeiras, no ano de 1786, comandadas pelo capitão Miguel Arruda, para repelir os ataques contínuos dos bárbaros chavantes e Javaés, ordenou que se levantasse uma aldeia, para habitação daqueles que fossem subjugados [...] (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico, 1º Parte, p. 245-246, apud FONSECA, 1948, p. 11).

Os 3.500 Xavante subjugados pelas tropas do governador Tristão da Cunha foram, em seguida, contaminados por uma epidemia de sarampo que assolou toda a comunidade, provocando a morte de quase todos os Xavante. Os poucos sobreviventes acabaram fugindo. De acordo com Maybury-Lewis (1984, p. 40):

[...] ao que tudo indica a separação definitiva entre os dois ramos dos *Akuen* ocorreu na década de 1840 [...]. É provável que os Xerente atuais tenham sido empurrados para leste, longe do rio, enquanto que os Xavante tenham igualmente sido pressionados para oeste. Aliás, a separação entre Xavante e Xerente pode ter se dado nesta época.

Ravagnani (1978) afirma que os confrontamentos entre os indígenas e os colonos forçaram gradativamente os Xavante a migrar para regiões cada vez mais isoladas, fugindo dos colonos. Assim, por volta de 1820-1856, os Xavante atravessaram grandes rios como o Araguaia, Cristalino e por fim o rio das Mortes (Figura 6) estabelecendo-se a leste do Mato Grosso, provocando, nesse momento, a ruptura definitiva entre os Xavante e os Xerente (RAVAGNANI, 1978, p. 118).

Com base na oralidade do Povo Xavante, Graham (1995, p. 31) afirma que após uma série de cisões internas entre o grupo Xavante, conflitos intertribais com os Bororo, Karajá e também com a sociedade envolvente que avançava cada vez mais em direção aos seus territórios, os Xavante fundam a grande Aldeia Isõrepré, na região do rio das Mortes, de onde mais tarde por volta de 1930 acabariam se dividindo em três novos grupos devido a divergências internas. Um que migrou para as proximidades do Rio Couto Magalhães (“lagoa”), cerca de 200 quilômetros na direção sudoeste; um segundo que migrou cerca de cem quilômetros ao norte, em direção ao Rio Suiá-Missú²². De acordo com Garfield (2011), essas novas aldeias também se subdividiram. Ainda segundo o autor, outro grupo saído da aldeia de Isõrepré acabaria fundando a aldeia de Arobonipó, na região do Rio das Mortes.

²² Esse grupo refere-se aos ancestrais do grupo Marãiwatsédé que atualmente estão localizados na Região Nordeste de Mato Grosso.

Figura 06 – Localização dos territórios Xavante e direção do processo de migração.



Fonte: Giaccaria; Heide (1984).

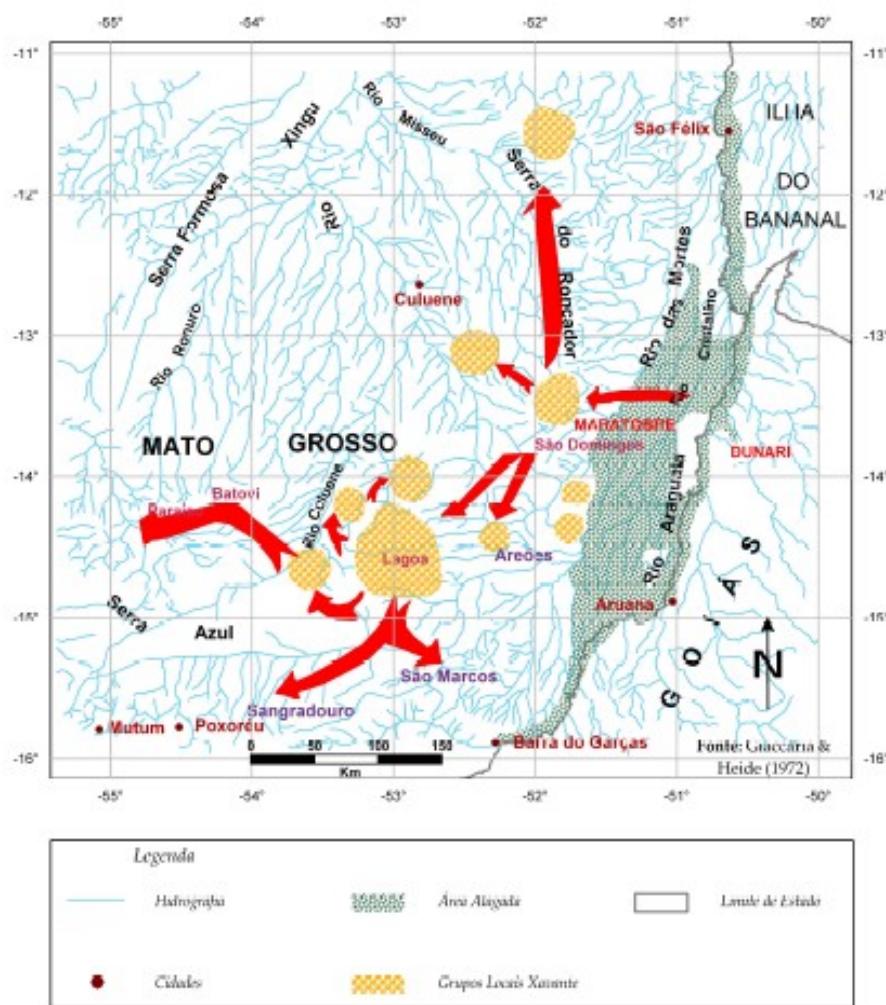
Org.: Leonardo Rocha, 2017.

Essas contínuas desfragmentações territoriais provocaram perdas significativas ao Povo Xavante, conforme relatado por Giaccaria; Heide (1984, p. 09):

Entre 1784 e 1860, o Povo Xavante viveram em diferentes aldeias onde a expressão cultural era hostilizada. As dificuldades de sobrevivência eram muitas, as lutas e as epidemias frequentes. Certamente tudo isso dificultava muito a vida cultural e a transmissão dos mitos e lendas, a execução das cerimônias, ritos e festas. Algumas coisas caíram no esquecimento numa aldeia, outras coisas em outras aldeias, fragmentando assim a lembrança cultural.

No decorrer do processo histórico de ocupação das terras ao longo das bacias hidrográficas dos rios Araguaia e rio das Mortes no Mato Grosso, os Xavante foram se dividindo em outros grupos e formando novas aldeias conforme Mapa 02.

Mapa 02 – Dinâmica migratória do Povo Xavante.



Fonte: Giaccaria; Heid (1972, adaptado por GOMIDE, 2008).

Portanto, ao longo dos séculos XVIII e XIX, nota-se que as frentes de expansão foram gradativamente responsáveis pela migração dos Xavante, forçando com que se deslocassem cada vez mais para o sudoeste de forma a evitar os colonos.

De acordo com Magalhães (1938, apud MALBURY-LEWIS, 1984), os relatos de 1862

apontam que os Xavante estavam situados a oeste de Aruanã, onde permaneceram isolados dos não índios durante as três últimas décadas do século XIX na região do rio das Mortes, próximo à Serra do Roncador, em um relativo estado de isolamento até o início do Século XX (ISA, 2016).

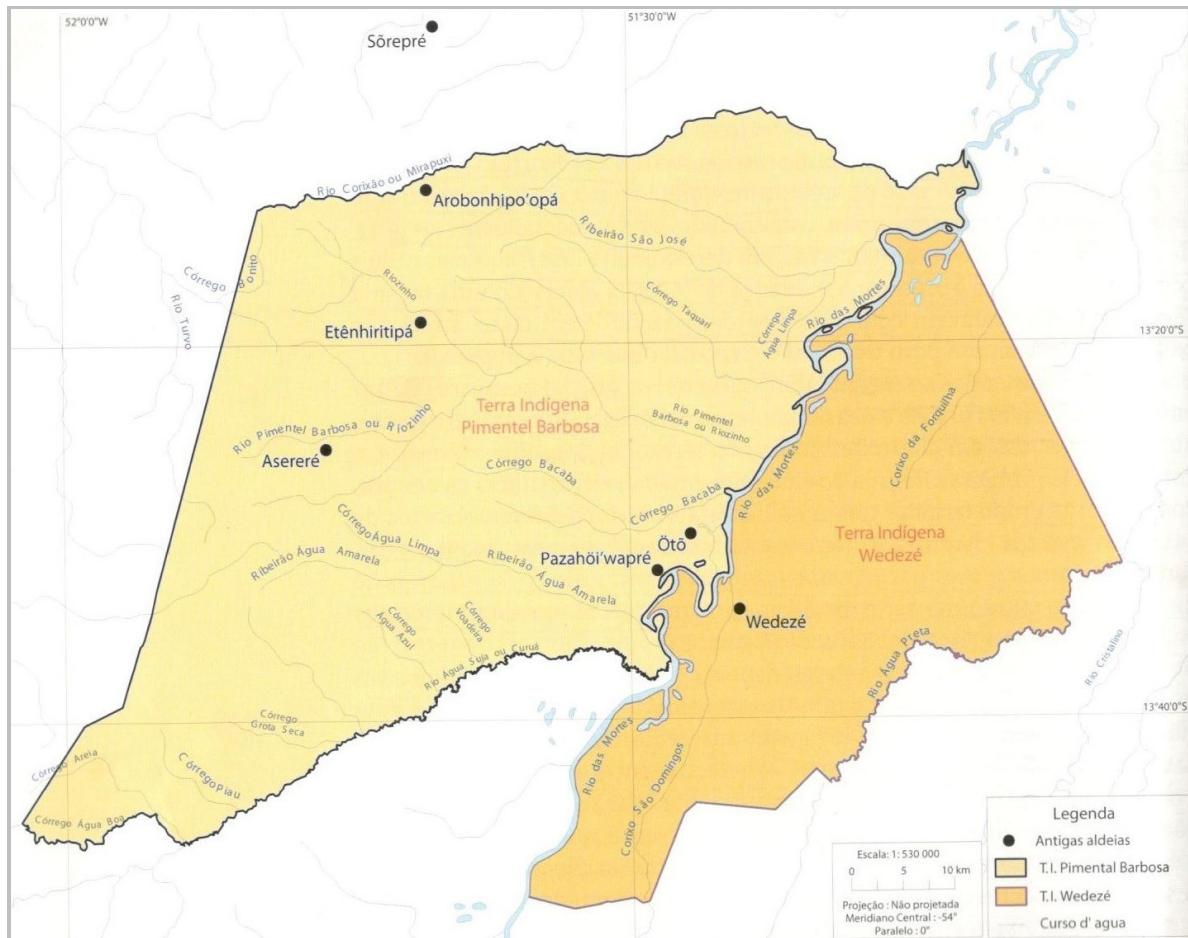
1.2.1 Segundo período – A chegada do Waradzu a Mato Grosso

Após a grande migração dos Xavante de Goiás para Mato Grosso, ocorrida no final do século XIX, esse Povo permaneceu isolado em seu “novo território” de meados do século XIX até o início do século XX, com pouco ou nenhum contato com as frentes de expansão que buscavam ocupar as regiões do Centro-Oeste e norte do país. Nesse período, as fronteiras demográficas e econômicas centravam-se nos vales do Rio Guaporé e Pantanal, distante dos territórios Xavante (WELCH et al., 2013). Por conseguinte, quando os Xavante cruzaram o Rio Araguaia estabeleceram-se na região da Serra do Roncador, onde constituíram as comunidades de Sôrepré e Wedezé, que logo passariam por várias cisões ao longo do tempo e formariam outras comunidades, conforme indica o Mapa 03.

Baseado na história oral Xavante, Welch e outros (2013) afirmam que apesar de ter existido anteriormente outras divisões do Povo Xavante, uma das mais importantes refere-se à ocorrida na aldeia de Sôrepré, ocupada desde o final do século XIX até a década de 1920, momento em que ocorreu uma fase de intensos conflitos internos interrompendo uma fase na qual os Xavante se mantinham coesos politicamente, ou seja, “mantinham uma estrutura de liderança única, baseada na reunião do conselho de homens (Warã²³), que tomava decisões a partir do consenso, após ouvido os homens maduros” (WELCH et al., 2013, p. 55).

²³ Warã é o centro da aldeia e é onde acontecem às decisões sobre os rituais, cerimônias e reuniões. Todos os assuntos referentes à aldeia são discutidos no Warã, numa reunião exclusiva para homens adultos.

Mapa 03 – Localização das antigas aldeias Xavante Sôrepré, Etênhiritipá, Asereré, Arobonhipo'opá, Pazahoi'wapré e Wedezé.



Fonte: Welch et al. (2013).

Após as várias cisões a partir de Sôrepré, diversos grupos passam a formar novas aldeias com autonomia política, respeitando as decisões de seus próprios *Warã*.

De acordo com Graham (2008, s/p):

Durante o século XIX e a primeira metade do XX, distintos grupos migraram mais para oeste, margeando o Rio das Mortes, em direção às áreas do rio Suiá-Missú e das cabeceiras do Rio Kuluene. Até a terceira década do século XX, todos eles viveram relativamente livres das perturbações provocadas por membros da sociedade nacional.

Durante esse período em que os Xavante permaneceram isolados, Welch et al. (2013, p. 24-25) afirmam, a partir da oralidade dos Xavante de Wedezé e Pimentel Barbosa, que estes

[...] constituíam um grupo politicamente unificado e de alta mobilidade, vindo a constituir sua primeira aldeia de longa duração (ou “permanente”) em Wedezé, na margem direita do Rio das Mortes, onde resistiram por vários anos. O local foi ocupado por muitas décadas e habitado pela população Xavante, que seria próxima de duas a três mil pessoas naquela época.

Ainda segundo o autor, “apesar de Sôrepré ser considerado o último momento quando foram politicamente unificados, [...] houve] a dispersão a partir de Sôrepré como um momento histórico particular no qual conflitos políticos internos suplantaram a unidade” (WELCH et al., 2013, p. 24-25). Em contraste, posteriormente dissolveu-se Sôrepré devido aos conflitos internos que foram aos poucos gerando divergências entre diferentes subgrupos. Isto teve como consequência a migração e o surgimento de novas aldeias, algumas tão distantes quanto as localizadas próximo a São Félix (Mãiwatsédé)²⁴ e aos rios Couto Magalhães e Sete de Setembro. Outros grupos se dispersaram igualmente, constituindo-se as populações atuais que vivem nas Terras Indígenas de Parabubure, Marechal Rondon, Sangradouro/Volta Grande e São Marcos (WELCH et al. 2013; SILVA, 1992).

O relativo estado de “calmaria” em que os Xavante permaneceram até o início do século XX seria novamente perturbado tanto pelas investidas das missões salesianas que buscavam a “evangelização” dos indígenas, quanto pelas tentativas de contato do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais²⁵ (SPILTN), órgão que antecedeu o Serviço de Proteção aos Índios²⁶, além do expressivo número de colonos que gradualmente estabeleciam-se às margens do Rio das Mortes, provocando novos confrontamentos.

²⁴ Baseado na oralidade do povo Xavante, Fernandes (2011) aponta que, na região conhecida como Marãiwatsédé, existiam cerca de 10 aldeias (Bö’u, Umreru tse, Umdonho’hu, ‘Ritu, Udzurawawé, Imprépá; Etetsimná e Uwe’ruré; Monipá, e Ubre’hu), sendo a primeira o centro ceremonial e político.

²⁵ “A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais foi a primeira agência indigenista laica do Brasil, criada em 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº 8.072. Entre as finalidades da agência, estavam: estabelecer a convivência pacífica com os índios; agir para garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; fazer os índios adotarem gradualmente hábitos “civilizados”; influir de forma amistosa sobre a vida indígena; fixar o índio à terra; contribuir para o povoamento do interior do Brasil; permitir o acesso ou a produção de bens econômicos nas terras dos índios; usar a força de trabalho indígena para aumentar a produtividade agrícola; fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação” (PROJETO MEMÓRIA, online).

²⁶ Em 1918, o SPILTN passa a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios-SPI, que após várias denúncias relacionadas a corrupção em 1967 após algumas “reestruturações” passa a ser denominada de Fundação Nacional do Índio-FUNAI.

Dessa forma, no início do século XX, as atividades dos Xavante começaram a ser relatadas por cronistas e escritores situados a oeste de seu território. Nesse período, já havia missionários salesianos trabalhando entre os índios Bororo com quem os Xavante entraram em conflito ao fazerem a travessia do rio das Mortes no final do século XIX. Segundo relatos de padres salesianos, os ataques dos Xavante aos Bororos no início do século eram constantes: há menção de um ataque à missão de Merure, onde vários Bororo buscaram refúgio junto aos salesianos (COLBACCINI; ALBISETTI, 1942 apud MAYBURY-LEWIS, 1984).

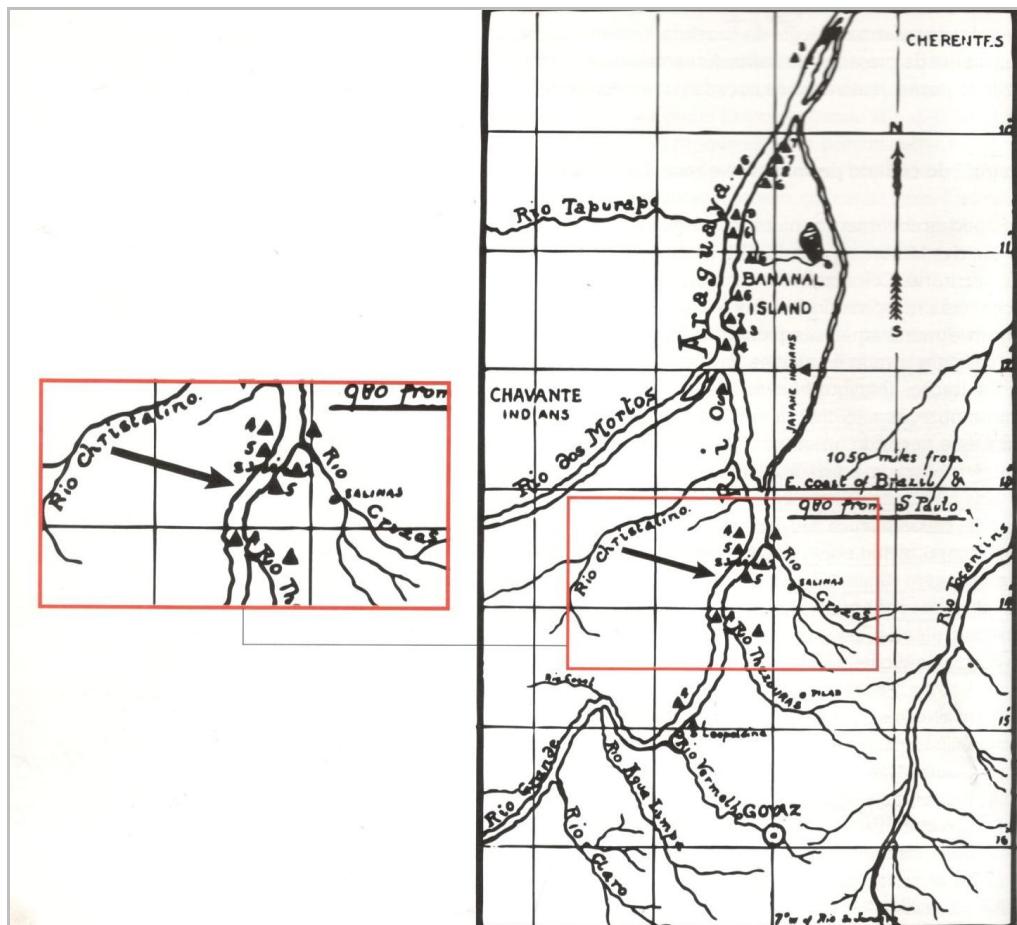
De acordo com Welch et al. (2013, p. 31-33), documentos históricos relatam que entre os meses de julho e agosto de 1909 a Missão Evangélica Sul-Americana de Liverpool, Inglaterra, percorreu a ilha do Bananal objetivando fazer contato com os índios Carajá e acabaram se deparando com um grupo Xavante situados na margem esquerda do Rio das Mortes, conforme Figura 07. Navegando mais ao norte, ao chegarem à ilha, em outro ponto localizado entre o rio das Mortes e o rio Tapirapé, acabaram avistando outro grupo Xavante. Esse grupo ainda não contatado era denominado de Marāiwatsédé.

O autor menciona que nas primeiras décadas de 1900, os Xavante já ocupavam uma ampla área que incluía tanto à margem esquerda do rio Araguaia quanto em ambas as margens do rio das Mortes, indo até aproximadamente ao sul da Terra Indígena Wedezé, até a bacia hidrográfica do o rio Tapirapé ao norte, conforme apontado na Figura 08. Evidencia-se, assim, a extensão de seus territórios. Nota-se que até a primeira metade do século XX, as comunidades de Aragarças, Xavantina, Aruanã, Cocalinho, Bandeirante e São Félix já haviam se estabelecido às margens dos rios das Mortes e Araguaia.

Com a chegada cada vez mais numerosa de colonos à região compreendida entre os Rios das Mortes e Araguaia, por volta de 1934, os Xavante iniciaram uma ofensiva a partir de emboscadas, passando a matar os intrusos que gradativamente invadiam seus territórios. Em um dos ataques na região de Merure, por volta de 1936, “um grupo Xavante matou o filho de um colono e roubou sua rede” (MAYBURY-LEWIS 1984; GARFIELD, 2011, p. 80). O autor relata que:

[...] o pai da criança obteve permissão do governador do Mato Grosso para, em represália, organizar uma expedição punitiva. Quando os salesianos ficaram sabendo do ocorrido, intervieram junto ao governador afim de explicar que as consequências de uma expedição dessas poderia ser desastrosa para as relações entre índios e brancos e ameaçar a paz da região e a segurança de seus habitantes (MAYBURI-LEWIS 1984, 41-42).

Figura 07 – Croqui do local onde provavelmente ocorreu o contato da Missão Evangélica com os Xavante (na mesma latitude onde se localiza a TI Maraiwatsédé).

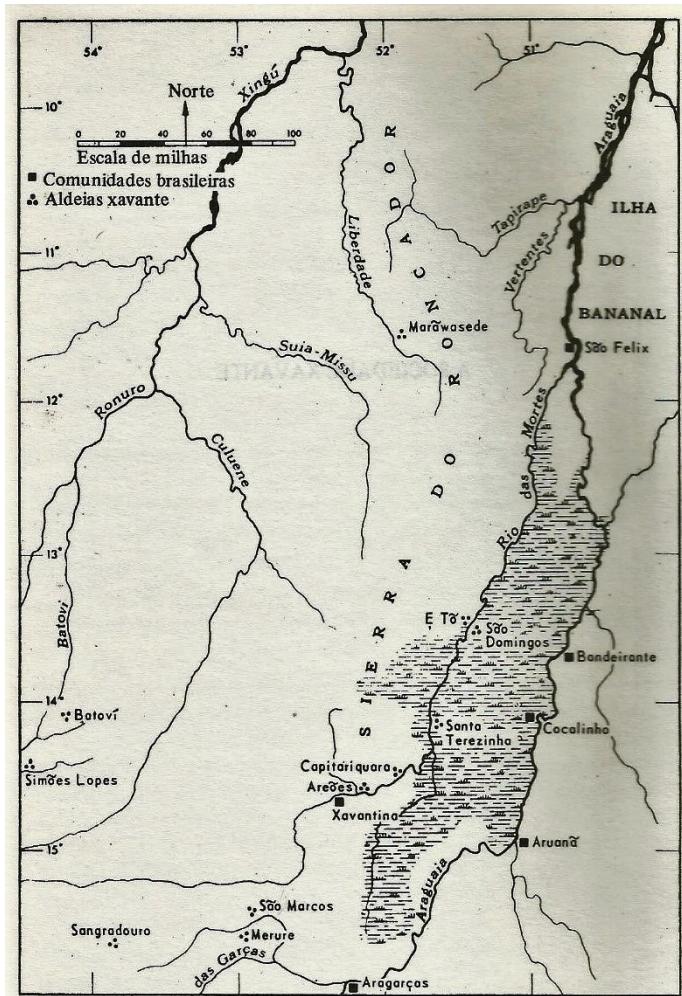


Fonte: Welch et al. (2013, adaptado por GLASS, 1911).

Buscando estabelecer contato a fim de minimizar os conflitos e ao mesmo tempo “evangelizar” os índios, por volta de 1933-34, os Padres Salesianos Pedro Sacilotti e João Fuchs estabeleceram-se em Santa Terezinha, em território Xavante. Em uma de suas missões, os salesianos subiram o rio das Mortes e acabaram sendo mortos. Persistindo na mesma tentativa, outro padre, chamado

Hipólito Chovelon, buscava estabelecer contato a partir de um “posto de atração²⁷”, onde construiu uma cabana à margem direita do rio, no local onde foram mortos os padres Sacilotti e Fuchs. Esse local seria denominado de São Domingos (Posto Indígena Pimentel Barbosa).

Figura 08 – Localização das Aldeias Xavante.



Fonte: Maybury-Lewis (1984).

Chevelon também não obteve sucesso em suas tentativas. É ilustrativo sobre isto, que os Xavante destruíram tanto a cruz que ele havia construído quanto o monumento deixado em homenagem aos padres mortos naquele local (GARFIELD, 2011, p. 83-84; MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 41). Estes relatos segundo Gomide (2008, p. 179):

²⁷ Os Postos de Atração foram locais que a priori deveriam funcionar como uma área de proteção aos indígenas. Neles “Buscavam-se controlar os conflitos entre as populações indígenas e a sociedade nacional envolvente” (NÖTZOLD; BRINGMANN, 2013).

[...] narram as tentativas de aproximação entre os missionários e os Xavante na década de 1930. Assim, após inúmeras tentativas os missionários conseguem realizar algumas trocas de “presentes” com os Xavante, no entanto duas “bandeiras” entram na região e acabam por afastar os Xavante. Alguns anos depois o SPI entra em cena e os missionários acabam por se retirar.

Nas décadas de 1930 e 1940 o avanço sobre os territórios Xavante seria planejado e conduzido de acordo com a política governamental da época impulsionada sobretudo pela “Marcha para Oeste”.

1.3 A política Getulista da “Marcha para Oeste”: a expropriação do território Xavante

O avanço gradual das frentes de expansão sobre os territórios Xavante nas décadas de 1930 e 1940 se deu em função de ações planejadas e foram conduzidas, sobretudo durante o Governo de Getúlio Vargas, conforme Welch et al. (2013, p. 33):

A década de 1930 tornou-se um momento decisivo na história econômica e política brasileiro, quando um governo fortemente centralizador, presidido por Getúlio Vargas, reforçou o nacionalismo e a intervenção estatal na economia e na sociedade. Durante esse período, o governo enfatizou a necessidade de estimular o desenvolvimento e a integração nacional.

Em completa sintonia com os mais recentes e graves acontecimentos em que vivia o país, no dia 10 de novembro de 1937, em cadeia nacional de rádio, Vargas lançou o Plano de Ocupação do Centro-Oeste brasileiro, conhecido como “Marcha para Oeste”:

[...] A civilização brasileira mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples Foto, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasiliade é a

Marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventuroosas. E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal, com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1937).

Dessa forma, a ideologia do nacionalismo em evidência no ano de 1938 daria impulso a políticas de ocupação das terras do “sertão”. Vargas colocou em prática um ambicioso projeto de ocupação territorial do Centro-Oeste brasileiro, que ficaria conhecido como “Marcha para Oeste”, lançado em junho de 1938 (OLIVEIRA, 2016).

A “Marcha para Oeste” configurou-se como um projeto governamental que tinha como principal objetivo povoar e desenvolver o interior do país a partir do desenvolvimento humano e econômico. Para que esse projeto desenvolvimentista tivesse sucesso, seria imprescindível que o Estado garantisse as condições necessárias para atrair investimentos e manter as populações que ocupariam a região; dessa forma, o Estado ficaria responsável pela construção da infraestrutura necessária. Assim, a “Marcha para Oeste” foi a materialização dos esforços do governo federal em ocupar as regiões do Brasil Central como uma diretriz de integração territorial. Nesse sentido, Oliveira (2016) destaca que:

A Marcha para o Oeste retomava nossas antigas tradições coloniais e valorizava principalmente a figura do bandeirante, considerado o grande herói nacional, já que fora ele o responsável pela efetiva conquista do território nacional. Com tal iniciativa, segundo o discurso de Vargas, o Brasil estaria reatando a campanha dos construtores da nacionalidade, ou seja, os antigos sertanistas.

A política de ocupação por meio desse projeto colocaria novamente os Xavante em contato com os “colonizadores” que chegavam em números cada vez mais expressivos ocupando as margens do Rio das Mortes. A Coordenação de Mobilização Econômica por meio da portaria nº 77 institui a Expedição Roncador Xingu-ERX, chefiada pelo Cel. Flaviano de Mattos Vanique, que mais tarde seria substituído por Orlando Villas Boas.

Segundo Freire (2009), essa diretriz de integração foi promovida por meio da ERX (Expedição Roncador Xingu) e a da Fundação Brasil Central-FBC²⁸ (1943-1967) com apoio do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, objetivando a colonização do Centro-Oeste. Essa expedição, de acordo com Galfield (2011, p. 02):

[...] tinha como meta a expansão das linhas de comunicação até a Amazônia a partir do Brasil central, construir estradas, pistas de pouso, ferrovias, hospitais e escolas. Essas metas possibilitariam com que a região ficasse acessível e consequentemente atrativa do ponto de vista econômico, assim, consequentemente surgiriam povoamentos ao longo das cabeceiras do rio Xingu.

“Esse complexo programa governamental buscava ocupar o que na época se chamava *hinterland* ou os ‘espaços vazios’ do sertão do oeste brasileiro e buscava preparar a logística para a implantação e desenvolvimento do capital *agrobusiness*” (LIMA FILHO, 2000, p. 67). Ainda segundo Lima Filho (2000), a ERX reuniu um grupo de expedicionários que partiu de trem de São Paulo pela estrada de ferro da “Mogiana” em direção à cidade de Uberlândia (MG), considerada a “boca do sertão” e, em caminhões, alcançaram as margens do rio Araguaia na confluência com o rio Aragarças (Figura 09).

²⁸ Criada em 1943 a Fundação Brasil Central-FBC seria transformada na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO (1967-1979) durante o regime militar, sob o comando do Marechal Arthur Costa e Silva (SUDECO, 2017).

Figura 09 – Percurso percorrido pela Expedição Roncador-Xingu a partir de São Paulo.



Fonte: FVG (2009).

A partir desse ponto, os expedicionários seguiram a pé em direção ao rio das Mortes, onde mais tarde surgiria a cidade de Nova Xavantina (Fotos 02 a 11). Nesse período, os jornais davam ênfase ao plano de ocupação do Centro Oeste idealizado pelo então presidente Getúlio Vargas. Um dos jornais da época (*O Popular*) trazia como matéria de capa o trajeto a ser percorrido pelos expedicionários da ERX, bem como os investimentos gerados a partir desse projeto (Figura 10).

Foto 02 – Estação da Mogiana – 1940.



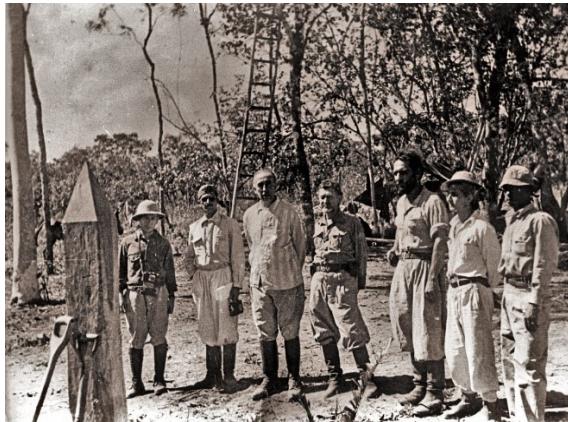
Fonte: Acervo Wanderley Duck (1940).

Foto 03 – Primeira base da ERX nos armazéns da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Uberlândia (MG) – 1944.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 04 – Marco Zero. Da Esq./Dir: O médico e fotógrafo amador Vicente Lins de Barros, Acary Passos, João Alberto Major Vanique, e trabalhadores da FBC.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 05 – Ponto de apoio denominado Aragarças, nome que assinala a confluência dos rios Araguaia e Garças.



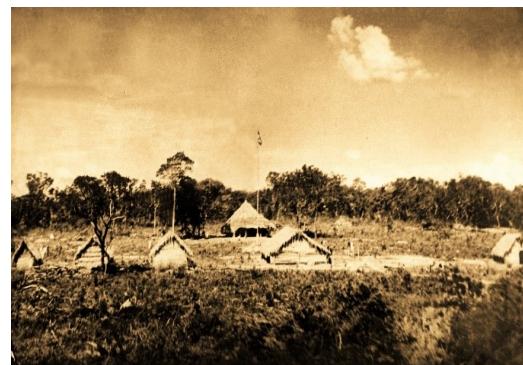
Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 06 – Expedicionários da ERX comandada pelo major Vanique (no centro) na margem direita do rio das mortes. Fev. de 1944.



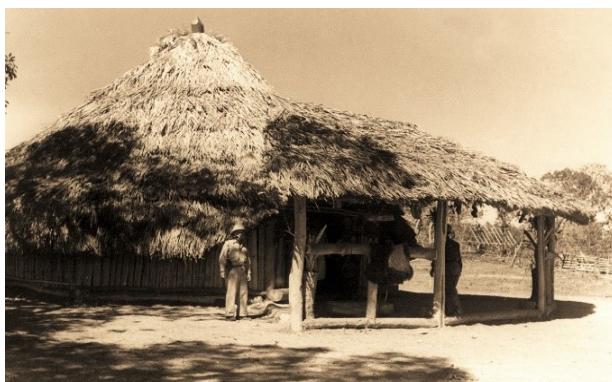
Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 07 – Acampamento Base do Rio das Mortes, próximo a territórios Xavantes.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 08 – Casa da chefia no acampamento base do rio das mortes, lugar que dá origem a cidade de Xavantina.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 09 – Cumprimentos do presidente Getúlio Vargas aos trabalhadores da FBC em Nova Xavantina.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 10 – Primeira estação de rádio do Oeste, que permitiu a comunicação com Rio de Janeiro e com os aviões de apoio da ERX.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 11 – Operadores da estação de rádio.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Figura 10 – Capa do jornal O Popular - Expedição Roncador Xingu (1940).



Fonte: O Popular (2017).

No ano de 1944, Garfield (2011) afirma que o SPI nomeou o sertanista Francisco Meireles para supervisionar a “pacificação” dos Xavante na região do Rio das Mortes. Naquele momento foi estabelecido um posto de atração em São Domingos (Pimentel Barbosa). Enquanto o SPI não havia obtido êxito no contato com os índios, no núcleo de Xavantina, localizada às margens do Rio das Mortes, a ERX preparava uma expedição que abriria caminhos em território Xavante (GARFIELD, 2011).

“A partir de uma carga ideológica de ocupação dos espaços vazios”, a ERX entrou em território Xavante em 1944 por meio dos projetos de colonização destinados para a região, não respeitando as áreas tradicionalmente ocupada pelos índios (GOMIDE, 2008). A FBC, também criada no mesmo ano, foi responsável por orientar e administrar os trabalhos da ERX e “seu objetivo era possibilitar a implantação de núcleos populacionais em pontos estratégicos no processo de integração do território nacional” (GALVÃO, 2011, p. 3). Tendo em vista que a rota de penetração planejada pela Expedição Roncador Xingu abrangearia o território Xavante, foi então incumbido ao SPI a missão de “pacificar” e estabelecer contato permanente com os Xavante.

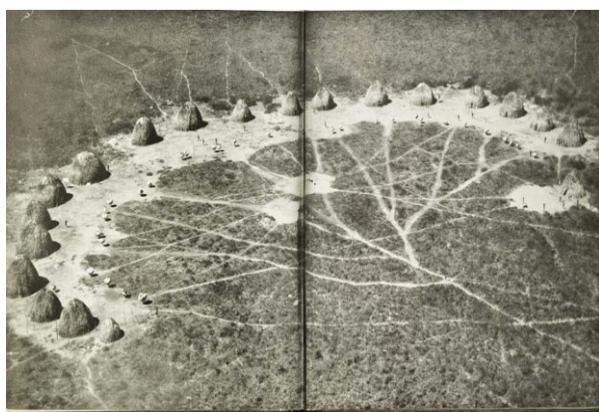
A presença dos Xavante na região era encarada como um obstáculo a ser superado. Para que os planos da FBC fossem concretizados em acordo com essa política, a FBC passou a ter convênio com o SPI, em que o órgão receberia assistência técnica da FBC para contatar os índios, bem como a Força Aérea Brasileira – FAB, que também participaria das incursões em territórios Xavante.

O apoio logístico da FAB ao SPI permitiu localizar com mais precisão as aldeias Xavante, o que possibilitou elaborar estratégias de contato, evitando assim, incidentes gerados a partir de contatos que pudesse culminar em conflitos. Garfield (2011) afirma que “os reconhecimentos aéreos eram fundamentais para a escolha de locais para instalar equipes, o que diferenciava a Marcha para Oeste dos modelos anteriores de expansão na região” (VILLAS BÔAS, 1994, p. 34; VILLAS BÔAS, 1997 apud GARFIELD, 2011, p. 92).

Assim, com todo esse apoio logístico, no início dos anos 1940 o SPI já contava com 24 Postos Indígenas de Atração (PIA). Destes, cinco localizados no Mato Grosso (GOMIDE, 2008).

Em uma dessas incursões aéreas em território Xavante, na década de 1950, o fotógrafo francês Jean Manzon capturou Fotos de uma aldeia Xavante tomada a partir de um avião da FAB (Fotos 12 e 13).

Foto 12 – Foto aérea de uma aldeia Xavante.



Fonte: Acervo Cepar Cultural.

Foto 13 – Sombra de um avião sobrevoando uma aldeia Xavante.



Fonte: Acervo Cepar Cultural.

Os métodos de contato²⁹ empregados pelo SPI foram gradativamente desenvolvidos pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, no âmbito das Comissões de Linhas Telegráficas a partir do século XIX:

Uma das principais táticas, em um cerco pacífico de povos indígenas (Lima, 1995), era a de identificar-se como amigo, isto é, como um interlocutor de confiança. Nas atividades de atração foram adotadas as seguintes técnicas:

1. A turma de atração deveria ser constituída por trabalhadores esclarecidos a respeito dos problemas do contato;
2. Chefe da equipe experiente no trato com os índios;
3. Participação de índios do mesmo tronco linguístico dos índios arredios para trabalharem como guias e intérpretes;
4. Equipe de atração instalada dentro do território indígena;

²⁹Os métodos para estabelecer contato “pacífico” com os nativos não foi uma criação do SPI. Já era utilizado desde o período colonial, por missionários e funcionários da Coroa Portuguesa, depois da República, que recorriam a métodos pacíficos para contatá-los e subordiná-los. No entanto, a autocongratulação do SPI servia a inúmeros propósitos como buscava reforçar a Foto de um Estado onipresente, benevolente e único detentor do conhecimento e da capacidade de garantir o bem-estar dos índios, bem como o processo organizado de expansão das fronteiras (GARFIELD, 2011, p. 82).

5. Construção de um posto indígena protegido, além da plantação de roçado;
6. Exploração das redondezas do posto indígena, conhecendo matas, rios e tapiris;
7. Exibição de armas de fogo, diante de qualquer ataque de índios hostis, demonstrando que a equipe tinha poderio que não seria usado contra o grupo;
8. Instalação de tapiris com presentes, distribuindo-se os índios intérpretes pelas matas. As trocas de presente estabeleciam a fase inicial de "namoro" com os índios arredios;
9. Após o contato inicial, a pacificação era consolidada com ampla confraternização. Entretanto, se houvesse algum incidente grave, poderia ocorrer o colapso da atividade de atração (ERTHAL, 1992; RIBEIRO 1962 apud FUNAI).

Assim, após as tentativas de contato malsucedidas feitas pelos padres salesianos mortos em 1932 e pela equipe de “pacificação” do SPI liderada pelo inspetor Genésio Pimentel Barbosa em 1941, a equipe do SPI liderada por Francisco Meirelles obteve êxito, em 1946 (Fotos 14 e 15), e conquistou o feito como sendo a primeira equipe a manter contato “pacífico” com um grupo Xavante. O primeiro grupo Xavante a aceitar o contato, em 1946, tinha como líder Apöwe, nascido na antiga aldeia de Sôrepré (WELCH et al., 2013; GOMIDE 2008; SILVA, 1992).

Foto 14 – Estabelecimento de contato e troca de presentes entre a equipe do SPI e grupos locais Xavante.



Fonte: Arquivo Museu do Índio.

Foto 15 – Francisco Meirelles (à esquerda) e o sertanista Ladislau Cardoso (centro) em contato com os Xavante.



Fonte: Arquivo Museu do Índio.

Galvão (2011) afirma que, a partir das décadas de 1940 e 1950, incentivados pela política da Marcha para Oeste e à existência de terras “devolutas” disponíveis, adota-se uma estratégia de colonização com a implantação de núcleos de povoamento e produção agrícola, em que são definidas como prioridades o assentamento de 200 famílias por ano ao longo do rio das Mortes e Serra do Roncador. Essas colônias foram criadas com base em pequenas e médias propriedades rurais, sendo implantadas em Mato Grosso as colônias de Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto (Xavantina). Dessa forma, como pilar da economia regional, a pecuária figuraria como atividade econômica principal (WELCH et al., 2013; PIAIA, 2003). Surgem, então, núcleos como o de Xavantina (Fotos 16 e 17), às margens do Rio das Mortes, em territórios Xavante.

Foto 16 – Marco da Fundação da Cidade de Xavantina.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

Foto 17 – Início da Urbanização de Xavantina.



Fonte: Museu da Fotografia Documental (2014).

À medida que as frentes de expansão avançavam para o interior, as terras Xavantes gradativamente foram sendo ocupadas por grileiros e fazendeiros que obtinham, junto ao Governo Estadual, título da terra por intermédio do Instituto de Terras do Mato Grosso

(INTERMAT), “já que o programa Marcha para Oeste permitia a liberação de terras indígenas³⁰ para a ocupação de colonos e fazendeiros da região” (FREIRE, 2009, p. 99). Essa ocupação só foi possível uma vez que “o território Xavante foi considerado pelo governo matogrossense como terras devolutas e desta forma foi sendo grilado³¹ durante os anos 1950 chegando ao final da década de 1960 totalmente ocupado por fazendas” (GOMIDE, 2009, p. 236).

A fim de minimizar os conflitos fundiários na região, foram feitos esforços oficiais para alocar terra ao Povo Xavante, a partir de 1950, por meio da “doação” de grande extensão de terras situadas na margem esquerda do Rio das Mortes feita pelo Governo de Mato Grosso (WELCH et al., 2013, p. 39). Para combater esse esbulho, Francisco Meirelles solicita providências imediatas ao Governador de Mato Grosso com apoio do SPI regional e também do senador Filinto Müller, para que fossem concedidas terras ao Povo Xavante (OESP, apud FREIRE, 2005, p. 61).

De acordo com Gomide (2008), Meirelles elaborou um projeto solicitando que as áreas a serem destinadas como territórios aos Xavante fossem aquelas onde estariam localizadas as aldeias já conhecidas até aquele momento, ou seja, seus territórios tradicionais. O croqui das terras solicitadas por Meirelles foi anexado ao relatório de 1949 no qual constava que seus limites compreenderiam “[...] o rio das Mortes a leste e o rio Noidore ao sul, além da vila de Xavantina e duas linhas secas ao norte e a oeste, esta, cruzando o percurso médio do rio Sete de Setembro, afluente do Culuene, englobando postos da Fundação Brasil Central” (FREIRE, 2005, p. 61), conforme a Figura 11.

Welch et al. (2013, p. 39) afirmam ainda que:

³⁰ As terras poderiam ser ocupadas por não índios desde que houvesse uma certidão negativa emitida pelo SPI de que na região não havia ocupação permanente por indígenas.

³¹ “A maioria dos povos indígenas do estado teve suas terras griladas e tomadas à força pelos grupos econômicos e especuladores que, lançando mão de documentos falsos (certidões ou declarações atestando a não existência de índios e ou posseiros), foram obtendo títulos de terras dos vários governos do estado do Mato Grosso” (OLIVEIRA, 1997).

Essa doação foi formalizada pelo Decreto Estadual nº 903 de 1950 que somavam 1.931.000 ha. Essas terras compreendiam uma vasta área entre o Rio São João, cerca de 88 km a noroeste do limite superior da atual T. I. Pimentel Barbosa, e a cidade de Xavantina. Esses limites abrangiam uma região bastante maior se comparada aquela que, posteriormente, foi demarcada como T.I Pimentel Barbosa. O decreto estipulava ainda que, se a terra não fosse medida e demarcada pelo SPI no prazo de dois anos, deveriam ser revertidas ao Estado. Em 1956, com o do Decreto Estadual nº 948, essa área foi substancialmente reduzida com a retirada de 1.114.500 ha, resultando em uma área de 816.500 ha.

Após três meses, o governo de Mato Grosso, por intermédio do Decreto 903, publicado em 28 de março de 1950, reservou as terras ocupadas pelos índios Xavante no município do Barra do Garças, conforme Menezes (2000, p. 362; GARFIELD, 2001; SILVA 1992, p. 371, apud FREIRE, 2005).

A fim de que fossem reservadas terras a outras etnias da região, o sertanista Orlando Villas Bôas encaminhou uma correspondência ao General Rondon:

Xavantina, 10 de Fevereiro de 1951

Exmo. Sr. General Rondon

Não sei se o senhor está a par da corrida por terras que anda aqui pela região. É sobre esse assunto que me disponho a escrever ao senhor. O governo de Mato Grosso, conforme é de seu conhecimento, reservou aos Xavante – sugestão Meirelles – uma área compreendida entre os Rios das Mortes e Kuluene. Com base nessa reserva a Delegacia de Terras e Colonização do Estado passou a deferir todo e qualquer requerimento de compra que fique fora da área reservada. Até aí tudo muito bem. Acontece, porém, que essa reserva só viu o interesse Xavante, como se eles fossem os únicos índios da região. O interesse, ou melhor, a zona de influência de outros índios, não só habitantes do Kuluene, como também dos que freqüentam a mata naquela zona – ainda não bem identificados – não foi levado em conta. E daí resulta o virem a ser prejudicados com os requerimentos deferidos que já atingem aproximadamente 500.000 hectares, na região que se estende dos Rios Couto de Magalhães, Cabusala, 7 de Setembro e Tanguro todos afluentes do Kuluene. Para melhor idéia anexo um mapa (cópia do divulgado pela imprensa) onde assinalo em cores a reserva Xavante, as áreas requeridas, a zona de influência e roças de outros índios. Há, ainda, a considerar que os Xavante aldeados na altura do rio Noidori (afluente Mortes) não estão ainda em condições de serem agrupados ou obedecerem um limite de influência. Eles em qualquer época do ano, principalmente na estiagem, avançam além da faixa reservada erguendo acampamentos ao longo do rio Cabusala, próximo ao Kuluene. Esses índios, supomos Xavante, foram os que há poucos dias mataram um vaqueiro de uma fazenda localizada na altura da

cachoeira da Fumaça, no Rio das Mortes. E são os mesmos que na “seca” saltam esse rio e incursionam pela margem direita. Não resta dúvida que área reservada foi dada um pouco cedo. Ela seria de grande alcance (aliás como determina as diretrizes do SPI) se fosse concedida depois de estarem os Xavante em geral, em condições de serem agrupados e com possibilidade de atenderem um limite de uma zona de influência. Assim mesmo, dado a vizinhança com as tribos do Xingu, a reserva devia ter sido de forma a proteger aqueles índios, separando numa só gleba a zona de proteção. Os requerimentos que estão sendo deferidos na margem direita do Rio Kuluene, conforme publica o Diário Oficial do Estado, são de causar apreensão. O 1º requerimento surgiu na foz do rio 7 de Setembro e os seguintes avançaram Kuluene acima e abaixo. Os do Kuluene abaixo já frontearam os Kalapalo, Kuicuru e já encostaram no rio Tanguro. Dentro em pouco teremos a região do alto Xingu toda requerida, se não houver com alguma urgência um protesto do SPI. Confesso ao senhor que ignoro se o Inspetor em Cuiabá tomou alguma providência sobre o assunto, protestando junto a Delegacia de Terras. Como vê, Sr. General, a questão está exigindo atenções urgentes por parte do Serviço de Índios (SARQ/MI, apud Freire 2005, p. 63).

A partir dessa carta e de reuniões envolvendo o Vice-Presidente da República, Café Filho, o Diretor do SPI, Gama Malcher; a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres; Darcy Ribeiro, etnólogo do SPI; Noel Nutels, médico do SPI; Orlando Villas Bôas e Major Souza Leão, ambos da FBC, discute-se a criação de uma grande reserva limítrofe aos Povos Indígenas do Xingu onde incluiria entre outras etnias os índios Kalapalo. Assim, Orlando refez o mapa da reserva Xavante, onde surge também o Projeto do Parque Indígena do Xingu (FREIRE, 2005).

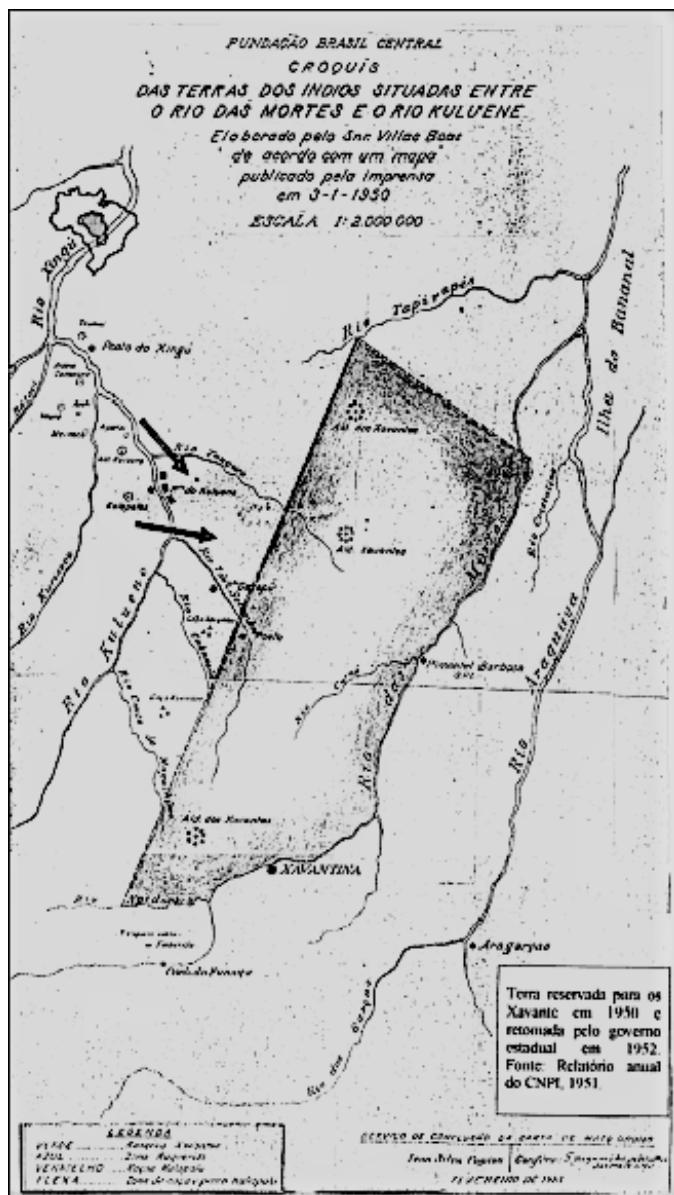
Ainda segundo Freire (2005, p. 64) “no início dos anos 50 circulava entre os 64 militares do CNPI³² a preocupação com “as infiltrações comunistas no interior do país”, na região do Brasil Central, já que surgia “boatos sobre uma propaganda comunista naquelas bandas do sertão”, isso, somado às reivindicações das duas reservas que eram limítrofes, abrangeia uma grande parcela do Estado de Mato Grosso, o que tornava difícil a aprovação dos referidos projetos.

No entanto, Freire (2005) afirma que o projeto original do PQXIN, apresentado a Café Filho em 1952, acabou englobando terras dos Xavante, conforme se lê no seu art. 4º:

³² O Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) foi criado por Decreto pelo então presidente Getúlio Vargas em 22 de novembro de 1939. “Segundo o decreto, competiria ao CNPI o estudo de todas as questões relacionadas à assistência e proteção aos silvícolas, seus costumes e línguas, podendo sugerir a adoção de quaisquer medidas necessárias a esse propósito” (INSTITUTO LULA, 2017).

Fica anexado ao PIX, em caráter provisório, até a pacificação das tribos que a habitam, a área compreendida nos seguintes limites: norte – das nascentes do rio Liberdade, por uma linha geodésica, até a foz do rio S. João no rio das Mortes; leste – e por este acima até a foz do rio Noidori; sul – da foz do rio Noidori e por este acima até suas nascentes; oeste – das nascentes do rio Noidori, por uma linha geodésica até o Posto Curisevu, sobre o rio Batovi (Tamatatoala). § único – Após a pacificação de cada tribo que habita nas terras anexas ao PIX lhe será assegurado um território tribal, na forma da lei, voltando a área que o contorna ao domínio do Estado (SPI, Relatório anual de 1953, apud Freire, 2005).

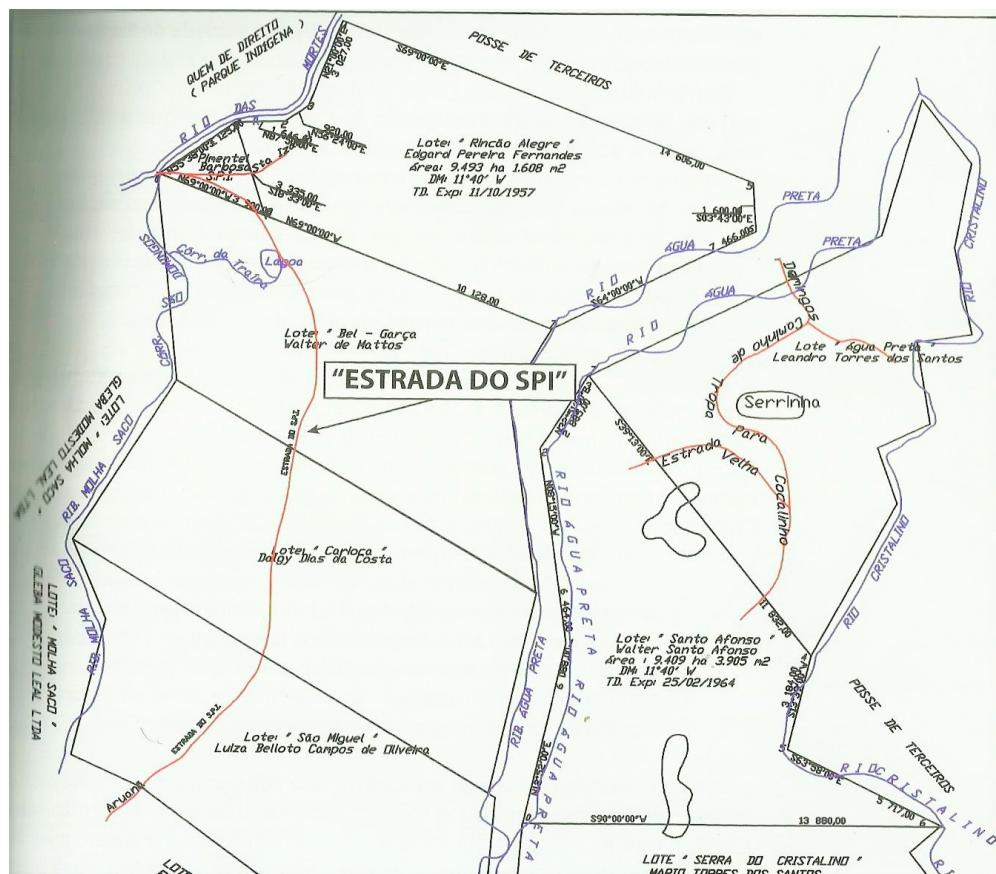
Figura 11 – Croqui original do Decreto nº 903 de 1950.



Fonte: Freire (2005).

Mesmo diante de esforços feitos pelo SPI para impedir a ocupação dos territórios indígenas, extensas áreas foram gradativamente sendo expropriadas dos Xavante e transformadas em propriedades particulares (ALMEIDA, 2002 apud WELCH et al. 2013). A Figura 12 mostra em detalhe o croqui do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) a área do Posto Indígena Pimentel Barbosa na década de 1950, onde ocorreram as primeiras titulações de terras em território Xavante.

Figura 12 – Croqui contendo os limites de propriedades em áreas Xavante.



Fonte: Welch et al. (2013).

Conforme Gomide (2008, p. 234), “o processo de esbulho e retalhamento dos territórios indígenas no estado do Mato Grosso, em especial o caso dos Xavante e das diversas etnias do Xingu, foi realizado no contexto da luta política de interesses sobre as terras, entre governo federal e o estadual”. Além disso, Menezes (2000, p. 184) afirma que:

[...] o jogo político entre SPI, FBC, e estado do Mato Grosso via projetos de colonização resultou na diminuição do Parque do Xingu e na demarcação em ilhas das terras Xavante. Todo esse processo se deu por meio da atuação de alianças políticas e concessões de terras às grandes empresas de colonização do sul do país.

A demarcação das terras indígenas descontínuas ou em “ilhas” “[...] traz prejuízos sem conta, não há dúvida de que demarcação malfeita é conflito futuro. A sociabilidade é prejudicada por que não há continuidade no território. Terra contínua é fundamental para a vida cultural e para a sobrevivência física também” (GOMIDE, 2008, p. 239).

Nesse sentido, a fragmentação dos territórios Xavante, a partir da demarcação em áreas não contínuas, imprimiu aos Xavante e ainda imprime grandes danos socioambientais: “A fragmentação do território provocou a fragmentação do povo Xavante, o qual possui um entendimento do conceito de território distinto do ocidental” (GOMIDE, 2008, p. 240).

Haesbaert (2004) assinala que, no processo de territorialização e desterritorialização, o controle do espaço é protagonizado na territorialização pelo controlador, aquele que territorializa; já na desterritorialização, esse processo é protagonizado pelo agente controlado. Gomide (2008) observa que esse tensionamento territorial fundamenta-se na violência, em sentido amplo, e sempre em contrário à vontade dos controlados. Desse modo, “[...] reterritorialização implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros” (HAESBAERT, 2004, p. 262).

Com o avanço cada vez mais intenso de grandes fazendas em direção aos seus territórios, os Xavante viam-se encravados, estavam perdendo, aos poucos, suas áreas tradicionais de onde mantinham seus meios de subsistência, costumes e tradições. De acordo com Ravagnani (1978, p. 162-163) eles estavam

[...] sem possibilidades de novas migrações, cercados por criadores de gado, com territórios invadidos por todos os lados, seus rios navegados por poderosas lanchas motorizadas, seus campos cortados por várias expedições, as aldeias tomadas por surpresas e atacadas por armas eficientes, suas casas vasculhadas e roubadas, fazendas e povoados florescendo em suas terras.

Embora os indígenas tivessem direitos à terra resguardada pela Constituição de 1934³³ por ocupar áreas tradicionais, “o aspecto de maior gravidade, estava na venda feita pelo Governo do Estado de Mato Grosso de terras indígenas a terceiros mesmo existindo índios na gleba em questão [...]” (BARBOSA, 1963 apud WELCH. et al., 2013, p. 40).

Assim, gradativamente fragilizados por doenças e enfraquecidos pelos constantes enfrentamentos com os colonos, inúmeros grupos foram forçados a estabelecer contatos com diferentes representantes da sociedade brasileira durante as décadas de 1950 e 1960: “Estava claro que com o passar do tempo, essa região do Mato Grosso seria aberta à colonização e os Xavante teriam que enfrentar o problema de sobreviver numa fração de território original” (MAYBURY- LEWIS, 1984, p. 94).

Foi assim, por meio do esbulho dos territórios indígenas que grandes fazendas foram sendo gradativamente implantadas, intermediadas por grandes projetos agropecuários, a exemplo da fazenda Suiá-Missú, cravada no território Xavante de Marãiwatsédé.

Essas constantes invasões dos territórios Xavante fez com que muitos grupos buscassem refúgio em missões católicas salesianas ou mesmo em Postos do SPI, onde chegavam doentes e famintos. Embora Meireles tenha estabelecido contato com um grupo Xavante no ano de 1946, levaria vários anos até que todos os Grupos Xavante estabelecessem contato permanente, como é o caso do Grupo Xavante de Marãiwatsédé, que foram contatados na década de 1960 (WELCH et al., 2013).

As pressões exercidas pelas frentes de expansão capitalista sobre os territórios Xavante fragmentaram seus territórios, transformando-os em “ilhas” a partir das inúmeras demarcações de Terras Indígenas. No início da década de 1970, os Xavante reconquistaram parte do território em meio a intensos conflitos e violências vividos desde a “pacificação”, mas o certo é que nestes 50 anos a luta dos Xavante por seu território nunca parou.

Em função das constantes invasões dos territórios Xavante, seus territórios acabaram sendo fragmentados e transformados em “ilhas.”

³³A Constituição de 1934 estabelecia em seu Art. 129 que “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las” (NAUE, 2017, s./p.)

1.4 Distribuição espacial e habitat das comunidades Xavante em Mato Grosso

Atualmente, o Povo Xavante está localizado na região onde viviam seus antepassados, ou seja, a maior parte de suas terras estão localizados na região do planalto central brasileiro, na porção leste do Estado de Mato Grosso, conforme referido anteriormente. Seus territórios estão inseridos entre duas importantes bacias hidrográficas, a do rio Araguaia (Leste) e do rio Xingu (oeste), tendo como divisor de águas a Serra do Roncador. O relevo da região encontra-se na faixa de 600 a 800 metros de altitude e são drenados por rios que escoam para a porção norte, onde vão abastecer importantes rios como o Tocantins, o Araguaia e o Xingu (WELCH et al., 2013).

Tanto as aldeias antigas como as atuais seguem o mesmo padrão ambiental, ou seja, estão inseridas no Domínio dos Cerrados onde estão presentes os diversos tipos de formação fitofisionômicas deste Bioma, como a formação florestal, representada pelas florestas-galeria e matas ciliares que seguem os cursos d'água, e se completam com as ilhas de mato dos capões e aglomerações de buritis, ambas de forma isolada e circunscrita onde afloram nascentes que por sua vez vão abastecer os cursos d'água. Estão presentes também nessa formação o Cerradão e as formações rupestres em áreas de maior altitude se comparado às demais áreas, como a Serra do Roncador (Fotos 18 a 21).

Foto 18 – Vegetação composta por Cerrado e Campo Rupestre.



Fonte: Plantarum, online.

Foto 19 – Cerradão.



Fonte: Caliandra do Cerrado, online.

Foto 20 – Vereda.



Fonte: Caliandra do Brasil, online.

Foto 21 – Mata Ciliar.



Fonte: Embrapa, online.

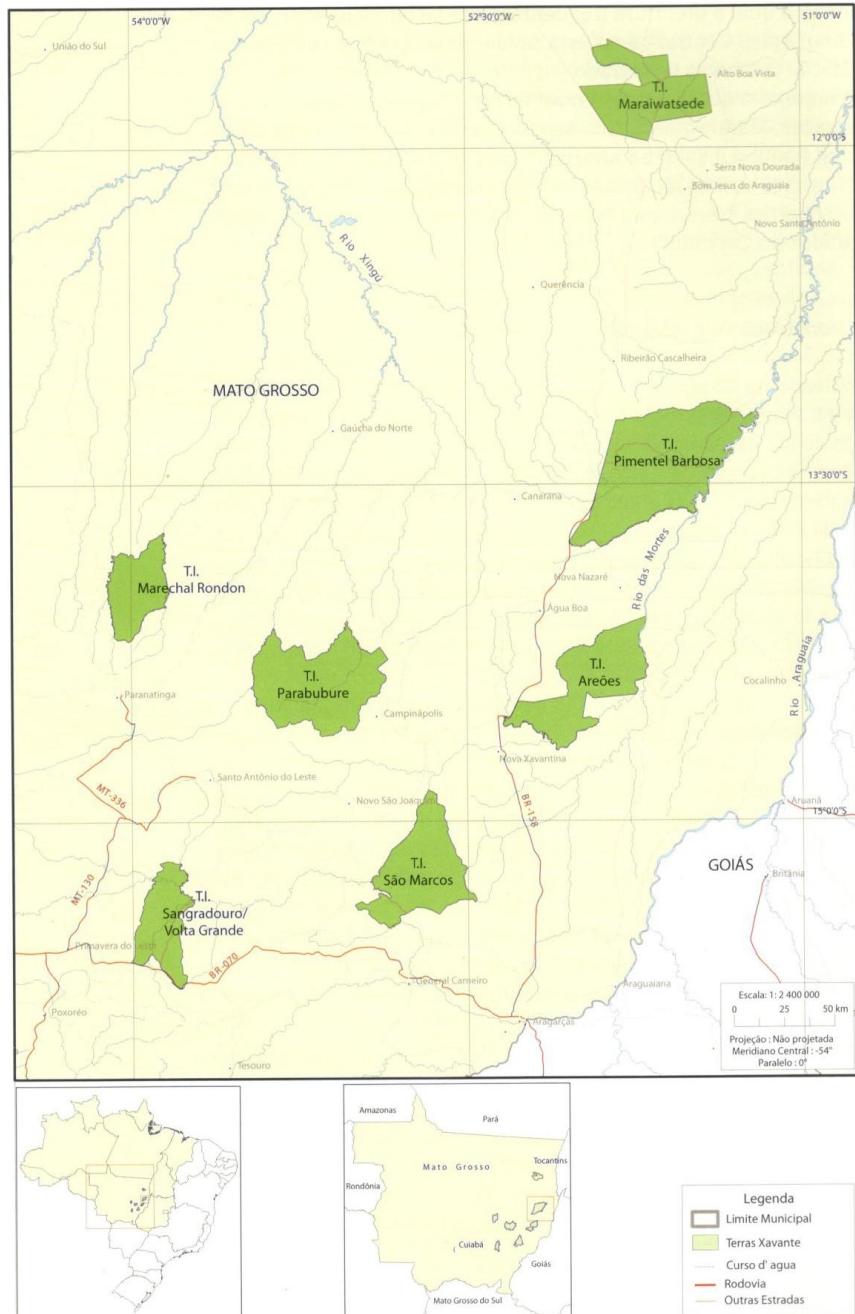
Ao norte do Estado a vegetação mescla-se entre o Cerrado e a Floresta Amazônica por estarem numa área de transição entre os dois Biomas (EMBRAPA 2016; WELCH et al 2013; GIACCARIA; HEIDE, 1984; MAYBURY-LEWIS, 1984). As aldeias Xavantes aqui consideradas são construídas nas regiões de Cerrado *stricto sensu* (WELCH et al, 2013).

1.4.1 Aspectos Populacionais e organização sociocultural dos Xavante

1.4.1.1 Aspecto Populacional

A população Xavante é composta por 18.380 indivíduos (SIASI/SESAI, 2014, apud ISA, 2016), distribuídos espacialmente por diversas Terras Indígenas, no território mato-grossense (Mapa 04), sendo elas Pimentel Barbosa, Areões, Marãiwatsédé, São Marcos, Parabubure, Ubawawe, Chão Preto, Marechal Rondon e Sangradouro/Volta Grande, na região compreendida pela Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Coluene, Couto de Magalhaes, Batovi e Garças, no leste de Mato Grosso, região que constitui parte do seu antigo território de ocupação tradicional (ISA, 2008). À exceção das Terras Indígenas Chão Preto e Ubawawe que são contíguas à TI. Parabubure, as demais Terras Indígenas (Marechal Rondon, Marãiwatsédé, São Marcos, Pimentel Barbosa, Areões e Sangradouro/Volta Grande) são espacialmente descontínuas (GOMIDE, 2008; FUNAI, 2016). As TIs apresentam-se distintas quanto à sua localização, situação jurídica e à extensão conforme apresentado no Quadro 03.

Mapa 04 – Terras Indígenas Xavante homologadas em Mato Grosso até 2010.



Fonte: Welch et al. (2013).

Quadro 03 – Terras Indígenas Xavante – Localização Municipal, Área (ha) e Situação fundiária.

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	ÁREA EM HECTARE (ha)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA / ANO
T.I Marãiwatsédé	Alto da Boa Vista	165.241	Homologada - 1998
Pimentel Barbosa	Água Boa, Canarana e Ribeirão Cascalheira	328.966	Homologada - 1986
Areões	Nova Xavantina	218.515	Homologada - 1996
Areões I	Água Boa	24.450	Demarcada
Areões II	Água Boa	16.650	Demarcada
Marechal Rondon	Paranatinga	98.500	Homologada - 1996
Parabubure	Campinápolis Água Boa	224.447	Homologada - 1991
Ubawawe	Novo São Joaquim	51.900	Homologada - 2000
Sangradouro	General Carneiro Poxoréu	100.280	Homologada - 1991
São Marcos	Barra do Garças	188.478	Reservada. REG CRI E SPU – 1994 (1).

Fonte: ISA (2008), IBGE (2010); FUNAI (2016) e SOUZA et al (2016).

(1) Data do registro em cartório.

A fragmentação dos territórios Xavante está intimamente relacionada ao processo histórico de ocupação das terras no leste mato-grossense iniciado na primeira metade do século XX, conforme referido anteriormente, sobretudo pelos projetos de ocupação da porção oeste do Brasil impulsionada inicialmente pelo presidente Getúlio Vargas na chamada “Marcha para Oeste”.

Ao longo do processo de ocupação as áreas tradicionais Xavante foram gradativamente fragmentadas. Dessa forma os Xavante viram surgir em seus territórios grandes empreendimentos agropecuários que se intensificam a partir da década de 1960, incentivadas graças às políticas

desenvolvimentistas e, sobretudo, aos incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), como é o caso da Agropecuária Suiá Missú que surge em território Xavante em meados da década de 1960.

1.4.1.2 Organização Sociocultural dos Xavante

Ordinariamente, não há sociedade desprovida de cultura. Sobre as populações indígenas, o senso comum tem associado, e mesmo lamentado, a uma “perda” ou descaracterização cultural com os impactos de sociedades exógenas, tal como mudanças na vestimenta, falar-se uma segunda língua, letrar-se, incorporar alimentos não tradicionais (industriais, inclusive), utilizar aparelhos tecnológicos, sendo que a preservação poderia ser resolvida com isolamento. No entanto, esse tipo de troca não fere a identidade de um povo, até porque o isolamento indígena nunca significou estar ilhado de outros povos indígenas. A identidade cultural de um povo vai muito além da preservação ou das trocas aparentes entre duas ou mais sociedades, tais como a compreensão que tem de si e da forma como organiza a própria sociedade.

De acordo com Welch (2014, p. 157) “a sociedade Xavante, como outras sociedades falantes de língua Jê, é conhecida entre os antropólogos por suas características estruturais duais”, ou seja, são divididos dois Clãs, um denominado *öwawé* e o outro *poreza'õno*, e são herdados de seu pai num sistema de descendência patrilinear (CERQUEIRA, 2009).

Ainda segundo o autor, o casamento entre os Xavante é considerado exogâmico, sendo permitido apenas o casamento entre pessoas de clãs diferentes; e uxorilocal, uma vez que ao se casar o marido passa a residir na casa da esposa, passando também a pertencer ao seu grupo doméstico.

Além de ser divididos em dois Clãs (*öwawé* e *poreza'õno*), os Xavante estão organizados em categorias de idade e classes de idade. Conforme Cerqueira (2009, p. 43) “as categorias de idade apresentam as fases da vida de mulheres e homens Xavante que [...] não estão associadas diretamente”. Segundo o autor, as categorias de idade masculina são organizadas da seguinte maneira:

aiutépre (recém-nascido), *aiuté* (criança até 2 anos), *watebremi* (menino entre 2 e 9 anos), *airepudu* (menino entre 9 e 12 anos), *wapté* (morador da casa de solteiros), *riteiwá* (iniciado), *ipredupté* ou *danhohui'wa* (patrocinador da iniciação), *ipredu* (homem maduro) e *ihi* (velho) (CERQUEIRA, 2009, p. 43).

Já as categorias de idade femininas são entendidas da seguinte maneira:

aiutépre (recém-nascida), *aiuté* (criança), *ba'õno* (menina entre 2 e 9 anos, cujos seios não começaram a se desenvolver), *azarudu* (menina entre 9 e 12 anos, que ainda não se casou, mas que está apta a coabitar com seu futuro marido, pois seu corpo já começou a se desenvolver), *adabá/soimbá* (menina a partir de 12 anos, que passou pelo rito do *Adabasa*, o casamento xavante, mas que ainda não tem filhos), *pi'õ* (mulher que já deu luz a um filho, pelo menos, até se tornar idosa) e *pi'õ ihi* ou *ihirê* designa mulher “velha” ou “velhinha”, que já tem netos crescidos (CERQUEIRA, 2009, p. 43).

Quanto à classe de idade, mulheres e homens são organizados em oito classes, são elas: “*sadarō* (bafo quente), *abareu* (tronco de pequi), *nozōu* (sabugo de milho), *tirowa* (lugar da flexa), *etepá* (pedra ou serra comprida), *ai'rere* (um tipo de palmeira), *hötörã* (tipo de peixe ou machado), *anorowa* (lugar da bosta)” (CERQUEIRA, 2009, p. 43).

Ao longo da vida, membros das classes de idade passam por uma série de categorias formais de idade, que incluem a pré-iniciação (*wapté*), a idade adulta noviciada (*ritei'wa*) e a idade adulta madura (*iprédu*). Somente a primeira dessas é restrita aos homens; as demais incluem também as mulheres³⁴ (WELCH, 2014, p. 158).

Cada grupo de meninos que entra em um sistema de reclusão e vai para a casa dos solteiros, denominada de *hö* (Fotos 22 e 23), passa a pertencer a uma classe de idade que é composta por meninos de dois clãs distintos, denominados de *öawê* e *poreza'õno* (WELCH, 2014; CERQUEIRA, 2009):

São nomeados da mesma idade um grupo de meninas, determinado pelos mais velhos, na mesma fase de iniciação dos meninos, o que não quer dizer que pertencem à mesma categoria de idade. Ao sair do *hö*, o grupo de meninos que concluiu os rituais de iniciação, entra noutro grupo que formará a classe de idade subsequente. Nessa ordem, ao se formar na geração abareu na casinha

³⁴ As mulheres não ficam reclusas, elas permanecem no seio familiar.

dos solteiros, hö, será a vez da geração sadaro entrar na casinha. Depois de cinco anos entra os anorowa, depois de mais cinco anos, os hötörã e assim sucessivamente (CERQUEIRA, 2009, p. 44).

Foto 22 – Vista externa da casa dos solteiros (hö).



Autor: ROCHA, L. (2017).

Foto 23 – Vista interna da casa dos solteiros.



Autor: ROCHA, L. (2017).

Conforme Welch (2014), há um outro sistema de categoria de idade praticado no domínio da vida espiritual que também se faz presente na organização social Xavante: “[...] os homens são introduzidos no sistema espiritual durante um ritual de iniciação (darini), que acontece mais ou menos a cada 15 anos e, subsequentemente, passam por uma sequência de quatro categorias espirituais ao longo da vida” (WELCH, 2014, p. 159).

Uma vez contextualizado histórica e territorialmente os Xavante de Marãiwatsédé, passa-se, no próximo capítulo, a investigar os processos de desterritorialização e reterritorialização desse Povo.

CAPÍTULO 02

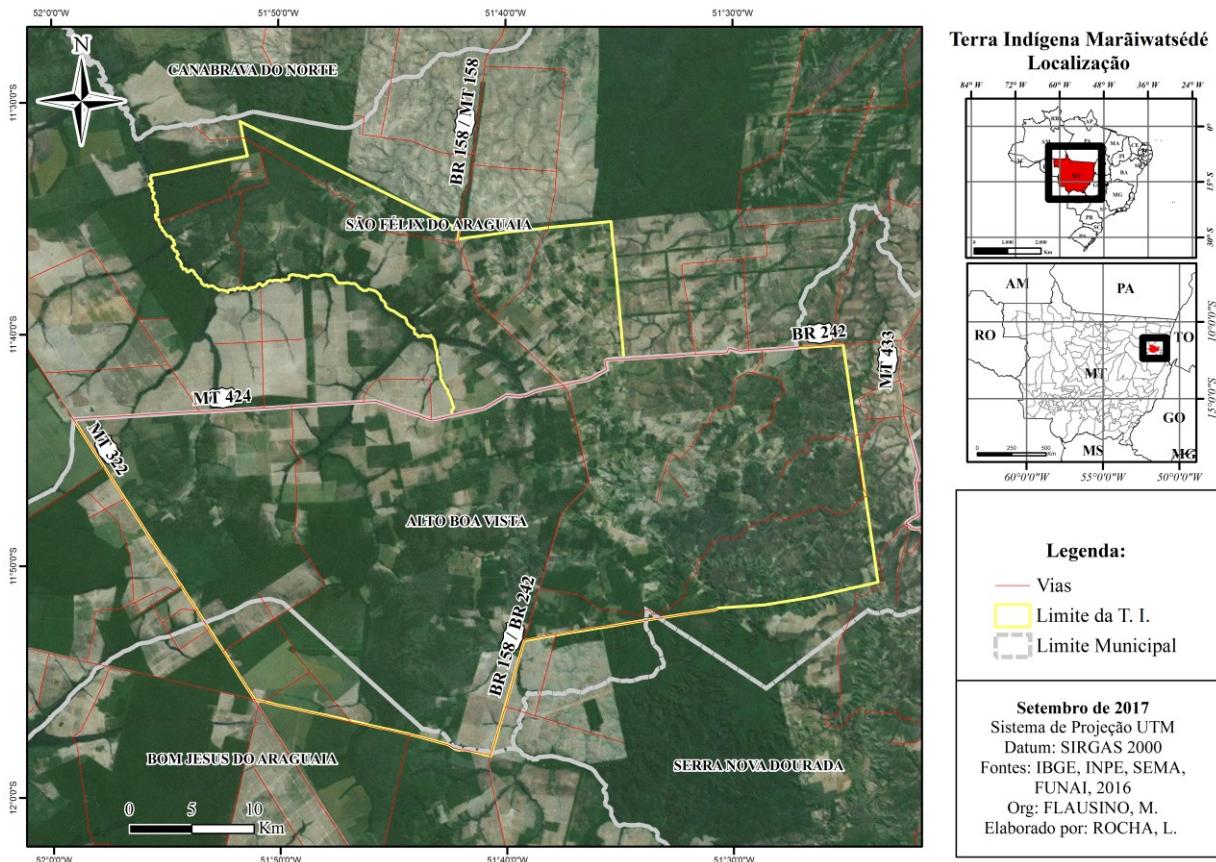
OS XAVANTE DE MARĀIWATSÉDÉ: da desterritorialização à reterritorialização

2.1 Os Xavante da TI Marāiwatsédé

A palavra Marāiwatsédé, cujo significado é “mata densa”, está relacionado às características biogeográficas da região onde se insere a TI Marāiwatsédé, que, por sua vez, está em uma área de transição do Bioma Cerrado para o Bioma Amazônico, “um ecossistema diferente dos campos cerrados nos quais tradicionalmente o Povo A’uwê Uptabi habita” (ROSA, 2013). A área correspondente a Marāiwatsédé está localizada em sua maior parte nos municípios de Alto da Boa Vista, São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e uma pequena parte no município de Serra Nova Dourada.

Trata-se de uma área limitada pelos rios Araguaia a leste e pelo rio Xingu a oeste e na porção norte é limitada pelos rios Tapirapé e pela Serra do Roncador a leste (Mapa 05). A área também é “dividida” ao meio pela rodovia BR 158 (Norte/Sul) que liga Mato Grosso ao Pará e pelas rodovias MT 322 (Oeste), MT 433 (Leste), ambas as rodovias têm servido como importantes vias de escoamento da produção agrícola em diferentes porções do território mato-grossense. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), sua população é composta por 1.945 indígenas, desse total 1.009 são homens e correspondem a 53,6% enquanto as mulheres são 936, correspondendo a 48,1% da população.

Mapa 05 – Terra Indígena Maraiwatsédé: Localização



Sobre o Grupo Xavante de Maraiwatsédé se tem poucas informações a respeito da sua etnologia. Sobre seu passado, Lopes da Silva (1992) ressalta que, no início do século XX, após a travessia do Rio Araguaia, os Xavante se estabelecem na região da Serra do Roncador onde formaram a aldeia Isorepré (Pedra Vermelha). Após um relativo período de estabilidade essa aldeia acabou passando por várias cisões internas, o que resultou em várias facções, que por sua vez migraram para diferentes direções, originando, assim, novas aldeias, e uma delas é Maraiwatsédé, localizada na porção nordeste de Mato Grosso, na região do rio Suiá-Missú.

O território Xavante de Maraiwatsédé, como os demais territórios do Povo Xavante localizados no Estado do Mato Grosso, vem desde o final da segunda metade do século XIX sofrendo constantes invasões por parte dos não índios, o que de certa forma reflete diretamente no modo de vida e costumes desse povo:

Crenças e práticas religiosas, bem como algumas instituições sociais e práticas cerimoniais foram afetadas, em especial entre aqueles que travaram contato com missionários, sejam eles católicos ou evangélicos. Apesar desses impactos, a Cultura Xavante continua a se manifestar com extrema vitalidade, sendo retransmitida de geração em geração através da língua e de inúmeros mecanismos sociais, cosmológicos e cerimoniais (GRAHAM, 2008, s./p.).

Mesmo sofrendo violentos processos de contato que remontam ao período colonial, estes ainda mantiveram a língua comum, os padrões de organização social e instituições, as práticas cerimoniais e a cosmologia com as quais definem os Xavante como uma totalidade social. Suas comunidades, a despeito de todos os reveses, apresentam-se politicamente autônomas e independentes, ainda que às vezes se unam para atingir objetivos comuns (GRAHAM, 2008).

2.2 A chegada do Estranho: expropriação da Terra Indígena Marãiwatsédé e a incorporação pelo agronegócio

Entre os anos de 1946 e 1966, o Povo Xavante sofreu inúmeros processos de remoção forçada de seus territórios tradicionais “realizadas por missões de ‘pacificação’ que foram levadas a cabo pelo SPI objetivando a ocupação de seus territórios, e posteriormente, por empreendimentos financiados sobretudo pelas instâncias governamentais” (BRASIL, 2014).

Não diferente dos outros grupos Xavante, o grupo de Marãiwatsédé, que até meados da década de 1940 se encontravam “isolados” no nordeste do Mato Grosso, acabaria também sendo expropriados de seu território no ano de 1966, com a chegada dos empreendimentos agropecuários a região, sobretudo aqueles financiados pela SUDAM.

O processo de ocupação do leste mato-grossense deu-se ainda na primeira metade do século XX, com a atividade de colonos que migraram principalmente da região Nordeste do Brasil, originando povoados e cidades como São Felix do Araguaia. Nesse contexto, a presença dos não índios na região de Marãiwatsédé era quase inexistente, conforme relatado pelo Cacique Damião:

[...] Quando era pequeno, primeiras ameaças foi encontrar brancos nessa região de São Félix do Araguaia. São Félix não tinha nenhum branco “antepassados”, só Karajá e Xavante! Aí eles habitavam todas as aldeias até em São Félix tinha aldeia velha e o pонтal do rio Marãiwatsédé até aldeia velha e mais todo lado até a beira do rio Araguaia é aldeia Urubu Branco, divisa é o rio Branco. De lá voltaram também e chegaram aqui de Bö'u. Mas é 1953 primeiros que padres franciscanos encontraram Xavante[...]. Aqui também já foi ocupado século passado [em referência a região onde se localiza a T. I. Marãiwatsédé]. Aí quando era pequeno eu fui criado na aldeia Bö'u...demorou para branco chegar. Aí, depois de alguns anos sem ter contato com o branco, acho que é 15 anos 20 anos que não se via o branco nessa região. Primeiros brancos da minha época encontrei em 1962, 1963. Primeiro contato! Mas não é contato, assim, sem provocação! Já estava provocando naquela época o branco. Encontrando índios caçadores, o branco vinha com cavalos e matavam índios Xavante. Eu tinha provas, o filho dele...o velho Marcelo era meu primo, o pai dele é meu tio, foi matado perto do Alto da Boa Vista, pra lá...dentro do varjão. Eles estavam de temporário [se referindo a acampamentos temporário, onde os Xavante realizavam expedições], fora da aldeia velha, quase dois meses, acho que foi no mês de janeiro, eu ainda me lembro, era garoto. Estava chovendo de noite, de dia. O primo dele percebeu que ele foi matado de tiro. Ainda, na minha época quando era pequeno, percebia que o branco estava chegando, só está invadindo, está matando índio, invadindo aldeia ou acampamento. Em 1963/1964 foi feito os primeiros contatos com o Ariosto da Riva. Veio dois aviões com colegas dele, fizeram picadas, demarcaram para a fazenda, para ocupar [...]. Ariosto estava atacando cada vez o índio, cada aldeia, isso é da minha época! (Informação verbal).³⁵

Referindo-se ao território tradicional Xavante que mais tarde seria expropriado do seu Povo, Damião relata que:

Aqui foi levantado a primeira aldeia, depois mais uma aldeia antes da chegada do Ariosto, fundada pelo meu pai. A geração dele se locomovia muito. Nessa época, Ariosto fundou a sede da Suiá-Missú. Tinham o interesse de tirar a gente daqui e sutilmente conseguiram nos deslocar [...]. Ali existe um cemitério os índios mortos pelos brancos (RADUAN, 2010).

O depoimento do Cacique Damião corrobora com as palavras de um antigo morador de São Félix do Araguaia ao qual expõe a forma com que ocorreram as invasões em território Xavante entre os anos 1950 e 1960:

³⁵ Entrevista concedida pelo Cacique da TI Marãiwatsédé a Leonardo Rocha em trabalho de campo na TI Marãiwatsédé, julho de 2016.

Até 1958, o rio Xavantinho era lugar mais avançado onde haviam chegado os primeiros moradores não-índios.

[...] os índios mandavam de São Felix para lá. Lá só tinha índio, não tinha cristão lá. Aí foi povoando começou São Félix começou a fazer esses povoadinhos, sabe? Os índios atacavam. Atacaram São Felix atacaram as fazendas ... então o pessoal foi entrando, entrando.... Os índios atacavam, eles juntavam um grupo e atacavam os índios. Aí ia entrando mais. Os índios tornavam a atacar. Mas até que os índios mexiam mais se eles fizessem qualquer grosseria com eles. ... o Tapirapé, o Xavantinho, o Gameleira, as cabeceiras do Xavantinho, aquilo tudo era habitado só por índios, só tinha índio. Índio que mandava ali tudo ... nessa época de 1958 e 59 só tinha gente até ali a beira do Xavantinho, certeza! Te digo até o nome das pessoas que tinha na beira do Xavantinho [...] (FUNAI, 1992 apud GOMIDE, 2008, p. 282).

As constantes invasões territoriais sofridas pelos Xavantes de Marãiwatsédé, a partir daquele momento, fez com que os índios reagissem às intrusões dos não indígenas, culminando, assim, em inúmeros conflitos com índios e colonos envolvidos.

Tais conflitos foram relatados, na década de 1950, por Ismael Silva Leitão, encarregado do posto indígena Pimentel Barbosa, quando informa a seus superiores a “difícil situação” enfrentada pelos Xavantes de Marãiwatsédé. Segundo ele, essa “difícil situação” incluía:

1) a invasão sistemática do território; 2) assassinatos, inclusive com requintes de残酷, como a execução de crianças e a cremação de índios ainda vivos, ocasionados por expedições punitivas de extermínio dos Xavante, verdadeiras caçadas organizadas por não-índios; 3) requerimentos de titulação das terras de Marãiwatsédé (BRASIL, 2014, p. 218).

Esses conflitos se intensificariam ainda mais a partir 1960, quando o governo Federal, por meio das políticas desenvolvimentistas, deu início a grandes obras de infraestrutura, como a BR 153 (Belém-Brasília), que impulsionou a migração interna deslocando as frentes de expansão para o Oeste e para a Amazônia, além da concessão de incentivos fiscais às empresas ligadas ao setor agropecuário que se instalassem na região Amazônica:

A partir desse momento, o ritmo e a forma de ocupação da região pelo grande capital alteraram-se radicalmente. Antes, de modo geral, era possível observar uma progressiva invasão das terras indígenas por pequenos agricultores expulsos pelo avanço das grandes fazendas. [...] com os incentivos fiscais, a grande empresa passou a expulsar ao mesmo tempo campões e índios ou a jogar uns contra os outros, como forma de se livrar dos dois (FERRAZ, 1992, p. 14).

Tais investimentos possibilitaram que a região se tornasse mais atrativa ao capital, atraindo, dessa forma, mais colonos para aquelas terras. Assim, passou-se a receber grandes levas de migrantes vindos de várias partes do país, conforme os relatos a seguir, de antigos moradores que migraram para a região nesse período:

Deixa eu te dizer, em 1959 meu pai chegou aqui na região do Araguaia, vindo do Nordeste, passando por essas trombas onde houve a Guerrilha do Araguaia. Nós atravessamos a ilha do bananal. Meu pai, segundo ele, atravessamos numa canoa de pau dos índios Karajá para o lado de cá. Meu pai atravessou nadando e tocando o gatinho que cada um trazia que era pouquinho gado, junto com outras famílias. Meu pai era uma espécie de líder camponês, um líder de caminhada apelidado de Zeca da Doca, ele Zeca e minha mãe Doca. Os dois muito fortes ideologicamente. Ele atravessou o Araguaia em busca de terras públicas, naquela época se falava em terras devolutas, se falava em bandeiras verdes, conforme a língua nordestina e buscavam-se então terras da União. Chegando aqui, se sabia que as terras eram da União ainda. Não existia governo [...] não existia presença de governo. Era terra de ninguém, era terra da União, ou seja, era terra devoluta por que era ausente de tudo. (Informação verbal).³⁶

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, para o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Relatório de Identificação da Terra Indígena Marãiwatsédé, um antigo morador afirma que:

Em 1961, pequenos posseiros já haviam se dispersado pelo território Xavante. Muitos deles moravam nas regiões próximas as aldeias e era comum neste “avanço da população nacional [...] a organização de expedições punitivas que visavam matar o maior número possível de índios”. Esses crimes ocorridos nos anos 50 e 60 deixaram o território Xavante invadido e diminuído no início da ditadura militar (OPAN, 2013).

“Diante desses conflitos violentos o grupo Xavante de Marãiwatsédé acaba tendo parte de suas terras ocupadas por posseiros. Em seguida a invasão, deu-se a implantação da fazenda Suiá-Missú que expulsou tanto índios como os posseiros” (GOMIDE, 2008, p. 283). É nessa época, por volta de 1960, que o fazendeiro paulista Ariosto da Riva adquiriu uma extensa porção

³⁶Depoimento do filho de ex-funcionário de Ariosto da Riva, concedido à Leonardo Rocha, em trabalho de campo em São Felix do Araguaia, jul. 2016.

de terras, localizada no município de Barra do Garças³⁷; parte dessas terras em território Xavante, foram adquiridas sem nenhuma objeção por parte do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso (DTC)³⁸, que passou a emitir título de propriedade a não índios, impulsionado pelo espírito expansionista de "colonização" daquela região (MAIA, 2016). As Fotos 24 e 25 mostram os primeiros contatos dos não-índios com o Grupo Xavante de Marãiwatsédé nas décadas de 1960.

De acordo com dados disponíveis na “Certidão Vintenária” registrada no 1º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Barra do Garças, expedidos pelo Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso, em 23 de dezembro de 1960, transcritos sob o Nº 4.545, o Estado vendeu em definitivo os títulos de terras que mais tarde se constituiria na Fazenda Suiá Missú para Ana Luiza Magalhães. Os títulos foram ainda vendidos para várias outras pessoas. Em dezembro de 1962 a área foi adquirida por Ariosto da Riva, formando uma só gleba totalizando 695.843,8351 ha, que mais tarde acabaria sendo revendida ao grupo Liquifarm – Agropecuária Suiá-Missú S/A, conforme Certidão Vintenária no Anexo D.

A área era considerada por Ariosto da Riva como sendo “totalmente desabitada, exceto por uns poucos índios Xavante” (MARTINS, 2012). Foi assim que,

Ariosto da Riva requereu do governo de Matogrosso através do governador Pedro Pedrossian (1966-1971) que passou para ele da Vila Campinas até a divisa do Pará. Esse complexo todo para fazer um tal de desenvolvimento. Chamavam de colonização na época, até pelo tamanho do latifúndio (Informação verbal)³⁹.

³⁷A lei nº 163, de 25 de outubro de 1948, criou o distrito de São Félix com território vinculado ao município de Barra do Garças. Em 1963, uma lei propôs a criação do município, tendo sido vetada pelo executivo estadual. Em 13 de maio de 1976, através da lei estadual nº 3689, foi criado o município de São Félix do Araguaia.

³⁸ “Ariosto da Riva conseguiu a posse da terra, comprando-a junto à Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT). De fato, na década de 1950, a CODEMAT passou a vender terras devolutas no Mato Grosso para a iniciativa privada. Esse processo de venda se estendeu até 1986” (TAFNER Jr., SILVA, 2015). Ressalta-se que a CODEMAT foi extinta em 1978, sendo substituída pelo INTERMAT.

³⁹ Entrevista concedida pelo filho de um ex-funcionário de Ariosto da Riva a Leonardo Rocha. São Félix do Araguaia, julho de 2016.

Foto 24 – Foto aérea de uma aldeia Xavante na região de Marãiwatsédé na década de 1960.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 25 – Xavantes com o fazendeiro Ariosto da Riva na área da Faz. Suiá-Missú, por volta de 1962.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Ariosto da Riva era “um especialista no desbravamento de áreas virgens, abrindo fazendas, formando cidades, removendo índios e posseiros pobres e sem título de propriedade, vendendo terra. Fazia a famosa limpeza de área, que valoriza títulos de terra e gera uma peculiaríssima renda fundiária” (MARTINS, 2012):

Quando o Sr. Ariosto comprou, eu me lembro muito bem ele dizer que o governo queria fazer a abertura, desenvolver por causa da história de invasão de outros países, por que isso aqui era muito isolado né! E ainda é daqui pra frente. Então Ariosto se propôs a fazer a abertura, uma coisa muito grande, por que a fazenda era uma das maiores do mundo com 365 mil alqueirão. Isso era muito coisa e eu me lembro dele dizer naquela época ter pagado “ 1 Cruzeiro ” por alqueire. Ele tocou isso aí até...depois acho que ele fracassou de grana aí ele colocou Orlando Ometto como sócio (Informação verbal).⁴⁰

Assim, após adquirir a área, no início dos anos 1960, Ariosto da Riva deu início à abertura da Fazenda Suiá-Missú, uma área até então recoberta por vegetação nativa, conforme relatos de ex-funcionários que trabalharam nas frentes de trabalho naquele período e vivenciaram os primeiros contatos com os Xavante:

⁴⁰ Entrevista concedida a Leonardo Rocha por uma ex-funcionária da fazenda Suiá-Missu. São Félix do Araguaia, jul. 2016.

[...] Tinha um vizinho agrimensor que era amigo nosso. Aí convidou meu marido pra trabalhar nas “picadas” que iriam abrir nas terras da fazenda. Esse amigo foi o agrimensor que fez todas as picadas da Suiá-Missú. Fazendo pista de avião...o Sr. Antônio Resende Teles. Ele que picotou todas essas terras aí. Tinha muita mata ainda, mas já tinha feito o campo. Aí tinha que fazer as picadas pra ir abrindo e ir demarcando aquelas terras lá...Meu marido pegava aquelas turmas de peão, empreiteira de derrubada! Tudo no machado, acho que não tinha nem motosserra. Era questão de quatrocentos, quinhentos peões por que eles só derrubavam cerca de cem, cento e poucos alqueire cada ano. Cada gato. Eles chamavam gato os que pegavam as empreitadas. Cada gato tinha uma turma de peão. O alimento era levado através de avião! Eles jogavam lá de cima nas clareiras que eles abriam. Quando abriram lá os índios já estavam lá!. A aldeia dos Xavante era próxima a Suiá-Missú. As aldeias deles ficavam próximo a umas serrinhas depois do Alto da Boa Vista. Você olha pra direita tem umas Serrinhas, é ali que era a aldeia deles (Informação verbal).⁴¹

Já em 1962, com grande parte da área ainda por ser explorada, Ariosto da Riva associou-se ao Grupo Ometto, que adquiriu 80% da área; a sociedade foi formalizada com a fundação da empresa Agropecuária Suiá-Missú Ltda., registrada na Inspetoria Comercial do Estado de Mato Grosso, sob o n. 5.420, em 21 de novembro de 1962 e em 21 de janeiro de 1966 a Agropecuária Suiá Missú Ltda. passou a ser Agropecuária Suiá-Missú S/A, a qual mais tarde se beneficiaria dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM⁴² (TAFNER Jr.; SILVA, 2015). Os relatos de um ex-funcionário da Fazenda Suiá-Missú à Gomide (2008) descrevem como se deu a abertura da fazenda e a sociedade entre Ariosto da Riva e Orlando Ometto:

Ariosto da Riva vendeu as terras para Orlando Ometto, 666 mil alqueires paulista [1.611.729 hectares], é chão demais [...] Ariosto ‘comprou’ as terras do estado do Mato Grosso. Em 1961, começou a abertura da fazenda, ele chegou em 1962, fazia um ano da abertura, chegou em São Félix. Tinha muita gente trabalhando, pessoal vinha do Nordeste, Pará, São Paulo, Maranhão, contratava por meio do gato, empreitava certa quantidade de terra e ia para os lugares e trazia caminhão de gente, naquele tempo era no machado e foice. Eram muitos

⁴¹ Entrevista concedida a Leonardo Rocha por uma ex-funcionária (cozinheira) da fazenda Suiá-Missu em trabalho campo em São Félix do Araguaia, julho de 2016.

⁴² A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) estipulou como pré-requisito para a concessão de incentivos fiscais para empreendimentos na Amazônia Legal que os interessados solicitassesem à FUNAI uma “certidão negativa” para a existência de grupos indígenas na área pleiteada. A CPI de 1977 constatou que várias certidões negativas foram concedidas para áreas em que existiam polações indígenas. O próprio presidente da FUNAI a época, General Ismarth Araújo de Oliveira, admitiu em depoimento à CPI que o órgão não tinha total conhecimento das áreas habitadas por populações indígenas e que, portanto, não havia condições de determinar com exatidão se havia ou não habitantes nas áreas pleiteadas por investidores (Brasil/CNV, 2013, p. 203).

gatos dividindo a terra, por exemplo 1000 alqueires divididos em 10 gatos, 100 cada um, por isso tinha muito peão. Chegavam na Suiá de barco de Xambioá, Couto Magalhães, alguns chegavam de avião de Gurupi. A Suiá tinha balsa muito grande, e um barco grande também. Desembarcavam em São Félix, e daí iam de caminhão, inclusive eles que abriram a BR 158. O Zé do Pito, o empreiteiro da estrada da Suiá até Barra do Garças. A Suiá emprestou equipamento para estrada, para ser descontada imposto do Estado, terminou em 1968. Colocava pasto, chegou a 60 mil cabeça de gado, dividido em várias áreas. Fizeram frigorífico local Liqueândia, funcionou mal, até acabou. Atividade era só isso, gado, gado. Tudo isto foi tempo do Ometto, o Ariosto Riva só vendeu as terras quem explorou foi o Orlando (Ometto). Nessa época tiraram os Xavante. Com o objetivo de que quando eles precisassem da terra eles devolviam como cumpriram porque já era da Liquigás-Agip. Quando Liquigás comprou, os Xavante reivindicaram, e se retiraram ficou pequena área do Posto da Mata, ficou sem ninguém, lá era município de São Felix, Antônio Almeida Baú-prefeito, entregou aquela área como posse para várias famílias, posseiros entraram ano de 1989. [Outros informam 1992] Os Xavante voltaram para visitar, ai diziam Xavante não volta mais. 30 anos reivindicaram então tinham intenção de voltar. Os Xavante ficavam em São Felix quando visitaram a área” (GOMIDE, 2008, p. 285).

Com a formação da sociedade, a área que até então era de meio milhão de hectares saltou para 800 mil hectares, considerada no período como o maior latifúndio do mundo (MARTINS, 2012). No período compreendido entre 1961 a 1966, a fazenda passou por significativas transformações tais como intensos desmatamentos para a formação de pastagens, construção de açudes, cercas, estradas e demais infraestruturas que dariam suporte à pecuária extensiva:

Nesse período, os Xavante já se encontravam fragilizados e tinham abandonado boa parte de suas aldeias tradicionais, devido aos confrontos com os não-indígenas. Nesse contexto, os remanescentes do grupo de Marãiwatsédé aceitaram transferir-se para uma aldeia próxima à sede da fazenda, onde trabalharam na derrubada da vegetação nativa para a formação de pistas de pouso de avião, de roças e de pastos para a criação de gado, recebendo apenas comida por esse pesado serviço, o que pode ser caracterizado como um regime de trabalho análogo à escravidão (BRASIL, 2014, p. 218).

Recordando esse momento histórico, o Cacique Damião Paridzané afirmou que nos anos 1960, durante a abertura da fazenda, os índios foram utilizados como mão de obra análoga à escravidão, já que trabalharam por mais de dois anos na abertura da mata sem nenhuma remuneração. Segundo ele:

Foi trabalhando como [...] escravo, morreu muita gente. Trabalhando sem receber dinheiro, sem ganhar nada, sem assistência de saúde nenhuma. (O Ariosto) só dando comida, arroz limpo. Não é arroz inteiro, é quebradinho” afirma Damião Paridzané (BRASIL, 2014, p. 218).

A instalação da Suiá-Missú em pleno território Xavante intensificou ainda mais a pressão sobre as já reduzidas aldeias de Marãiwatsédé. À medida que os desmatamentos avançavam sobre os territórios Xavante, os índios eram gradativamente “atraídos” e em seguida obrigados a deslocarem-se para as áreas próximas aos acampamentos dos “mateiros”, a fim de serem “amansados”, assim os Xavante acabam fundando a aldeia Wede’omo’re, localizada próximo a sede da fazenda. Os relatos a seguir de ex-funcionários da Suiá-Missú demonstram como se deu o processo de abertura da fazenda, bem como a relação com os Xavante:

[...] ficamos três anos abrindo a mata. Os Xavante tavam lá ... bravos! Sem conhecer civilizado, começamos jogando comida e presentes de um aviôzinho sobre a aldeia deles, todo dia a mesma hora: carne seca, bala, rapadura, roupa, panos vermelhos, coberta de pano vagabundo ... não podíamos dar coisas boas ... tudo isso para distrair a tribo e fazer os índios ficarem fixos no lugar onde jogávamos os presentes. Enquanto isso, o Telles (Trator) abria a picada que saía de São Félix [...] e fizeram o primeiro acampamento. Logo que os índios perceberam a formação do acampamento, foram se aproximando. Vieram em grupos. Em pouco tempo, os índios haviam feito a sua aldeia em frente ao acampamento dos mateiros. E continuaram recebendo a comida da mão dos civilizados [...] (Entrevista de trabalhador da fazenda, Jornal da Tarde SP apud FERRAZ, 1992, p. 17).

Aqui era terra Xavante! Naquele tempo (início da implantação da fazenda), eles festejavam! A gente procurava incentivar eles pra “amansar”... na época eles começaram a vir na sede ... tinha bastante índio! Todo final de semana a fazenda matava 4,5 gado [...] e dava para eles! Eles fazia a maior festa! Eles levava muito mais. Na época – que era do Ariosto da Riva – eles davam a maior assistência aos índios, davam de tudo: roupa, botina, açúcar, arroz ... inclusive eles fizeram até um barracão perto e tinha um cozinheiro só para os índios ... Era uma saca de arroz por dia que eles comiam... e assim foram dominando eles, para ver se incentivava a trabalhar [...] para eles entenderem [...] (Depoimento de ex-empregado da Fazenda Suiá Missú, dezembro de 1989, Dossiê Itália –Brasil 1990 apud FERRAZ, 1992. p. 62).

Segundo Tafner Jr.; Silva. (2015), nesse período de formação da fazenda os conflitos com os indígenas eram inevitáveis. A tentativa de transformar o índio em mão de obra escrava só foi possível enquanto os índios recebiam os “presentes” (Fotos 26 e 27).

Foto 26 – Doação de Carne Bovina pela Fazenda Suiá-Missú aos Xavante.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 27 – Gerente da Fazenda Suiá-Missú (segundo a esquerda), funcionários e os Xavante - Década de 1960.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Assim, após uma fase de pacificação e tolerância iniciam-se os conflitos por considerarem a presença dos indígenas onerosa e promiscua com os funcionários da fazenda. Então os proprietários da Suiá-Missú decidem “remover” os Xavante para uma área fora dos limites da sede da fazenda, “local impróprio e que não oferecia as condições mínimas de sobrevivência aos indígenas por ser uma área periodicamente alagadiça. Lá ficaram expostos à fome e a doenças” (GOMIDE 2008; BRASIL, 2014). Nesse local, foi fundada a aldeia *Ú'bre'hú*⁴³.

Essas informações também são confirmadas pelos Autos do processo referente à disputa territorial que envolveu tanto os Xavante como os posseiros. Nestes, o padre italiano Mário Ottorino Panziera, que em 1962 atuava na reserva São Marcos, revelou que “os índios foram levados para uma área de cascalheira a 12 quilômetros ao norte da sede, em uma área de terreno alagadiço. O local era repleto de poças de água parada e sofria uma proliferação de mosquitos”. Ainda no mesmo depoimento o padre relata que “os Xavante recebiam de duas a três vezes por semana alimentos fornecidos pela fazenda, no entanto ressentiam da falta de coleta de frutos e palmitos da área original, que estava sofrendo desmatamento” (DIÓZ, 2012).

⁴³ Em trabalho de campo na Aldeia Maraiwatsédé nos foi relatado pelos próprios Xavante que a palavra *Ú'bre'hú* está relacionado ao ambiente alagadiço, ou seja, área de brejo.

2.3 A caminho do exílio em São Marcos: “recepçãoados pela morte”

No início de 1966, esse grupo foi obrigado a abandonar a área e se deslocar mais uma vez para a sede da fazenda, já que a área a qual foram levados anteriormente apresentava-se inadequada para a sobrevivência do grupo. A partir de então, segundo relatos do cacique Damião Paridzané, a administração da Fazenda Suiá-Missú deu início às negociações para que os Xavantes fossem retirados de seus limites e, posteriormente, transferidos para a Missão Salesiana de São Marcos a quatrocentos quilômetros da sede da fazenda e do território tradicional Xavante:

[...] estava em 1966 e já organizavam o governo junto com o SPI, naquela época fizeram uma reunião para transferir os índios para outro lugar, para outra aldeia para não acabar índio. Na verdade, não era isso! SPI naquela época já cuidava de índios, mas só era Xingu, Pimentel e Areões, Marãiwatsédé ficou sozinha. Então em 1966 os índios foram retirados da aldeia Marãiwatsédé (Informação verbal).⁴⁴

Ainda no mesmo depoimento, o Cacique afirma que houve resistência por parte dos Xavante de Marãiwatsédé em serem expropriados de seu território, já que naquele território estavam enterrados seus antepassados, bem como havia uma ligação forte com a terra; porém, houve interferência de um funcionário da fazenda e também de outros índios Xavante que eram favoráveis à transferência, alguns deles vindo de São Marcos, possivelmente orientados a convencer o grupo de Marãiwatsédé, viabilizando assim a transferência dos Xavante. Ainda na mesma entrevista o cacique relatou que:

Encarregados entrou e atrapalhou tudo, o mandato do meu pai. O Tibúrcio velho, eles fizeram uma manipulação naquele tempo. Se fosse meu pai o líder ele não teria aceitado a transferência [...]. Aí veio pessoal de São Marco. O finado Aniceto com o irmão dele, Fernando, Pedro, toda a família dele veio. Aí pressionou a cabeça do Tibúrcio dizendo que o branco vai acabar com os índios. Aí o pessoal assustou a unidade guerreira, mas mesmo assim os velhos não queriam ir para São Marcos. Então, em 1966 foram expulsos com avião! (Informação verbal).⁴⁵

⁴⁴ Entrevista concedida pelo Cacique Damião a Leonardo Rocha, em trabalho de campo na T. I. Marãiwatsédé, jul. 2016.

⁴⁵ Ibid.

Dário Carneiro, que à época era uma espécie de “tutor” dos Xavante relata que

[...] Os Padres da Missão, lá de São Marcos, sempre iam lá (Maraiwatsédé) e a ideia deles era fazer...a fazenda doar uma parte da área e os padres montar uma missão ali (Maraiwatsédé) pros índios. Mas aí, o pessoal da administração resolveu o contrário, doar uma área para eles e eu ir lá e ficar com eles...tomar conta deles e cuidar dos interesses deles. A princípio os índios ficaram meio indecisos, mas os índios que acompanhavam o padre, que vinham da missão, foram convencendo principalmente os jovens, não é! Por que na Missão tinha tratores, tinha máquinas de arroz, eles tinham grandes roças, tinha banda, tinha um monte de coisas lá [...]. Os índios não foram forçados, foram convencidos, principalmente pelos padres e pelos índios que viviam na Missão de São Marcos, que acompanhavam os padres nas suas viagens lá na Suiá. Os índios estavam muito excitados, falavam muito, era uma novidade muito grande subir num avião. E eu da minha parte estava muito triste, estava triste de ver a partida deles ali, por que eu tinha muitos sonhos em serem realizados com os índios. Formar uma fazenda para eles, pra eles criarem seu gado, por que eu tinha promessa da diretoria da fazenda que ia ser feito isso, mas forças maiores... desabou meu castelo. Eu vi com muita tristeza o embarque deles (RADUAN, 2010).

Tafner Jr.; Silva (2015) afirmam que os índios se encontravam acuados e, como a tribo não possuía perspectivas de sobrevivência e dificuldades em assimilar o que se passava em função de não dominarem a língua portuguesa, parte do grupo acabou aceitando a transferência para a Missão Salesiana de São Marcos:

Segundo o velho Tibúrcio, cacique na época, os índios, “concordaram” em serem transportados para São Marcos, onde os salesianos mantinham uma missão para atender a outro grupo, também Xavante e onde afirmavam existir muita caça e não haver mosquitos da malária. Muitos deles acreditaram que estariam voltando para a aldeia antiga (BUENO, 2006 apud TAFNER JR.; SILVA, 2015, p. 95).

Para que tudo fosse feito “dentro da lei” e com o aval do SPI, foi emitida uma autorização, datada de 11 de julho de 1966 assinada pelo chefe do Serviço de Assistência ao Índio (SASSI) Nilo Oliveira Velloso, na qual dizia:

Pelo presente, fica autorizada a Missão Salesiana São Marcos a transportar índios Xavante da Aldeia próxima a São Félix, Mato Grosso, até aquela Missão,

desde que os mesmos assim o desejem, ficando a permanência dos referidos índios condicionada à vontade dos mesmos (FERRAZ, 1992, p. 28).

Mesmo que a transferência tivesse sido condicionada a vontade dos Xavante, os mesmos acabariam sendo expropriados de suas terras a força, conforme relatado pelo Cacique Damião. Segundo ele, “os brancos pediram que viessem os aviões da FAB. Na hora do embarque eles nos cercavam como se fôssemos bois. Eles nos empurravam para dentro do avião sem nosso consentimento. Essa terra era nossa e fomos arrancados daqui. Isso dói [...], não se brinca com isso” (RADUAN, 2010).

Assim, em agosto de 1966, Ariosto da Riva conseguiu que o grupo indígena de Marãiwatsédé, composto por 263 indivíduos, fossem compulsoriamente transferidos em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para a Missão Salesiana de São Marcos, a 400 km ao sul de Marãiwatsédé, seu território tradicional, conforme Fotos 28 e 29.

Foto 28 – O grupo Xavante de Marãiwatsédé se prepara para deixar a Fazenda Suiá-Missú, em 1966.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 29 – Momento do embarque dos Xavante no Avião da FAB, 1966.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Esse episódio de violação dos direitos indígenas também é relatado no depoimento a seguir, de um morador de São Félix do Araguaia, que na ocasião presenciou a forma como os indígenas foram retirados de Marãiwatsédé nos aviões da FAB:

Queria dizer como os índios foram retirados. Quando o Grupo Ometto vendeu as terras para o grupo Liquifarm, este só compraria se retirassem os índios de lá. Era uma condição. O grupo Ometto negociou com o governo da época [...]. O grupo (Ometto/Agip?) se responsabilizou em concentrar os índios num determinado local que pudessem pegar os índios e transportá-los para um outro local. [...]estou falando das coisas que eu vi, daqui pra frente! Num determinado dia daqueles em 1962 por aí...62, 63, não me recordo bem o ano. Nós morávamos nessa localidade chamada do meio, como eu falei no início. Região de Pontinópolis. Então com a Suiá se abrindo, toda a mercadoria que ia para os trabalhadores, ou iam de avião ou de barco que chegavam aqui em São Felix, no porto da Suiá. Então ali se carregavam e iam pra lá quando fizeram estrada. Mas antes de ter estrada, nós estávamos numa área do Ariosto[...]. Ali, nós saímos em carro de boi, de cavalo, a pé levando óleo de porco, carne de porco, linguiça, rapadura, queijo, requeijão, etc. Iámos vender lá na sede da "Suriá", por que nós não sabíamos falar Suiá. Então nós, aqueles posseiros que tinham, com meu pai, vendiam lá [...]. Num determinado dia daqueles, num sábado, eu chegando perto da Suriá, da sede, aí o pai falou: "Manoel, desce aí e pega o cabresto dos bois, se não os bois vão se assustar". Então eu desci e tô puxando o cabresto dos bois para avançar, para levar o carro de boi né. E os bois "estacado". Foi quando eu resolvi me virar e nisso o dia bem claro, era quase o sol saindo. Eu me virei... rapaz, eu me assombrei, naquele momento eu me assombrei. Eu assustei demais por que eu vi um bicho grande com os braços abertos, aquela coisa monstruosa com a cara pra cima e um pedaço do rabo amarelo. Que bicho que é esse? Entrei pra de baixo do carro de boi. Ao invés de só os bois ficarem com medo eu entrei de baixo da canga e do cabeçalho do carro de boi. Papai gritou: "Meu filho, não faz assim que o boi te machuca! Isso não é nada não é o bicho avião". Até então eu não sabia! Ai pai disse: "Não tenha medo, ele está parado, não mexe com a gente". Esse avião era da Força Aérea Brasileira - FAB. Nós amarramos os bois ali e começamos a tirar os "trem" e o povo, os empregados, vieram comprar os produtos nosso. E eu muito curioso olhando para aquele bichão. Ai eu via aquele monte de gente correndo atrás uns dos outros e juntava aquele tanto. Aí clareou mais e eu disse: "Pai estão amarrando os índios, pai, estão amarrando os índios". De repente o Tibúrcio⁴⁶, que é o pai do Damião, hoje, líder, vem passando. Pai deu tipo uma bronca nele assim: "Mas pra que Tibúrcio que você está deixando judiar dos índios desse jeito? ". Aí ele chegou (Tibúrcio), isso eu me lembro como agora. Ele pareou do lado do meu pai e ele falou assim: "Zeca, nós vai embora daqui [...]" . Ele pegou os dedos das mãos e disse: "Nós vai ficar tempo, tempo, tempo, tempo e tempo. Índio vai voltar pra Suiá". Aí pai disse: "E vocês vão pra onde? Vão comer lá o que? ". Tibúrcio disse: "Nós vamos ficar comendo "bororeno", muito bororeno". Ou seja, nós vamos ficar muitos anos, não sei como é o tempo dos índios, mas ele repetiu, tempo, tempo, tempo, tempo e tempo e disse aí nós vai voltar. Vaca, boi era o que eles iriam comer lá. Prometeram que iam doar essas carnes. Aí, depois eles iriam voltar pra cá pra terra deles. E foi assim que eles amarraram os índios e foi assim que eles

⁴⁶ Tibúrcio é o Irmão mais velho do Cacique Damião e na época era o cacique.

colocaram eles dentro do avião. E foi assim que a FAB tirou eles daqui (Informação verbal).⁴⁷

De acordo com Tafner Jr.; Silva (2015), baseado nos depoimentos⁴⁸ do Padre Ottorino Panziera (Diretor da Missão Salesiana em 1966), durante a “remoção” dos Xavante de Marãiwatsédé “todos viajaram em pé por duas horas e meia presos apenas por um cinto de segurança”. Ainda no mesmo depoimento o padre Bartolomeu Giaccaria que também era membro da Missão Salesiana no período, menciona que: “os Xavante não sabiam ao certo onde estavam indo e que acreditavam que seria uma estadia temporária” (TAFNER Jr.; SILVA, 2015).

No entanto, a chegada na Missão Salesiana São Marcos foi desastrosa e violenta para os Xavante, já que nas primeiras semanas morreram cerca de 150 indivíduos, vítimas de um surto de sarampo, conforme as Fotos 30 e 31: “[...] Além das mortes por sarampo, quatro crianças Xavante sumiram na missão. [...] Após sofrerem mais esse duro golpe, ocorreu, ainda, a fragmentação do grupo por outras reservas Xavante” (BRASIL, 2014, p. 218).

Assim, “devido a todo esse sofrimento, perda da terra e das pessoas, os sobreviventes se dispersaram, e os pequenos grupos foram viver em diferentes aldeias” (GOMIDE, 2008, p. 288). Esses acontecimentos foram confirmados a partir dos relatos do Cacique Damião Paridzané. Segundo ele:

Em 1966, logo que chegaram (São Marcos) apareceu doença que chamava sarampo. Aí morreram muita gente! Cento e cinquenta pessoas. Aí a história é muito triste e a gente pensa que não podia fazer tudo! Os índios abriram buraco grande e todo dia, toda noite, toda manhã, todos morrendo e jogaram onde fizeram buraco grande, como cachorro. Levavam as pessoas nas costas? Nos braços? Levavam de carreta de trator cheia de corpo de gente de Marãiwatsédé. A história é triste! Dois dias depois, três dias, meu pai faleceu de sarampo, nem sabia! Ninguém me deu a notícia! Só depois de dez, quinze dias depois que eu fiquei sabendo que meu pai faleceu. Até meu irmão mais novo, pequeno morreu também, irmão mais velho morreu também! Toda nossa família, parentes, primos, morreram tudo. Moça e moço, velhos e crianças. Então, morreram muita gente! Aí quando o pessoal começou a morrer, isso em

⁴⁷ Entrevista cedida a Leonardo Rocha em trabalho de campo. São Félix do Araguaia, julho de 2016.

⁴⁸ Depoimento testemunhal dado no dia 29 de janeiro de 2004 à 5ª vara judicial federal de Mato Grosso referente à ação civil pública de número 950000679-0, no que concerne a devolução das terras do latifúndio aos povos indígenas.

1966, eles discutiram como seria, se iriam ficar ou se iria sair para outro lugar, se dividir (Informação verbal).⁴⁹

Fotos 30 e 31 – A epidemia de Sarampo na Missão Salesiana de São Marcos no ano de 1966, logo após a chegada do grupo Xavante de Marãiwatsédé.



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Após alguns meses da tragédia ocorrida na Missão Salesiana de São Marcos, um grupo ainda retornou a Fazenda Suiá-Missú, na tentativa de que pudessem retornar com os sobreviventes e se reestabelecerem na área onde haviam sido expropriados de suas terras tradicionais:

[...] os sobreviventes não quiseram ficar mais na Missão. Eu não estava sabendo disso por que eu estava a mais de 600 km de distância (...), pensei que já tinha se readaptado e os padres tivessem resolvido o problema. Passando alguns meses, eu tô lá na fazenda, daí surge meia dúzia de índios, eu lembro até hoje quem eram, quem são, muitos deles estão até hoje vivos, bem velhinhos, mas estão vivos!. Esses índios chegaram aqui, não podiam andar por que andaram muito a pé. Aí fui num lugar separado com eles e conversamos, e conversando eles

⁴⁹ Entrevista concedida pelo Cacique da T.I Marãiwatsédé a Leonardo Rocha em trabalho de campo na T.I. Marãiwatsédé, jul. 2016.

falararam pra mim que queriam voltar pra Suiá, eles e todo o restante da tribo [...]. Aí eu chamei o gerente e fui lá falar com ele...falei: “Os índios querem voltar”. Ali ele falou pelo rádio e aí ficou decidido que eles não podiam voltar pra fazenda por que eles tinham saído da fazenda por livre e espontânea vontade, com autorização do SPI e não podiam retornar pra fazenda, não tinha mais espaço (RADUAN, 2010).

Após essa epidemia de Sarampo e a primeira tentativa de retorno malsucedida, os Xavante de Marãiwatsédé iniciaram um processo de dispersão por diversas aldeias onde permaneceriam fragmentados até meados da década de 1980, quando se iniciou um longo processo de articulação política que acabaria resultando na retomada de suas terras.

Com a retirada do Grupo de Marãiwatsédé, a implantação das atividades ligadas à pecuária extensiva na Fazenda Suiá-Missú ocorreria sem maiores problemas já que os índios haviam sido “expulsos” de suas terras tradicionais. Assim, buscando expandir suas atividades agropecuárias, em 12 de novembro de 1966, a Agropecuária Suiá-Missú submeteu um projeto agropecuário à SUDAM visando à obtenção de créditos destinados à implementação e à ampliação das atividades agropecuárias na Fazenda. Ressalta-se que, para obter os incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, o órgão exigia uma certidão negativa da qual atestaria a não existência de indígenas e posseiros na área objeto do projeto, conforme apresentado na Figura 13.

A certidão atesta a não existência de indígenas – pois haviam sido retirados de suas terras recentemente - na área do projeto foi emitida pela FUNAI em favor da Suiá-Missú, e, além disso, outro atestado da prefeitura de Barra do Garças também foi emitido, atestando também a inexistência de posseiros: “Foi dessa forma, com certidões emitidas por prefeituras municipais e pela FUNAI, anteriormente pelo SPI, que os projetos agropecuários passaram a ser implementados na Amazônia” (TAFNER Jr.; SILVA, 2015, p. 90).

Ainda segundo o mesmo autor, os incentivos fiscais destinados a Agropecuária Suiá-Missú no período foi da ordem de Cr\$ 7.878.000.000,00. O projeto agropecuário compreendia:

A implantação e desenvolvimento de cinco núcleos: o núcleo sede, que seria instalado em 1966, e os núcleos Fontoura, União, Roncador e Xavante, que seriam instalados em 1969, 1972, 1973 e 1975 respectivamente. Para tanto, o empreendimento contava, conforme consta no processo nº 08749/66, com uma área de 646.824 hectares dos 800.000 hectares que a área da família Ometto possuía [...]. As obras de infraestrutura previstas neste projeto eram: casa grande

para a gerência; casa grande para viajantes e hóspedes; casa grande para uso pessoal da administração e hóspedes; sete casas para o pessoal da administração; prédio para arquivo; prédio grande para farmácia, escritórios, armazém e almoxarifados; residência com seis cômodos e mais quatro quartos com 12 camas e banheiros, ao todo; barracão para abrigar máquinas e veículos; oficina mecânica, serraria; prédio para a Casa de Força; prédio para o alojamento de 50 pessoas (peões e vaqueiros); paiol; caixa d'água a 8 metros de altura para 15 mil litros; duas casas geminadas para trabalhadores; 16 currais; e por fim seis açudes. O projeto previa a criação de 130.000 cabeças de gado até 1978. Todas as construções mencionadas tinham que estar prontas até 1971 e seriam adquiridos, ainda no ano de 1966, para o início da criação de gado bovino: 186 touros, 2.000 vacas e 2.000 novilhas. O incentivo fiscal fornecido ao Grupo Ometto seria aplicado nas construções e aquisições. A quantia monetária significativa iria gerar 80 empregos permanentes e um desmatamento de 108 mil hectares já no ano de 1967 para o estabelecimento do núcleo sede [...] (TAFNER Jr.; SILVA, 2015, p. 92).

Figura 13 – Fragmento da Certidão negativa da FUNAI e da Prefeitura de Barra do Garças atestando a inexistência de indígenas e posseiros na área da Suiá-Missú.

<p>2.2.3 - Situação Perante a Fundação Nacional do Índio</p> <p>A Empresa apresentou certidão negativa do aldeamento indígena na área de seu empreendimento, emitida pela FUNAI, não havendo, consequentemente, restrição à utilização da mesma.</p>
<p>2.2.4 - Posseiros</p> <p>A Prefeitura Municipal de Barra do Garças certificou a inexistência de posseiros na área da Fazenda.</p>

Fonte: SUDAM (1966, apud TAFNER; SILVA, 2015).

Com a ampliação e benfeitorias na Suiá-Missú, os sócios Hermínio Ometto, Orlando Ometto, Luiz Ometto e João Ometto Sobrinho passaram a frequentar a fazenda com mais frequência. De acordo com Casaldáliga, em entrevista, as viagens eram realizadas em aviões da TAM (no período, taxi aéreo de Marília) pertencente a Orlando Ometto. Além de passageiros, os aviões da TAM transportaram para a fazenda inúmeros animais como gado, porcos e galinhas (TAFNER Jr.; SILVA, 2015). Nesse período, Tafner Jr.; Silva (2015) afirmam que os voos eram feitos pelo Comandante Rolim Amaro, que em 1976 detinha 67% das ações da TAM em sociedade com o Grupo Ometto. A sociedade chegaria ao fim em 1993, quando a empresa foi adquirida integralmente pelo Comandante Rolim Amaro, que faz sua reestruturação; dessa forma,

a empresa passou a se chamar Transporte Aéreo de Marília (TAM). A medida que a Agropecuária Suiá-Missú ia se tornando mais estruturada, as viagens da família Ometto tornavam-se constantes, assim:

[...] os familiares foram se inteirando do novo investimento do Grupo Ometto e como era costumeiro, a propriedade foi dividida entre os familiares. No primeiro quadro acionário, apresentado no momento da aprovação do projeto⁵⁰, constavam apenas três nomes: Hermínio Ometto (33,3%), Orlando Ometto (33,3%) e Luiz Ometto (33,3%). Já em 1971 havia 28 acionistas sendo 50% do empreendimento controlado por duas pessoas jurídicas pertencentes ao Grupo Ometto e os demais 50% por 26 membros da família Ometto. Das obras mencionadas que deveriam estar prontas, em 1971 foram construídas apenas: a casa sede; o prédio para o alojamento de funcionários; duas casas geminadas; caixa d'água; almoxarifado; e, por fim, 22 currais. Nesse novo projeto o governo federal destinou ao Grupo Ometto uma verba de CR\$390.000.000,00, mesmo com a Agropecuária Suiá-Missú já apresentando uma receita positiva com a venda de gado de corte (TAFNER Jr.; SILVA, 2015, p. 98).

Com as atividades agropecuárias em ascensão e sem condições financeiras para acompanhar os investimentos necessários à sociedade empresarial, Ariosto da Riva se desfez da sociedade e vendeu os 20% das terras que ainda detinha da Agropecuária Suiá-Missú ao Grupo Bordon, que posteriormente constituiria a Bordon Agropecuária da Amazônia. Assim, com a saída de Ariosto da Riva da sociedade, as ações da Agropecuária Suiá-Missú passaram majoritariamente ao comando do Grupo Ometto. Em 1979, o grupo vendeu a propriedade para a Liquipar/Liquigás subsidiária da Agip Petroli/ENI (Estatal Italiana do Setor Petrolífero). Tafner Jr.; Silva (2015, p. 98) afirmam que:

Mesmo tendo recebido quantia significativa para executar o projeto, o Grupo Ometto não conseguiu cumprir o combinado e vendeu suas terras para a empresa então denominada Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A que pertencia ao capital estrangeiro. A Liquifarm Brasil S/A, que detinha 99,99% das ações da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, tinha como principal acionista a Liquipar S/A, que detinha 99,99% das ações da companhia. Esta última tinha como principais acionistas a Liquigás Holding Jersey Ltda. (51%) e a Capital Internacional Ltda. (49%), localizadas em Nassau, Bahamas, um paraíso fiscal. Francisco Matarazzo Sobrinho foi o primeiro presidente da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A[...].

⁵⁰ Momento em que a Agropecuária Suiá Missú S/A submete o projeto à SUDAM, em 12 de novembro de 1966.

Por conseguinte, as terras Xavante passaram a ser exploradas pelo Grupo Italiano Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A até meados de 1992, ano em que a empresa declarou, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), que restituiria as terras ao Povo Xavante. Nesse mesmo ano, um grupo de posseiros liderados por políticos da região invade a área, permanecendo ali até meados de 2013, quando a justiça determinou a desintrusão da Terra indígena e o retorno definitivo dos Xavante.

No entanto, mesmo que a justiça tenha garantido o retorno dos indígenas para suas terras tradicionais, eles enfrentariam inúmeros desafios como, por exemplo, sobreviver em uma terra totalmente descaracterizada em função das atividades ligadas ao agronegócio, onde vegetação nativa foi substituída por extensas áreas de pastagens e cultivos de grãos, que fomentaram durante décadas a cadeia produtiva do agronegócio, além das constantes queimadas criminosas e ameaças de morte enfrentadas pelas lideranças indígenas.

2.4 Eco-92: do sonho à terra prometida

A diáspora⁵¹ Xavante não cessaria com a chegada do grupo de Marãiwatsédé a Missão Salesiana São Marcos no ano de 1966: lá enfrentariam inúmeros conflitos com os “anfitriões”, além de serem acusados de feitiçaria e morte de uma criança.

Após décadas no exílio, os Xavante iniciam a organização do grupo cujo principal objetivo era o retorno às suas terras tradicionais expropriadas por Riva. Assim, a partir de um sonho narrado pelo atual Cacique Damião deu-se início à organização do grupo Marãiwatsédé que, naquele momento, se encontrava disperso por inúmeras aldeias Xavante. A partir de seu sonho⁵² Paridzané narra:

⁵¹ De acordo com o Dicionário Michaellis (2017), o termo diáspora se refere à dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. Aqui nos referimos à perseguição étnica que os Xavante sofreram devido à expropriação de seus territórios tradicionais na década de 1960, em decorrência da implantação da Agropecuária Suiá-Missú.

⁵² Na cosmovisão Xavante, o sonho assume um papel importante nas tomadas de decisões individuais e grupais. Dessa forma nenhuma decisão importante, tomada pelos anciões, por exemplo, deixa de levar em consideração as

[...] alguém me disse pra deixar São Marcos: “Você pode ir e juntar seus parentes que estão esparramados, porque onde seus parentes estão, está dando problemas para eles”. Isso é dentro do meu sonho, mas eu não acreditei! Aí pensei e lembrei do meu professor que deu nas aulas na escola. Ele dizia assim: “Moço, você precisa estudar, as coisas não vão ser boas pra você, vai acontecer daqui mais pra frente, vocês tem que brigar pelos seus direitos. Se vocês não estudarem, nunca vão retomar a área de Marãiwatsédé”. O professor falou isso! Principalmente os padres, os mestres! Cada um vai brigar pelo seu direito, pela sua terra. Aí lembrei...que as coisas já não estavam dando certo lá, onde minha família morava, Couto Magalhães. Aí, em 1967 foi falado de novo (Sonho), só escutando a voz: “Você pode ir lá onde seus parentes estão sofrendo, será que você está deixando pra morrer, deixar quem está morando lá acabar com Marãiwatsédé?” Só ouvindo, escutando, eu disse: “mas será? O que é isso? Quando acordei pensei...quem tá falando isso? Pra que? O que está acontecendo lá? Senti muito, quando no sonho alguém falou isso, alguém falou assim: “Você pode ir, por que você está me ouvindo. Por que está me desobedecendo? Você pode ir que eu vou acompanhar tudo, eu quero que Marãiwatsédé volte se reunir, crescer grupo”. Aí eu pensei...o que é isso? O que eu vou fazer? Aí pensei... Eu posso deixar São Marcos. Eu quero saber alguma coisa que está acontecendo lá dentro da aldeia onde moram nossos parentes! Aí fui lá e encontrei política interna. Quase que aconteceu a guerra entre índio (Informação verbal)⁵³.

O sonho narrado pelo Cacique Damião iniciaria o processo de organização das lideranças indígenas que mais tarde se organizariam politicamente com apoio da FUNAI objetivando o retorno do grupo de Marãiwatsédé para suas terras, expropriadas indevidamente por Ariosto da Riva nos anos 1960.

Assim, após décadas de exílio na aldeia São Marcos, em 1972, depois de um longo período de divergências entre os grupos, parte dos Xavante de Marãiwatsédé migraram para a região de Couto Magalhães, atual TI Parabubure⁵⁴; entretanto, a morte de uma criança por afogamento acabaria sendo atribuída à feitiçaria do grupo de Marãiwatsédé, fazendo com que a tensão entre os Xavante de São Marcos aumentasse ainda mais. Devido a essa acusação e conflitos políticos, em 1982 o grupo de Marãiwatsédé acabaria migrando para a TI Areões, onde também foram acusados de feitiçaria. Mais uma vez, no ano de 1984, os Xavante de

mensagens, conselhos e informações recebidas, em seus sonhos. “É durante o sonho que os Xavante conversam com os Sorewa (seus ancestrais já falecidos), com os Wazuriwa (vigilantes, mensageiros) e, se possível, com os dois seres que consideram ser os criadores de seu povo (VIEIRA, 2012, p. 91).

⁵³ Entrevista concedida pelo Cacique a Leonardo Rocha em trabalho de campo na T. I. Marãiwatsédé, julho de 2016.

⁵⁴ A TI Parabubure foi obtida por decreto em 1979 a partir de uma longa luta dos Xavante para recuperar suas terras que haviam sido expropriadas pela Fazenda Xavantina, instalada com aval da FUNAI durante a gestão do Gal. Bandeira de Mello (1967-1972).

Marãiwatsédé se veem forçados a migrarem para a TI Pimentel Barbosa, onde, encontrando um ambiente mais estável politicamente, fundaram a aldeia Água Branca (FERNANDES, 2011). No entanto,

[...] duas eram as condições impostas pelos índios de Pimentel Barbosa para aceitarem a presença dos indígenas de Marãiwatsédé: em primeiro lugar, que sua aldeia fosse fundada no local mais longe possível; em segundo lugar, que fosse uma situação temporária (FERNANDES, 2011, p. 702).

Ainda segundo o autor, a situação do grupo de Marãiwatsédé era bastante incômoda, uma vez que estes eram excluídos de inúmeras atividades desenvolvidas nas diversas aldeias onde se encontravam “exilados”. Até a segunda metade da década de 1980, com base em dados da própria FUNAI, Fernandes (2011) afirma que os Xavantes de Marãiwatsédé encontravam-se fragmentados por diversas aldeias, sendo 350 indivíduos abrigados na Aldeia Água Branca (TI Pimentel Barbosa) e 350 espalhados por diversas outras aldeias, como São Felipe localizada na TI Parabubure, Namunkurá e Hu’Uni, na TI São Marcos.

Mesmo dispersos por várias aldeias e distantes de suas terras tradicionais, o grupo de Marãiwatsédé jamais deixou de ter contato com seu território tradicional. Ferraz (1992) afirma que desde que foram expropriados de suas terras, em 1966, os índios empreenderam viagens anuais percorrendo cerca de 400 km até a área de Marãiwatsédé a fim de visitarem as antigas aldeias e cemitérios, considerados sagrados para eles, onde se encontravam enterrados seus antepassados. Nessas viagens, os Xavante também coletavam materiais nativos como o Pati (*Syagros Pseudococo*), palmeira que os indígenas extraem a matéria-prima para a confecção do arco e flecha (Fotos 32 e 33), e que não era encontrado na aldeia de Água Branca.

Determinados a retornarem para suas terras tradicionais os remanescentes do grupo de Marãiwatsédé, juntamente com a FUNAI, começam a articular em 1984 a retomada de suas terras, além de pleitearem uma indenização por perdas e danos em função da expropriação de suas terras na década de 1960 (MAMPIERI, 1992). As negociações iniciadas na década de 1980 tiveram apoio de ONGs nacionais, internacionais e também da opinião pública, que atentava, naquele momento, para os acontecimentos relacionados às questões socioambientais da região amazônica como um todo.

Fotos 32 e 33 – Anciões Xavante com seus arcos e flechas feitos a partir do Pati (Syagros Pseudococo).



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Assim, em abril de 1990, foi divulgado o resultado de uma pesquisa intitulada Brasil-Responsabilidades italianas na Amazônia, realizado pela Campagna Nord-Sul (CNS) – entidade não governamental italiana que apoiou a causa Xavante no processo de reterritorialização em terras tradicionais: “Entre outros assuntos foram levantadas algumas grandes propriedades de terras de empresas italianas na Amazônia e, entre estas, foi estudado o caso da Suiá-Missú” (MAMPIERI, 1992, p. 09). A partir desses estudos, iniciaram-se os contatos com a Agip Petroli (Italiana), por meio da sua subsidiária no Brasil, a Agip do Brasil S/A, proprietária da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú, para verificar as decisões e os encaminhamentos da empresa em relação à fazenda Suiá-Missú e aos índios Xavante, antes de submeter os resultados à opinião pública sobre os investimentos da Agip na região Amazônica (MAMPIERI, 1992, p. 09).

Paralelamente a estes contatos, a equipe buscou junto ao parlamento italiano a possibilidade de impedir a venda de partes da área da Fazenda Suiá-Missú, correspondente a 240.000 hectares de reserva florestal da fazenda que a Agip negociava com o Grupo Garavelo. A resposta foi negativa e a venda concretizada no final de 1989, sendo vendida ao Grupo uma área

de 180 mil hectares e outra área ao pecuarista Romão Flor⁵⁵ que adquire 60 mil hectares. Outras áreas também foram desapropriadas pelo INCRA, e mais tarde se consolidariam os assentamentos “Mãe Maria”, “Pedro Casaldália”, “Bandeirante”, “Roncador” e “Serra Nova”. Do restante da área da Fazenda Suiá-Missú, 232 mil hectares, 108 mil hectares já se encontravam desmatados no período.

Devido às pressões da opinião pública na Itália e também no Brasil, Mampieri (1992, p. 10) afirma que:

Foi apresentada uma moção parlamentar votada por unanimidade pelo parlamento italiano no momento da ratificação do acordo bilateral Itália-Brasil, no sentido de que o governo italiano se empenhasse na defesa dos direitos das populações indígenas e na proteção dos ecossistemas amazônicos através da utilização dos recursos destinados ao próprio governo.

Respondendo positivamente ao parlamento italiano e à opinião pública, a Agip (Italiana) solicitou a CNS que houvesse um primeiro encontro formal, realizado em julho de 1990. De acordo com Mampieri (1992), estavam presentes no encontro os Srs. Enzo Melegari do Movimento Laico América Latina; Christoph Beker, coordenador do CNS; Mário Pampieri, coordenador do Observatório de Impacto Ambiental (OIA); bem como o responsável pelas relações externas e coordenação de Foto da Agip, Sr. B. Constantini, que afirmou na ocasião que obteria todas as informações necessárias para a verificação das informações contidas na pesquisa elaborada pela CNS e que havia uma boa disponibilidade da Agip ao diálogo.

Após esse primeiro encontro, inúmeras outras conversas informais foram realizadas, o que permitiu que a Agip, após constatar a veracidade da pesquisa divulgada pela CNS, pudesse abrir as “portas” da fazenda Suiá-Missú aos representantes da CNS. Segundo Mampieri (1992), a visita foi realizada em janeiro de 1991, e dela participaram o embaixador da Itália no Brasil, Paolo Tarony; o presidente da Agip italiana e do Brasil, Alessandro Castiglia e Sra. Carla Zimoni Della Longa, repórteres da GRTV, representantes do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Sra. Iara Ferraz (Antropóloga) e Sr. Mariano Mampieri (Agrônomo). Essa reunião foi acompanhada pelo administrador da Fazenda, Sr. Franco De Beni. A visita possibilitou à CNS obter os dados

⁵⁵ Romão Flor é um dos maiores pecuaristas de Mato Grosso, uma de suas fazendas faz limite com a TI Marãiwatsédé, próximo à Aldeia Madza`bdzé, na porção norte.

necessários a uma “proposta de conversão social e ecológica da própria fazenda” (MAMPIERI, 1992).

Assim, após essa visita, em 1992, por meio da Portaria nº 009, de 20 de janeiro de 1992 (Figura 14), a FUNAI institui um grupo técnico para fazer os levantamentos etno-históricos, sociológicos e cartográficos da área Indígena Maraiwatsédé localizada no interior da Fazenda Suiá-Missú.

Figura 14 – Cópia da Portaria que Instituiu o Grupo Técnico responsável pela elaboração dos estudos de identificação da área indígena de Maraiwatsédé.

FUNDACÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTEARIA Nº 09, DE 20 DE JANEIRO DE 1992

O PRESIDENTE DA FUNDACÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991 e considerando o contido no Processo FUNAI/RSB/1712/91, bem como o Convênio nº 006/91 - FUNAI/CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, resolvi:

I - Constituir Grupo Técnico com a finalidade de proceder os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Suiá-Missú, localizada no Município de São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso, de interesse da comunidade Indígena Xavante.

II - Designar os técnicos PATRÍCIA DE MENDONÇA RODRIGUES - Antropóloga DID/SUAF/FUNAI; IARA FERRAZ - Antropólogo/CTI; LUIZ ANTONÍO SBERZE - Engenheiro Agrimensor DDF/SUAF/FUNAI e FRANCISCO NOGUEIRA LIMA - Técnico Agrícola DIF/SUAF/FUNAI, para, sob a coordenação da primeira, comporem o referido GT.

III - Convidar, em caráter de colaborador, o Agrônomo Mariano Mampieri - Campanha Norte/Sul - para integrar o GT.

IV - Determinar que os estudos etnohistóricos, sociológicos e cartográficos sejam realizados com base no artigo 231 da Constituição Federal, Decreto nº 22/91, e orientados pela Portaria nº 239/91 e Ordens de Serviço nº 003/4 - SUAF/FUNAI/91.

V - Estabelecer o prazo de 15 (quinze) dias para os trabalhos de campo e outros 60 (sessenta) dias para a entrega do relatório, a contar do dia 10 de fevereiro de 1992.

VI - Os recursos correrão à conta do Projeto DEMAT, não incluídas as despesas com os colaboradores a serem custeadas por suas respectivas entidades.

VII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: FUNAI (2015).

Esse estudo, denominado Relatório de Identificação da área Indígena Maraiwatsédé culminou na delimitação de “uma superfície de 200 mil hectares, sendo que 168 mil hectares

eram incidentes na Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú e 32 mil hectares fora de seus limites” (TAFNER Jr.; SILVA, 2015, p. 100)⁵⁶.

A Figura 15 mostra o resultado dos trabalhos da equipe técnica de identificação da área indígena que resultou na delimitação e identificação de antigas aldeias Xavante na área da Fazenda, como as aldeias MÖNTIPÁ, WEDE’Ö MO’RE, É’NTEPÔ, ÜB’DÔNHO’U, TSIB’TMÖTESÉ, BO’U, U”’DZÜ’RÃ’WÉ, IRE’PA, NO’ROTE’PENÖI’RÃ, U’BRÉ’HÚ, TSÉ e ÉTE’TSIMÄRÃ. Nota-se que grande parte das antigas aldeias ficaram fora dessa demarcação (32 mil hectares), uma vez que já estavam incorporadas ao recém-criado (à época do estudo) município de Alto da Boa Vista.

Figura 15 – Mapa de identificação das áreas de uso tradicional Xavante na área de Marãiwatsédé.



Fonte: FUNAI (1992).

⁵⁶ Mesmo sendo identificado 200 mil hectares de área de uso tradicionais do Povo Xavante, apenas 165 mil hectares seriam de fato homologadas em 1998 por decreto presidencial.

No intento de dar apoio à causa indígena, o bispo de São Félix do Araguaia Dom Pedro Casaldáliga enviou um ofício, datado em 28 de março de 1992, ao vice-presidente da Agip Petroli, Sr. Giuseppe Accorinti, no qual fez um apelo à empresa italiana no sentido de devolver as terras aos seus legítimos donos. No ofício Casaldáliga escreve:

Presado Sr,

como bispo dessa região de São Félix do Araguaia, onde está situada a fazenda Suiá-Missú, quero dar uma palavra de estímulo à entidade que o sr. também preside para que seja efetivada a volta dos Índios Xavante às terras que foram deles. Será um gesto histórico, exemplar para outras muitas empresas e para muitos governos. Oportuno neste ano do V Centenário e para que a ECO-92 não seja só publicidade nem interesse só de Primeiro Mundo.

Ao mesmo tempo deve-se fazer tudo para que esse regresso dos Xavante se possa efetuar em paz e futura boa convivência com os outros moradores da região, posseiros e pequenos proprietários. Estes tem umas necessidades básicas e uns direitos, que as complexas circunstâncias da invasão da terra indígena por parte do “branco”, leis e vendas sucessivas, os tornaram direito “adquiridos”, mesmo sendo sempre primeiro o direito dos Povos Indígenas.

Na certeza de ver realizada essa esperança de tantos,

subscrevo-me atentamente, em Cristo Jesus,

servidor e amigos,

Pedro Casaldáliga

Bispo de São Félix do Araguaia-MT

(CASALDÁLIGA, 1992).

Com esse documento, Casaldáliga buscava uma solução rápida e pacífica para a restituição do território ao Grupo Xavante de Marãiwatsédé; já que existia uma ameaça iminente de invasão da área por posseiros. Naquele mesmo ano, entre os dias 3 e 14 de junho, o Brasil sediou, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento UNCED 92, conhecida como Eco-92, a qual possibilitou que os Xavantes pudessem dar visibilidade às suas reivindicações, expondo, ao mesmo tempo, as condições em que viviam.

É importante ressaltar que, anteriormente à Eco-92, o cacique Damião Paridzané esteve na Itália junto ao parlamento italiano e também no Vaticano (que era um dos acionistas da Agip Petroli) para denunciar a situação em que vivia seu povo. Mesmo não sendo recebido pelo

Vaticano, “o seu ato conseguiu atrair a atenção de muitos e constrangeu a empresa por seus atos contrários aos direitos indígenas no Brasil, tendo que enfrentar a opinião pública do país em que está instalada a sua matriz” (TAFNER Jr.; SILVA, 2015, p. 100). Devido às pressões do parlamento italiano e também da opinião pública, tanto na Itália quanto no Brasil, durante a Eco-92, a Agip Petroli decidiu devolver as terras ao Povo Xavante: “A declaração de restituição foi feita pelo presidente da ENI (Controladora da Agip Petroli) Gabrielli Cagliari, realizada em entrevista coletiva à imprensa, no dia 10 de junho de 1992 durante a Eco-92” (FERRAZ, 1992).

A decisão da Agip Petroli foi noticiada por vários veículos de comunicação italiano como os jornais “Corriere Della Sera” e “Il Manifesto” e também pela Rede de televisão Rai-2 (Mixer 3/6/1992), demonstrando a disposição da empresa em solucionar, de forma definitiva, a questão da terra xavante. Em um dos jornais italianos, do dia 13 de junho de 1992, noticiava-se: “*Indios Xavantes, finito um esilio de 25 anni*”, referindo-se aos 25 anos de “exílio” em que os Xavantes ficaram longe de suas terras tradicionais (Figura 16).

Figura 16 – Jornal Italiano noticiando o fim do “exílio” sofrido pelos Xavante de Marãiwatsédé.



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia (2015).

Mesmo que a Agip manifestasse publicamente a intenção de restituir as terras aos seus legítimos donos, levaria mais de vinte anos para que os Xavante pudessem ter a posse definitiva de seu território, já que em seguida a área acabaria sendo invadida por posseiros que ali permaneceriam até 2013.

2.5 Restituição do território Xavante: um longo caminho a ser percorrido...

Logo após a decisão tomada pela Agip Petroli, durante a Eco-92, de que restituíria as terras aos Xavante, iniciou-se uma ação de invasão liderada por políticos e grandes fazendeiros da região que pretendiam inviabilizar a devolução das terras aos Xavante de Marãiwatsédé.

Em uma das entrevistas realizadas em São Félix do Araguaia no ano de 2015, um ex-vereador à época da “ocupação” da Fazenda Suiá-Missú, relatou sobre a forma como as pessoas foram cooptadas a aderirem ao movimento de ocupação da área. Segundo ele, logo após o anúncio de que a Agip tinha a intenção de devolver parte das terras aos índios, houve uma reunião na câmara de vereadores de São Félix do Araguaia com a participação de políticos, lideranças locais e do gerente da Fazenda Suiá-Missú, que, na ocasião, referindo-se à possibilidade de invasão, disse aos presentes: “*Se me perguntarem no dia de amanhã eu digo que é mentira de vocês, mas se vocês botar gente lá dentro, melhor posseiro do que índio*”. (Informação verbal)⁵⁷.

A reunião iniciaria uma articulação política que resultou na ocupação da Fazenda Suiá-Missú por posseiros, impedindo com que os Xavante retornassem para suas terras tradicionais. Na mesma entrevista, o ex-vereador afirmou que houve convocação da população através de rádios e também de carros de som que circulavam pelas ruas da cidade, convocando o povo a “adquirir” um pedaço de terra. Segundo ele:

[...] o povo juntou-se. Aqui tinha um carro do Marajá, que era um cara que tinha uma Kombi que fazia locução. Contratamos esse carro de som e foi

⁵⁷ Trechos da fala do gerente da Fazenda Suiá-Missú, segundo o ex-vereador. Entrevista realizada em São Félix do Araguaia, 2015.

“botado” nesse carro: “quem quer um pedaço de terra na Suiá tá na hora. Pode só chegar e demarcar”. Encheu ônibus e ônibus de gente daqui (Informação verbal, ibid.).

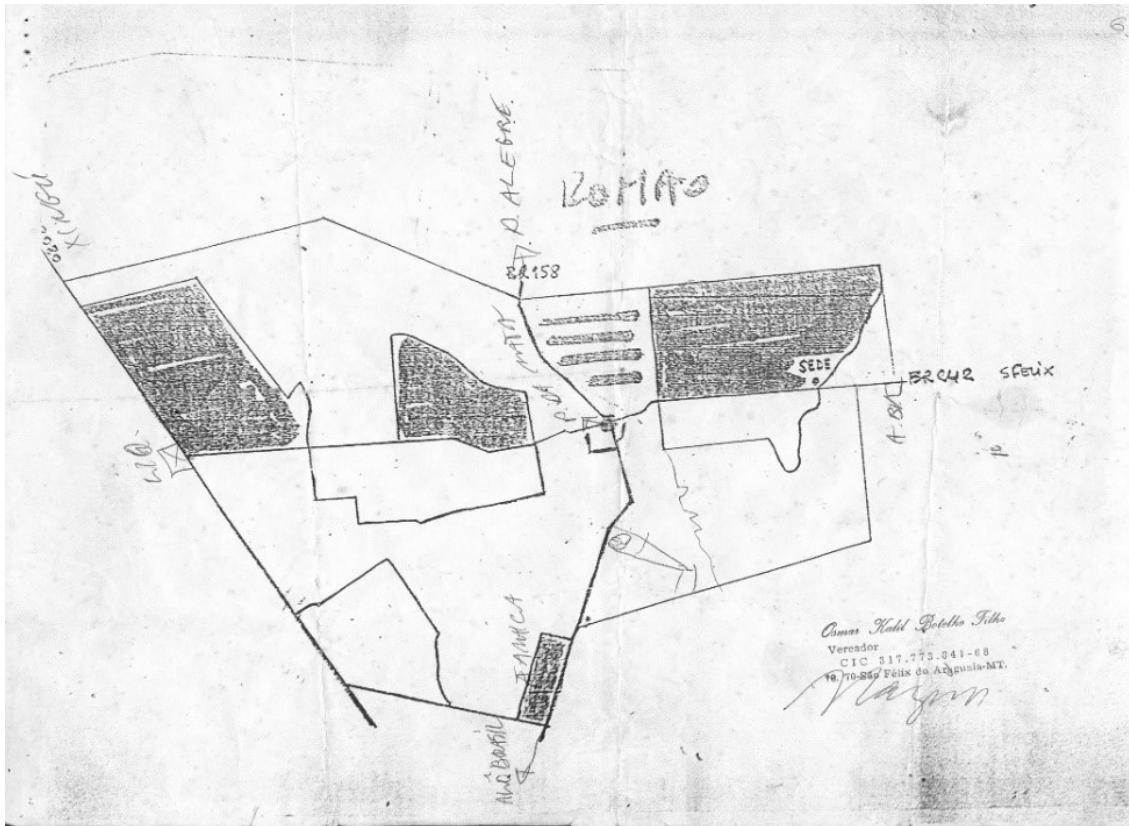
Em outro trecho da entrevista ele menciona que os interessados em tomar posse da Fazenda Suiá-Missú foram alertados na época pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga sobre a ilegalidade da invasão, conforme trecho da entrevista:

Tinha um tal de Casaldáliga que foi para a rádio e disse: “Não vão, porque lá é reserva e lá vai ser dos índios”. Mas naquela euforia, naquela conversa, reserva ninguém vai somar com isso. Isso é um louco falando isso. É um comunistazinho barato que tá falando isso aqui. Então a sociedade encarou esse dizer do Pedro Casaldáliga como nada. Até eu como católico duvidava [...] (Informação verbal, ibid.).

Com as notícias de que a área da Suiá-Missú estaria prestes a ser invadida por posseiros, a antropóloga Iara Ferraz, integrante da equipe técnica de “identificação da área indígena Xavante”, relatou o fato à FUNAI, que imediatamente constitui uma equipe que se dirigiu até a localidade conhecida como Posto da Mata, no entroncamento das rodovias BR 158 e BR 242, no centro da Fazenda Suiá-Missú, a fim de verificar as denúncias. No local, depararam-se com um cartaz convocando os “posseiros da Suiá” para uma reunião que aconteceria no dia seguinte, 20 de junho de 1992 às 14h. Junto ao cartaz convocatório estava um mapa da Fazenda Suiá-Missú (Figura 17) indicando as áreas que deveriam ser “respeitadas”, ou seja, que não deveriam ser “ocupadas” pelos futuros posseiros da área, pois se tratava de uma “reserva” da Agip⁵⁸, enquanto outras áreas haviam sido vendidas ao grupo Garavelo e a outros fazendeiros da região. As demais áreas coincidiam justamente nas áreas reivindicadas pelos Xavante e estariam “livres” para a ocupação.

⁵⁸ A referida “Reserva” acabaria sendo leiloada ainda em 1992.

Figura 17 – Croqui da Faz Suiá-Missú.



Fonte: FERRAZ (1992).

O cartaz carimbado e assinado pelo então candidato à prefeitura de Alto da Boa Vista, Osmar Kalil Botelho Filho (Mazim Kalil) mencionava que estaria também presente no encontro, o prefeito de São Félix do Araguaia (Baú).

No dia seguinte, na reunião ocorrida no posto da Mata, estavam presente além do prefeito “Baú” e do candidato a prefeito de Alto da Boa Vista (Kalil), o funcionário do Fórum de São Félix do Araguaia, Filemon Costa Limoeiro, que seria eleito prefeito de São Félix do Araguaia em 2008. Estava presente também Ivair Matias, advogado em São Félix do Araguaia. Todos estes considerados pela justiça como os principais mentores da invasão (TAFNER Jr.; e SILVA, 2015; FERRAZ, 1992). Em uma entrevista, um dos organizadores afirma que realmente fez parte e foi um dos que organizaram a invasão da TI Marãiwatsédé: “Eu posso até falar que eu fui o mentor

de colocar os posseiros naquela área, e naquilo o povo entrou. Nós colocamos, eu mesmo confesso! Tenho processo na justiça federal é até por causa disso [...]” (RADUAN, 2010).

De acordo com Ferraz (1992), os organizadores da invasão justificaram a “ocupação” da área baseados no argumento de que a fazenda já não era mais produtiva, enfatizando, sobretudo, que impediriam o retorno dos índios para a Fazenda Suiá-Missú e incitando cerca de 1000 pessoas presentes na reunião a uma reação violenta em resposta a qualquer tentativa de retorno dos Xavante à área. Na mesma reunião, o prefeito de São Félix do Araguaia mencionou ainda que os ocupantes da área teriam total apoio por parte do Governador do Estado do Mato Grosso (gestão 1991-1994), prometendo em ritmo de campanha eleitoreira que daria total apoio logístico e de infraestrutura para que ali se formasse uma promissora cidade. A reunião foi transmitida e gravada pela Rádio Mundial FM e seu conteúdo marcado de conotações racistas e de intolerância com o Povo Xavante, incitando os posseiros ao conflito armado caso necessário.

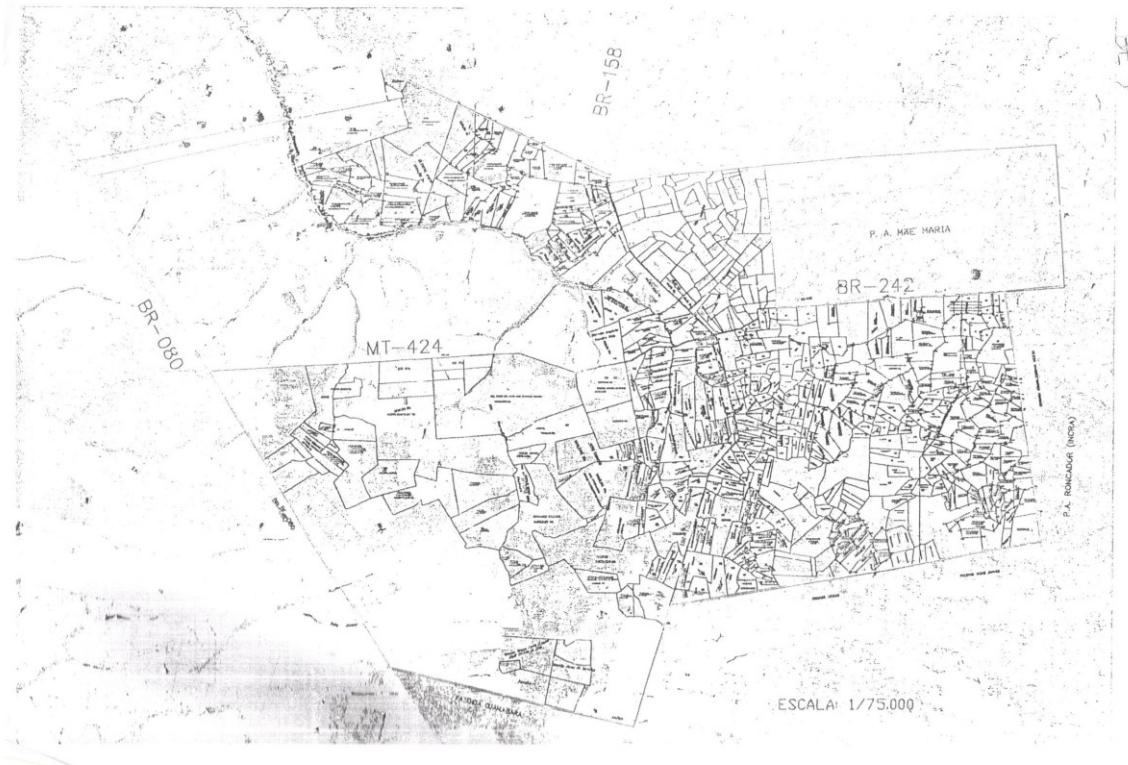
A partir dessa reunião, ocorrida no dia 20 de junho de 1992, cerca de 2000 pessoas iniciaram um processo de ocupação da área da Fazenda Suiá-Missú com a promessa, por parte dos organizadores, de que cada posseiro receberia uma gleba de terra de 22 alqueires (52,24 hectares). Assim, as terras ora prometidas aos Xavante pelo grupo Agip durante a ECO-92 acabaram sendo ocupadas ilegalmente por posseiros da região e de outros Estados. Dessa forma, os 165 mil ha da Fazenda Suiá-Missú acabariam sendo totalmente ocupados conforme a Figura 18.

De acordo com o Parecer n. 9/DID/DAF/FUNAI de 2.7.1992⁵⁹, a situação da área até aquele momento havia se configurado da seguinte forma:

O presidente da ENI, ‘holding’ controladora da AGIP Petroli, declarou à imprensa, em entrevista durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, em junho de 92, que era favorável à devolução da terra aos Xavante. Contudo, uma semana apenas após as declarações do presidente da ENI, no final do mês de junho, a FUNAI tomou conhecimento de que as terras da fazenda Suiá-Missú estavam sendo loteadas e ocupadas por centenas de famílias, com o apoio de políticos da região, grandes fazendeiros e da própria AGIP do Brasil, com o intuito de obstar o retorno dos Xavante à área. Além disso, o INCRA de São Félix do Araguaia estaria cadastrando pessoas, vindas de vários pontos do país, interessadas em ocupar a fazenda (CIMI, 2016).

⁵⁹ Publicado no D.O.U., anexo ao Despacho n. 22, de 29.7.1992 em 3.8.1992.

Figura 18 – Área totalmente ocupada por posseiros vindos de diversos Estados.

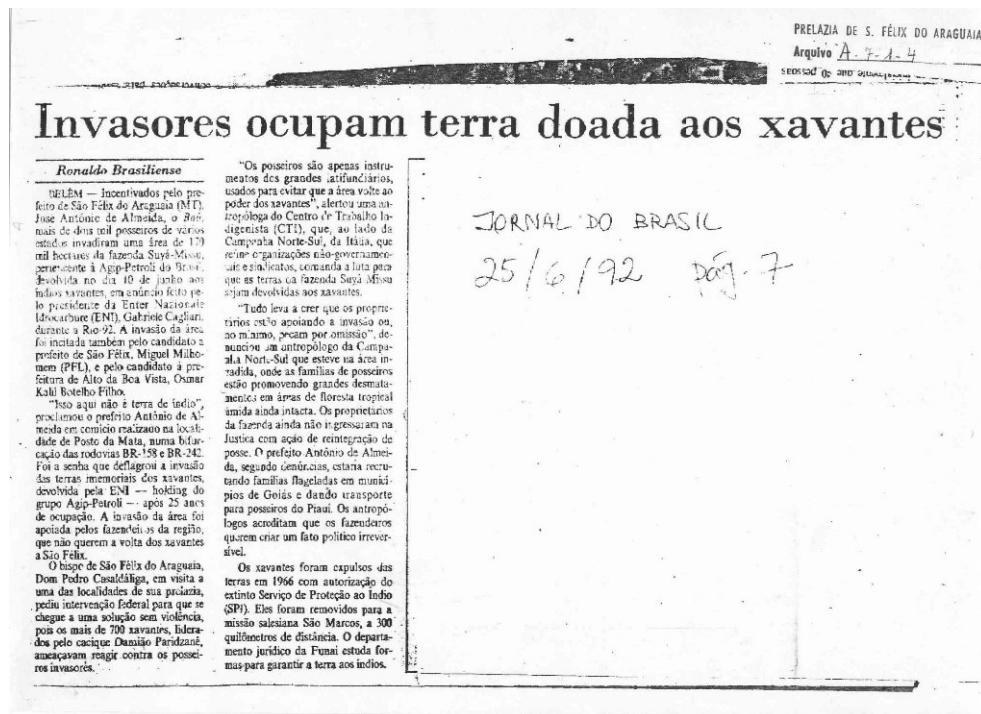


Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia (2015).

Naquele momento, inúmeros veículos de imprensa, entre eles o Jornal do Brasil do dia 25 de junho de 1992, noticiava a invasão ocorrida na Fazenda Suiá-Missú, conforme demonstra a Figura 19, influenciada por políticos e grandes fazendeiros da região (JORNAL DO BRASIL, 1992, p. 06):

Foram fazendeiros da região e políticos do Mato Grosso que estimularam a invasão dessa área da Suiá-Missú. E quem invadiu, em princípio, seria posseiro, sem terra, posseiro. Por quê? A conversa dos grandes era: “Se ocupam a terra os posseiros, os sem-terra, amanhã a terra é nossa. Se ocupam os índios, nós já teremos perdido essa terra” (RADUAN, 2010).

Figura 19 – Notícia veiculada sobre a “ocupação” da fazenda Suiá-Missú em junho de 1992.



Fonte: Prelazia de São Félix do Araguaia (2015).

Também, denunciando a invasão ocorrida na área indígena Marãiwatsédé, no dia 26 de junho de 1992 a antropóloga Iara Ferraz, representante do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), juntamente com o agrônomo da CNS, Mariano Mampieri, enviaram uma “Carta Denúncia” ao Ministro da Justiça, Dr. Célio Borja, e ao presidente da FUNAI, Sr. Sydney Possuelo, relatando os acontecimentos na área indígena de Marãiwatsédé, conforme trechos retirados da própria carta:

[...] Além do apoio do governador do estado de Mato Grosso, além de uma reunião havida em São Paulo, com a diretoria da empresa Agip do Brasil, atual proprietária da fazenda. Conclamavam os participantes a se organizarem (formarem comissões de representantes etc.).

De acordo com testemunhos recolhidos na ocasião, muitas famílias estão sendo deslocadas para o interior da área da Fazenda Suiá-Missú, provindas de localidades próximas (Alto da Boa Vista, São Félix, Porto Alegre do Norte, Alô Brasil) e distantes (Cascalheira, Goiânia), mediante o estímulo à invasão por parte dos políticos locais. Estão sendo repartidos (com piquetes lotes de 100 hectares para cada família; obtivemos informações destes ocupantes de que já estão no interior da área de mata (Reserva Florestal da Fazenda) cerca de 2000

famílias. No entanto, registramos que comerciantes locais e fazendeiros estão obtendo lotes maiores (1000-2000 hectares) em áreas de pastagens no interior da fazenda. Existem ainda informações de que autoridades policiais de São Félix estariam também obtendo lotes nesta “ocupação”.

Obtivemos informação de que a invasão está sendo apoiada também pelo atual vice prefeito de São Félix (e candidato à prefeitura nas próximas eleições), Miguel Milhomem, que teria um acampamento no interior da fazenda, além de Romão Flor, fazendeiro vizinho que adquiriu pelo menos 60 mil hectares de Mata (para rápida transformação em pastagem) do grupo Garavelo (a quem 250 mil hectares da Suiá-Missú foram vendidos em novembro de 1989), que está fornecendo alimentação (carne bovina) aos invasores – e que teria declarado “não desejar ter os Xavante como vizinhos”.

Ao percorrer parte da área invadida ao longo das estradas que cortam a fazenda Suiá-Missú, constatamos que muitos dos invasores portam espingardas e revólveres. De acordo com informações provindas de São Félix, armas e munição vem sendo fornecidas aos invasores.

Até o presente momento, não se tem notícias relativas a providências para desintrusão, que deveriam ter sido tomadas por parte da direção da empresa proprietária da fazenda e das autoridades estaduais de Mato Grosso, sobretudo após a declaração do presidente do grupo ENI, referente à intenção de restituir de imediato aos Xavante o seu território tradicional, antes mesmo da conclusão do processo administrativo de demarcação da área indígena Maraiwatsédé, pela FUNAI.

Conforme o que pudemos verificar trata-se indubitavelmente de uma ocupação de má-fé, incentivada e apoiada pelos políticos locais mencionados, que estão se utilizando das necessidades de famílias de trabalhadores rurais, com o objetivo de desestabilizar o quadro social na região, fomentando violência contra o retorno dos Xavante para aquela área.

Solicitamos às autoridades federais que sejam tomadas, em caráter de urgência, todas as medidas necessárias ao desentrosamento e preservação da área em questão, para que o processo de demarcação de terras indígena possa ser concluído sem incidentes, de acordo com a legislação atualmente em vigor (FERRAZ, 1992, p. 01-03).

A carta enviada ao ministro da Justiça alertava sobre a forma com que estava ocorrendo a invasão das terras Xavante, bem como a omissão do poder público em assegurar o retorno dos verdadeiros donos ao seu território tradicional. Alertava também sobre um possível conflito armado que poderia ser desencadeado na tentativa de retomada das terras pelos Xavante.

Durante os trabalhos de identificação da área indígena, a antropóloga Iara Ferraz foi ameaçada e “expulsa” da região por posseiros que tentavam a qualquer custo impedir os trabalhos de identificação e posterior demarcação da TI. Assim, conforme relatado pelo ex-prefeito de São Félix do Araguaia, Filemon Costa Limoeiro, que também adquiriu terras na área em disputa:

Pois é, Iara Ferraz (...) ela veio aqui e, dizendo que essa área, o governo tinha dado, o grupo Agip tinha... a Liquifarm né tinha doado a área para os índios aí todo mundo ficou: cadê o documento que foi pedido (se referindo a doação da área da Suiá ao Governo Brasileiro). Não, mas eles falaram, tiveram até que expulsar ela daqui. Ela fotografou e daí começou a criar um problema. Os pequenos proprietários aqui, a própria Agip entrou na época com ação contra os pequenos proprietários que tinha entrado (invadido a área), os posseiros né, a palavra mais certa. A Suiá entrou pra retirar eles e foi aumentando e a Suiá não deu conta de retirar (Informação verbal)⁶⁰.

Assim, aos poucos a área foi sendo invadida cada vez mais por posseiros vindos de várias regiões do país com a esperança de se tornarem proprietários de sua própria terra, conforme relatou um ex-posseiro que vindo do Estado de Goiás:

Eu vim pra Mato Grosso em 96 com aquela esperança de que um dia a gente pudesse ser um fazendeiro igual era no Goiás. Quando eu cheguei aqui, eu vi que tudo era diferente. Nós tinha que trabalhar pra poder fazer e começemos a trabalhar pra poder fazer aquilo que a gente via lá no Estado de Goiás, pois quem tinha uma fazenda lá no Estado de Goiás era rico. Então nós viemos pra cá e com aquela ilusão de que quando a gente chegasse aqui, a gente ia ficar rico. E trabalhemo, trabalhemo de mais (Informação verbal)⁶¹.

Ainda no mesmo depoimento, o entrevistado relata que houve vários casos de compra e venda de terras por fazendeiros que queriam ampliar áreas e constituir grandes propriedades. Assim ele relata que,

[...] chegou um camarada aqui... comprando terra. Ele tava adquirindo uma parte grande, queria adquirir uma parte grande, ele tava comprando dos pequenos as posses e as vezes ele trocava em outra parte, não me lembro o nome dele agora. Aí nós troquemos aqui, lá na parte do Alto da Boa Vista. Saímos do Posto da Mata e viemos para o Alto da Boa Vista.

Dessa forma, gradativamente mais e mais posseiros foram invadindo a área que seria destinada ao Grupo Xavante de Marãiwatsédé. Preocupado com os invasores e na tentativa de reverter o processo de invasão, o Cacique Damião Paridzané enviou uma carta em 15 de julho ao

⁶⁰ Entrevista concedida por Filemom Costa Limoeiro à Leonardo Rocha, julho de 2016.

⁶¹ Entrevista concedida por um ex-posseiro da Faz. Suiá. São Félix do Araguaia, julho de 2017.

presidente da Agip Italiana, Sr. Gabrieli Cagliari, para que tomasse as devidas providências para que os Xavante pudessem retornar para suas terras. Na carta Paridzané escreve:

Quando eu mandei entregar o Wamāri – que para nós significa paz, fim da guerra, parece que o Sr. nada entendeu, porque agiu exatamente ao contrário.

Quando nós conversamos no Rio de Janeiro, no dia 10 de junho, na frente dos jornalistas estrangeiros, o Sr. não quis assinar nada e disse que não estava enganando os Xavante. Mas enganou. Quando nós pedimos para voltar para a Suiá-Missú, lá mesmo fizeram negociação com os fazendeiros vizinhos, com políticos de São Félix e com o governador de Mato Grosso para invadir a fazenda e impedir o nosso retorno em paz.

Com todos da minha aldeia, estamos muito aborrecidos porque fomos enganados, porque a sua palavra foi mentira!

Agora a FUNAI encaminhou o documento para entregar a terra, mas queremos sem invasores. Senão vai ter guerra e a sua empresa será a responsável. O direito é nosso, a terra é nossa, é do Xavante!

Quando nós conversamos no Rio de Janeiro, também foi prometido o caminhão e assistência à saúde. Será que tudo é só promessa, só engano, só mentira. Não é o que nós esperamos!

O jornal italiano *Esterio* também noticiava as promessas não cumpridas pela Agip Petroli, conforme estampado na matéria do dia 26 de julho de 1992 – *Indios in rivolta contro l'Eni Restituiteci la nostra terra*, conforme apresentado na Figura 20.

No entanto, mediante todos os esforços do governo brasileiro, italiano e de Organizações Não Governamentais (ONGs) na busca de uma solução pacífica, o jornal *Folha de São Paulo*, do dia 17 de novembro de 1992, noticiava o leilão de terras limítrofes a área em litígio entre índios e posseiros, área que também pertenciam à Agropecuária Suiá-Missú (Figura 21). Conforme trechos da matéria veiculada no jornal *Folha de São Paulo*,

[...] a Agip Liquigás pretende leiloar, no próximo dia 30, no hotel Castro, em Goiânia (GO) 65.960 mil hectares da Suiá-Missú, dividido em 12 fazendas independentes. “Nossa expectativa é arrecadar US\$ 6,5 milhões com a venda dos lotes” diz Luiz Claudio Silva Rubio da Companhia Brasileira de Leilões (CBL), empresa responsável pelo leilão. Segundo ele, todos os lotes estão

cercados, com pastos formado, currais e completamente desembaraçados, sem índios e posseiros (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992)⁶².

Figura 20 – Jornal Estero estampa uma matéria sobre a revolta dos Xavante contra a Agip.



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia (2015).

No entanto, na tentativa de impedir que o leilão fosse realizado, os Xavante, juntamente com membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁶³, fizeram um protesto na porta do Castro's Hotel, em Goiânia, contra o leilão de 65.960 hectares de parte da Fazenda Suiá-Missú. Segundo o ISA (1992), o protesto devia-se ao fato de que as terras a serem leiloadas pudessem conter trechos de terras que ainda não haviam sido identificadas como áreas indígenas. Os Xavante acabaram sendo impedidos de participarem do leilão e o mesmo se concretizou.

⁶² O trecho retirado do Caderno Agrofolha se referia a áreas que haviam ficado fora dos estudos de identificação da área indígena Maraiwatsédé e que futuramente seriam objeto de reivindicação por parte dos Xavante (Arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia, 2015).

⁶³ O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Figura 21 – Cartaz do Leilão indicando as áreas da Fazenda Suiá-Missú a ser leiloadas.



Fonte: Prelazia de São Félix do Araguaia (2015).

Em 1998, quando a TI Marãiwatsédé foi homologada, não só as áreas que haviam sido leiloadas, mas também uma extensa área que compreende os Municípios de Alto da Boa Vista e Serra Nova Dourada (hoje parte das áreas foram destinadas a assentamentos da reforma agrária) acabariam ficando de fora da homologação, mesmo possuindo extensos sítios arqueológicos Xavante:

Antes da homologação veio grupo escondido negociando com fazendeiros, ai reduziram a área. Aí foi o que falaram foi: "cacique, não vai ser homologado

toda essa área aqui, foi retificado". Por que?, perguntei, e eles responderam: "por que tem muita gente". "Depois vamos voltar para mexer, daí pega tudo.

Tem muita gente, mas não é proprietário titulado é posse, só pra passar o tempo, inventacão. Agora, o INCRA ajudou muito, isso que é problema sério!. O pessoal fala que tem muita gente e que não tem como tirar de uma vez que dá conflito!. Isso é enganação que alguém faz com os índios. Então era pra nós mexer esse ano. Já entrou com o processo contra esses invasores. Agora estou aguardando a resposta por que já encaminhamos, tá com quatro a cinco meses esperando [...] (Informação verbal)⁶⁴.

Isto justificou parte do território tradicional Xavante ter ficado fora da homologação em 1998, segundo o Cacique Damião Paridzané.

2.6 A “justiça” tarda, mas não falha

A partir da ocupação da Fazenda Suiá-Missú ocorrida em 1992, iniciou-se uma longa discussão processual para identificar os verdadeiros donos da área em litígio, pois tanto os indígenas quanto os posseiros buscavam, junto à justiça, o reconhecimento de seus direitos de posse da área da antiga Fazenda Suiá-Missú. No entanto, em 1993, quando a área foi formalmente reconhecida como indígena através da Portaria nº 363/93, do Ministério da Justiça e, conforme medida do MPF, na

Iminência de ocorrer a demarcação, essa área acaba sendo invadida por posseiros coordenadas por opositores ao estabelecimento da área indígena o que leva o Ministério Público Federal a ingressar com uma ação civil pública de nº 950000679-5 da 5º Vara Judicial Federal de Mato Grosso (BUENO, 2006).

Ainda que as terras tenham sido devolvidas aos seus legítimos donos mediante um documento assinado durante a Eco-92, levaria mais de 20 anos para que os Xavante pudessem ocupar a totalidade da área demarcada. Tafner Jr.; Silva (2015, p. 109, grifo nosso) afirmam que:

⁶⁴ Entrevista concedida pelo cacique Damião Paridzané, jul. 2017.

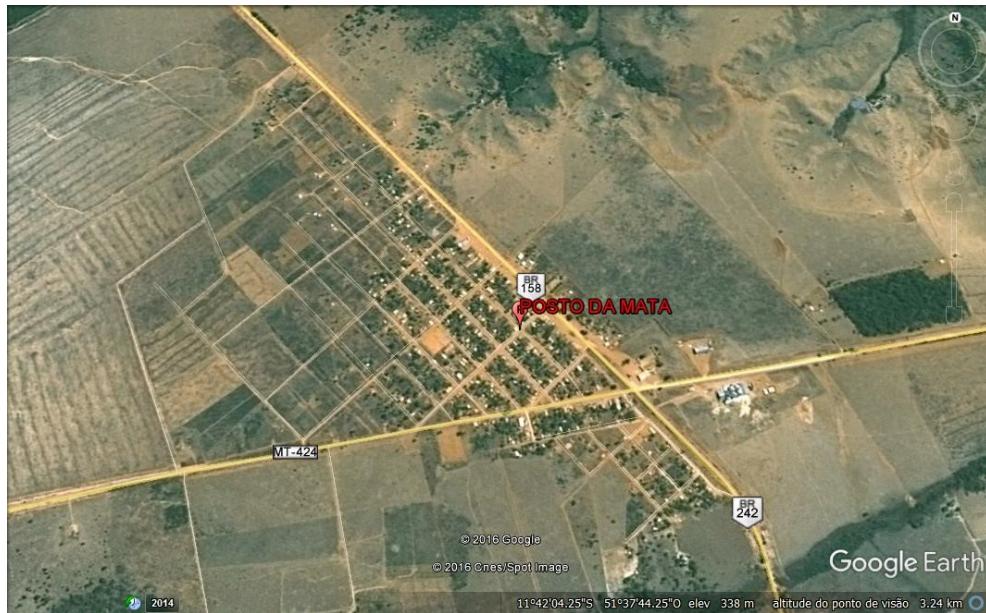
As terras eram sim, legalmente, dos Xavante, mas estes não conseguiram entrar, pois os invasores ofereceram resistência. Os posseiros obedeceram às ordens dos políticos da região e se organizaram. *Conseguiram judicialmente fazer com que a demarcação da terra fosse anulada* e que o trabalho fosse feito novamente, e não somente por técnicos da FUNAI. Em 1996, os Ministérios da Justiça e o Extraordinário de Políticas Fundiárias decidiram criar um grupo de trabalho composto por membros dos dois ministérios, da FUNAI, Incra, Prodeagro, Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região e representantes da Prefeitura de São Félix do Araguaia e de Alto da Boa Vista.

Dessa forma, estabelecer-se-ia uma batalha de liminares: por um lado, os Xavante, buscando o reconhecimento e a posse de suas terras tradicionais e do outro os posseiros que ganhavam tempo e recorriam das decisões judiciais favoráveis aos indígenas, buscando impedir com que o processo demarcatório da área indígena fosse concluído.

Por meio da Associação de Produtores Rurais da Suiá-Missú (APROSSUM), os posseiros conseguiram protelar a demarcação das terras indígenas até 11 de setembro de 1998, quando por meio do decreto Presidencial de 11 de dezembro de 1998 (Cópia do Decreto no Anexo A), “pôs-se fim nas determinações judiciais que ora suspendiam a demarcação, ora sentenciavam que a demarcação poderia ser feita, por meio da homologação das terras indígenas de Marãiwatsédé” (TAFNER Jr.; SILVA, 2015, p. 110).

Durante os trabalhos de campo ao longo do processo demarcatório das terras Xavante, um grupo de técnicos composto por membros do INCRA, da FUNAI e da INTERMAT puderam constatar *in loco* a situação em que se encontravam as áreas “ocupadas” pelos posseiros. Em campo, os técnicos constataram a existência de aproximadamente 300 pequenas propriedades que se concentravam no Posto da Mata (as Fotos 34 e 35 ilustram o uso daquele território à época), local onde iniciou todo o processo de invasão da terra indígena no ano de 1992. O grupo de trabalho também constatou significativos impactos ambientais, sobretudo desmatamentos de extensas áreas de floresta onde a vegetação nativa deu lugar a pastagens e áreas de agricultura (TAFNER Jr.; SILVA, 2015), dos quais falaremos mais detidamente adiante.

Foto 34 – Imagem de Satélite da localidade denominada Posto da Mata – 2012.



Fonte: Google Earth (2016).

Org.: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 35 – Foto aérea do Posto da Mata.



Fonte: Milanez (2012).

Tafner Jr.; Silva (2015) afirmam que logo após a publicação da homologação da demarcação das terras indígenas, ocorrida em 11 de dezembro de 1998, uma nova batalha de liminares se estabeleceriam a fim de decidir sobre o direito ou não de reocupação da área por parte dos invasores. Esse impasse se arrastaria até meados de 2012 quando ocorre a desintrusão definitiva da TI Maraiwatsédé.

Em trabalho de campo realizado na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, um dos servidores da FUNAI, que na época esteve à frente coordenando as questões de Maraiwatsédé, relatou que houve muita pressão por parte dos políticos regionais e da “bancada ruralista” que buscavam anular as decisões judiciais referentes à TI. Segundo ele:

[...] Como coordenador das questões de Maraiwatsédé fizemos várias viagens naquela época a Brasília para discutir a questão da Terra Indígena e a questão do retorno dos índios para Maraiwatsédé, no ano 2000, e começamos a trabalhar. Muita dificuldade, muita pressão política, muita pressão na região por parte dos proprietários de terra dentro da área indígena. E por outro lado, a gente sentia também que essa questão política estava influenciando na decisão da justiça, na reintegração de posse dos índios na T.I Maraiwatsédé (Informação verbal)⁶⁵.

Cansados de esperar pela decisão judicial, os Xavante organizaram e efetivaram uma ocupação “forçada” da Fazenda Karu⁶⁶ (A Fazenda Suiá-Missú já se encontrava totalmente dividida em várias “propriedades” desde 1992). No entanto, um dos “posseiros” conseguiu fugir e acaba avisando os demais posseiros que de imediato se reuniram no Posto da Mata e dirigiram-se fortemente armados até o local da ocupação, onde acabaram expulsando os índios, que, por sua vez ficaram numa situação humilhante às margens da BR-158.

Após receber a notícia da expulsão dos Xavante e de como eles se encontravam às margens da BR, um servidor da FUNAI se dirigiu até o local:

Imediatamente eu cheguei com a polícia federal pra verificar o que estava ocorrendo, como foi essa retirada. De que forma foram retirados de suas terras

⁶⁵ Entrevista cedida por Denivaldo da Rocha a Leonardo Rocha em trabalho de campo na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, julho de 2016.

⁶⁶ A Fazenda Karu, como as outras fazendas localizadas dentro da área em litígio se originaram a partir da fragmentação da Suiá-Missu, feita pelos posseiros desde a invasão em 1992.

e jogados lá na margem da BR 158! Cheguei com a polícia federal e lá já fomos informados pelo líder (Rufino), que eles tinham feito um acordo com o prefeito do Alto da Boa Vista, que na época era o Mário Barbosa. Ele tinha terra e era o defensor de todos os moradores, de todos os invasores de Marãiwatsédé. Aí, me disseram que tinham feito um acordo e que tinham recebido R\$ 30.000,00. Eu como indigenista tinha ficado muito decepcionado com essa atitude dos índios. Mas depois eles me falaram que parte desse dinheiro eles iriam utilizar para fazer uma mobilização entre os parentes de outras aldeias para retornar, para concertar carros, comprar combustíveis, alimentação. Então, um novo retorno, já com outros parentes, com um grupo maior... (Informação verbal)⁶⁷.

Em 10 de novembro de 2000, o juiz federal da 5^a Vara Federal de Mato Grosso, determinou com que os Xavante retornassem a Marãiwatsédé; no entanto, permitiu também que os ‘posseiros’ permanecessem na área até que o mérito da ação de reintegração de posse fosse julgado. A Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missú (APROSUM) recorreu dessa decisão junto ao Tribunal Regional Federal (TRF) que, por sua vez, protelou o retorno dos Xavante para suas terras.

Após esse episódio, os Xavantes retornaram para a Aldeia Belém, onde iniciariam um processo de articulação política entre seus “parentes” para somarem forças para uma nova tentativa de ocupação. Na mesma entrevista, o servidor da FUNAI afirmou que houve uma reunião com o Cacique Damião Paridzané na qual decidiram que o grupo Xavante de Marãiwatsédé era muito pequeno para enfrentar essa luta corpo a corpo com os invasores, prefeituras, políticos...

Aí, eu mais o Damião começamos uma peregrinação em todas as áreas Xavante, pedindo apoio dos parentes. Aí marcamos uma reunião grande na aldeia Belém, onde eles moravam com todos os parentes de outras aldeias como São Marcos, Campinápolis, Areões, Pimentel Barbosa, toda área Xavante. Marcamos uma reunião grande na aldeia Belém onde eles moravam. Marcamos essa reunião! Isso no final de outubro de 2003. Nessa reunião, nós traçamos todo o planejamento de retorno à TI Marãiwatsédé. [...] reunimos mais de quatrocentos índios, muitas viaturas, ônibus, carros, caminhões e partimos para a TI Marãiwatsédé. Só que quando eles saíram da Aldeia Belém, com aquele comboio de carros, aquela quantidade de índios os moradores da região próximas a aldeia Belém já entraram em contato com o pessoal de Alto da Boa Vista e Posto da Mata, dizendo que os índios estavam num grupo muito grande indo para reocupar a TI Marãiwatsédé. Aí aconteceu que eles (posseiros) foram criando obstáculos durante esse percurso até a .I Marãiwatsédé; ateando fogo

⁶⁷ Entrevista cedida pelo Servidor da FUNAI a Leonardo Rocha em trabalho de campo na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, jul. 2016.

em pontes e os índios apagando esses incêndios, fazendo outros tipos de obstáculos na BR-158 e os índios foram conseguindo passar. Só que nos limites da área não teve mais como passar, porque praticamente existia toda a população do Posto da Mata e Alto da Boa Vista do outro lado do córrego, na BR-158, nos limites da área. Isso os índios conseguiram chegar lá por volta das 22h e não teve como passar, tinham muitos carros, pessoal muito armado dando tiro para o alto e aí não teve como passar. Em seguida eu cheguei para dar um apoio para os índios e ali nós permanecemos de novembro de 2003 a agosto de 2004 (Informação verbal)⁶⁸.

Durante nove meses, cerca de 480 Xavante, entre mulheres, idosos e crianças, ficaram em situação sub-humana às margens da BR-158, aguardando uma decisão judicial para retornarem ao seu território tradicional. Os Xavante permaneceram ali sem abrigo, água potável e alimentação; as 170 crianças acampadas se tornaram as maiores vítimas do imbróglio judicial que prorrogou a volta dos índios para sua terra: “Revoltados com a morte de três crianças vítimas de pneumonia os índios [...] e as lideranças indígenas se mostraram dispostas a retomarem a sua terra mesmo que com evidente risco de conflitos armados entre índios e posseiros” (CIMI, 2004). A sequência de Fotos a seguir ilustra o período em que os Xavante permaneceram às margens da BR-158 entre novembro de 2003 a agosto de 2004.

A decisão da Justiça tomada em 2000 pela 5^a Vara Federal de Mato Grosso determinando o retorno dos Xavante havia sido protelada devido à ação impetrada pela APROSSUM, que, por sua vez, conseguiu com que a ação fosse julgada pelo Superior Tribunal Federal (STF). Sua relatora, a Ministra Ellen Gracie, acabaria retificando a decisão judicial vigente:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TERRAS INDÍGENAS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA REFORMAR DECISÃO QUE HAVIA AUTORIZADO A FUNAI A INTRODUIR OS SILVÍCOLAS EM RESERVA INDÍGENA DEMARCADA, SEM PREJUÍZO DA PERMANÊNCIA DE POSSEIROS NO LOCAL. 1. Estando a permanência dos posseiros no local garantida por anterior decisão do Tribunal Regional Federal que não é objeto do presente recurso, a questão devolvida a esta Corte cinge-se à possibilidade da convivência provisória destes com os índios a serem introduzidos na área em litígio. 2. A alusão a iminente conflito não se presta a suspender a decisão que

⁶⁸ Entrevista cedida pelo Servidor da FUNAI a Leonardo Rocha em trabalho de campo na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, 2016.

autoriza a entrada dos silvícolas nas terras indígenas cuja posse lhes é assegurada pelo texto constitucional, sob pena de inversão da presunção da legitimidade do processo de demarcação. Ofensa ao art. 231 § 2º e 6º da CF. 3. Recurso provida para restabelecer a decisão proferida pelo juízo de origem, autorizando o retorno da Comunidade Xavante à Terra Indígena de Marãiwatsédé, sem prejuízo, por enquanto, da permanência dos posseiros no local onde estão (STF: RECURSO EXTRAORDINÁRIO 416144 MT, 1/10/2004 apud TAFNER JR e SILVA 2015, p. 110-111).

Fotos 36 e 37 - Momento de tensão entre índios Xavante e posseiros da Fazenda Suiá-Missú – 2003-2004.



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 38 – Acampamento Xavante às margens da BR-158



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 39 – Crianças Xavante em meio ao fluxo de caminhões na BR-158



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 40 – Crianças Xavante cruzando a BR-158.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 41 – Crianças Xavante em direção ao córrego para apanhar água.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 42 – Local de coleta de água.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 43 – Crianças Xavante coletando água.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Fotos 44 e 45 – Local às margens da BR-158, onde foram enterradas as três crianças vítimas de doenças respiratórias.



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Com essa decisão, os Xavante acabariam garantindo o direito de ocupar, mesmo que provisoriamente, uma pequena porção da área em litígio:

[...] em 2004 houve a decisão da justiça, do STF dando direito aos índios de ocupar parte da terra indígena. E nós achamos por bem tomar posse daquela área ali, próximo a fazenda Carú (área em que os índios haviam sido expulsos pelos posseiros na primeira tentativa de ocupação em 2000). Uma área pequena, mas pelo menos seria melhor do que ficar na BR, onde já tinha falecido três crianças com problemas respiratórios em função do fluxo de veículos (Poeira), chuva... então a gente ficou ali naquela fazenda em torno de 3 mil ha. E devagar nós fomos ocupando outras fazendas menores e acabou que eles ocuparam entorno de uns 10% da área total até que saiu a sentença definitiva de reocupação de toda a área indígena Marãiwatsédé (Informação verbal)⁶⁹.

⁶⁹ Depoimento do servidor da FUNAI cedida a nós em trabalho de campo na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, julho de 2016.

Fotos 46 e 47 – Momento em que os Xavante se organizam para deixar a BR-158 em direção à área da Fazenda Karu (área onde a Justiça autorizou a permanência dos Xavante até que a ação fosse julgada em definitivo).



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 48 – O último grupo deixa a BR-158 – Agosto de 2004.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 49 – Após saírem da BR os Xavante ateiam fogo no acampamento provisório.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Fotos 50 e 51 – Momento em que os Xavante ocupam a pequena área da Fazenda Karu, por determinação da Justiça – agosto de 2004.



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Fotos 52 e 53 – Construção das “casas” provisórias – Agosto de 2004.



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

A decisão do STF do dia 01 de janeiro de 2004, mesmo que provisória, alimentaria a esperança tanto dos indígenas quanto dos posseiros em relação à ocupação definitiva da área de Marãiwatsédé. Assim, mais uma vez aguardando uma decisão definitiva da justiça, ambas as partes utilizaram de inúmeros argumentos para garantir seus direitos sobre as terras em litígio, buscando ainda sensibilizar e comover a opinião pública. De um lado, “os índios sempre

afirmavam o direito à terra, pois como são uma tribo seminômada, sempre viveram em sua porção de terra, cultivando a sua matéria prima e realizando rituais que não podem ser feitos em outros lugares⁷⁰”. Do outro lado, por meio da Associação dos Produtores da Suiá-Missú, os posseiros argumentavam que na área encontravam-se instalados e produzindo cerca de três mil famílias ou algo em torno de 10.000 pessoas e que uma área de 166 mil hectares seria “muita terra para poucos índios” (THAFNER Jr.; SILVA, 2015).

No entanto, confrontando os dados apresentados pela APROSSUM, laudos antropológicos realizados na área por Bueno (2006) apontaram que havia 798 indivíduos em 2005 e um total de 345 edificações entre residenciais e comerciais, ou seja, aproximadamente 800 “posseiros” para mais de 160 mil hectares e 700 índios vivendo “confinados” em uma pequena porção de terra e ainda mais 400 esperando uma decisão definitiva da justiça para poderem ocupar a área, já que estes últimos não cabiam na pequena porção de terra determinada pelo STF em outubro de 2004 (BUENO, 2006; TAFNER Jr.; SILVA, 2015).

Após toda a tramitação administrativa do processo demarcatório e das contestações judiciais por parte dos “posseiros” que se arrastaram por quase nove anos, em 5 de fevereiro de 2007, o Juiz Federal da 5ª Vara/MT, Dr. José Pires da Cunha, sentenciou a Ação Civil Pública nº 95.000.000679-0 a qual determinou a retirada de todos os não índios e a recuperação das áreas degradadas de Marãiwatsédé (CIMI, 2011). Nessa ação a justiça decidiu por:

- a) Condenar os Réus e todos aqueles, incertos, desconhecidos e terceiros, a deixar de efetuar toda e qualquer exploração extrativista, bem como de agricultura (ainda que de subsistência) e pecuária, na área da Terra Indígena Marãiwatsédé;
- b) Determinar aos Réus e a todos aqueles, incertos, desconhecidos e terceiros não índios, que se retirem da Terra Indígena Marãiwatsédé; Deixo de acolher o pedido de condenação em indenização por danos causados à Comunidade Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, em relação à requerida Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, tendo em vista que os documentos acostados às fls. 309 e 310, endereçados à mesma, não lhe restringiam a utilização da terra...
- c) Condenar os requeridos a procederem o reflorestamento na área que ocupam. Determinar ao INCRA que promova, com urgência, o reassentamento dos posseiros cadastrados na área já reservada para tanto (Fazenda Guanabara).

⁷⁰ Com base em Maybury-Lewis (1984), Tafner Jr.; Silva (2015) afirmam que entre os Xavante existem vários rituais sagrados e um deles remete aos seus mortos e o lugar que seria uma espécie de cemitério Xavante, que está localizado nas Terras Indígenas de Marãiwatsédé (MAYBURI-LEWIS, 1984 apud TAFNER Jr.; Silva, 2015).

(PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO 5ª VARA, 2007, p. 25-26).

De acordo com CIMI (2011), em 19 de junho de 2007, o juiz Federal Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso determinou a remoção de todas as famílias de posseiros que ocupavam a T.I Maraiwatsédé em até 20 dias a partir da decisão judicial. No entanto, no dia 1º de julho, o desembargador Fagundes de Deus, acatando argumentos da defesa dos posseiros de que não havia um plano de desocupação da área suspendeu temporariamente o mandado de desocupação de Maraiwatsédé. Dessa forma, os posseiros obtiveram a garantia de permanência na área até que a FUNAI e o MPF apresentassem um plano de desocupação.

Ainda no mesmo ano, em 17 de dezembro, o desembargador Fagundes de Deus suspendeu o cumprimento da sentença por meio da concessão de efeito suspensivo, propondo com que houvesse uma permuta de terras, acarretando em um novo processo. “Segundo Fagundes de Deus, os índios deveriam abrir mãos de Maraiwatsédé e mudarem-se para o Parque Nacional do Araguaia” (CIMI, 2011).

Buscando uma saída para a iminente desintrusão dos posseiros, foram feitas inúmeras articulações políticas por parte da APROSSUM que através de seus advogados e também com apoio de políticos regionais da “bancada ruralista”, buscaram uma solução junto ao governo Estadual. Assim surge a lei nº 9.564/11 de autoria dos Deputados José Geraldo Riva e Adalto de Freitas, sancionada pelo então governador, Silval da Cunha Barbosa, que propõe uma permuta de áreas entre a União e o Estado de Mato Grosso. A lei em questão autorizava “uma permuta com a Fundação Nacional do Índio, “trocando” o bem da União (TI Maraiwatsédé) pelo Parque Estadual do Araguaia” (CIMI, 2011).

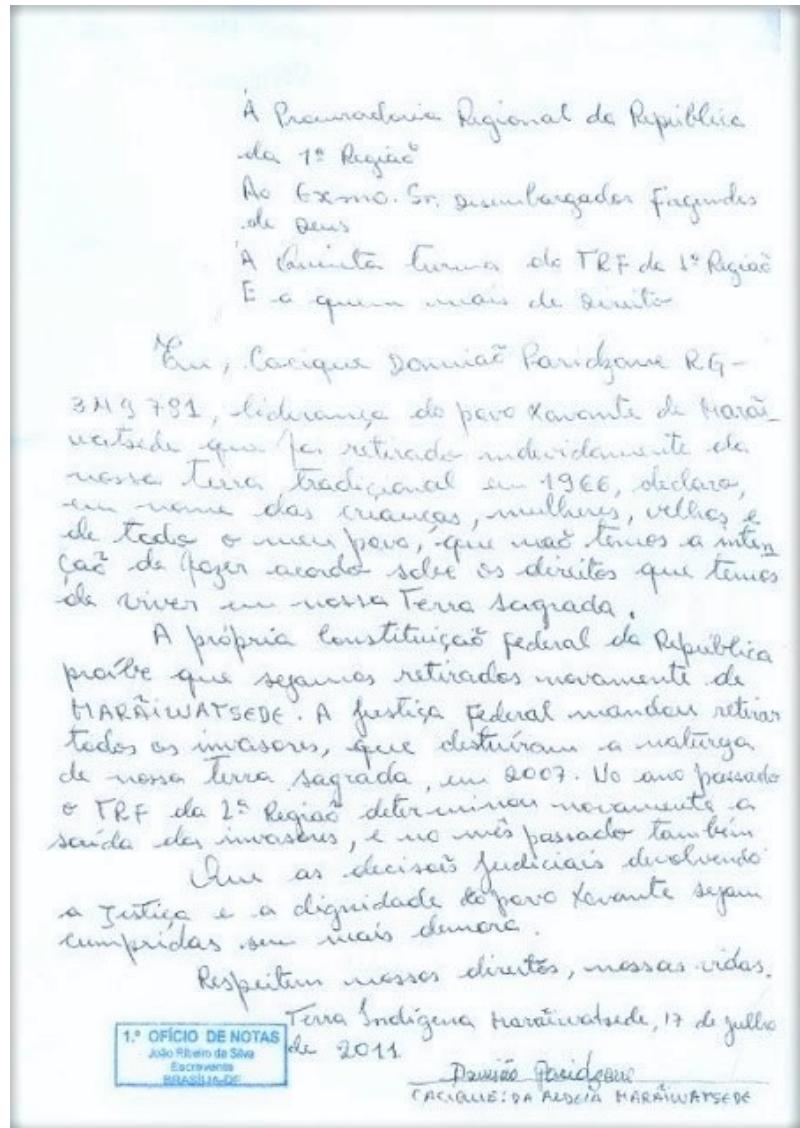
Contestando a “permuta” de terras entre o Estado de Mato Grosso e a União, o cacique Damião Paridzané protocolou uma carta ao procurador da República, Desembargador Fagundes de Deus. Na carta Paridzané alega-se que a própria Constituição⁷¹ proíbe essa nova tentativa de retirada dos Xavante de Maraiwatsédé, conforme cópia da carta na Foto 54.

⁷¹ A própria Constituição Federal de 1988, em seu Art. 231 impede com que as terras indígenas sejam objeto de alienação e/ou permuta, salvo por força maior. Assim em seu parágrafo 4º e 5º menciona que:

§ 4º “As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis;

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após

Foto 54 – Cópia da carta endereçada ao desembargador da Procuradoria Regional da República da 1º Região.



Fonte: CIMI (2011).

Em outra “Carta Denúncia” encaminhada ao Ministério Público Federal em abril de 2012, o Cacique Damião denunciava a tentativa do advogado da APROSSUM, Luiz Alfredo Farezin de

deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cessasse o risco” (CF/1988).

Abreu⁷², de comprar apoio de outros grupos Xavante para que fossem a favor da “transferência” para a nova área proposta (Parque Estadual do Araguaia). Abaixo segue na íntegra a carta assinada pelo Cacique Damião Paridzané ao MPF:

Aldeia Marãiwatsédé, 23 de Abril de 2012.

CARTA DA COMUNIDADE

Viemos através de passar as informações com transparência sobre da situação da nossa querida “mãe” terra Marãiwatsédé.

Quem tem a autoridade para decidir alguma coisa é quem reside na Marãiwatsédé. As pessoas de fora não tem autoridade. Tem algumas pessoas que estão falando em nome deles que não tem autoridade.

Luiz Alfredo está procurando atrito de Xavante com Xavante. Os índios estão se juntando por ele por dinheiro, mas eles não têm autoridade, não são de Marãiwatsédé. Nós somos da Mata, não do cerrado, Marãiwatsédé é mata perigosa e nós somos de lá. Nunca tivemos encontro pessoal com Luiz Alfredo, nunca houve encontro entre nós, ele está manipulando os índios e marginalizando material. É algo mentiroso.

Queremos que o MP nos ajuda na nossa luta de 40 anos, já sofremos muito. A comunidade não vai abrir mão de sua (Luta) de 40 anos por dinheiro.

Pedimos ajuda ao MP pra ficar com a verdade, o que está sendo colocado é mentira. Toda nossa cultura, festa, ritual, história veio da relação com a mata.

A comunidade não aceita a transferência ao Araguaia. Não aceita desmembramento da área de ficar parte na Karu (Faz. Karu é o local onde os Xavante encontravam-se alojados) e resto no Araguaia, só aceitamos a área já demarcada e homologada, nunca aceitei essa proposta.

O espírito, o cemitério está dentro da mata, nossos irmãos estão mortos dentro da mata.

A comunidade apoia o cacique, o cacique tem toda a autoridade. Todas as mentiras sobre a sua Foto do Damião são para enfraquecê-lo perante a comunidade.

Nós povo de Marãiwatsédé, mais uma vez dizemos que não aceitamos a proposta de transferência da terra (FUNAI, 2012).

⁷² O advogado que representou a APROSSUM a época do conflito é irmão da Senadora Kátia Abreu (PMBD).

De acordo com Thafner Jr.; Silva (2015), durante o período em que o processo de uma possível “permuta de áreas” entre o Estado e União ficou tramitando, ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). Mais uma vez os Xavante puderam dar visibilidade às suas reivindicações e expor ao mundo as condições em que viviam (Fotos 55 e 56).

Foto 55 – Encontro do Cacique Damião Paridzané com o Secretário de articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos, na Rio + 20.



Fonte: Blog Marãiwatsédé (2012).

Foto 56 – Índios Xavante reunidos na Cúpula dos Povos.



Fonte: Blog Marãiwatsédé (2012).

Desde que foram submetidos ao deslocamento compulsório, na década de 1960 até o momento em que suas terras foram “devolvidas” durante a ECO 92 e a Rio + 20, o Grupo de Marãiwatsédé empreenderam uma longa caminhada sem que pudessem retomar suas terras tradicionais em definitivo. “Mais uma vez o Cacique Damião estava novamente participando pessoalmente da Rio + 20, reivindicando o direito de entrar em suas terras” (THAFNER Jr.; SILVA, 2015). Aproveitando a visibilidade “global” dessa conferência sobre desenvolvimento sustentável, o cacique Xavante entregou pessoalmente uma carta à então Presidenta Dilma Rousseff, a qual expõe o sofrimento de seu Povo ao longo dos 46 anos em que foram expropriados de suas terras. Segue na íntegra a carta onde o Cacique Damião faz um apelo à presidente Dilma Rousseff para que as terras fossem devolvidas integralmente ao Povo Xavante:

Exma. Sra. Presidenta Dilma Rousseff

Eu, cacique Damião Paridzané, vim a Rio+20 com representantes do Povo Xavante exigir que o governo brasileiro garanta a implementação imediata do plano de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT), permitindo a ocupação integral do nosso território, que foi prometido 20 anos atrás na Eco 92.

Nesses 20 anos que se passaram, Marãiwatsédé se transformou na Terra Indígena mais desmatada da Amazônia brasileira, envergonhando todo o nosso país com a devastação criminosa que produtores de soja e de gado estão ainda fazendo na nossa terra sagrada. Vinte anos também não foram suficientes para que a Justiça brasileira tivesse a força necessária para fazer valer a decisão que respeita a Constituição Federal e os povos indígenas, tomada por unanimidade e determinando a retirada dos invasores, pois todos entraram em nossa terra ilegalmente, de má fé.

Apesar de termos nosso território reconhecido, demarcado e homologado desde 1998, ocupamos 5% da área que é de nosso direito porque fazendeiros e políticos nos ameaçam, destroem a nossa mata em Marãiwatsédé deixando nossa comunidade sem caça, sem frutos e sem os remédios tradicionais de que precisamos. Eles também despejam agrotóxicos nos rios que abastecem a nossa aldeia, por isso muitas crianças estão doentes, com diarreia, vômito e pneumonia. Enquanto estamos aqui no Rio de Janeiro, recebemos a notícia de que mais uma criança faleceu na aldeia por desnutrição.

Nós lutamos e sofremos muito para estar aqui hoje. Não queremos perder a viagem. Viemos a Rio+20 pedir que o governo federal finalmente cumpra a decisão da Justiça, que no mês passado derrubou a liminar que suspendia a retirada dos fazendeiros. Agora, a desintrusão está novamente autorizada. Queremos que o governo permita uma transição rápida da terra invadida ao Povo Xavante, garantindo assistência para a nossa integridade física, cultural e a recuperação das áreas devastadas nesses 20 anos.

Vinte anos de espera é muito tempo.

Eu fui criado em Marãiwatsédé antes do contato com o homem branco. Estou lutando há 46 anos. Eu era criança quando o governo retirou minha comunidade nos aviões da FAB em 1966. Desde aquela época estamos lutando para voltar e retomar nossa terra. Estou cansado. Mas não vou desistir. Nunca.

Cacique Damião Paridzané.

Desde que o desembargador Fagundes de Deus propôs a transferência dos Xavante para o Parque Estadual do Araguaia se passaram cinco anos, esse foi o tempo gasto pela Justiça brasileira para julgar que a proposta era inconstitucional. “No dia 29 de junho de 2012, o Desembargador Souza Prudente, declarou sem efeito a proposta do Desembargador Fagundes de Deus” (THAFNER Jr.; SILVA, 2015, p. 112).

Rejeitando a decisão judicial do Desembargador Fagundes de Deus, fazendeiros, posseiros e comerciantes iniciaram movimentos de protestos que resultaram no bloqueio das principais vias de acesso às cidades da região que dependem da BR 158 para serem abastecidas e escoarem a produção (Fotos 57 e 58). Eles “bloquearam o acesso à cidade de São Félix do Araguaia na localidade conhecida como Posto da Mata. Eles cavaram uma trincheira na estrada e queimaram pontes em outras vias de acesso à região em ato desesperado diante da sua iminente desintrusão” (CIMI, 2012).

Fotos 57 e 58 – Bloqueio da BR-158 por posseiros da Suiá-Missú, 2012.



Fonte: Portal G1 (2012).



Fonte: Portal G1 (2012).

Com a decisão tomada pelo Desembargador Souza Prudente, o Ministério Público Federal, determinou:

- (i) A expedição do ofício à Presidência da FUNAI para que, no prazo improrrogável de 10 dias, apresente, em juízo, o plano de desintrusão das terras Indígenas de Marãiwatsédé; (ii) apresentado o plano de desintrusão, determinase a expedição, *incontinenti*, do mandado de desocupação da área em litígio, com prazo de trinta dias, devendo serem mantidos apenas os indígenas, estando autorizados, de antemão, o desforço policial por parte da Polícia Federal, bem como o auxílio da Força Nacional de Segurança (DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO, 22/10/2012).

A partir dessa decisão judicial, os ocupantes começaram a ser notificados por oficiais de justiça para que desocupassem toda a área. No entanto, buscando resistir à determinação da justiça federal e ao plano de desinrusão, inúmeros “posseiros” se articularam mais uma vez intensificando os movimentos de resistência e em assembléia realizada no Posto da Mata decidem intensificar o bloqueio da BR 158 (Fotos 59 e 60). “A tentativa de resistência à desinrusão, fortemente apoiada por latifundiários locais que controlavam grandes áreas dentro da terra indígena, estava relacionada ao preço crescente das terras e ao asfaltamento de rodovias próximas a área, inclusive com planos futuros de asfaltamento da BR 158 que corta a área indígena” (SANTINI, 2013).

Foto 59 – Após assembleia, posseiros decidem manter o bloqueio da BR-158 – Dezembro de 2012.



Fonte: Folha de São Paulo (2017).

Foto 60 – Bloqueio da BR-158 na altura do Posto da Mata - Dezembro de 2012.



Fonte: Folha de São Paulo (2017).

Dessa forma, em cumprimento a determinação judicial, em 10 de dezembro de 2012 iniciou-se o processo de desinrusão da TI Marãiwatsédé, sob a coordenação da FUNAI. Estavam acompanhando o processo de desocupaçāo diversos órgāos como o INCRA, o IBAMA, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército e a Força Nacional. O processo, que não foi pacífico, acabou gerando vários confrontos entre as “forças de desocupaçāo” e os posseiros que se mostraram resistentes em deixar a área (Veja-se as Fotos seguintes).

Foto 61 – Bloqueio da BR-158 pelos posseiros reivindicando a permanência em Marãiwatsédé



Fonte: CliqueF5 (2012).

Foto 62 – Manifestantes se reúnem na BR-158, na altura do Posto da Mata



Fonte: Olhar Direto (2012).

Foto 63 – Momentos de tensão no processo de desintrusão no Posto da Mata



Fonte: Olhar Direto (2012).

Foto 64 – Enfrentamento entre “Forças de segurança” e posseiros



Fonte: Olhar Direto (2012).

Foto 65 – Demolição de área de parte dos imóveis no Posto da Mata



Fonte: Olhar Direto (2012).

Foto 66 – Vista parcial de área onde imóveis foram demolidos no processo de desintrusão



Fonte: Olhar Direto (2012).

O processo de desintrusão seria traumático para os dois grupos sociais (indígenas e não indíos) envolvidos no conflito, porém para os indígenas a situação se tornaria mais grave já que os mesmos passaram a ser hostilizados com mais intensidade. Em trabalho de campo no município de São Félix do Araguaia-MT um ex-soldado do Exército Brasileiro que a época participou da missão de desintrusão na área indígena relatou a situação vivida no momento da desintrusão,

Eu participei na época da desintrusão lá na região de Maraiwatsédé, na época eu era militar do exército brasileiro. Fui diversas vezes na região do Alto da Boa Vista, região do Posto da Mata, fiz parte da desintrusão. Entre os militares havia um consenso, nós estávamos ali por obrigação e por obedecer a ordens, porém ninguém gostaria de estar ali. O Lado humano nos dizia que aquilo ali era errado, até por que nós viamois a situação da região e ela seria entregue ao Povo Indígena. Porém é uma região totalmente incompatível para os fundamentos ali, que se diz que o indígena irá utilizar, não vai. Muito pasto, muita fazenda, nada que se possa ser aproveitado na minha opinião, no que se refere aos aspectos naturais [...] fui diversas vezes, tive contato visual com a população. Uma situação muito desagradável, pois estávamos com a PRF, Exército, PM, Força Nacional, Direitos Humanos, SEMA e fomos muito hostilizados, não de forma direta, hostilizados por palavras e gestos, de forma natural e até compreensível. E como você me perguntou do sentimento, já falei e volto a falar, foi muito ruim como militar do Exército. Hoje não sou mais, mas na época foi uma situação péssima saber que aquela região ia ser desocupada. Vendo toda a situação como igrejas abandonadas, casas, o povo retirando tudo

que era possível como janelas, blindex ficando pra trás. Você percebe a tristeza naquela região.

Eu saí de Aragarças-GO. O batalhão onde servi era lá! Nós ficamos sabendo da missão com uma antecedência, pelo planejamento que o exército faz. Reunimos todos os materiais e fomos pra lá. Sabíamos que faríamos a desocupação de uma terra indígena (Informação verbal)⁷³.

Ainda, na mesma entrevista, questionando sobre a iminência de conflitos armado entre posseiros e as forças de segurança o ex-militar relata:

Para nós sim. Usamos equipamentos balísticos não letais e letais e tratamos ali como uma possível situação e não ocorreu.

Quando foi expedido o mandado judicial de desocupação, o exército foi pra lá garantir a segurança; principalmente das outras forças que atuariam ali de forma mais burocrática ou então direta. Sabendo do respeito que o exército tem com a população, a principal impressão que eu tive foi de tristeza, de desolação, de preocupação e de injustiça. Eu não senti como justo aquela situação. Aí eu não vou entrar no mérito de como aconteceu a situação daquela ocupação ali, mas no momento do que se podia aproveitar daquela área ali... A sensação foi de injustiça da retirada daquelas famílias que estavam lá. Inclusive o que fiquei sabendo, foi prometido terras, áreas pra eles seguirem a vida e até onde eu sei, não foi cumprido o prometido. [...] eu estive na missão no final de 2012 a 2013, eu me recordo que a tropa permaneceu 90 dias ou mais em Alto da Boa Vista, na escola agrícola, a base foi lá. Eu permaneci por quinze dias seguidos e depois em viagens periódicas, indo e voltando duas vezes por semana as vezes. Você não acostuma ver uma igreja ser destruída, não se faz isso com uma igreja, uma catástrofe seria normal. A igreja destruída, com as janelas arrancadas, abandonada. Aquela situação ali realmente parecendo um filme, com tudo abandonado, seria um cenário de filme de terror, a noite então nem se fala. E a segunda situação quando toda a tropa, todas as viaturas das forças ali combinadas passaram ali pela região e a população tava ali na esquina [...]. A população toda em protesto, uma situação muito triste. Você ver todas as pessoas, as famílias, os cartazes te hostilizando [...], crianças, não é nada agradável. Então aquela situação ali ficou marcada sem dúvida.

A situação retratada pelo ex-soldado não levava em conta a situação em que viviam os indígenas, “confinados” em uma pequena porção de terras e sofrendo constantes ameaças. Ao longo do processo de desocupação da área outras injustiças foram constatadas, “pode-se verificar *in loco* a existência de 242 empreendimentos, incluindo casas, comércio e fazendas pertencentes a não índios e um total de 455 pessoas” (TAFNER Jr.; SILVA, 2015).

⁷³ Entrevista concedida a Leonardo Rocha em São Félix do Araguaia, julho de 2017.

Ainda segundo o mesmo autor, o baixo número de posseiros cadastrado na área se deve a concentração de terras. Em uma reportagem veiculada no jornal *Diário de Cuiabá*, de 06 de dezembro de 2012, “apontava que 2/3 das terras de Marãiwatsédé estavam concentradas nas mãos de 22 grandes posseiros” que possuíam 32 fazendas, cujas áreas somavam 166,4 mil hectares (TAFNER Jr.; SILVA, 2015).

A concentração de terras na área se devia ao comércio de terras que foram sendo estabelecidos ao longo dos anos de ocupação da TI. Em uma das entrevistas realizadas no ano de 2017 em São Félix do Araguaia, um ex-posseiro da Suiá-Missú relatou a forma como as terras foram sendo adquiridas pelos “grandes proprietários”:

[...] chegou um camarada aqui (Posto da Mata) comprando terra. Ele tava adquirindo uma parte grande, queria adquirir uma parte grande. E ele tava comprando dos pequenos as posses e as vezes ele trocava em outra parte, não me lembro o nome dele agora. Aí nós troquemos aqui, lá na parte do Alto da Boa Vista. Saímos do Posto da Mata e viemos para o Alto da Boa Vista. Ele comprou quase todas as terras da região do Posto da Mata. Ele queria fazer uma área muito grande, como a do Romão Flor ou maior. Então ele tava comprando, comprando. Aí ele tinha outras regiões e ele tava colocando o pessoal como por exemplo a gente. Ele deu um trator de volta, deu um gado, entendeu! Só que pra nós não foi vantagem por que a terra não era produtiva [...] Foi até a gente chegar a esse conflito. Quando chegou o primeiro conflito, quando eu entrei em 96 o Posto da Mata já era uma cidade, era movimentado, tinha rodoviária, posto de saúde. Aquele posto foi desativado, acabou tudo!

Foi dessa forma, adquirindo pequenas posses dos pequenos posseiros que ocorreu a concentração de terras na Suiá-Missú. Ressalta-se que entre os posseiros figuravam-se entre os maiores “posseiros” de terras de Marãiwatsédé, principalmente políticos, membros do poder judiciário e grandes fazendeiros da região (MENDES, 2014).

Com a desintrusão, cerca de 300 unidades familiares cadastradas pelo INCRA seriam transferidas para áreas de assentamentos em Ribeirão Cascalheira, conforme foi divulgado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2012 (TAFNER Jr.; SILVA, 2015).

Após todos esses constrangimentos sofridos tanto por parte dos posseiros e principalmente os sofridos pelos indígenas que constantemente eram hostilizados e ameaçados, o processo de desintrusão foi oficialmente concluído em 28 de janeiro de 2013. No entanto, até o fim do ano de 2014, o INCRA não havia entregado a estrutura prometida aos assentados o que

gerou revoltas e novas tentativas de invasão da TI. Segundo Thafner Jr.; Silva (2015), a primeira tentativa ocorreu em 24 de março de 2013 e uma segunda dois meses depois, no dia 3 de junho e uma terceira e última no dia 24 de janeiro de 2014.

Todo esse processo de ocupação territorial ocorrido ao longo desse moroso processo judicial que se arrastou desde a ECO-92 envolvendo índios e não índios acabou por vitimar não somente os indígenas, mas também os “pequenos posseiros”⁷⁴ que de uma forma ou de outra foram usados como massa de manobra por parte dos grandes proprietários de terras e também de políticos regionais.

Com o fim da ocupação da Terra Indígena por posseiros, os Xavante teriam pela frente novos desafios, reterritorializar suas terras tradicionais devastadas pelo agronegócio. Justamente o papel desses agentes econômicos serão examinados no capítulo seguinte.

⁷⁴ Aqui nos referimos aos trabalhadores do campo que sonhavam em ter um “pedaço” de terra para sua subsistência.

CAPÍTULO 03

O VALE DOS ESQUECIDOS: ascensão do agronegócio na região do Araguaia-Xingu

3.1 O avanço do agronegócio e seus impactos sobre a Terra indígena Marãiwatsédé

O agronegócio tem participado expressivamente do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, estimulando uma grande cadeia produtiva que vai além do campo, envolvendo pesquisas em biotecnologia, produção de insumos, maquinário agrícola dentre outros. Dentro de toda essa cadeia produtiva se tem gerado milhões de empregos diretos e indiretos, configurando um setor essencial para o desenvolvimento econômico do Brasil. No entanto, a expansão do agronegócio é geradora de conflitos de ordem socioambiental, pois seu avanço tende a ocupar, destruir e ou transformar territórios já consolidados no espaço. Lugares de vivência, de grande significado cultural e ambiental, lugares sagrados, de identidade, de grande valor afetivo têm sido submetidos aos mandos do capital em nome do progresso econômico o qual, muitas vezes, não significa progresso das pessoas ou dos lugares onde são implementados, gerando conflitos, perdas e danos a essas pessoas.

Nas últimas décadas ocorreram diversos conflitos territoriais envolvendo indígenas e não indígenas, e a história recente do Povo Xavante de Marãiwatsédé é prova disso. Na década de 1990 esse Povo novamente protagonizou momentos rígidos contra seus territórios ao verem suas terras serem invadidas por posseiros – dentre os quais, figuras políticas da região – impulsionadas, sobretudo, pelo avanço do agronegócio e consequente valorização das terras na região do Araguaia-Xingu, o que fez desencadear assim, um conflito que se arrastou até 2014, ano em que ocorreu a desintrusão definitiva dos não índios e a reocupação total da Terra Indígena Marãiwatsédé pelos Xavante.

Levando em consideração o expressivo crescimento do agronegócio no país, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-Esalq/USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apontam que o PIB do agronegócio no país deverá ter um crescimento de 0,9% em 2017 (CEPEA, 2017). Até março de 2017 o agronegócio foi responsável por 43,5% das exportações brasileiras desde o início do ano. No total, os ganhos do setor resultaram em US\$ 8,73 bilhões, o que representa um aumento de 4,6% se comparado ao mesmo período de 2016. Somente o complexo soja representou 46,5% do total das exportações do agronegócio, seguido por carnes, com 15,4%; os produtos florestais, com 10,1%; logo em seguida o complexo sucroalcooleiro, representando 8,8%; e por fim o café, com 5,8%. A soma dos cinco setores representou 86,7% do total exportado em março de 2017 (MAPA, 2017). Dado esse ritmo de crescimento, segundo estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o país ocupará em 2024 a liderança mundial das exportações do setor. Essa projeção está associada a inúmeros fatores, dentre os quais o aumento da produtividade das áreas já cultivadas e também na expansão de novas áreas agricultáveis (LAPORTA, 2017).

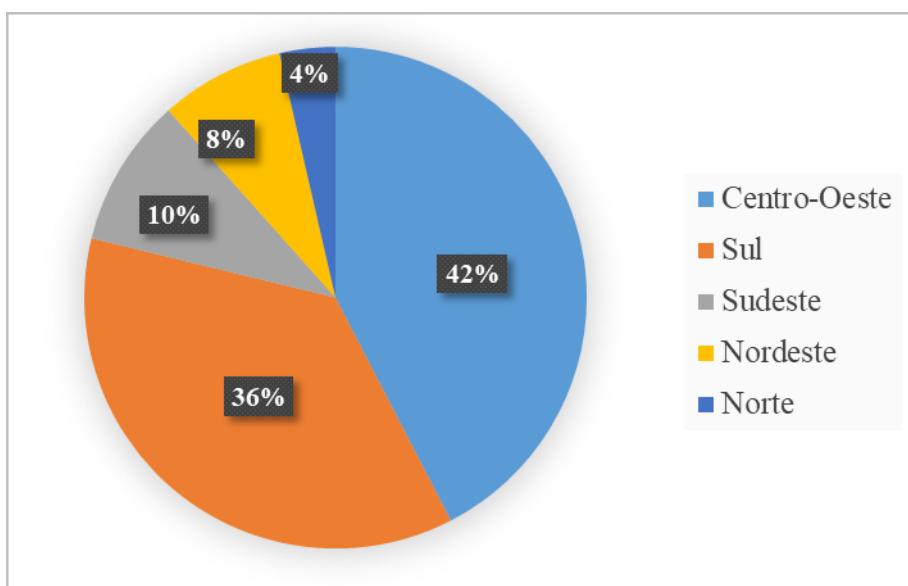
Ao levar em consideração as regiões de maior produção agrícola, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) aponta que a região Centro-Oeste tem liderado a produção nacional, com 41,70%; seguida pela região Sul, com 37,70%; Sudeste e Nordeste somam 9% e, por fim, a região Norte com 2,70%, conforme apresentado no Gráfico 1.

Esse crescimento econômico pautado no agronegócio impulsiona a economia regional em diversas partes do país e, consequentemente, tem possibilitado que regiões periféricas, como é o caso do Vale do Araguaia, que até há poucas décadas era associado aos adjetivos como “estrada perdida, vila perdida e vale dos esquecidos” (em referência situação socioeconômica em que vivia), se destaque como uma das regiões mais promissoras na produção de *commodities* agrícolas, voltados principalmente ao mercado externo” (ZANATTA, 2013).

A dinâmica econômica da região tem crescido substancialmente (acima da média nacional), principalmente quando se fala em demanda por crédito, maquinários agrícolas, insumos para o setor e também ampliação de áreas para o plantio, aproveitando-se das possibilidades de obtenção de lucro na região,

as maiores tradings⁷⁵ e indústrias de insumos agrícolas já chegaram e ampliam de forma acelerada sua presença nas principais áreas. ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, Los Grobo e Glencore disputam espaço com Amaggi, Caramuru, Bom Futuro e Sinagro (ZANATTA, 2013).

Gráfico 01 – Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas por região.



Fonte: IBGE (2017).

Org.: Leonardo Rocha, 2017.

No entanto, por trás desse expressivo crescimento econômico, o agronegócio tem exercido significativas pressões sobre áreas de relevante interesse ecológico, como as áreas de preservação ambiental, reservas ambientais e também diversas Terras Indígenas que têm sofrido direta e/ou indiretamente as consequências deletérias desta forma de produção agrícola. Este é o caso da “região do Araguaia-Xingu que comporta duas importantes áreas de grande relevância ambiental e étnica: o Parque Indígena do Xingu – PIX, que abriga 16 etnias, que pertence ao povo Xavante” e a Terra Indígena Marãiwatsédé, que pertence ao povo Xavante (ROCHA et al., 2016), chegando a ser considerada, em 2012, a Terra Indígena mais desmatada do Brasil (AXA, s.d.).

⁷⁵ Entende-se por *Tradings* empresas comerciais ligadas ao agronegócio, que atuam como intermediárias entre empresas fabricantes e empresas compradoras, em operações de exportação ou de importação (INVEST & EXPORT BRASIL, s.d.).

Devido aos inúmeros conflitos territoriais gerados desde sua ocupação por não índios, a primeira ocorrida na década de 1960 e a segunda em 1992, Ferraz (2016, s.p.) afirma que a TI Marãiwatsédé pode ser considerada como “[...] um microcosmo da história de conflitos no campo no Brasil, com o choque entre o desenvolvimento do agronegócio e o dilema preservacionista das florestas e dos direitos dos povos indígenas”. Assim, observa-se que o avanço do agronegócio na região tem provocado toda sorte de desequilíbrios, tanto ambientais quanto sociais, atingindo diretamente as populações indígenas, no que se refere a seu modo de vida tradicional⁷⁶.

O crescimento econômico da região onde está inserida a TI guarda laços com o período da Ditadura Militar (1964-1985), no qual grandes projetos de desenvolvimento econômicos foram planejados e desenvolvidos para a região amazônica como um todo. A preocupação sobre uma possível invasão da Amazônia contribuiu para que se traçassem planos de desenvolvimento regional, dentre estes um voltado ao setor agropecuário.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia (SUDAM), através da concessão de créditos e incentivos fiscais, teve grande relevância no desenvolvimento regional, uma vez que possibilitou que a região, considerada um “deserto verde”, se tornasse atrativa do ponto de vista econômico, atraindo migrantes de diversas partes do país, além de grupos empresariais nacionais e internacionais interessados na exploração das atividades agropecuárias na região.

Dessa forma, grandes empreendimentos agrícolas se consolidaram na região, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara), localizada no município de Santa Terezinha, pertencente à época ao Banco de Crédito Nacional (BCN); da Agropecuária Nova Amazônia S/A (FRENOVA), localizada desde a década de 70 no povoado de Porto Alegre do Norte, atualmente Município de mesmo nome; da BORDON S/A, no município de São Félix do Araguaia; por fim, da Agropecuária Suiá-Missú S/A, pertencente à época ao grupo Italiano Agip Petroli. Lino (2012, p. 6) afirma que,

Todos esses projetos ao se instalarem na região causaram diversos conflitos pela disputa da terra, com índios e “posseiros” que já viviam na área e alguns desses

⁷⁶ Pode ser entendido como modo de vida tradicional, aqueles aos quais os indígenas mantêm hábitos e experiências de vida preservados, modificados ou adequados conforme sua decisão a partir da ancestralidade, passando de geração em geração.

conflitos se prolongaram por anos e chegaram até os dias atuais, como exemplos tem-se a situação da fazenda Suiá-Missú [...].

Assim, a partir da década de 1960, os incentivos fiscais concedidos pela SUDAM possibilitaram a região se transformar como um todo. Porém, os planos de desenvolvimento econômicos parecem ter deixado de lado os pequenos posseiros e as populações indígenas, que assistiram suas terras serem gradativamente invadidas e transformadas em áreas de pastagens e extensas lavouras. Este é o caso do grupo Xavante da TI Marãiwatsédé, que desde 1960 tem seu território, e consequentemente o sistema de subsistência, impactados diretamente. Segundo Welch et al. (2013, p. 107), é caracterizado “[...] como uma combinação de coleta, caça, pesca e agricultura, o que envolve a utilização de seus territórios das mais diversas maneiras”.

Essas atividades estão intrinsecamente relacionadas ao habitat (Cerrado/Mata) em que vivem os Xavante de Marãiwatsédé e que ao longo das últimas décadas foi significativamente alterado em seus estoques, dificultando e/ou alterando o modo de vida tradicional desse Povo. Welch et al. (2013, p. 107), afirmam que:

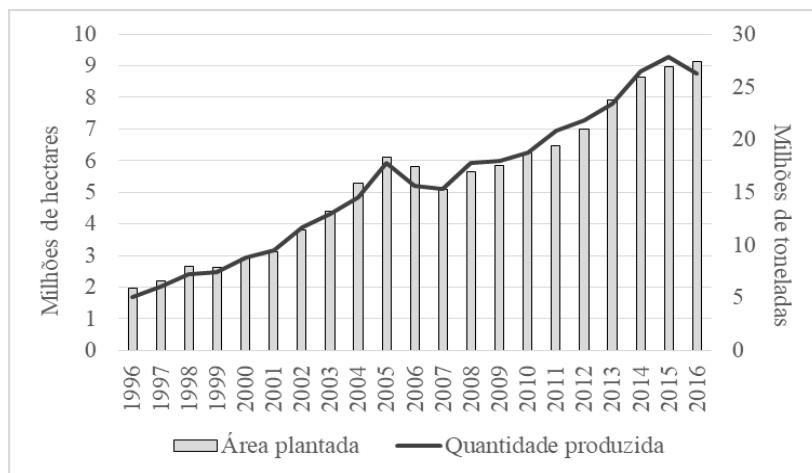
A importância de cada uma dessas práticas mudou com o tempo, à medida que os Xavante vivenciaram diferentes processos históricos e sociopolíticos. No presente, embora modificações substanciais tenham ocorrido, [...] os Xavante continuam, em larga medida, a depender do bioma do cerrado, de forma que descrições etnográficas anteriores acerca das atividades produtivas e de subsistência [...] permanecem muito atuais.

3.2 Marãiwatsédé na mira da soja: o avanço do agronegócio em Mato Grosso e seus impactos sobre as Terras Indígenas

O aumento da produção de soja em Mato Grosso está diretamente relacionado ao aumento das áreas de desmatamento. Segundo dados divulgados no final de 2009 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT), o estado já havia perdido cerca de 175 mil km² de Floresta Amazônica e 150 mil km² de Cerrado, representando cerca de 35% e 42% respectivamente (SAKAMOTO, 2010, p. 03).

Ainda segundo Sakamoto (2010), dados da Associação de Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) apontam que no mesmo ritmo do desmatamento no estado dobrou a produção agropecuária nos últimos 10 anos. Sem dúvida, a soja é a cultura que teve maior destaque, o que representa um aumento de 8% ao ano, saltando de 8,8 milhões de toneladas em 2000 para 26,2 milhões de toneladas em 2016. A área destinada à produção de soja mais que triplicou no mesmo período, saltando de 2,9 milhões de hectares no ano de 2000 para 9,1 milhões em 2016.

Gráfico 02 – Evolução da área plantada e quantidade produzida de soja no Mato Grosso.



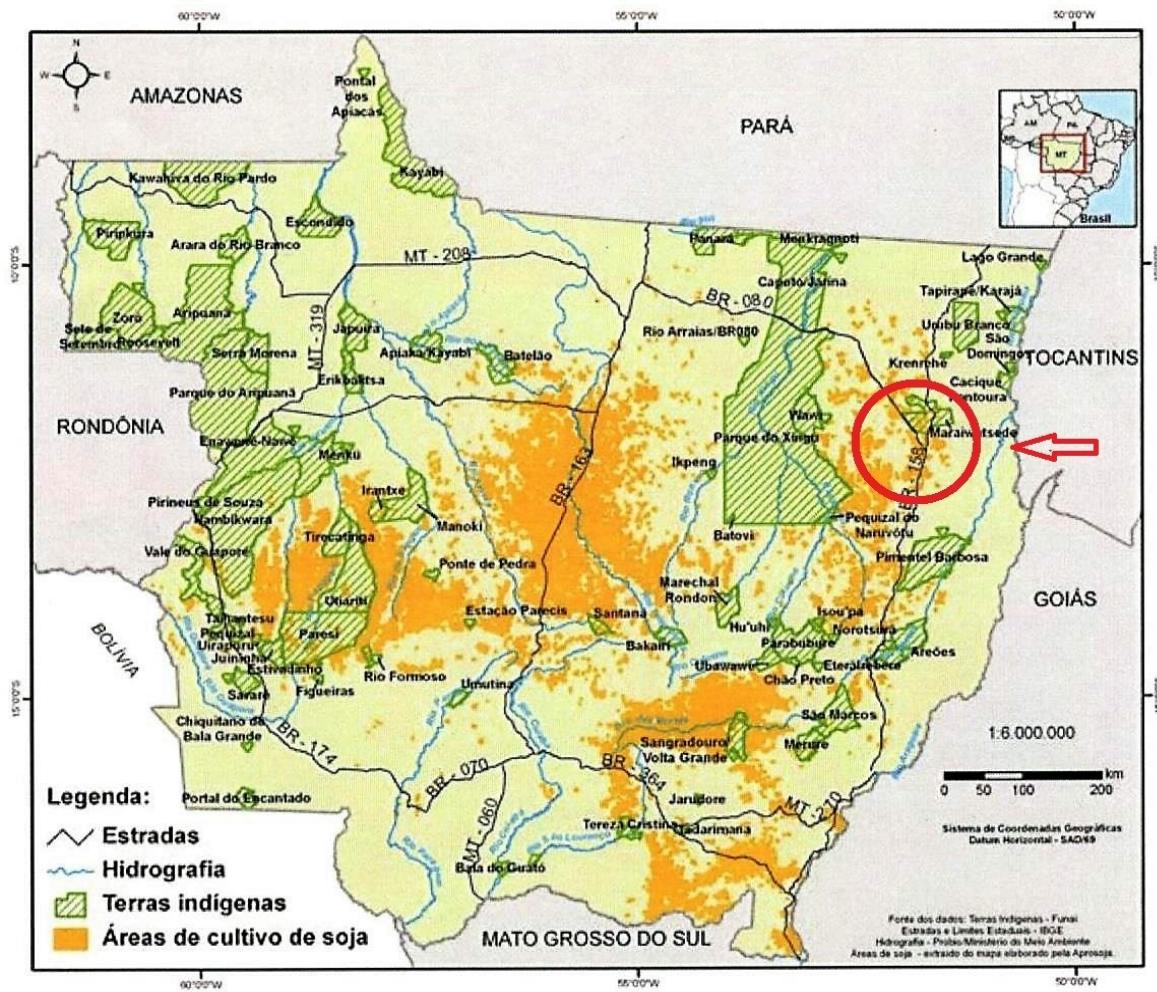
Fonte: IBGE – PAM (2017).

Org.: Leonardo Rocha, 2017.

Conforme Sakamoto, (2010) “O avanço rápido do grão no Estado do Mato Grosso não deixou de afetar as populações indígenas. Das 78 Terras Indígenas (TIs) listadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao menos 30 ficam em municípios com mais de 10 mil hectares de soja”. O Mapa 06 apresenta as áreas em que o cultivo da soja tem avançado em direção aos Territórios Indígenas, em destaque a região nordeste mato-grossense onde se localizam o Parque Indígena do Xingu e a TI Marãiwatsédé: “A expansão da soja nas cercanias das Terras Indígenas não necessariamente resulta em relações entre as partes ou impactos sobre os índios, mas reforça uma preocupação já manifestada pelo movimento indígena do cerrado”, ressalta Sakamoto (2010). Documento resultante da 2ª Assembleia Geral da MOPIC, ocorrida no final de 2008, concluiu que,

O Estado de Mato Grosso é o maior produtor de soja do Brasil, sendo esta atividade uma das principais causas do desmatamento no Cerrado e da degradação ambiental nas cabeceiras dos rios que drenam as terras indígenas, colocando em risco a segurança alimentar, a cultura e a vida física e espiritual das comunidades indígenas (MOPIC, 2008, n. p.).

Mapa 06 – Mapa do avanço da soja sobre as terras indígenas no Mato Grosso.



De modo geral, Sakamoto (2010) afirma que a soja tem sido um dos maiores vetores de desmatamento do Cerrado e, consequentemente, tem causado inúmeros passivos ambientais ligados ao seu cultivo, sobretudo, conforme Sakamoto, quando se considera que essa cultura, por suas especificidades, representa uma série de condições que podem ser prejudiciais ao meio social e ambiental:

Grande consumidora de agrotóxicos, consolidadora do modelo monocultor e introdutor da transgenia no Centro-oeste, a soja vem acompanhada de uma grande carga de impactos sobre o ambiente onde está inserida. Degradação, erosão, empobrecimento e desertificação do solo, destruição das matas ciliares, contaminação de cursos d’água, disseminação das queimadas (que anualmente vitimam milhares de animais silvestres e causam graves doenças respiratórias principalmente em crianças), pulverização de venenos sobre pequenos agricultores, indígenas e suas plantações, introdução de um novo paradigma de consumo capitalista entre as populações tradicionais e aprofundamento do preconceito e do racismo contra os indígenas são alguns “efeitos colaterais” da sojicultura e de sua proposta de desenvolvimento (SAKAMOTO, 2010, p. 5).

3.3 Impactos socioambientais na TI Marãiwatsédé e suas implicações sobre o Povo Xavante

Ao longo do processo de ocupação da TI por não índios, que perdurou de 1992 a 2013, a área de 165 mil ha da TI Marãiwatsédé foi drasticamente impactada. A área que originalmente era composta por 102.600 ha de Floresta (62%) e 62.476 ha de Cerrado (38%) sofreu ao longo desse processo intensos desmatamentos e queimadas, impactando negativamente no modo de vida tradicional do Povo Xavante, pois grande parte da subsistência deste é proveniente da coleta, caça e pesca, bastante dependente, portanto, da vegetação nativa ora existente no território Xavante.

A partir de levantamentos em campo e de interpretação de Fotos do Satélite Landsat 5 e 8, pode-se constatar que até o final do ano de 1992 a TI Marãiwatsédé já havia sido desmatada em cerca de 29.700 ha de vegetação nativa, algo em torno de 18% da área original (Mapa 07) evidenciando a ocupação gradual da área e a substituição da vegetação original por culturas agrícolas de interesse dos agentes do agronegócio. A rápida evolução (1992-2005) é evidenciada pelos mapas a seguir. O Mapa 07 aponta a real situação do território Xavante até o final do ano de 1992, quando ocorre a invasão da TI Marãiwatsédé por posseiros. Por sua vez, o Mapa 08 apresenta a evolução do desmatamento na TI Marãiwatsédé 1992-2005, evidenciando o avanço das atividades ligadas ao agronegócio dentro do território Xavante.

Mapa 07 – Terra Indígena Maraiwatsédé: Desmatamento 1992.

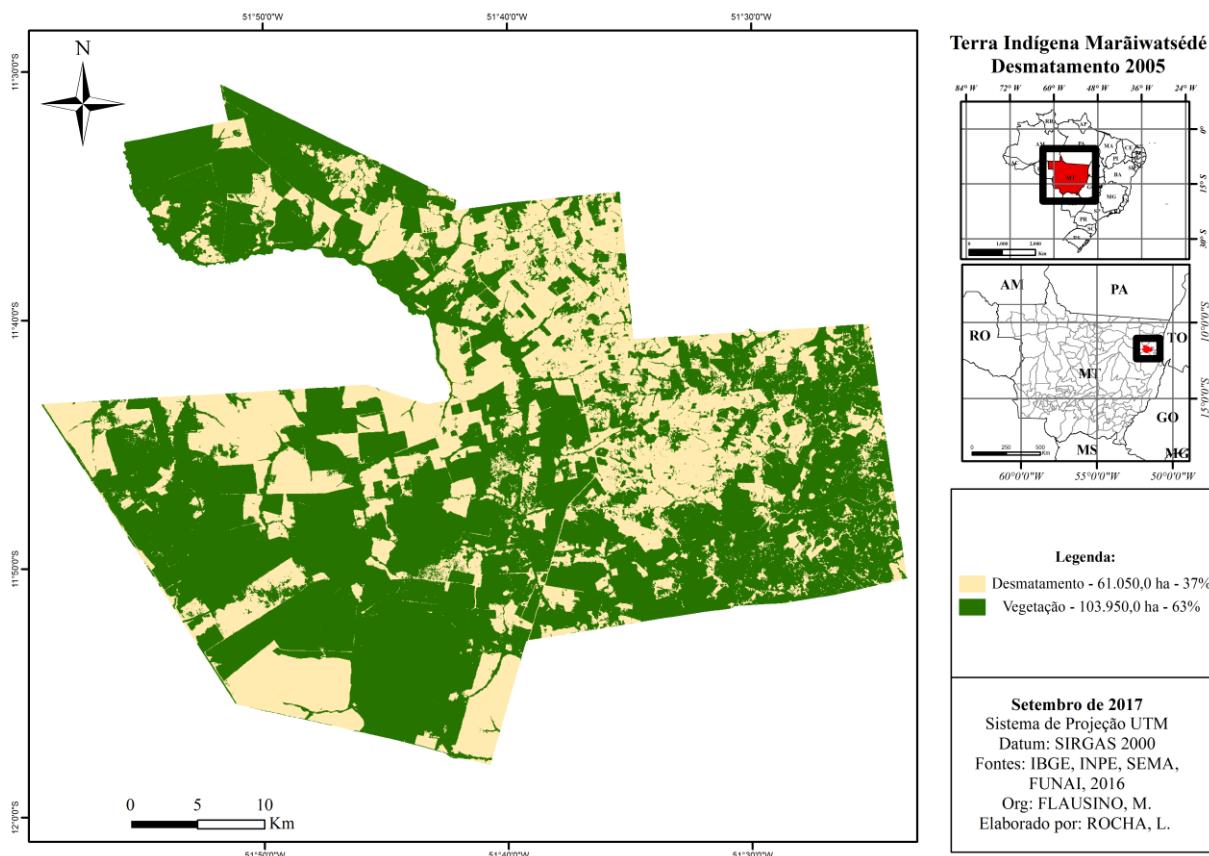


Apesar do elevado número de pequenas propriedades no interior da TI, a FUNAI identificou cerca de 70 fazendas irregulares, de maior porte, explorando as atividades agropecuárias dentro da TI, cujos controladores foram identificados como políticos da região, muito deles considerados os organizadores da invasão ocorrida no ano de 1992 (ISA, 2010). Parte dos “proprietários” das terras irregulares naquele momento vivia na pequena vila recém-criada no centro da TI, no entroncamento da BR 158 com a MT 424, localidade denominada Posto da Mata. No local, em franco desenvolvimento, habitavam cerca de duas mil pessoas: “Com pequenos comércios, dois silos de soja e arroz, posto de gasolina, duas escolas municipais e uma escola estadual, Posto da Mata simbolizou a resistência dos não índios contra a desintrusão [...]” (SAKAMOTO 2010, p. 08).

Ainda segundo Sakamoto (2010), no mesmo período, FUNAI, Ibama e Ministério Público Federal (MPF), identificaram duas grandes áreas de soja, uma denominada fazenda Conquista, de

propriedade de Claudemir Guareschi, e uma outra denominada fazenda Colombo, de propriedade de Antônio Penasso. Ambas as propriedades se localizavam ao sul da TI, conforme apontado no Mapa 10. A área em destaque, ao sul da TI Maraiwatsédé, aponta as duas propriedades que foram autuadas pelo Ibama em desfavor dos “proprietários”. Ao mesmo tempo, pode-se observar que grande parte da TI já havia sido descaracterizada pelos constantes desmatamentos seguidos de queimadas.

Mapa 08 – Terra Indígena Maraiwatsédé: Desmatamento - 2005.

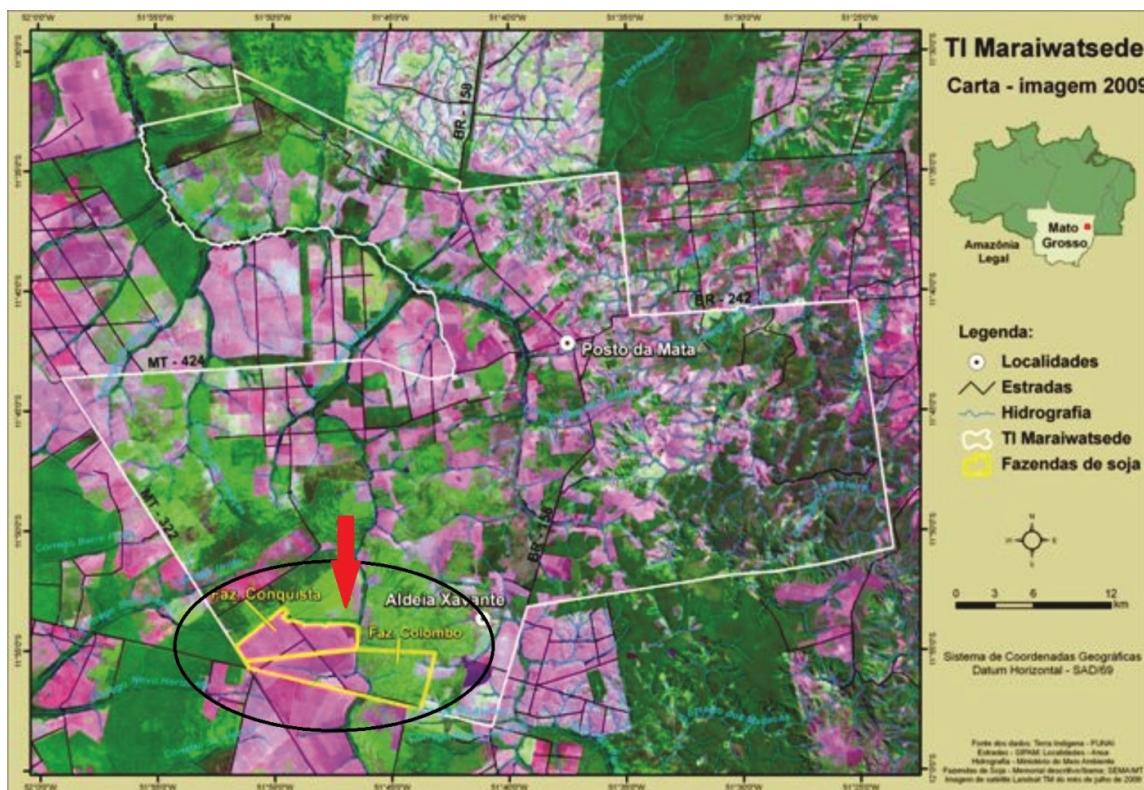


No ano de 2008, a fazenda Conquista foi autuada pelo IBAMA por ter desmatado a corte raso 4 mil ha de floresta de preservação permanente (por se tratar de área indígena). A área sofreu embargo e o proprietário acabou condenado a pagar cerca de R\$ 2 milhões em multas (SAKAMOTO, 2010). Mesmo com os embargos impostos pelas autoridades a fazenda seguiu produzindo soja nas safras 2008/2009 e 2009/2010, quando em julho de 2009 o proprietário mais

uma vez acabou sendo autuado pelo IBAMA por descumprimento do embargo imposto anteriormente. No entanto, persistindo nas infrações ambientais, em 2010, Claudemir Guareschi novamente é autuado, porém com apreensão da produção de soja.

Os desmatamentos seguiram avançando e no final de 2015 já haviam consumido cerca de 97.350 ha, ou seja, 59% da área, conforme aponta o Mapa 10.

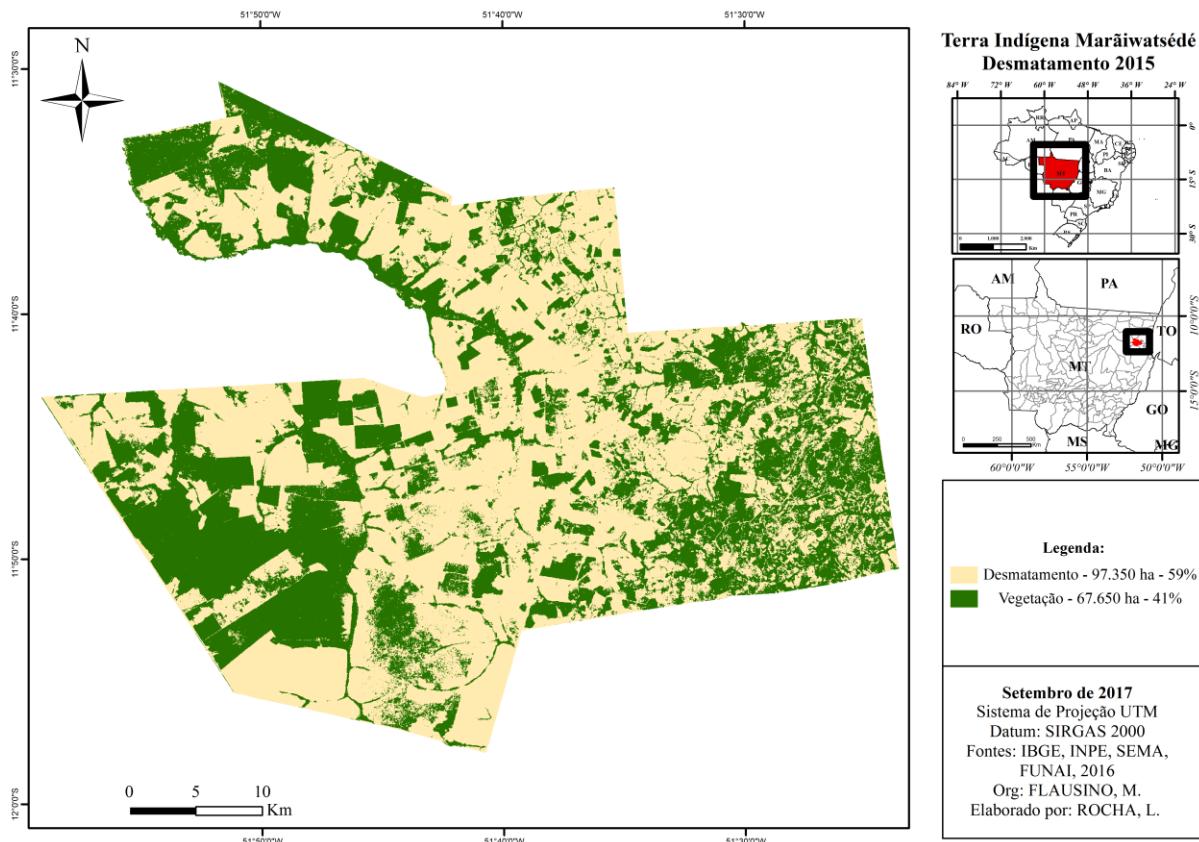
Mapa 09 – Atividades ilegais do agronegócio dentro da TI.



Fonte: Adaptado de Sakamoto (2010).

Os desmatamentos seguidos de queimadas impactaram diretamente a dinâmica de vida do Povo Xavante que se via cada vez mais cercado pelos invasores. A partir dos levantamentos de dados em campo entre os anos de 2015 a 2017 pôde-se observar *in loco* que a degradação ambiental ocorrida nos anos que antecederam a retomada do território Xavante demandou, dos indígenas, imensos esforços a fim de manterem-se numa terra devastada pelo agronegócio, já que grande parte de seus recursos naturais haviam sido degradados.

Mapa 10 – Terra Indígena Maraiwatsédé: Desmatamento - 2015



O atual estágio de degradação ambiental em que se encontra a TI Maraiwatsédé está intimamente relacionado às décadas de ocupação ilegal em que a área ficou de posse dos não índios. A degradação ambiental resultante desse processo intensificou-se a partir de 1992, ano em que ocorreu a invasão, e tem gerado impactos direto e indireto sobre o modo de vida tradicional da população de Maraiwatsédé como um todo.

A vegetação nativa que originalmente servia como um importante estoque de matérias primas utilizadas para uma infinidade de atividades tradicionais (construção de casas, confecção de artesanatos, plantas medicinais, coletas de frutos, raízes, castanhas, dentre outros), bem como habitat de inúmeros animais silvestres que tradicionalmente fazem parte da dieta alimentar dos Xavante, reduziram-se drasticamente com os constantes desmatamentos seguidos de queimadas, já que a subsistência desse Povo depende tradicionalmente de “[...] uma combinação de coleta,

caça, pesca e agricultura, o que envolve a utilização do território das mais diversas maneiras” (WELCH et al., 2013, p.107).

Welch et al. (2013, p. 107) ilustra bem as implicações desse processo e a resistência dos Xavante:

A importância de cada uma dessas práticas mudou com o tempo, à medida que os Xavante vivenciaram diferentes processos históricos e sociopolíticos. No presente, embora modificações substanciais tenham ocorrido, os Xavante [...] continuam, em larga medida, a depender do bioma do cerrado, de forma que descrições etnográficas anteriores acerca das atividades produtivas e de subsistência permanecem muito atuais.

Conforme apontado anteriormente, o atual cenário em que se encontra a TI Marãiwatsédé tem trazido inúmeros desafios aos Xavante no que diz respeito ao seu modo de vida tradicional, uma vez que a destruição de grande parte da vegetação nativa tem desencadeado uma série de impactos sobre a população indígena, tanto no que diz respeito aos seus hábitos alimentares, quanto nas demais atividades produtivas (ISA, 2011). A dieta básica tradicional Xavante, conforme documentação antropológica produzida pelo Instituto Socioambiental (ISA),

consiste em produtos coletados, como raízes silvestres, castanhas, frutos e outros vegetais, além de caça e pesca. O cultivo agrícola, sobretudo de milho (o alimento de maior destaque em termos ceremoniais e sociocosmológicos Xavante), feijão e abóbora, desempenha um papel apenas secundário (ISA, 2011, p. 653).

A substituição da vegetação nativa por atividades econômicas ligadas ao agronegócio nos anos em que a área ficou ilegalmente ocupada por posseiros impactou diretamente os estoques de caça, pesca e matérias-primas de grande valor sociocultural para o Povo Xavante.

Apesar de a caça fazer parte da dieta tradicional Xavante ela está colocada em segundo plano quando se leva em consideração a coleta de produtos silvestres. Maybury-Lewis (1984, p. 87) afirma que,

sem a caça, a cultura Xavante seria muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes de existir [...]. Em 1958 os Xavante não comiam carne todos os dias e chegavam a ficar sem carne durante vários dias

seguidos quando estavam muito ocupados para ir caçar. Nunca se passava um dia, porém, sem que os produtos naturais da região estivessem à mão (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 87).

Essas informações evidenciam a importância que os produtos silvestres possuem para a dieta Xavante, em especial as raízes e tubérculos que são muito consumidas por esse Povo. A flora do cerrado, apesar de estar bastante degradada na TI e quase inexistente nas áreas adjacentes, também constitui uma importante fonte de subsistência.

As várias espécies de palmeiras existentes no cerrado como Babaçú (*Atallea speciosa*), Tucum (*Astrocaryum sp.*), Macaúba (*Acrocomia aculeata*) e espécies de *Syagrus*, *Acathococcus* e *Bactris* são muito utilizadas como fonte de extração de palmitos e cocos. “Os palmitos do tucum e da macaúba podem ser comidos crus, desidratados ou separados na forma de bolos. Os frutos do Buriti (*Mauritia flexuosa*) são também bastante apreciados pelos Xavante, sendo comidos crus” (WELCH et al., 2013, p. 108). Além de fornecerem os palmitos e as castanhas, essas palmeiras são fontes de matérias primas muito utilizadas pelos Xavante em inúmeras atividades tradicionais, como na cobertura de casas, colares e pulseiras muito utilizados em rituais/cerimônias, na manufatura de cestos (*baquité*) (conforme Fotos 67 e 68) bem como em inúmeras outras atividades tradicionais do Povo Xavante.

Foto 67 – Preparo de uma Cesta Xavante.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 68 – Palhas de buriti são trançadas por uma mulher Xavante.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Welch et al. (2013), afirmam que diversas outras espécies disponíveis no cerrado também são de grande relevância na dieta Xavante, apesar de estarem disponíveis sazonalmente, diversos frutos do cerrado como caju (*Anacardium spp.*), murici (*Byrsonima spp.*), mangaba (*Hancornia speciosa*), dentre muitos outros frutos que são muito apreciados e são uma importante fonte de vitaminas. O pequi (*Caryocar brasiliense*) é outro fruto muito apreciado pelos Xavante, que os coletam e os consomem principalmente nos meses de novembro a janeiro e estão disponíveis em diversas áreas dentro e fora da TI. O jatobá (*Hymenaea courbaril*), outra espécie disponível no Cerrado é também muito apreciada por este Povo. É consumido tanto *in natura* quanto no preparo de leite e mingau⁷⁷, e que é muito apreciado pelas crianças.

Além dos frutos, existem no Cerrado/Matas, uma ampla variedade de raízes e tubérculos comestíveis que são preparados pelos Xavante. Pesquisas mais recentes têm identificado cerca de 22 tipos diferentes de raízes e tubérculos que são por eles consumidos (LEEUWENBERG et al., 2007 apud WELCH et al., 2013).

[...] duas ou três variedades de batatas são recolhidas e também cultivadas, os tubérculos pequenos se conservam recolhidos em cestos postos na cabana ou colocados fora em cima de paus até o tempo da plantação (GIACCARIA; HEIDE, 1984, p. 79).

A importância dada pelos Xavante às raízes e aos tubérculos, segundo Welch et al. (2013), está intimamente relacionada aos benefícios que estes trazem à saúde. Também são coletadas outras plantas que são usadas para outros fins, tais como medicinal, tecnológico (construção de casas e cestarias, por exemplo) e também as de uso nos rituais e cerimônias (adornos). Entre as mais utilizadas estão às palmeiras buriti, buritirana e indaiá que figuram entre as mais utilizadas e importantes no fornecimento de fibras. O mel encontrado em seu território também é muito apreciado, segundo Welch et al. (2013); são identificados mais de 10 variedades do produto, encontradas tanto no cerrado aberto como em matas.

A coleta, apesar de ser uma atividade de subsistência desempenhada principalmente pelas mulheres Xavante, é também realizada pelos homens em diversas ocasiões, principalmente quando “são necessárias grandes quantidades de folhas de palmeira, postes e estacas a serem

⁷⁷ Em trabalho de campo na T.I Marãiwatsédé em 2016 observou-se o preparo de leite e mingau a partir do fruto do Jatobá.

utilizadas no reparo de uma casa ou na construção de uma nova” (WELCH et al., 2013, p. 111), conforme apresentado na Foto 69.

Foto 69 – Coleta de folhas de palmeira por jovens Xavante.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Em consequência dos desmatamentos ocorridos a partir de 1992, a cacique Carolina Rewapti relata que um dos maiores problemas enfrentados na TI, referente a coletas, é a escassez de materiais utilizados na produção dos artesanatos, como sementes e palhas: “Já não temos mais o buriti na nossa área, e as mulheres são obrigadas a sair da terra indígena, buscar as palhas nas fazendas ao redor. Ficamos com muito medo de ameaças dos brancos, de que possamos sofrer alguma violência” (SAKAMOTO, 2010, s. p.).

O relato da cacique expõe os riscos que as mulheres têm enfrentado cotidianamente a fim de manterem suas práticas tradicionais. No entanto, o problema relatado por Carolina não é exclusivo às mulheres, aplica-se também aos homens, que devido à escassez de matérias primas e de caça dentro dos limites da TI, acabam tendo que percorrer grandes extensões territoriais a fim de praticarem o *trekking*⁷⁸ e, não raro, acabam ultrapassando os limites da TI e adentrando

⁷⁸ O *Trekking* é caracterizado como sendo a prática de grupos de famílias viajarem para longe de suas aldeias em expedições de caça e coleta por períodos prolongados. Essa prática é conhecida na língua Xavante como Zomori ou, no caso de expedições evolvendo exclusivamente homens, Homono (MAYBURY-LEWIS, 1984; WELCH et al., 2013).

propriedades particulares. Isto gera tensões e conflitos com fazendeiros da região, conforme relatado pelo Cacique Damião Paridzané, em uma expedição de pesca. Segundo ele,

lá embaixo perto da divisa com o rio Xavantinho, os índios gostam de pescar. Lá é mata de capoeira. Tem símbolo, marca onde quebra coco, tirar castanha pra comer, hoje a beira do rio está limpo e dono rico da fazenda não quer índio passando pra pescar (Informação verbal)⁷⁹.

O relato do cacique expõe uma triste realidade vivida atualmente pelo grupo de Marãiwatsédé, que tem sofrido pressões de diversas ordens e não raro são impedidos de circularem nas áreas tradicionais que no passado eram utilizadas por seus antepassados.

Antes da chegada dos não índios à região e consequente demarcação da TI, os Xavante percorriam extensas áreas, que ultrapassam os atuais limites hoje estabelecidos, a fim de desenvolverem suas práticas tradicionais de coleta, caça e pesca. Porém, mesmo “cercados” e com possíveis ameaças de fazendeiros regionais, este Povo ainda resiste a essas pressões percorrendo as antigas áreas tradicionais utilizadas por seus antepassados, já que estas áreas acabaram ficando fora da demarcação (Figura 12), como é o caso de antigas aldeias e cemitérios que estão localizados à nordeste da terra indígena, na divisa com o município de Alto da Boa Vista.

Welch (2013), relata que em períodos que antecederam o contato com os não índios, por volta da década de 1950,

os Xavante passavam vários meses do ano fazendo trekking, que são longas expedições pelo cerrado, quando se dividiam em grupos menores. Durante essas viagens dependiam exclusivamente de alimentos silvestres. Atualmente, a maior parte das atividades [...] de coletas é executada a pé em locais cujo acesso se dá através de excursões que duram um único dia (WELCH, 2013, p. 110).

A redução do tempo e das distâncias percorridas hoje pelos Xavante, devem-se, em parte, ao fato de que atualmente a TI Marãiwatsédé encontra-se bastante alterada do ponto de vista ambiental e também porque, hoje, os indígenas passaram a incorporar em suas expedições novas tecnologias que não faziam parte da sua cultura, como armas de fogo e veículos automotores.

⁷⁹ Entrevista com o Cacique Damião Paridzené, concedida a Leonardo Rocha em julho de 2016.

Essas novas tecnologias têm facilitado com que o grupo possa percorrer grandes extensões territoriais em um curto período de tempo, obtendo assim maior sucesso em suas expedições.

Embora a caça figure como uma atividade secundária em relação à coleta, Maybury-Lewis (1984, p. 79), afirma que “[...] a carne supera e muito qualquer outro item de sua dieta em sua escala de preferência”. Após várias décadas de contato permanente com os não índios, a caça, segundo Welch et al. (2013), continua sendo uma atividade fundamental para os Xavante, já que está intimamente relacionada à cerimônias e rituais realizados pelos Xavante.

Animais como porcos do mato, queixada (*Tayassu pecari*) e caititu (*Tayassu tajacu*), são caças bastante apreciadas por eles, tanto que é comum a criação destes animais nas aldeias visando o abate, conforme observado na aldeia Maraiwatsédé (Foto 70). Outros animais também muito apreciados são a anta (*Tapirus terrestres*) e o cervo (*Blastocerus dichotomus*), que ora ou outra são abatidos para serem consumidos entre as famílias, tanto no dia a dia, quanto em cerimônias de casamento (*dabasa*). Outros animais como Tamanduá, tatus e roedores de porte médio (pacas e cutias) também são caçados e fazem parte da dieta Xavante (WELCH et al., 2013).

Foto 70 – Porco Caititu em cativeiro na Aldeia Maraiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

De acordo com Welch et al. (2013), as atividades de caça, entre os Xavante, são denominadas de *aba* e podem ser realizadas de forma particular ou coletiva. As caçadas particulares geralmente envolvem apenas um homem ou um pequeno grupo de caçadores, composto geralmente por pessoas próximas como filhos, irmãos, primos e também amigos. Em algumas ocasiões a esposa do caçador também pode acompanhar; no entanto, não participa diretamente das atividades de caça. Por outro lado, Welch et al. (2013) afirmam que “as caçadas coletivas são organizadas no âmbito comunitário e envolvem uma quantidade maior de homens já que este tipo de caçada está relacionada a atividades ceremoniais da aldeia, podendo também envolver indivíduos de outras aldeias”. Dizem ainda:

Essas caçadas podem ser de curta ou de mais longa duração. As mais longas podem se estender por uma semana ou mais e incluir somente homens (*homono*) ou grupos familiares, nesse caso com a presença de mulheres e crianças (*zomori*). As caçadas coletivas podem envolver o uso do fogo (*du*) para proporcionar maior rendimento. Por vezes as caçadas coletivas estão associadas atividades ceremoniais (WELCH et al., 2013, p. 111).

De acordo com Welch et al., (2013), as caçadas podem ocorrer em locais variados, preferencialmente em cerrados e campos, mas também nas matas secas, cerradões e, com menor frequência, nas matas ciliares/de galeria.

Ainda segundo o autor, o resultado obtido com as caçadas particulares é propriedade dos que compõe o grupo de caçadores, que por sua vez destinam o resultado da caçada para o consumo em suas respectivas residências. No entanto, pode haver uma nova partilha entre membros do próprio domicílio ou mesmo com vizinhos e outros parentes: “Nesse sentido, a produção individual obtida em uma caçada possui forte caráter coletivo, apesar de restrito à rede social dos caçadores envolvidos” (WELCH et al., 2013, p. 112-113).

Já as caçadas coletivas, que em muitas ocasiões estão relacionadas a cerimônias de casamento (*Dabasa*) ou a rituais diversos como iniciação dos jovens, evolvem uma quantidade maior de indivíduos. De acordo com Welch et al. (2013), existem dois tipos de cerimônias de casamento na cultura Xavante: uma denominada *Dabasa ïsemere*, que é mais elaborada e onde os pais da noiva são presenteados com uma cesta contendo grande quantidade de carne de caça; a outra cerimônia denominada *Dabasa isere*, considerada menos elaborada, na qual a caça não é

entregue em uma cesta: “Ambas cerimônias são precedidas de caçadas coletivas nas quais grupos de homens buscam acumular grandes quantidades de carne de caça para que o noivo a entregue em frente à casa da noiva (WELCH et al. 2013, p. 170).

Logo após o noivo ter entregue uma quantidade de carne de caça satisfatória, o casamento é concluído. Porém, em uma outra cerimônia, a noiva ajoelha-se em uma esteira de palha na frente de sua casa afim de que colares especiais sejam retirados de seu pescoço. As Fotos 71 a 74 ilustram parte de uma cerimônia de casamento presenciada na TI Maraiwatsédé no ano de 2017.

As caçadas coletivas, conforme mencionado anteriormente, são frequentemente realizadas com o auxílio de fogo, principalmente nos meses mais secos do ano. Essa técnica tradicionalmente ainda muito utilizada pelos Xavante é discutida no conselho dos homens (*warã*) e consiste em atear fogo em uma área pré-determinada, onde as condições de solo, vegetação e vento são previamente estudadas. De acordo com Welch et al. (2013, p. 113),

essa estratégia consiste em atear focos de fogo no perímetro de um grande círculo e, logo depois, iniciar focos de fogo no centro desse mesmo círculo. Cria-se uma situação na qual os animais, atordoados, passam a se deslocar em várias direções. Com isso, se tornam presas mais fáceis de serem abatidas pelos caçadores.

Foto 71 – Anta abatida em uma caçada coletiva.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 72 – Noivo levando o resultado da caçada para os pais de sua noiva.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 73 – A noiva encontra-se de joelhos em uma esteira de palhas de palmeira.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 74 – Após a conclusão da cerimônia é retirado do pescoço da noiva um colar feito de fibras de algodão.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Para os Xavante, essa forma de caçada é um importante símbolo de identidade étnica e uma maneira bastante valorizada de promover valores e capacidades sociais entre os jovens, sendo também como um componente de grande relevância no âmbito da vida ceremonial Xavante e, por isso, considerada por eles como crucial para sua integridade sociocultural (WELCH et al., 2013, p. 114).

De acordo com Maybury-Lewis, os Xavante “não são muito hábeis em flechar os peixes na água e não dispõe de flechas pontiagudas que atravessam as escamas dos peixes ao invés de simplesmente ricochetear” (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 97). Apesar da pesca não ser prioridade, ela é realizada geralmente no período em que as águas dos rios começam a baixar seu nível, entre os meses de março e abril, ou no período mais seco, quando os rios e ribeirões encontram-se com os seus níveis mais baixos, facilitando o deslocamento nas áreas de várzeas onde podem acessar com mais facilidade os rios e lagos formados nas planícies dos rios Araguaia e Mortes: “Esse também é o período do ano no qual as atividades agrícolas demandam menor investimento de tempo por parte da população” (WELCH et al., 2013, p. 121).

Mesmo que pouco frequente, as técnicas de pesca atuais têm incluído novas técnicas (utilização de fios de nylon e anzóis, por exemplo) se comparado àquelas utilizadas por seus antepassados, como o uso do arco e flecha associado com o timbó⁸⁰.

Entre os peixes mais pescados pelo grupo, destacam-se os tucunarés e diversas espécies de cará encontrados em rios e principalmente em ambientes lacustres. Os bagres como o pintado e o filhote também são muito apreciados, sendo comumente encontrados em ambientes aquáticos de maior profundidade. Outros espécimes frequentemente pescado são as piranhas, sardinhas, pirapitinga, pacu, matrinchã, piaus, dentre vários outros espécimes (WELCH et al., 2013).

De acordo com os Xavante, atualmente a disponibilidade de peixes dentro dos limites da TI está bastante reduzido se comparado ao período que antecedeu a invasão da TI por não índios na década de 1990. Com a redução do estoque de peixes os Xavante passaram a comprar peixes por intermédio de pescadores profissionais que comercializam semanalmente seu pescado na aldeia Marãiwatsédé, conforme as Fotos 75 e 76.

A transformação do território a partir da substituição da vegetação nativa por áreas de pecuária e agricultura com largo uso de agrotóxicos e adubos químicos têm sido apontada pelos Xavante como uma das principais causas da redução do estoque de peixes em Marãiwatsédé. Deve-se levar em consideração que parte dos canais fluviais também foi assoreada uma vez que a vegetação nativa deu lugar a áreas de pastagens e agricultura, intensificando os processos erosivos, contribuindo assim para o assoreamento dos canais fluviais e consequente redução do fluxo de águas, conforme Fotos 77 e 78.

O avanço do agronegócio nas cercanias da TI nas últimas décadas gerou novos desafios ao Povo Xavante de Marãiwatsédé. Além da supressão da vegetação nativa que degradou grande parte do território em décadas passadas, o cultivo da soja atualmente em franca expansão no entorno de Marãiwatsédé trouxe preocupação para comunidade indígena no que diz respeito aos aspectos ambientais, de subsistência e de saúde.

⁸⁰ Plantas utilizadas tradicionalmente para atordoar os peixes.

Foto 75 – Comerciante vendendo pescado na Aldeia Marãiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 76 – Peixes separados e embalados por unidades a ser comercializado.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 77 – Represamento em área de vereda.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

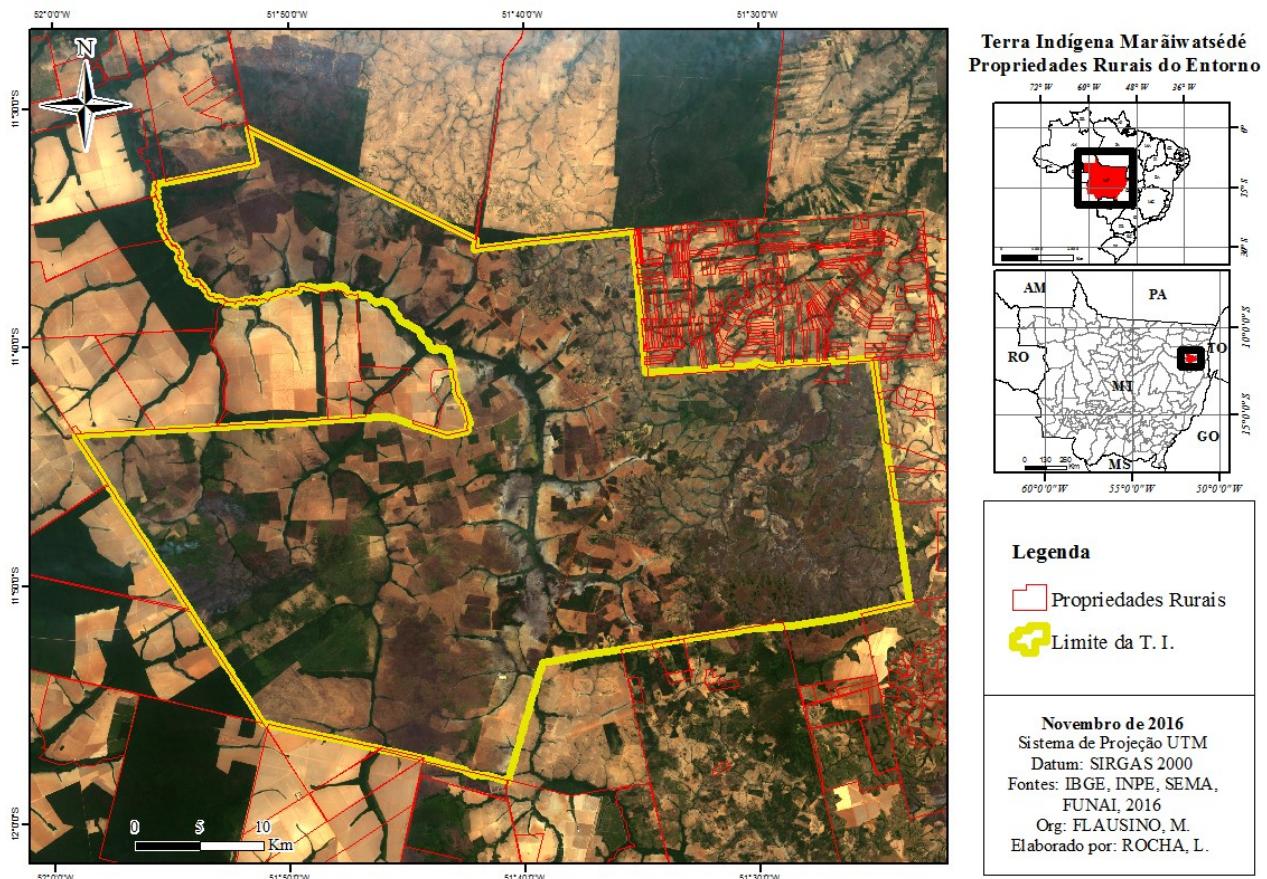
Foto 78 – Represamento de manancial hídrico seguido de assoreamento. A Foto ilustra a total ausência de mata ciliar.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Conforme aponta o Mapa 11, atualmente Marãiwatsédé encontra-se “cercada” por várias propriedades rurais ligadas a grupos empresariais do agronegócio, principalmente ao cultivo de grãos, com destaque para a soja.

Mapa 11 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Propriedades Rurais do Entorno.



O intenso desmatamento seguido por práticas agropecuárias com intenso uso de agrotóxicos e fertilizantes nessas áreas deixou passivos ambientais com impactos diretos tanto no ambiente quanto na população de Marãiwatsédé. Além desses passivos ambientais, os Xavante têm apontado outros problemas causados pelo cultivo da soja, como a contaminação de mananciais hídricos e, em casos mais graves, a contaminação direta dos próprios indígenas por agrotóxicos e fertilizantes, utilizado nas lavouras por meio de aviação agrícola para pulverizar tais compostos químicos. Este é o caso da Aldeia Madza'bzdé⁸¹, localizada na porção oeste da TI

⁸¹ A aldeia Madza'bzdé encontra-se situada na porção centro-oeste da TI Marãiwatsédé e faz divisa com inúmeras propriedades rurais que tem como atividade econômica a produção de grãos, sobretudo a soja.

Marãiwatsédé, que é limítrofe a inúmeras fazendas produtoras de soja, entre elas a Fazenda Indiara, “Guaraju” e a Fazenda Vale do Araguaia pertencente ao grupo AMAGGI⁸².

Assim, as nuvens tóxicas provenientes da pulverização atingem a vegetação nativa, mananciais hídricos e, em alguns casos, diretamente a aldeia, intoxicando os indígenas, conforme relatado por Carolina Rewapti, cacique da aldeia Madza’bdzé; levando em conta que a época de maior incidência de “doenças” relacionadas à contaminação por agrotóxicos ocorrem no período chuvoso, pois o escoamento superficial pode acarretar no transporte dos resíduos para os mananciais hídricos:

Passa avião jogando defensivo agrícola nas lavouras próximo a aldeia, passa próximo à divisa. Nessa época de seca não tem doença, só quando na época da chuva. Aí cai poluição do veneno (informação verbal)⁸³.

Em outro relato uma liderança Xavante afirma que,

quando as fumigações são iniciadas, nos meses de janeiro e fevereiro, a população sofre com fortes dores de cabeça e barriga, vômito e “diarréia de sangue”. Mas não é só isso, porque as chuvas dessa época levam o veneno para os rios, e muitas vezes ficamos doentes porque tomamos essa água (SAKAMOTO, 2010, s. p.).

O relato de um membro do grupo indígena expõe um sério problema relacionado aos riscos de contaminação em que a população de Marãiwatsédé está sendo submetida desde a retomada da TI. De acordo com Lima (2015, p. 17), “[...] a agricultura de monocultivos praticada durante o período que os não indígenas ocuparam a TI, pode ter contaminado o ambiente com substâncias utilizadas na agricultura, como agrotóxicos e fertilizantes. Em 2012 e início de 2013, quatro crianças foram a óbito, o que pode estar diretamente relacionado com intoxicação provocada pelo consumo de água contaminada por agrotóxico.

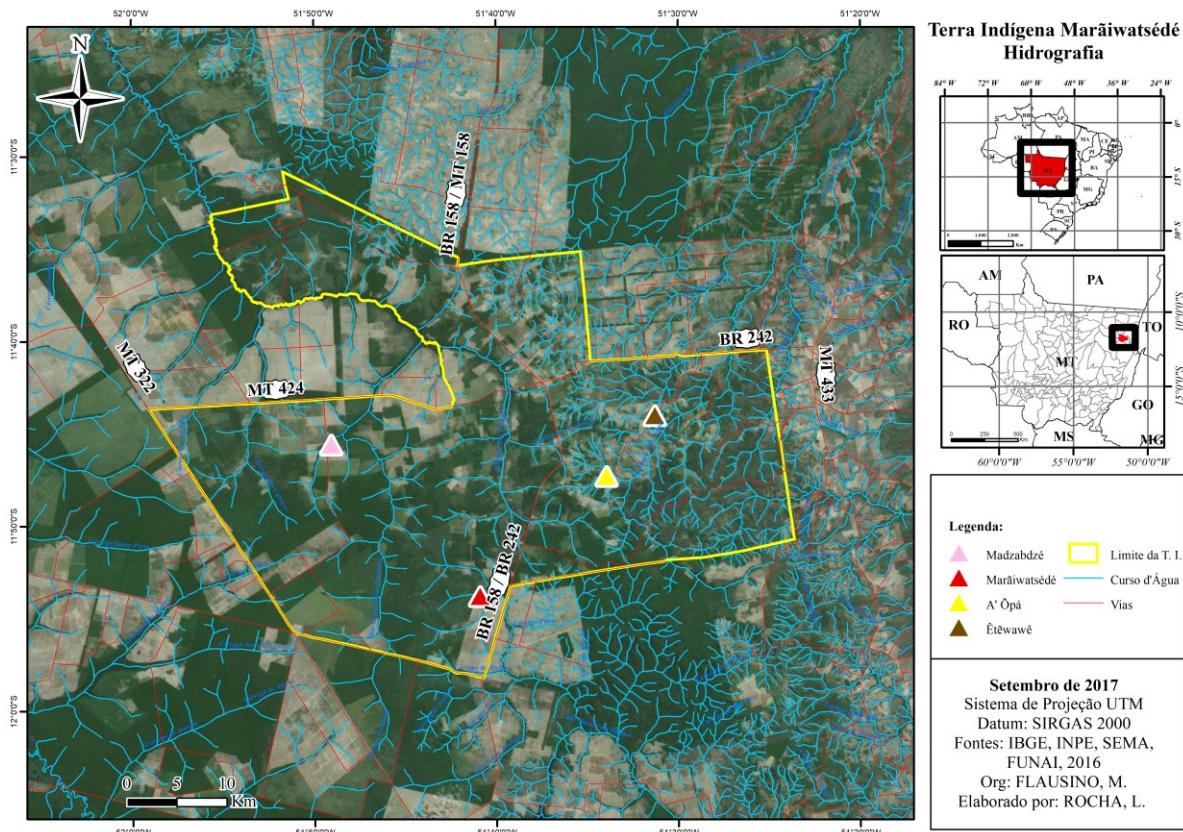
Essa afirmação pode estar intimamente relacionada tanto à pulverização agrícola quanto à contaminação dos mananciais hídricos, já que toda extensão territorial de Marãiwatsédé é rica em

⁸² O Grupo AMAGGI é uma das maiores companhias da América Latina no ramo do agronegócio e é formada por quatro grandes áreas de negócio: *Commodities*, Agro, Navegação e Energia. (AMAGGI, 2010).

⁸³ Entrevista com Cacique Carolina Rewapti concedida a Leonardo Rocha, jul. 2017.

mananciais e grande parte das nascentes destes escoam para dentro dos limites da TI, pois suas cabeceiras de drenagem se encontram justamente em áreas de extensas lavouras de soja, conforme apontado no Mapa 12.

Mapa 12 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Hidrografia.



Em estudo recente, Lima (2015) avaliou, na TI Marãiwatsédé, 12 princípios ativos de agrotóxicos investigados (atrazina, cipermetrina, clorpirifos, endosulfan-alfa, endosulfan-beta, endosulfan-sulfato, lambda-cialotrina, malation, metolacloro, metribuzin, permetrina, trifluralina), o qual apontou contaminação da água em uma lagoa da antiga fazenda Bocaina (local onde será construída uma nova aldeia). Nesse ponto de amostragem, detectou-se a contaminação por permetrina⁸⁴ (LIMA, 2015). Apesar de ter sido detectado um único ponto de

⁸⁴ A permetrina é um inseticida e formicida do grupo químico dos piretróides, com classificação toxicológica classe III, utilizada nas culturas de algodão, arroz, café, citros, couve, couve-flor, feijão, fumo, milho, repolho, tomate, trigo e uva, soja e cana (ANVISA, 2010; PIGNATI et al., 2014 apud LIMA, 2015).

contaminação, este é um indicativo de que a área vem sendo afetada direta ou indiretamente pelo uso de agrotóxicos e, consequentemente, a saúde da população de Marãiwatsédé está sob risco constante em função dessa vulnerabilidade que se encontram mesmo após reaverem suas terras.

Uma ameaça que vem de fora é o que representa esse uso de agrotóxico nas imediações da TI. Talvez uma forma lenta e escamoteada de grupos organizados continuarem tentando conseguir a posse dessas terras, pois o ar de naturalidade a que assumem tais atitudes impedem que esse Povo seja alvo de proteção pelo Estado que permanece omisso diante da urgência de uma atitude que impeça os empreendedores de continuarem a prejudicar toda essa gente em função de decisões tomadas fora dos seus limites, porém, com impactos diretos dentro da TI.

As queimadas antrópicas de caráter criminoso também têm sido apontadas pelos Xavante como outro grande problema a ser enfrentado na TI, já que grande parte dos focos de queimadas são atribuídos pelos Xavante aos antigos invasores como forma de retaliação e que tem colocado a população de Marãiwatsédé sob constantes riscos, principalmente nos meses mais secos do ano, que compreende os meses de maio a meados de outubro. De acordo com Dióz (2015, s. p.),

A situação de fogo com suspeita de origem criminosa é recorrente desde que a terra indígena passou pelo processo de desintrusão, concluído em 2013. Disputada judicialmente por produtores rurais e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a área teve de ser desocupada à força pelos posseiros. Desde então, incêndios têm sido registrados na área, sobretudo em períodos de seca.

A “[...] fumaça escurece os céus noite e dia e traz graves problemas respiratórios para as crianças e os idosos”, explica a cacique Carolina Rewapti (ISA, 2011, p. 653). As pastagens e roças indígenas também têm sido intensamente afetadas pela invasão do fogo que na maioria das vezes são criminosos: “Este ano, perdemos parte do nosso arroz porque o fogo dos fazendeiros vizinhos entrou nas nossas roças”, relata Xavante Paulo (ISA, 2011, p. 655).

Durante os trabalhos de campo realizados entre os anos de 2015 a 2017, pode-se observar que as queimadas têm trazido enormes prejuízos ao meio ambiente e colocado as diversas aldeias sob risco, já que os incêndios florestais de grandes proporções acabam chegando próximo as aldeias, como observado no ano de 2017 em trabalho de campo na aldeia A’õpá, conforme apresentado nas Fotos 79 e 80.

Foto 79 – Cacique Damião com a equipe do Prevfogo



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 80 – Cacique Damião com a equipe do Prevfogo



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

De acordo com matéria do Instituto Socioambiental (ISA, 2015), baseando-se em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), grande parte do Território Xavante tem sido constantemente impactado pelos incêndios florestais de origem criminosa, o que também pudemos constatar ao acompanhar os trabalhos da equipe do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e a partir de Fotos do Satélite Landsat.

Em 2015, ano em que iniciamos os trabalhos de campo na TI, percorreu-se com servidores da FUNAI toda a área da TI a fim de se verificar a extensão dos impactos ambientais causados pelo fogo sobre em território Xavante. A partir desse trabalho de campo observou-se que a maioria dos focos de incêndios tinham vestígios de terem sido iniciados a partir de antigas estradas de acesso e principalmente das rodovias que cortam a TI, a exemplo da BR 158 e 242, constatando que os incêndios eram criminosos (Fotos 81 e 82).

Naquele ano foram constatados 2.776 focos de incêndio dentro dos limites de Marãiwatsédé, conforme apontado no Mapa 13.

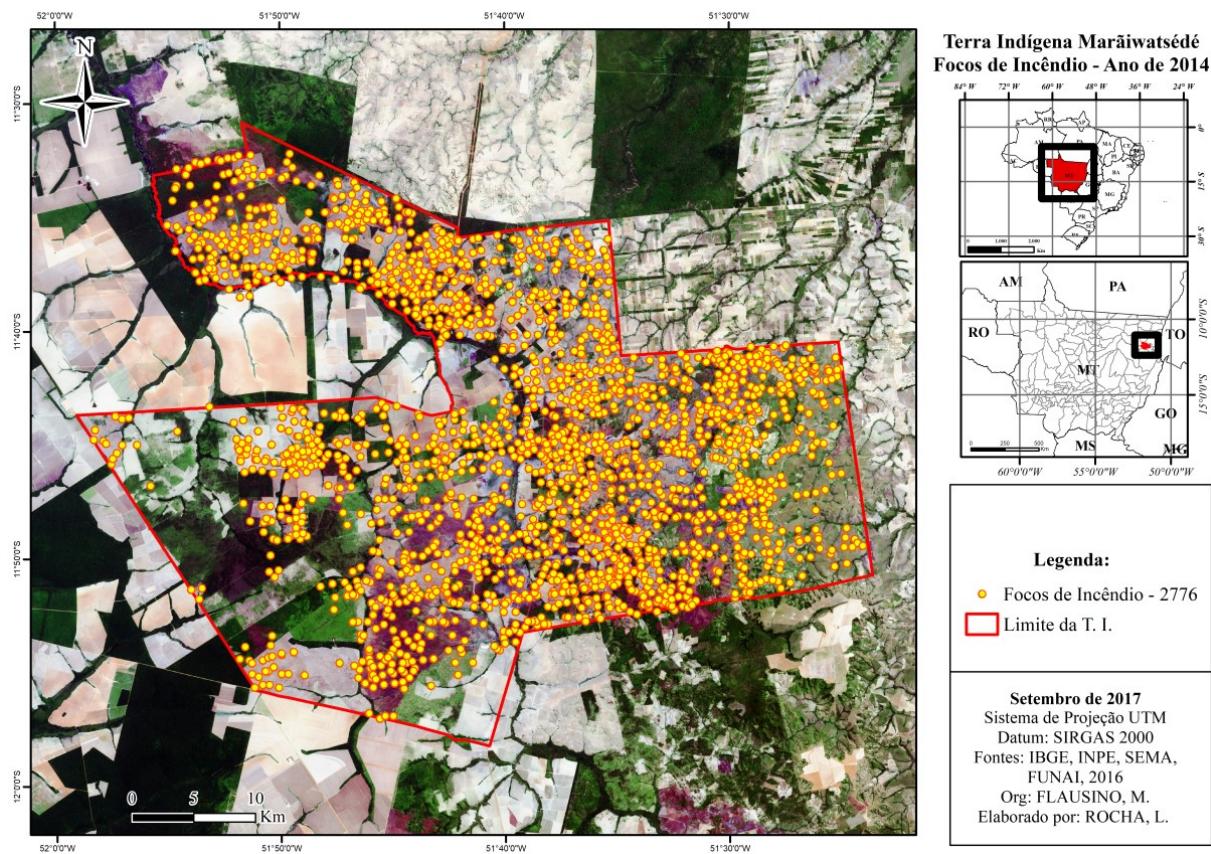
No ano de 2015 e 2016 o cenário não foi diferente. Em 2015, constatou-se 6.372 focos de queimadas no interior da TI evidenciando um aumento de 3.596 focos se comparado ao ano anterior (Mapa 14).

Foto 81 – BR 158.

Autor: Leonardo Rocha, 2017.

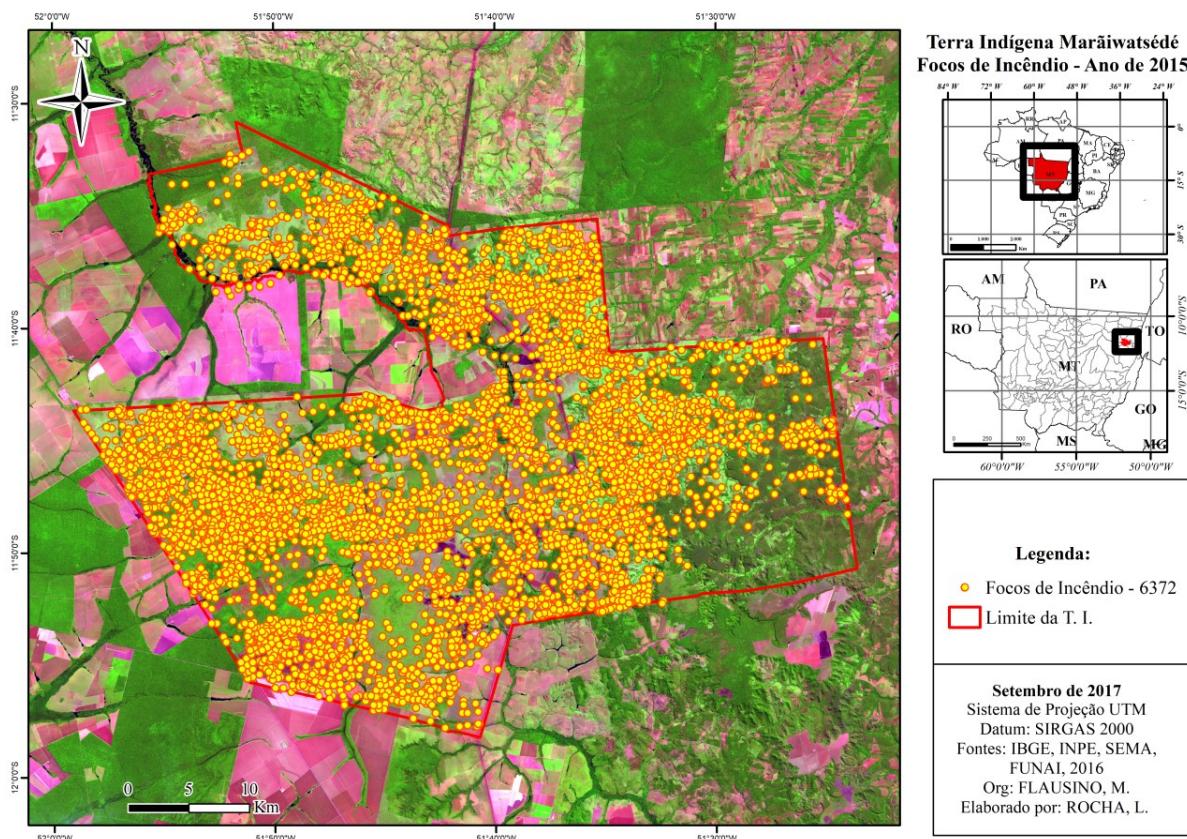
Foto 82 – BR 242.

Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Mapa 13 –Terra Indígena Marãiwatsédé: Focos de Incêndios – 2014.

Em 2016 os focos de incêndios voltaram a aumentar, sendo registrados 6.867 focos, um aumento de 495 focos se comparado ao ano de 2015. Naquele ano, o número de focos de queimadas voltou a preocupar as lideranças Xavante e os Brigadistas do Prevfogo, uma vez que os fogos se espalharam por todas as regiões da TI colocando em risco a população de Marãiwatsédé, conforme ilustra o Mapa 15.

Mapa 14 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Focos de Incêndios – 2015.



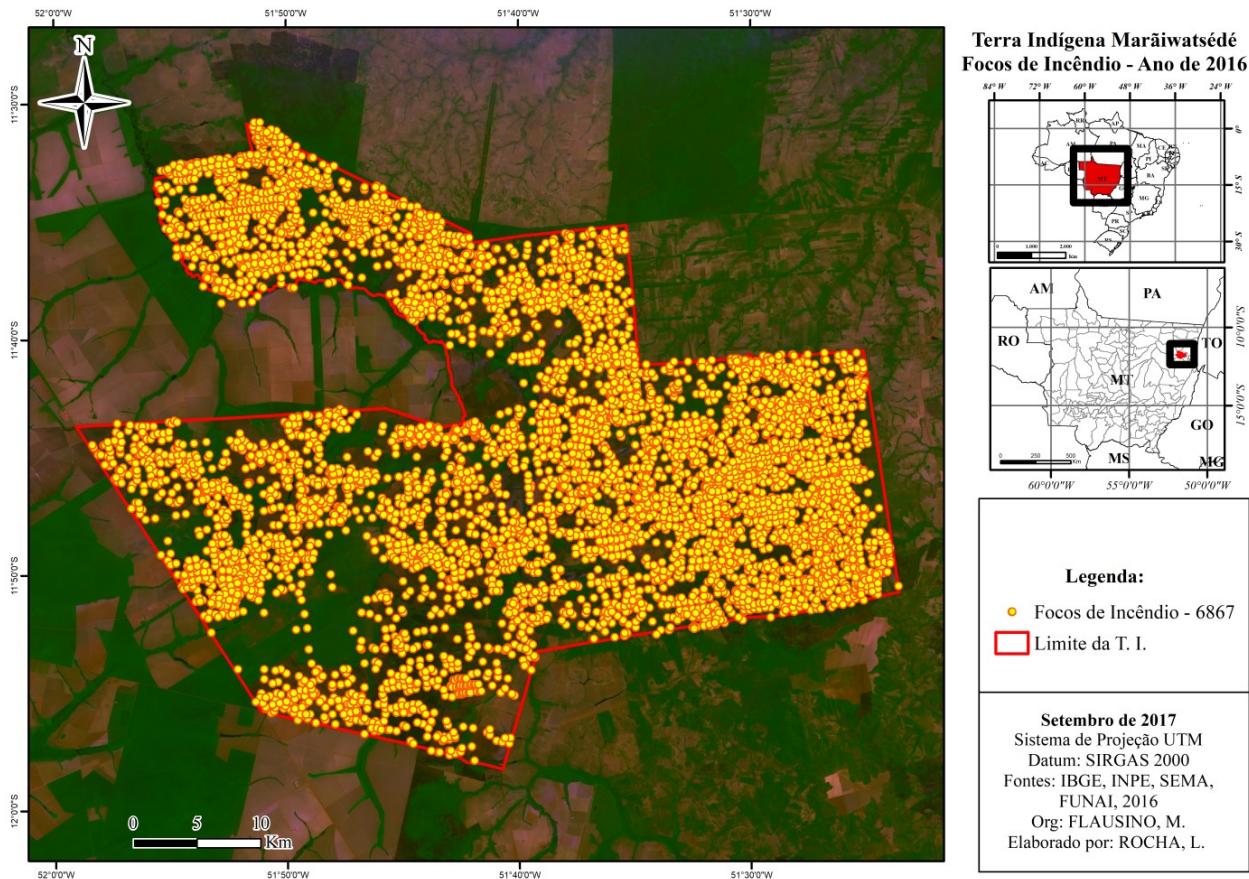
A maioria dos incêndios florestais que tem consumido a vegetação da TI pode estar diretamente relacionada a retaliações por parte de antigos posseiros que ocuparam a TI, conforme explica Bruno Barreto:

As queimadas pelo terceiro ano consecutivo é o nosso principal problema na atualidade, já que o desmatamento já foi ocasionado e isso a gente pode afirmar que é uma forma de retaliação à população indígena. Como há um

remanescente muito grande de pastagens e devido à falta de pastoreio e a falta de vegetação nativa, o capim se alastrou, encontrando aqui um ambiente muito favorável à sua multiplicação, o que promove uma grande quantidade de matéria seca que por sua vez no período da estiagem se transforma num combustível ideal (Informação verbal)⁸⁵.

A partir dos trabalhos de campo e também das Fotos de satélites é possível perceber que grande parte dos incêndios tem início às margens das BRs que cortam a TI e também em algumas propriedades de entorno, conforme as Fotos 83 e 84.

Mapa 15 – Terra Indígena Maraiwatsédé: Focos de Incêndios – 2016.



⁸⁵ Entrevista concedida por Bruno Barreto (engenheiro agrônomo do MDS) a Leonardo Rocha, set. 2015.

Foto 83 – Foco de incêndio às margens da BR 242.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 84 – Brigadistas do Prevfogo e fazendeiros do entorno da T.I em ações de combate aos focos de queimadas nos limites da TI.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

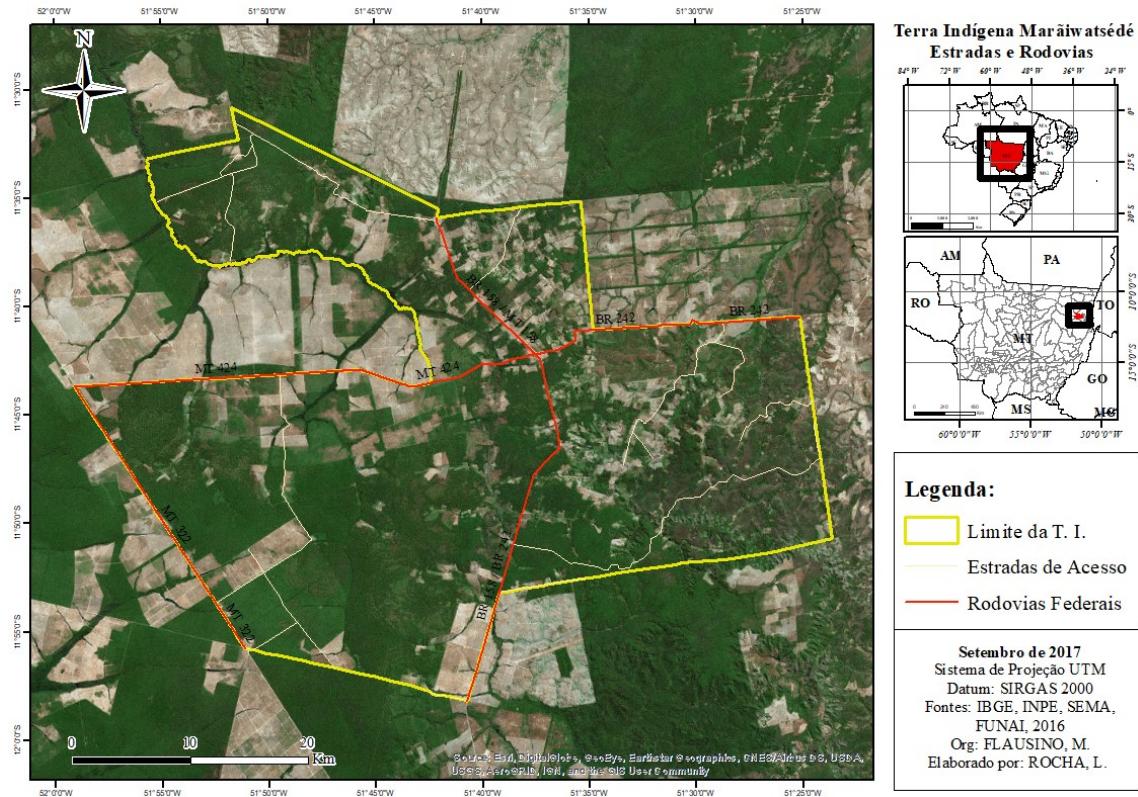
Outro imbróglio enfrentado atualmente pelos Xavante refere-se à BR-158. Criada na década de 1940, no projeto de interiorização idealizado no governo do presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de integração entre as regiões Norte-Sul, atualmente tem sido uma importante via de transporte de pessoas e mercadorias, com destaque para a produção agropecuária.

A BR-158 teve o início de suas obras especificamente em 1944 e sua implantação definitiva ocorreu em 1970 durante o regime militar. Pelo seu traçado original deveria iniciar-se em Altamira, no Pará, percorrendo os estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e por fim Rio Grande do Sul, na cidade de Santana do Livramento, na divisa com o Uruguai (BRIANEZI, 2009).

Com o desenvolvimento econômico ligado ao agronegócio nas últimas décadas, essa rodovia serve como um importante corredor de transporte de grãos que tem como destino final os mercados internacionais, entre eles o Europeu, Asiático e Americano.

Parte do traçado da BR-158 em MT, ainda não pavimentado, cortam o centro da TI Marãiwatsédé, conforme Mapa 16 e tem sido apontado pelas lideranças como permanente ameaça a saúde e a integridade física da população de Marãiwatsédé, já que no trecho de cerca de 60 km existem inúmeros mananciais hídricos que abastecem a TI e são fundamentais como fonte de peixes e água, utilizadas para as mais variadas atividades, incluindo banho, pesca, rituais, dentre outros.

Mapa 16 – Terra Indígena Marãiwatsédé: Estradas e Rodovias.



Diariamente trafegam pela BR todos os tipos de cargas ligadas ao agronegócio, tais como grãos, gado, adubos, agrotóxicos, maquinários, combustíveis, bem como uma infinidade de outras mercadorias, dinâmica que tem colocado em risco permanente os indígenas.

Com a homologação e posterior retomada da TI Marãiwatsédé, os Xavante têm buscado a alteração do traçado original da BR-158 com vista a ter maior autonomia e domínio territorial sobre a TI, diminuindo os inúmeros riscos que a mesma tem gerado a comunidade como um todo. No entanto, o desenvolvimento do agronegócio na região tem despertado grande interesse da bancada ruralista em pavimentar o trecho que corta a TI visando à redução dos custos de transportes, já que o novo traçado previsto (Contorno da TI) aumentaria em 90 km a distância percorrida.

A rodovia tem servido como única via de acesso da população de Marãiwatsédé à Coordenação da FUNAI no município de Ribeirão Cascalheira, onde são discutidos e tratados os assuntos burocráticos pertinentes a eles e à TI. Também é por essa rodovia que os indígenas

trafegam em direção às cidades do entorno a fim de terem acesso a bancos, supermercados, lojas, bem como atendimento médico especializado.

Como exemplo, a Foto 85 regista o retorno de um grupo após ter realizado diversos serviços (saque de benefícios sociais, compra de alimentos), na cidade de Bom Jesus do Araguaia.

Foto 85 – Retorno de grupo após atividades em Bom Jesus do Araguaia.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Ao ser questionado sobre as principais implicações que a pavimentação traria à população de Maraiwatsédé, o Cacique Damião foi enfático:

A exemplo de Sangradouro, já temos exemplos, já deu exemplo. Morreram muita gente atropelado que não era índio bêbado. Atropelamento de carro em velocidade, sem ver e preocupar que índio está na beira da estrada. Então aqui se asfaltar é a mesma coisa. Areões já foi matado, já teve atropelamento, também atropelado. Campinápolis também já foi matado dessa BR e agora querem matar aqui em Maraiwatsédé? Eu não quero esperar isso, isso que é o problema. Não é só isso, mas evitar a BR. O contorno vai evitar para não acontecer.

Segundo problema que a BR vai trazer e já traz há muitos e muitos anos e depois que retiraram fazendeiros [...], fogo acabando resto da mata. Quem é

que botou fogo? Criminoso é quem tá bancando. É o fazendeiro pra continuar a queimada todo ano. Isso gera preocupação pra nós.

Por isso eu não quero asfalto aqui dentro da área. Tem que ter contorno que começa em Alô Brasil, Bom Jesus [...], lá tem vila, tem municípios de Serra Nova, Alto da Boa Vista... Aqui não tem mais cidade. Quando passar contorno não vai ter mais preocupação, por que asfalto não tá tendo e a gente viaja tranquilo, sem movimento da estrada.

Como hoje tem caminhoneiros, carro e está gerando poeira, nós estamos tomando poeira, pegando gripe, diarréia, então esse é preocupação minha, principal. Não é só isso, principal também é alimentação. Não pode contaminar pra matar peixinho, não pode contaminar rio e nem pode acontecer asfalto pra acabar a caça da nossa alimentação natural (Informação verbal)⁸⁶.

O relato do cacique Damião resume os principais impactos socioambientais que a BR-158 e demais vias de acesso têm trazido para a população de Marãiwatsédé, pois este fixo representa a imposição do tempo do mundo sobre o tempo do lugar (SANTOS, 2006) a partir da racionalidade hegemônica representada pelos fluxos do agronegócio globalizado, que cortam o território indígena e modificam seu cotidiano.

No próximo capítulo, abordar-se-á a questão da identidade no contexto da reterritorialização.

⁸⁶ Entrevista concedida pelo cacique Damião Paridzané a Leonardo Rocha na T.I Marãiwatsédé, jul. 2017.

CAPÍTULO 04

A RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO VAZIO CHEIO DE ESPERANÇA

4.1 Reterritorialização Xavante: Resistência, Sobrevivência?

“Eu nunca desisti, mesmo com ameaça de morte. Desde 1992 começaram as ameaças, mas nunca me intimidei, nunca desisti da minha luta porque sempre mantive meu corpo puro, como é o do guerreiro Xavante [...]. Eu quero reocupar a área porque se acabar a minha vida, eu já tenho neto e bisneto, e a terra é para eles viverem. Foi para isso que eu lutei. Depois que reocuparmos a área queremos produzir. É isso que eu quero para o futuro [...]”⁸⁷.

O relato do Cacique Damião expressa a realidade de ameaças, conflitos e esperança em que os Xavante de Marãiwatsédé haveriam de enfrentar durante o processo de reterritorialização junto às forças impostas pelo agronegócio, que ao longo dos 20 anos de ocupação ilegal, descaracterizou grande parte da Terra Indígena, conforme pôde-se constatar no capítulo anterior, imprimindo pressões diversas tanto no habitat quanto na cultura e no modo de vida tradicional desse Povo.

“Do início da invasão em 1992 até o começo de 2014, cerca de 72,4% da vegetação nativa da TI havia sido desmatada” (OPAN, 2016); no lugar da vegetação surgiram extensas pastagens e lavouras que possibilitaram com que a área se tornasse mais valorizada do ponto de vista econômico, que por sua vez atraiu mais interessados em adquirir terras na região, acirrando, de certo modo, os conflitos existentes até então.

É importante ressaltar que, mesmo depois da desinlusão dos não indígenas, concluída em 27 de janeiro de 2013, a população composta por 767 indígenas (IBGE – CENSO, 2010) ainda continuaria sofrendo pressões diversas, que vão desde queimadas criminosas de grandes

⁸⁷ Entrevista disponível no Plano de Gestão da Terra Indígena Marãiwatsédé (OPAN, 2016).

proporções em seu território a ameaças de morte, conforme relatado pelo próprio cacique Damião.

Diante de tais impactos causados ao longo das décadas de ocupação da área por não indígenas, “hoje os Xavante têm um grande desafio no horizonte, que é reocupar o território e garantir a reprodução física e cultural do grupo” (OPAN, 2016).

Em 2004, após terem ficado 10 meses acampados em barracos de lona às margens da BR-158 à espera de uma decisão judicial que garantisse o retorno ao território tradicional, até que uma decisão definitiva colocasse fim ao imbróglio enfrentado pelos Xavante, no dia 10 de agosto do mesmo ano a segunda turma do STF autorizou o retorno do grupo de Maraiwatsédé a uma porção de terras correspondente a 10% dos 165.241 hectares da área homologada em 1998⁸⁸.

No mesmo dia, o grupo que se encontrava acampado às margens da BR-158 liderados pelo Cacique Damião rumou com seus poucos pertences à fazenda Karu, localizada no interior da TI (Foto 86 e 87), uma das áreas da antiga Agropecuária Suiá-Missú e lá permaneceram até o ano de 2013 quando ocorre a desintrusão total dos não indígenas.

No local, os Xavante encontraram a área descaracterizada, pois grande parte da vegetação nativa havia sido substituída por pastagens, imprimindo novos desafios ao grupo. Mesmo que a área estivesse descaracterizada do ponto de vista ambiental, os Xavante se mostraram muito entusiasmados com a retomada parcial de seu território, e iniciaram o processo de reterritorialização, conforme relato do Cacique Damião Paridzané à Geovanny Vera: “Chegamos e lá embaixo, ao lado do córrego, começamos a construir umas barracas, que pouco a pouco foram aumentando, porque foram chegando mais Xavante” (VERA, 2017).

⁸⁸ O Grupo Xavante de Maraiwatsédé permaneceria de forma provisória até o ano de 2012 em uma área correspondente a 10% do território homologado em 1998. Assim, em 2012 após ter esgotado todos os recursos impetrados pelos posseiros os mesmos foram notificados a deixarem a área, o que só ocorreria integralmente após um longo processo de desintrusão que foi concluído em 2013 com atuação da Força Nacional, das polícias Militar, Federal, Rodoviária Federal, representantes dos Direitos Humanos, dentre outros agentes do Estado.

Foto 86 – Chegada dos Xavante à Faz. Karu localizada no interior da TI Marãiwatsédé.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 87 – Construção dos primeiros abrigos provisórios na área em que seria fundada a Aldeia Marãiwatsédé.



Fonte: Arquivo FUNAI.

A notícia de que o grupo Xavante havia retomado parte da área de Marãiwatsédé logo se espalhou para as demais terras indígenas vizinhas, onde também se encontravam exilados desde a década de 1960 inúmeros anciões que viviam dispersos com seus descendentes, que por sua vez haviam nascido em outras Terras Indígenas. Assim deu-se início ao processo de reterritorialização de suas terras ancestrais (OPAN 2016; FUNAI, 2013).

Sobre esse início, em relato, Cosme Rité (um dos filhos do Cacique Damião Paridzané) afirma: “Eu morava na aldeia Água Branca, em Pimentel Barbosa, como muitos que foram expulsos em 1966, e quando eu soube da notícia, decidi vir para morar aqui. Quando cheguei fomos marcando onde seriam as casas” (VERA, 2017).

Dessa forma, o grupo daria início à formação da primeira aldeia que levaria o nome da TI Marãiwatsédé. As condições de degradação ambiental do território Xavante fizeram com que o grupo encontrasse inúmeras dificuldades relacionadas à própria subsistência, porém não o suficiente para gerar tristeza entre eles: “Era sim um sofrimento, ver que tínhamos um trabalho duro para fazer, mas nem isso tirava nossa alegria de estar de volta no nosso território ancestral”, relata Cosme Rité.

No entanto, mesmo que tivessem ocupado uma porção de seu território tradicional, os Xavante teriam que percorrer um longo caminho jurídico e político a fim de terem suas terras

tradicionalmente integralmente restituídas, já que os posseiros, por intermédio da APROSUM e de seus advogados, garantiriam com liminares o direito de permanecerem na área até que uma decisão final que daria fim a disputa judicial fosse julgada pelo STF, o que ocorreria somente em 2012.

Os primeiros anos na fazenda Karu foram muito difíceis para o grupo. Ocupando uma área de apenas 10% do total homologado e que por sua vez encontrava-se degradada ambientalmente, grande parte dos produtos extraídos da floresta como a caça, coleta de frutos e raízes, bem como palhas e madeiras utilizadas na construção de suas casas e na manufatura de seus artesanatos encontravam-se escassos ou inexistentes na área, dificultando assim a subsistência e as práticas tradicionais do grupo. Dessa forma, com dificuldades em obter tais recursos da floresta, os indígenas se tornaram, mesmo que temporariamente, parcialmente “dependentes” dos já escassos recursos da FUNAI.

Assim, buscando solucionar parte dos problemas enfrentados pelos Xavante naquele momento, em 2006 foi idealizado, por servidores da Regional da FUNAI de Ribeirão Cascalheira-MT, em conjunto com lideranças indígenas, a Associação Bö'u Marãiwatsédé, que tinha entre outros objetivos formar parcerias a fim de captar recursos financeiros e humano que pudessem auxiliar na recuperação ambiental da área bem como garantir a subsistência e autonomia do grupo aldeado.

Naquele momento, os já escassos recursos da FUNAI eram um dos grandes desafios conforme relata um dos servidores da FUNAI:

No meu entendimento a comunidade indígena não pode ficar esperando apenas recursos do governo. A associação indígena é uma ferramenta de trabalho, captando alguns recursos fora e até mesmo do governo, como já conseguimos aprovar alguns projetos no Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde. Isso ajuda muito a comunidade, você não fica esperando somente os recursos da FUNAI que é muito difícil (Informação verbal)⁸⁹.

⁸⁹ Entrevista concedida a Leonardo Rocha na regional da FUNAI, Ribeirão Cascalheira-MT, agosto de 2015.

O relato do servidor apresenta uma triste realidade enfrentada pelo órgão e uma das saídas encontradas naquele momento foi justamente a criação da associação, cuja finalidade vinculava-se à captação de recursos e à formação de parcerias para garantir o processo de reocupação da área, bem como no desenvolvimento social do grupo Marãiwatsédé. A partir da associação, outros projetos foram surgindo, o que possibilitou aos Xavante terem mais autonomia no processo de reterritorialização:

Desenvolvemos o projeto de galinhas caipiras que é visível, se você for lá, em todas as casas indígenas tem um galinheirinho, construímos casa de farinha, projeto de plantio de árvores frutíferas. Pra mim a associação é uma ferramenta de trabalho. Estamos conseguindo manter essa associação, digamos assim, ela está toda legalizada. Uma associação que está apta a receber recursos até do exterior. Então a associação para eles é indispensável [...], justamente pra quebrar um pouco essa dependência, esse paternalismo-Comunidade-FUNAI. Eu acho que eles têm que preservar a cultura deles, mas também eles têm que desenvolver e tentar ser menos dependente possível. Esse é meu pensamento (Informação verbal)⁹⁰.

Naquele momento a reterritorialização da área foi acompanhada por ações conjuntas entre a comunidade de Marãiwatsédé, que apresentava suas demandas, e os órgãos públicos e Organizações Não Governamentais (ONGs), como a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Aliança da Terra, que através de parcerias contribuíram positivamente nesse processo.

Até dezembro 2010, por ações contínuas de fiscalização e investimentos diversos na TI, dados da Fundação Nacional do Índio apontam que foram investidos R\$ 160 mil para ações de fiscalização da área e R\$ 317 mil para projetos autossustentáveis⁹¹ e de promoção social que incluíam o fornecimento de cestas básicas às famílias com carência alimentar, bem como apoio aos indígenas que necessitavam naquele momento de regularização de documentos para que pudessem ter acesso à benefícios sociais tais como aposentadoria, auxílio maternidade, bolsa família, auxílio moradia, dentre outros (FUNAI, 2010).

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ Os projetos “autossustentáveis” estavam relacionados à recuperação de áreas degradadas, agricultura tradicional, criação de aves, piscicultura, dentre outros que buscaram dar sustentação ao processo de ocupação territorial.

Para os envolvidos diretamente no conflito, a forma como os Xavante vinham se “adaptando” ao território e a “cultura do não-índio”, não justificaria à retomada integral da terra indígena, tendo sido utilizado amplamente como argumento na tentativa de convencer a opinião pública de que o “índio já não era mais como o índio de antigamente”, uma vez que:

[...] atividades de criação de gado, de garimpagem etc [...] são apresentadas como aspectos incongruentes com seus direitos territoriais. Temos aqui um problema na compreensão da dimensão cultural envolvida na territorialidade indígena: a imagem romântica de índios nomadizando por amplos territórios intocados domina ainda a visão da população brasileira acerca dos “usos, costumes e tradições” indígenas. Dos índios que não estiverem correspondendo a essa imagem, diz-se que perderam sua tradição (GALLOIS, 2004, p. 37).

Esses foram alguns dos muitos argumentos utilizados pelos envolvidos no conflito na tentativa de impedir a reocupação total pelos Xavante ao seu território tradicional.

A disposição dos Xavante de Marãiwatsédé em enfrentar tais conflitos (quase sempre em desvantagem) a fim de retomar seu território mostra a íntima relação do grupo com o seu território tradicional. A degradação ambiental do território de Marãiwatsédé, notadamente foi um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo grupo naquele momento, pois os indígenas estavam com dificuldades quanto a manter-se no diminuto território conforme seus costumes e tradições, ou seja, da caça, pesca e coleta, já que tais atividades tradicionalmente ocupam papel relevante na cultura desse Povo.

Cerqueira (2010, p. 36) afirma que “o ato de coletar e caçar não envolve apenas encontrar o alimento, mas todas as ações simbólicas praticadas desde o princípio dos tempos por seus ancestrais e criadores, que atualizadas, garantem o modo de vida Xavante até os dias de hoje”. Dessa forma, a adaptação às práticas do não índio seriam uma forma de resiliência encontrada naquele momento para que os Xavante pudessem resistir às pressões externas e garantir a reprodução física e cultural do grupo em um território descaracterizado pelo agronegócio.

Outro fator agravante das condições que viviam os Xavante relacionava-se ao fato de estarem “confinados” em seu próprio território. Impedidos de praticarem as suas expedições de

caça e coleta (*dzo'omori*)⁹² por serem hostilizados e sofrerem constantes ameaças por parte dos posseiros que os impediam de circular livremente por todo o território homologado, as expedições concentravam-se em grande parte na área da fazenda Carú, exercendo enorme pressão sobre os já escassos recursos naturais, o que os deixavam em situação de vulnerabilidade alimentar e impedidos de praticarem livremente seus rituais.

Sem autonomia e fragilizados pela fome, os Xavante recorreram, mesmo que temporariamente⁹³, às cestas básicas fornecidas pela FUNAI, à agricultura convencional e até mesmo a criação de gado como fonte de proteína animal, já que a caça se encontrava escassa. Foi durante esse período de reterritorialização que o americano Jhon Carter, fundador da ONG Aliança da Terra⁹⁴, “sensibilizado” com a situação em que viviam os Xavante, buscou por intermédio da Aliança da Terra, a doação de um pequeno rebanho com vista à subsistência. Conforme Matos (2014),

A ajuda aos indígenas incluiria assistência técnica, investimentos e capacitação de manejo para a criação de um rebanho bovino de 400 cabeças repassadas aos índios, assim como a construção de infraestruturas no local para facilitar a gestão de seus ativos.

Entre os projetos já desenvolvidos pela Aliança da Terra junto aos Xavante, destaca-se as ações de capacitação para prevenção e combate a incêndios florestais, que resultou em uma brigada de incêndios criada em 2009 que tem atuado nos municípios no entorno da TI. Foi possibilitada também, através da ONG, a construção do primeiro poço artesiano⁹⁵ que por gravidade tem disponibilizado água potável para toda a aldeia (IHU, 2016).

⁹² Tradicionalmente, durante a época das chuvas, os Xavante têm suas roças produzindo e um convívio mais intenso na aldeia. No período da seca eles fazem o "zomori": andam pelo território, acampando e se alimentando da coleta de alimentos e da caça (FUNAI, 2010).

⁹³ A ideia naquele momento seria utilizar de cestas básicas até que o grupo garantisse sua autonomia alimentar através de suas roças tradicionais.

⁹⁴ A ONG Aliança da Terra naquele momento reunia cerca de 712 proprietários rurais dispostos que visavam incluir parâmetros de proteção ambiental no processo produtivo do agronegócio (PECUARISTA..., 2014).

⁹⁵ A princípio o funcionamento do poço artesiano contava com um motor estacionário (Diesel) para o bombeamento da agua, já que a aldeia não era servida por energia elétrica.

Referindo-se ao apoio dado aos Xavante quanto à formação do plantel bovino, um dos servidores da FUNAI relata que:

[...] quem começou no início foi o Jhon, o americano que tem uma fazenda próxima, [...], ele que iniciou. Nós acompanhávamos a caça dos índios na beira da estrada [...]. As vezes eles erravam o tiro e pegava nas vacas dele. Um belo dia ele baixou lá, chegou lá, eu estava presente nesse dia. Ele procurou quem era o responsável da FUNAI e eu respondi que era eu que estava lá no comando naquele dia. Aí procurou pelo cacique e os índios já rodearam o jipe dele, os índios já ficaram em cima dele e ele ficou meio assustado. Aí ele falou: "Vocês não podem [...], estão matando minhas vacas lá. Eu sei que estão com dificuldades aqui". Daí fomos explicar a historia pra ele, que os índios estavam querendo entrar pra reserva, que estavam aguardando a justiça. Tudo começou foi assim, aí nós explicamos a situação naquele momento. Aí ele ficou sensibilizado com a história, sobre o que os índios estavam fazendo lá na estrada, aguardando uma decisão da justiça, o Damião explicou e ele ficou muito sentido, então ali começou. Então ele convidou a gente pra ir na fazenda dele, eu e o Damião e acertou com a gente o seguinte, que daria 14 vacas pra eles na condição de que não mexessem com o gado dele e que ele tinha um projeto futuramente para eles. Tudo começou assim. Na sequência a coisa foi melhor, ele trouxe uns americanos para visitar a reserva. Eles começaram a doar fundos, mandou fazer o curral na época. O curral foi algo em torno de R\$ 35.000,00 na época. Doaram alguns touros, algumas vacas boas. Começou aí. [...] a Aliança da Terra contratou dois vaqueiros índio [...], os índios não tinham prática, o gado era tudo misturado, não tinha manejo, daí o gado não rendia muito. Eles comiam muito (gado) aí acabou. Quando nós estávamos percebendo que o gado estava morrendo tudo, já tinha morrido umas 30 cabeças, acabando com o gado [...] aí nós entramos e fizemos contrato com um branco [...] pra cuidar do gado, por que sabe cuidar [...] (Informação verbal)⁹⁶.

Dessa forma, com o apoio da Aliança da Terra, constitui-se o rebanho bovino como alternativa no fornecimento de carne com vista à subsistência do grupo de Marãiwatsédé. Outra alternativa de médio e longo prazo, segundo Denivaldo Roberto da Rocha, à época coordenador da FUNAI, foram "os projetos sugeridos pela associação indígena local Bö'u Marãiwatsédé, em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Meio Ambiente (MMA), que buscaram colocar em prática atividades de recuperação das áreas degradadas, adensamento de quintais, criação de galinha caipira e apicultura".

Inicialmente a recuperação das áreas degradadas se deu com o plantio de espécies frutíferas que foram plantadas no entorno das casas (Fotos 88 e 89), contribuindo como

⁹⁶ Entrevista concedida por um servidor da regional da FUNAI a Leonardo Rocha, Ribeirão Cascalheira-MT, dez. 2017.

complemento alimentar e fonte de nutrição para a comunidade, especialmente para as crianças que se encontravam naquele momento vulneráveis e em condições de desnutrição (FUNAI, 2010).

Foto 88 – Plantio de frutíferas no entorno da Aldeia Marãiwatsédé.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 89 – Crianças trabalhando na recuperação das áreas degradadas.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Durante esse período de grande dificuldade em que se encontravam os Xavante, o coordenador de Articulação Inter setorial da Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da FUNAI, Ivan Abreu Stibich, havia afirmado na ocasião que "um dos principais problemas [se referindo ao período] é o grande índice de desnutrição e mortalidade infantil, e as frutas ao alcance dos meninos e meninas é fundamental como fonte de vitaminas" (FUNAI, 2010).

As taxas de mortalidade infantil também foi um dos grandes desafios a serem enfrentados no período, já que o índice de mortalidade infantil entre os indígenas era duas vezes maior do que a taxa nacional: 41 mortes para cada mil nascidos vivos contra 19 por mil na média nacional (FUNASA, 2009; RIPSA, 2007 apud FUNAI, 2010).

Como forma de melhorar a situação da desnutrição infantil, bem como aumentar a oferta e disponibilidade de alimentos na aldeia, naquele período foram feitos os adensamentos dos quintais pela FUNAI em parceria com a "Carteira Indígena"⁹⁷, do Ministério do Meio Ambiente, que previa o plantio de palmeiras, afim de fornecer a palha usada na construção das casas tradicionais e também nos artesanatos, bem como o plantio de árvores frutíferas, como cítricas, pequi, buriti e outras espécies locais que complementariam a alimentação, principalmente das crianças (FUNAI, 2010). As Fotos 90 e 91 ilustram o momento em que ocorreu o plantio das espécies frutíferas no entorno das casas.

Foto 90 – Distribuição de mudas diversas entre os Xavante



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 91 – Plantio das diversas espécies com a participação de toda a comunidade de Marãiwatsédé



Fonte: Arquivo FUNAI.

Em função do intenso desmatamento realizado pelos não indígenas desde a invasão de Marãiwatsédé em 1992, grande parte da vegetação utilizada na construção das casas tradicionais haviam sido reduzidas drasticamente. Dessa forma, nos primeiros anos após a retomada os Xavante tiveram que construir suas casas de forma improvisada, com a utilização de materiais

⁹⁷ A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena - é uma ação do governo federal, resultado de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, através da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, através da sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com o objetivo de contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades Indígenas, em todo o território nacional (MMA).

como placas de madeiras, lonas, latas, dentre outros materiais, conforme apresentado nas Fotos 91 e 92, que retratam a realidade das habitações naquele período.

Fotos 92 e 93 – Habitações nos primeiros anos de ocupação.



Fonte: Arquivo FUNAI.



Fonte: Arquivo FUNAI.

A fim de solucionar a precariedade das habitações e preservar o remanescente da vegetação existente dentro da área e ainda, possibilitar com que os Xavante pudessem deixar os “barracos”, em 2010 a FUNAI assinou um contrato (Foto 94) em parceria com a Cooperativa de Habitação Indígena da Região Sul (Coophirs), a qual ficaria responsável pela construção de “40 casas interculturais, com arquitetura diferenciada na aldeia Marãiwatsédé” (FUNAI, 2011).

Foto 94 – Ato da assinatura do contrato com a Coophirs.



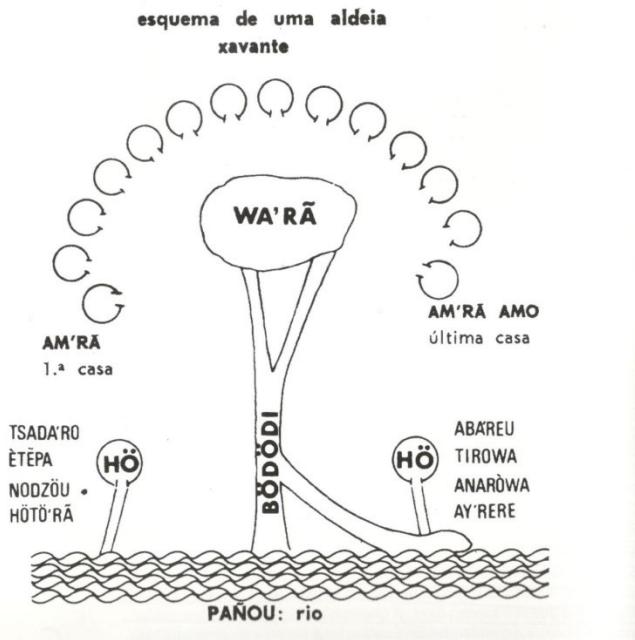
Foto: João Gilberto da Silva Nogueira.

Na ocasião da assinatura do contrato, o cacique Damião ressaltou a importância socioambiental que a construção das casas traria ao grupo de Maraiwatsédé. Segundo ele:

[...] a construção dessas casas é muito importante, porque dentro da área é a situação mais difícil arrumar palhas e madeiras para construir as casas. Lá não tem coco de babaçu para tirar palha, só buriti, e estão se acabando. Então é muito importante pra nossa comunidade (FUNAI, 2011).

Assim, no mesmo ano, iniciou-se a construção das primeiras casas em acordo com o conceito ecológico, seguindo o padrão de construção das casas tradicionais, ou seja, buscando preservar o formato circular, cujas casas são dispostas em uma espécie de semicírculo que remete ao formato das tradicionais aldeias Xavante que são dispostas em forma de uma “ferradura”, conforme o esquema apresentado na Figura 22.

Figura 22 – Esquema de uma aldeia tradicional Xavante.



Fonte: Maybury-Lewis (1984).

De acordo com dados da FUNAI, o valor total do contrato foi de R\$ 1 milhão e os recursos foram divididos entre a “FUNAI (R\$ 575,9 mil), a Coophirs (R\$ 5,8 mil – contrapartida)

e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), da Caixa Econômica Federal (R\$ 480 mil)”. As obras tiveram início logo após a assinatura do contrato e devido as condições precárias de moradia as quais se encontravam os Xavante, deveriam ter sido concluídas em seis meses após o início das obras (FUNAI, 2011).

A construção das casas possibilitou a dezenas de famílias contempladas terem um pouco mais de dignidade, contribuindo para a autoestima das famílias que viviam em situação sub-humana. A sequência de Fotos a seguir (95 a 98) apresenta as diferentes fases do processo de construção das casas na aldeia Marãiwatsédé.

Apesar de ter sido previsto em contrato a construção de 40 casas, até o ano de 2017, do total firmado em contrato, apenas 18 casas haviam sido entregues. O restante das casas previstas no contrato acabaram não sendo concluídas devido a problemas jurídicos e financeiros com a empresa responsável pela construção. Assim, parte das casas que deveriam ser concluídas acabaram ficando somente na fundação (alicerce) e o restante das casas sequer saiu do papel, conforme verificado *in loco*. A Foto 99 evidencia parte de uma das casas não concluídas e o mapa 17 mostra em sua parte inferior, a quebra de sequência das casas devido a não conclusão do contrato.

O restante das famílias (cerca de 60) que não foram contempladas pelo projeto continuaram morando em habitações construídas com madeira e palha no formato quadrado, diferente das casas tradicionais, conforme ilustrado nas Fotos 100 e 101.

Esse “novo” padrão arquitetônico diferente das casas tradicionais Xavante está relacionado, segundo relatos dos próprios Xavante, não só devido à escassez de recursos naturais (Folhas de palmeiras), mas também ao surgimento de padrões que vem surgindo com as novas gerações, acompanhando a “modernidade”:

É conforme da modernidade das gerações que pensavam que imaginavam ao seu redor, não é por falta de interesse de abandonar a moradia, bem círculo fechado. Essa forma de construção foi inventada na geração que estou, na terceira geração, de fase de vida. Como tem primeira que começou essa construção e segunda que era na minha frente. Esta construção começou quando entrava na fase de adolescência e daí que gerou essa construção de uma tentativa de ter espaço dentro da casa com a demanda no crescimento das famílias, mantendo essa construção, mesmo que não queiram ou não foi mantida essa construção. Na parte histórica essa construção (antiga) está

mantida na memoria dos velhos das velhas e não está sendo esquecido, está me entendendo? Isso é uma forma de modernidade de viver, de ter espaço, é uma criatividade das construções (Informação verbal).⁹⁸

Foto 95 – Etapa inicial da construção



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 96 – Etapa intermediária (paredes)



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 97 – Conclusão de uma das unidades.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 98 – Disposição em formato de “ferradura”.



Fonte: Arquivo FUNAI.

⁹⁸ Entrevista concedida a Leonardo Rocha na TI Marãiwatsédé, agosto de 2017.

Foto 99 – Estruturas abandonadas do que seriam casas do Projeto “Casas Ecológicas”.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Mapa 17 – Terra Indígena Maraiwatsédé: Vista Parcial da Aldeia Sede.

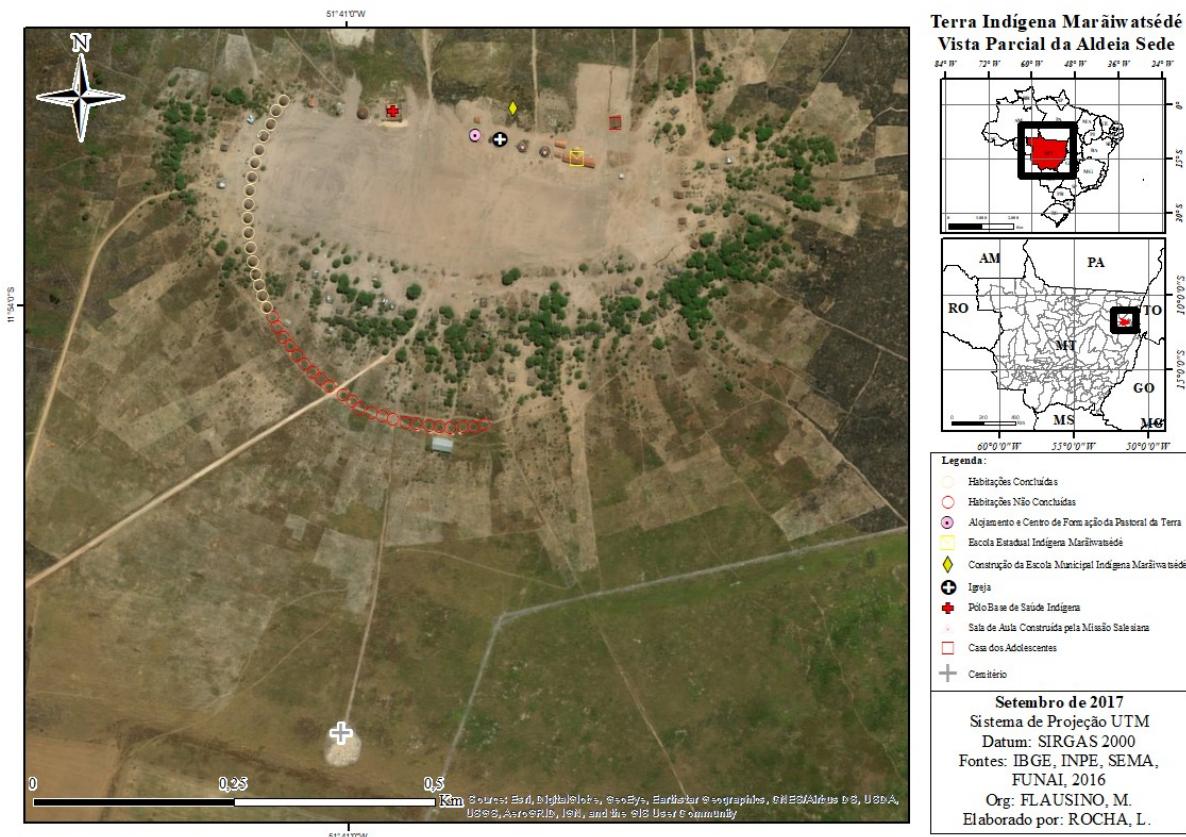


Foto 100 e 101 – Padrão da maioria das casas existentes na aldeia Marãiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Após o traumático processo de desintração que vitimou tanto os Xavante quanto os não indígenas, a comunidade passaria a enfrentar desafios relacionados diretamente ao processo de reterritorialização e subsistência a fim de garantirem a reprodução de sua cultura e tradições.

Acostumados sempre a se deslocarem como uma das estratégias utilizadas contra o processo de dominação frente à sociedade nacional e pelas frentes colonizadoras, hoje os Xavante se veem obrigados a desenvolverem novos mecanismos a fim de garantir a reprodução física e cultural de seu Povo em um território circunscrito por propriedades ligadas ao agronegócio, diferente do que viviam seus antepassados:

Atualmente esses deslocamentos não são mais uma alternativa para esses grupos, visto que se encontram em uma situação de confinamento territorial, pois possuem Terras Indígenas demarcadas para eles, onde devem permanecer e de lá retirar o que necessitam. Atualmente, a maioria das populações indígenas têm que se adaptar a uma nova realidade territorial (FLOWERS et al., 1998, p. 18 apud CARVALHO, 2010).

Foi o que ocorreu com os Xavante, que após a fundação da primeira aldeia tem buscado a partir de estratégias de reterritorialização minimizar os efeitos socioambientais negativos decorrentes das décadas de ocupação ilegal: “No processo de reocupação, eles enfrentam o grande desafio de se adaptar a um território intensamente degradado [...]” OPAN (2016). Para tal, tem se buscado desenvolver mecanismos de Gestão Territorial e Ambiental como forma de garantir a reprodução física e cultural do seu Povo. Tem sido importante nesse processo o apoio e

parcerias com instituições públicas (Gov. Federal, Estadual e municipal), não governamentais (ONGs) e instituições ligadas à igreja católica, como a Pastoral da Terra que tem desenvolvido importantes trabalhos junto à comunidade, contribuindo assim positivamente nesse processo.

Até 2015, ano em que iniciamos os trabalhos de campo, toda a população residente na TI era composta por 78 famílias em um total de 842 indivíduos que habitavam na única aldeia existente em todo território homologado (Polo Base de Saúde Indígena Marãiwatsédé, 2015).

Atualmente, as condições de vida em que a população se encontra são bem diferentes se comparado aos primeiros anos em que ocorreu a retomada.

Os projetos autossustentáveis desenvolvidos pela associação Bö'u Marãiwatsédé durante os primeiros anos de reocupação com apoio da FUNAI e demais parceiros havia gerado efeitos positivos. Como exemplo o projeto de plantio de roças tradicionais e de áreas frutíferas, iniciado ainda no ano de 2004/2005, quando centenas de mudas de variadas espécies como mangueiras, caju, abacate, goiaba, laranja, pequi, dentre outras, foram plantadas em pontos variados da aldeia, bem como nos quintais das casas, o que possibilitou tanto o sombreamento, quanto a complementação alimentar da comunidade como um todo. As Fotos 102 e 103 ilustram a situação em que se encontram atualmente os quintais das casas na aldeia Marãiwatsédé.

Foto 102 – Vista parcial das frutíferas plantadas em 2004



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 103 – Pequizeiros plantados em 2004



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Na maioria dos quintais de cada núcleo familiar observou-se a existência de pequenos roçados tradicionais como plantio de abóboras, batatas, feijão, milho tradicional, mandioca, dentre outros cultivares que fazem parte da alimentação tradicional.

Os roçados são sempre intercalados na forma de consórcio onde se plantam urucum, algodão e diversas outras espécies que são utilizadas nos rituais e cerimônias do Povo Xavante. As Fotos 104 e 105 retratam uma roça de mandioca em um dos quintais na aldeia Maraiwatsédé, bem como uma das formas em que as suas raízes são preparadas para consumo.

Foto 104 – Roçado de mandioca consorciado com pés de Banana.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 105 – Mandioca assada na brasa.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Outra atividade que tem se destacado como importante fonte de carne à comunidade é a criação de gado. Embora não faça parte da alimentação tradicional dos Xavante tem se apresentado como uma importante fonte de proteína animal, visto que na área o estoque de caça encontra-se bastante reduzido em função dos intensos desmatamentos seguido por queimadas que ao longo de décadas de ocupação ilegal descaracterizou o território Xavante, impactando sobremaneira o estoque de caça. O rebanho bovino iniciado em meados de 2004 com apoio da ONG Aliança da Terra conta atualmente com cerca de 900⁹⁹ cabeças de gado e é administrado pelos próprios indígenas por intermédio da Associação Bö'u Maraiwatsédé.

O manejo do rebanho tem sido acompanhado por servidores da regional da FUNAI de

⁹⁹ Quantidade informada por um dos servidores da Regional da FUNAI de Ribeirão Cascalheira-MT em 2017.

Rib. Cascalheira, que tem assessorado os Xavante quanto aos tratos como vacinas, desmama de bezerros e orientações quanto a divisão das áreas destinadas a pastagens, onde o rebanho é manejado de forma extensiva com aproveitamento das áreas de pastagens que se formaram durante o período em que a área ficou ocupada por não índios. As Fotos 106 e 107 ilustram parte do rebanho e “vaqueiros Xavante” na lida com o gado.

Toda produção bovina é consumida pela comunidade de Marãiwatsédé. No entanto, nos rituais e cerimônias têm prevalecido a carne de animais silvestres como a anta, caititu e veado, dentre outros, como parte fundamental da cultura Xavante, a exemplo do ritual de casamento (*dabasa*) apresentado no capítulo 03.

Fotos 106 e 107 – “Vaqueiros Xavante” no manejo do gado na Aldeia Marãiwatsédé.



Fonte: Reporter MT (2014).



Fonte: Página do Enock (2014).

O abastecimento e o fornecimento de água potável que no início da retomada foi um dos grandes problemas enfrentados pelos Xavante, atualmente foram superados. Hoje a aldeia Marãiwatsédé conta com dois poços artesianos, um construído pela ONG Aliança da Terra (Foto 108) durante o processo de retomada e o segundo pela ONG Operação Amazônia Nativia (OPAN) (Foto 109); este último construído em 2014 tem abastecido o posto de saúde e as duas escolas em casos emergenciais.

Foto 108 – Principal poço artesiano construído pela ONG Aliança da Terra.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 109 – Poço artesiano perfurado pela OPAN.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

No entanto, o primeiro poço possui papel relevante na aldeia, visto sua capacidade de armazenamento (150 mil litros) e sua localização estratégica que por gravidade tem disponibilizado a distribuição de água por toda a aldeia.

O abastecimento de água potável provenientes dos poços artesianos tem sido apontado pelos agentes de saúde do Polo Base de Saúde Indígena de Marãiwatsédé como importante fator na redução de doenças veiculadas pela água, principalmente entre as crianças que passaram a ter acesso à água potável de boa qualidade e sem risco de contaminação, conforme ilustrado nas Fotos 110 e 111.

Foto 110 – Torneiras ao longo da aldeia.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 111 – Crianças coletando água.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

O único córrego existente próximo à aldeia encontra-se a 500 metros e tem sido utilizado diariamente pelas mulheres para lavarem roupas e utensílios domésticos. É também o local onde toda a comunidade realiza sua higiene pessoal conforme fotos 112 e 113.

No ano de 2012, quando da retomada de Marãiwatsédé, a água deste córrego foi apontada pela comunidade como uma das prováveis causas da morte de crianças em decorrência de diarréia devido à contaminação de suas águas. Conforme Giaccaria (1990), “para os Xavante, a água não é apenas elementos essencial à sobrevivência; encerra também valor simbólico”, já que é nos rios que eles realizam inúmeros rituais, entre os quais o ritual de iniciação¹⁰⁰.

Fotos 112 e 113 – Situação do córrego próximo a aldeia Marãiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Outro fator de grande relevância para a comunidade foi a instalação da rede de energia elétrica na aldeia, uma antiga reivindicação, visto a necessidade do posto de saúde e escolas.

Até 2014, a aldeia Marãiwatsédé era desprovida de rede de energia que pudesse suprir as necessidades básicas da aldeia. A ausência de energia refletia, naquele momento, em consequências diretas no atendimento à saúde da comunidade, pois suprimentos de primeira necessidade como vacinas e soro antiofídico que dependem de refrigeração para seu adequado

¹⁰⁰ Ver em Iniciação Xavante Danhono (GIACCARIA; SALVATORE, 2001).

armazenamento eram ausentes.

Medicamentos como insulina que também dependem de refrigeração eram armazenadas de forma improvisada e inadequada em potes de alumínio com água (FANZERES, 2015). Ainda segundo a autora, em 2014 “os casos mais dramáticos têm envolvido a necessidade de nebulizadores. A falta do equipamento na aldeia, dizem indígenas e equipe de saúde, foi crucial para a morte de duas crianças este ano”.

Diante da precariedade em que se encontrava o posto de saúde administrado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), uma carta denúncia foi protocolada junto ao Ministério Público Estadual em março de 2013 para relatar a precariedade e as condições em que a equipe de saúde era obrigada a atender toda a comunidade de Marãiwatsédé. Segundo Pereira (2013), os agentes de saúde denunciaram as condições insalubres em que se encontrava o Posto de Saúde, que funcionava em uma casa com seis cômodos e que ao mesmo tempo servia de alojamento para os profissionais da saúde que atuavam em escala de 20 dias trabalhado para cada 10 dias de descanso. As Fotos 114 e 115 (que mostram onde eram manipulados os medicamentos e vacinas próximos a recipientes de lixo hospitalar) retratam as condições de precariedade em que se encontrava o Polo Base de Saúde naquele período.

Segundo a autora, em um trecho da carta foi relatado que o posto “constitui-se apenas de uma edificação com seis cômodos utilizados como dormitório pelos profissionais da saúde, cozinha, banheiro, recepção aos indígenas, consultório médico e odontológico, farmácia e depósito” (PEREIRA, 2013). Para agravar ainda mais a situação os profissionais da saúde ainda relataram que:

Neste espaço, que não possui forro, animais como morcegos, ratos, aranhas e baratas circulam livremente, contaminando o ambiente, os remédios, alimentos e pertences dos funcionários. Na época de chuvas, os móveis sofrem com o gotejamento e umidade, provocando problemas respiratórios entre os próprios funcionários (PEREIRA, 2013).

Foto 114 – Fachada do Posto.

Fonte: ISA (2013).

Foto 115 – Pia do Posto de Saúde.

Fonte: ISA (2013).

A destinação do lixo comum e hospitalar também foi um dos problemas relatados, além da fossa que, segundo a denúncia, trazia problemas relacionados à contaminação do ambiente de trabalho:

O lixo hospitalar e o lixo doméstico são queimados em um buraco no fundo deste prédio, sem que haja alternativas reais para sua melhor destinação. Galões de combustíveis também são armazenados no Posto de Saúde, que não possui energia elétrica e tem fornecimento irregular de água, cuja pureza e potabilidade não são monitoradas (PEREIRA, 2013).

Diante de tais denúncias, no ano de 2014 o posto de saúde foi reformado (Foto 116) e recebeu do Programa Brasil Sorridente, do Governo Federal, equipamentos novos como cadeira odontológica. Porém, devido à falta de energia elétrica, os equipamentos sequer chegaram a ser testados (FANZERES, 2015).

Foto 116 – Polo Base de Saúde Indígena Marãiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Em campo, observou-se que a maioria dos problemas relatados na carta denúncia dirigida ao MPE foram sanadas. Porém, o lixo proveniente tanto do posto de saúde quanto doméstico continuam sem destinação adequada e são incinerados em uma vala no fundo do Posto de Saúde. A fossa séptica continua sem manutenção periódica, o que gera inconvenientes tais como insetos e também mau cheiro no ambiente do Posto de Saúde.

A fim de sanar a falta de energia elétrica necessária ao bom funcionamento do posto de saúde, bombeamento e distribuição de água por toda a aldeia, bem como o fornecimento de energia para as duas escolas, foi iniciado, em meados de 2014, a instalação de rede de energia que pudesse suprir as demandas da aldeia. Em julho de 2015, ocasião em que estivemos na aldeia em trabalho de campo, observamos a última fase de instalação dos postes de energia elétrica que foram instalados no pátio da aldeia (*warã*), onde ocorre diariamente a reunião dos homens e também acontece a maioria dos rituais e manifestações culturais. As casas também receberam padrões individuais de energia, conforme ilustrado nas Fotos 117 e 118.

Foto 117 – Instalação dos últimos postes de energia no pátio da aldeia.



Fonte: Arquivo FUNAI.

Foto 118 – Habitações com padrões individuais de energia.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Apesar dos benefícios trazidos a comunidade, principalmente no que diz respeito ao suprimento de energia para o posto de saúde e escolas, as lideranças têm se mostrado preocupadas na manutenção e preservação da cultura Xavante, conforme relatou a cacique da aldeia Mazabdzéb:

Eu fui pro Xingu [se referindo a um “intercâmbio cultural”] e não tinha energia. Acho que lá preserva mais, mantendo a cultura.”

Sobre o uso de televisores ela responde que: “Tá trazendo coisa ruim. Os jovens não estão participando dos rituais, não participam das discussões políticas no Warã (Informação verbal)¹⁰¹.

Outra liderança também se mostrou preocupada com os rumos que os jovens têm tomado, que segundo ele não tem respeitado a cultura. Quando indagado sobre os benefícios ou prejuízos ele relatou que tem sido “ruim”, segundo ele:

Quando tem festa aqui [...] tem adolescente e jovem. Adolescente canta, jovem canta o dia inteiro, aí o resto que não participa da festa assiste televisão, não respeita sua cultura. Aí também no falecimento do Xavante, algumas famílias choram com saudade, aí o resto [...] não respeita, assiste televisão bem baixinho na casa dele. Antes da energia, toda aldeia ficava triste, quieto

¹⁰¹ Entrevista concedida a Leonardo Rocha na Aldeia Madzabdzé, jul. 2017.

também. Por isso energia estraga a cultura. [...] a cultura do não índio é mais forte para o índio (Informação verbal)¹⁰².

A energia elétrica, apesar de ter trazido inúmeros benefícios à comunidade como um todo, ao possibilitar o pleno funcionamento do posto de saúde, da escola, bem como o fornecimento ininterrupto de água para toda a aldeia, tem sido apontado, conforme relatado pelas lideranças como uma ameaça à cultura, principalmente entre os anciões que se veem resistentes. Conforme Rité (s/d, p. 3) “A energia elétrica constitui uma discussão na comunidade, alguns querem outros resistem pelos impactos que pode causar na cultura do Povo [...].”.

A disponibilidade de energia elétrica na aldeia, conforme observamos *in loco*, tem possibilitado com que cada vez mais sejam adquiridos entre a população de Marãiwatsédé aparelhos eletrônicos como DVDs, aparelhos de som, smartphones e principalmente de televisores, o que tem sido apontado pelas lideranças como responsável por novos comportamentos, principalmente entre os jovens.

A apropriação desses novos elementos sutilmente traz algumas alterações comportamentais que segundo os anciões tem sido negativo. Nos trabalhos de campo, não raro nos deparamos com grupos de *Wapté* (Jovens) com seus aparelhos celulares ao som de estilos musicais diferentes da cultura tradicional Xavante. Esses novos comportamentos não se limitam apenas aos jovens. Em inúmeras atividades culturais realizadas na aldeia não raro os organizadores plugavam em suas caixas amplificadas seus Pen Drives repletos de variados estilos musicais. Entre os mais preferidos o Dance, que animavam as rodas de conversas. Porém, ao dar início às atividades culturais prevaleciam os sons e cantos tradicionais.

Na ocasião em que estivemos na aldeia, observamos que nos dias em que a televisão transmitia jogos de futebol, grupos se reuniam a fim de assistirem as partidas. Tão logo o término do jogo transmitido pela televisão, os Xavante¹⁰³ se reuniam no pátio da aldeia a fim de jogarem futebol, conforme as Fotos 119 e 120.

¹⁰² Entrevista concedida a Leonardo Rocha na Aldeia Marãiwatsédé, jul. 2017.

¹⁰³ Tanto os homens quanto as mulheres são entusiasmados por futebol. Na ocasião em que fizemos nossos trabalhos de campo em inúmeras vezes nos deparamos com os Xavante disputando partidas de futebol.

Foto 119 – Partida de futebol masculino.



Autor: Leonardo Rocha, 2017..

Foto 120 – Partida de futebol feminino.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

De acordo com ISA (s/d), “hoje em dia, em acréscimo a suas tradicionais atividades cerimoniais e esportivas, os Xavante são ávidos futebolistas. Partidas de futebol se dão tanto no âmbito intra- como inter-comunitário”.

Desde que retomaram Marãiwatsédé, as lideranças têm apontado a educação formal como uma das formas de luta e resistência frente às ameaças do não índio, bem como tem buscado a partir dela, incentivar a capacitação de jovens líderes frente às adversidades enfrentadas pelos Xavante cotidianamente, possibilitando dessa forma com que o Povo de Marãiwatsédé possa se tornar cada vez mais autônomos em seu território. No entanto, para os professores Xavante, a educação formal deve caminhar sempre ao lado da educação tradicional, pois ela é constituída por um conjunto dos processos de socialização e de transmissão dos conhecimentos próprios e internos do seu Povo.

Conforme Libâneo (1994, p. 17) o objetivo da educação é “[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade”. Dessa forma, a educação formal, segundo os educadores de Marãiwatsédé, é transformadora e uma importante ferramenta que trabalhada em conjunto com os conhecimentos tradicionais Xavante possibilitará com que as futuras gerações possam contribuir ainda mais no processo de desenvolvimento e autonomia de seu Povo. Assim, “a escola dentro da aldeia serve para trazer o conhecimento não indígena, do mundo de fora, e para reforçar o conhecimento tradicional” (OPAN, 2016, p. 125). De acordo com Deluci (2013, p. 36),

Há uma nova geração de lideranças na comunidade, que escolheu a educação escolar como caminho para contribuir com a história de seu Povo. Esses professores ouviram as histórias de seus pais, desde muito pequenos. As histórias de antigamente e os conhecimentos específicos de quem nasceu em Marãiwatsédé traz consigo a memória desse lugar que é ensinado às crianças e jovens.

A história e os conhecimentos específicos de Marãiwatsédé devem, segundo as lideranças, ser transmitidos aos jovens como forma de resistência e manutenção da cultura do seu Povo. Assim, a educação tem sido vista como uma importante ferramenta no processo formativo dos jovens. Após a retomada de Marãiwatsédé em 2004, inúmeros desafios seriam impostos aos Xavante. Um deles relacionava-se a educação de suas crianças, jovens e adultos:

[...] a comunidade A'uwe Uptabi discutiu a necessidade de se criar uma escola na aldeia, pois as crianças não podiam ficar sem estudar. Inicialmente, foi criada uma extensão da Escola Municipal Santa Marta de Bom Jesus do Araguaia-MT. As primeiras construções eram barracões de madeira cobertos por palha de palmeira inajá (PPP 2010 apud ROSA E DELUCI, 2013, p. 05).

Durante esse período, a escola contava com 200 estudantes e 07 professores. Atualmente, tanto os professores quanto os funcionários das duas escolas (Municipal e Estadual) são Xavantes de Marãiwatsédé. “Dos professores, oito fizeram magistério, sete são graduados, um tem especialização e um é mestrand” (OPAN, 2016, p. 125). A fim de garantir a construção de uma escola dentro da aldeia que atendesse a toda comunidade e, dessa forma, fortalecer a educação escolar entre os jovens, a comunidade de Marãiwatsédé iniciou diálogos com técnicos da Secretaria de Educação de Mato Grosso (SEDUC) que, depois de muitas discussões, aprovaram através do Decreto n. 7.228, de 17 de março de 2006, a criação da Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé (ROSA; DELUCI, 2013).

A princípio, a criação da escola não garantiu a estrutura física adequada ao bom funcionamento da mesma: “As salas de aula funcionavam em locais improvisados até que foram construídas 03 salas de aula pela Congregação Salesiana de Nova Xavantina-MT” (ROSA; DELUCI, 2013, p. 6). Devido à demanda crescente por vagas que atendesse as crianças e os jovens em idade escolar, em 2006 as lideranças se mobilizaram e exigiram das autoridades a

construção da escola na Aldeia. Porém, somente em 2007 se deu o início da construção da escola de forma definitiva. Ainda segundo as autoras, em 2010 a estrutura da escola contava com seis salas de aula¹⁰⁴, 21 funcionários e 312 estudantes. As fotos 121 e 122 ilustram a atual Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé.

Foto 121 – Fachada da Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 122 – Alunas do Ensino Médio.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

No ano de 2015, durante os trabalhos de campo realizados na TI, observou-se que a aldeia Marãiwatsédé até aquele momento não dispunha de um ambiente de salas de aula adequadas às crianças da pré-escola e aos jovens do ensino fundamental, cuja responsabilidade compete ao poder municipal. Essa clientela escolar até então fazia uso das salas de aula que haviam sido construídas pelos Salesianos em meados de 2006/2007. A falta de manutenção adequada ao longo dos anos contribuiu para que atualmente o ambiente escolar das antigas salas se encontre de forma “precária”, necessitando de reformas estruturais, bem como de mobiliários adequados à faixa etária das crianças e jovens em idade escolar. As Fotos 124 e 126 apresentam as condições atuais de uma das salas de aula.

Em função da demanda crescente por vagas que atenda aos alunos do ensino básico, em 2015 o Município de Bom Jesus do Araguaia-MT deu início à construção da Escola Municipal Indígena Marãiwatsédé, para suprir tais demandas. Com a conclusão da obra, em 2017, as

¹⁰⁴ Desse total, três correspondiam as salas de aula construídas pela Missão Salesiana.

crianças passaram a utilizar o novo espaço conforme ilustrado nas Fotos 123 a 126. A estrutura da escola conta com duas salas de aula, uma cozinha, banheiros, uma sala administrativa/direção e uma área externa de usos múltiplos.

Foto 123 – Uma das salas de aula construídas pelos Salesianos.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 124 – Sala de aula.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 125 – Fachada da Escola Municipal Indígena Marãiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 126 – Nova sala de aula.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Em campo, pode-se observar também que inúmeras atividades de cunho didático são

realizadas em conjunto tanto entre professores e alunos das duas escolas quanto à participação da comunidade, principalmente a dos anciões, que possuem papel relevante na transmissão dos conhecimentos tradicionais: “já que frequentemente contribuem realizando palestra afim de que os alunos possam aprender sobre os recursos naturais importantes para sua cultura, seus usos, o lugar certo para buscar e o jeito de fazer o artesanato” (OPAN, 2016, p. 126). Esse contato permanente entre os anciões e os jovens é um elemento marcante no processo de transmissão dos conhecimentos tradicionais.

Atividades de educação ambiental têm sido frequentes na aldeia e tem envolvido não só alunos, mas também toda a comunidade. É a partir dessas atividades que os professores têm buscado conscientizar a comunidade como um todo sobre a importância da preservação do meio ambiente. Na ocasião, tivemos a oportunidade de participar junto com os alunos das duas escolas de uma atividade prática de educação ambiental coordenada pelo Prof. Leonardo Tseredze, em que vários grupos de alunos realizaram a coleta e a separação de resíduos diversos que se encontravam espalhados pela aldeia, conforme Fotos 127 e 128. Atividades de cunho ambiental como a presenciada têm sido cada vez mais frequentes entre a comunidade e tem sido visto pelas lideranças como um dos caminhos a ser seguido pelos jovens diante da realidade ambiental da TI.

Foto 127 – Prof. Leonardo e seus alunos.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 128 – Coleta e destinação de resíduos.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Apesar dos avanços e conquistas na área da educação, inúmeros problemas ainda têm sido

apontados pelos professores de Marãiwatsédé como obstáculos no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, entre os quais a necessidade de adequação dos materiais didáticos a fim de atender a realidade do Povo Xavante.

De acordo com os professores da aldeia, os livros didáticos disponibilizados tanto pelo Estado quanto pelo Município são produzidos unicamente na “língua/escrita” e no contexto histórico e cultural dos não índios, o que requer adequações a fim de que possam atender as necessidades do Povo Xavante, tanto no que se refere à “língua” quanto à história e à cultura. De acordo com os professores, os livros didáticos precisam conter a história do Povo Xavante para que as crianças e os jovens possam compreender além da história oral, amplamente contada pelos anciões.

Para contornar tais obstáculos, principalmente no que se refere ao livro didático, os professores de Marãiwatsédé têm adotado o processo “bilíngue” tanto no processo de alfabetização quanto nos demais ciclos do ensino fundamental e médio, conforme presenciado em sala de aula e ilustrado na foto 129.

Foto 129 – Conteúdo ministrado em aula na Escola Estadual Indígena Marãiwatsédé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Como forma complementar as aulas tradicionais que se baseiam no livro didático, tem havido a participação dos anciões no processo de ensino aprendizagem, principalmente no que se refere à transmissão dos conhecimentos tradicionais do Povo Xavante. Apesar de todas as dificuldades existentes na área de educação dentro da aldeia, os professores têm sido otimistas quanto aos avanços e conquistas obtidos nos últimos anos.

No entanto problemas relacionados à estrutura e manutenção da escola comprometem em parte o processo de ensino-aprendizagem e tem sido frequente, conforme relato de professores e gestores escolar:

na aldeia Marãiwatsédé a estrutura é limitada porque não existe sala dos professores, refeitório, laboratório, biblioteca, sala de informática nem bebedouro. Temos problemas com a manutenção da escola (troca de lâmpadas, vidros, poços artesianos e reparos em geral). Faltam materiais pedagógicos, de consumo (como lápis, caneta, caderno, papel sulfite) e permanente (como móveis escolares, mesas, cadeiras). Temos demanda pela formação de professores e pela reciclagem continuada para os professores que já são formados. Falta de comunicação regular entre as escolas e salas anexas das quadro aldeias, o que prejudica a entrega de merenda e documentos. A merenda escolar tem alimentos industrializados que não são saudáveis. A Seduc e as secretarias municipais de educação não sabem o que é educação diferenciada. Falta de acompanhamento do centro de formação e atualização profissional (Cefapro) nas aldeias. Visitas inesperadas em dias de luto ou de rituais de representantes da Seduc e das secretarias municipais de educação (OPAN, 2016, p. 128).

Mesmo que as condições de vida tenham melhorado nos últimos anos, a reocupação total do território ainda tem sido apontada como um dos principais desafios no que se refere ao processo de reterritorialização e vem sendo discutido entre a comunidade de Marãiwatsédé e seus parceiros desde que ocorreu a desintrusão total da área em 2013. Assim, se mostrando preocupado com o futuro do seu Povo o cacique Damião Paridzané relatou que seu desejo é:

[...] em primeiro lugar aumentar a população, segundo, quando aumentar eu quero que índios reúnam. União, manter união para não acontecer divisão das políticas internas. Nós queremos juntos, como nós conseguimos juntos a conquista da área. Agora pra gente conviver, nós mesmos com os jovens, adolescentes e mais adultos, precisam unir e colocar idéias [...] o que nós vamos

fazer dentro da área? Qual é a área mais importante, mais necessária para sobreviver tranquilo? Nós queremos produzir, iniciar a criação de peixe e o resto da natureza precisa preservar, cuidar da parte onde está o restante da mata. Gente pra fiscalizar, pra não acabar o restante da natureza (Informação verbal)¹⁰⁵.

Conforme relatado pelo cacique, a ocupação total do território, bem como a gestão territorial, configura-se como um importante mecanismo de controle territorial, essencial para que o Grupo Marãiwatsédé possa ter as condições mínimas necessárias para continuar a reprodução física e cultural de seu Povo. Para tal, a partir de 2013, quando toda a extensão do território encontrava-se livre dos invasores, os Xavante iniciaram articulações que resultaram em parcerias com órgãos públicos e do terceiro setor que tem colaborado no processo de etnozoneamento e etnomapeamento¹⁰⁶, que por sua vez tem subsidiado na elaboração do plano de gestão territorial e ambiental da TI Marãiwatsédé (PGTAs)¹⁰⁷, uma importante ferramenta no processo de reterritorialização da TI.

De acordo com Sayonara Silva,

o etnozoneamento tem o objetivo de identificar regiões no território, como as áreas sagradas, zonas de uso para roças, caça e etc. Existem critérios próprios das comunidades para definição dessas zonas, e a partir delas também são estabelecidos acordos futuros de uso pensando na melhor gestão dos recursos e do território (MENDES s/d).

¹⁰⁵ Entrevista concedida pelo cacique Damião Paridzané a Leonardo Rocha na Terra Indígena Marãiwatsédé, ago. 2017.

¹⁰⁶ “O Etnomapeamento se configura na construção de uma carta geográfica com os locais importantes do território indígena, o seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, a identificação de impactos ambientais e outras informações relevantes, salvaguardando o interesse, o olhar e a compreensão indígena [...]. É um dos instrumentos importantes na construção e estabelecimento da gestão territorial e ambiental em terras indígenas. Juntamente com os diagnósticos sócio ecológicos, os planos de vida e outros instrumentos, o Etnomapeamento possibilita a construção de cenários sobre o uso e a conservação do território” (PLANO...).

¹⁰⁷ “Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas são importantes ferramentas de implementação da PNGATI, podendo ser definidos como instrumentos de caráter dinâmico, que visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas” (FUNAI, 2013, p. 07).

Nesse viés, o etnozoneamento tem possibilitado com que toda a comunidade, principalmente os jovens, passe a conhecer com mais profundidade o seu território, identificando assim as áreas de relevante interesse ecológico-econômico tais como, áreas de caça, coleta, pesca, áreas de uso para as roças tradicionais, áreas sagradas, bem como o fortalecimento da vigilância e do monitoramento dos recursos naturais remanescentes na TI. Ressaltando a importância de se “reconhecer” o “novo território”, Dário, ancião de Marãiwatsédé, relata que

antes a mata era grande e tinha muita riqueza. A gente comia raízes, frutas, batatas, tudo da terra e não tinha doença. Depois veio o homem branco e destruiu tudo. Por isso, agora é importante conhecer o território, saber onde ainda tem alimento tradicional, onde tem caça e pesca, e registrar para o futuro o uso e conhecimento da terra para o Povo viver melhor (MENDES s/d).

Após a ocupação ilegal dos não índios sobre território de Marãiwatsédé restaram apenas remanescentes da vegetação original o que vem refletindo significativamente no modo de vida tradicional dos Xavante, conforme exposto no capítulo 03. Devido à degradação ambiental,

as matas e campos de Cerrado, utilizados para a caça e a coleta, encontram-se extremamente reduzidos, em fragmentos esparsos na terra indígena. A degradação da área proporciona uma baixa produtividade das roças, comprometendo ainda mais a soberania alimentar deste Povo. Tudo isso leva ao processo de reterritorialização, ou seja, o retorno e adaptação a uma nova maneira de viver, com a identificação do estado atual de locais importantes, ainda muito vivos na memória dos mais velhos, mas que os jovens ainda não tiveram a oportunidade de conhecer (MENDES s/d).

Considerando os impactos socioambientais que comprometem a vida e os costumes tradicionais dos Xavante, surgiu o Plano de Gestão Territorial da TI Marãiwatsédé. Os primeiros passos para a realização do PGTA de Marãiwatsédé teve início em meados de 2013, a partir do processo de etnozoneamento da TI, e contou com a colaboração da Operação Amazônia Nativa (OPAN), responsável pela execução do projeto (FUNAI, 2016). Inicialmente, os Xavante desenvolveram atividades desde oficinas de elaboração dos calendários sazonais a expedições de caça e coleta (dzo’omori), conforme ilustrado nas fotos 130 e 131.

Foto 130 – Expedição de reconhecimento territorial.



Foto: Arquivo Opan.

Foto 131 – Calendário Sazonal produzido a partir dos conhecimentos tradicionais.



Foto: Arquivo Opan.

De acordo com a OPAN (s/d.),

A ideia é ter elementos para o processo de gestão territorial Xavante, considerando não só questões políticas do planejamento do território, mas também a dimensão ambiental das ações de etnodesenvolvimento, soberania alimentar, valorização da cultura, proteção e recuperação de seu território e conservação dos recursos naturais (FANZERES s/d).

O processo de reconhecimento territorial possibilita o fortalecimento da vigilância territorial e o monitoramento dos recursos naturais, subsidiando assim as informações que resultaram na elaboração de mapas temáticos (Fotos 132 e 133) para auxiliar as futuras tomada de decisões de grande relevância no processo de reterritorialização, a exemplo da escolha de áreas de caça e coleta, bem como de áreas destinadas à formação de novas aldeias, postos de vigilância e de controle territorial (MENDES s/d).

Foto 132 – Primeiros mapas elaborados a partir das expedições de reconhecimento da área.



Foto: Arquivo Opan.

Foto 133 – Mulheres Xavante analisando um dos mapas elaborados a partir do processo de etnozoneamento realizado na TI.



Foto: Arquivo Opan.

Tais ações surtiram efeitos positivos: a título de exemplo, tem-se a fundação de três novas aldeias (A'ópá, Etēwawẽ e Madzabdzé) como forma de reterritorialização e gestão do território, o que vem garantindo ao Povo Xavante mais autonomia e manutenção de suas práticas tradicionais.

4.2 A fundação de novas aldeias como proposta de reocupação do território Xavante

Apesar de recém-fundadas, as novas aldeias enfrentam problemas semelhantes àqueles da Aldeia Marãiwatsédé, conforme relatado anteriormente. Até junho de 2015, ao dar-se início aos primeiros trabalhos de campo, observou-se que em toda a extensão do território homologado existia apenas a aldeia Marãiwatsédé, a qual abrigava toda a população da TI. Essa concentração populacional até aquele dado momento comprometia a segurança do grupo e tornava o território suscetível a novas invasões¹⁰⁸, tanto pela extensão territorial da área, quanto pela falta de ações

¹⁰⁸ Em 2016, o MPF acionou a PF a fim de apurar uma suposta articulação entre políticos e fazendeiros da região que planejavam uma nova invasão da TI (G1, 2016).

mais efetivas de fiscalização, que devido ao reduzido orçamento financeiro e do quadro de servidores¹⁰⁹ da FUNAI tem comprometido substancialmente tais ações.

A concentração populacional, somada aos já escassos recursos naturais do entorno, conforme relatado no capítulo 03, induziu pressões diversas sobre o meio ambiente e, consequentemente, sobre toda a população que não dispunha de recursos naturais suficiente para atender toda demanda da aldeia. Mesmo que a área estivesse livre dos não indígenas, a ocupação de todo território configuraria estratégia importante, tanto a nível econômico (subsistência) quanto de controle territorial.

Assim, ao longo do processo de elaboração do PGTA, os Xavante, principalmente as novas gerações que nasceram no exílio, passaram a conhecer com mais detalhe toda a extensão do seu território, bem como os recursos naturais remanescentes que subsidiariam a escolha dos locais estratégicos com vista à fundação das futuras aldeias, bem como dos postos de vigilância e de controle. Ressalta-se que os anciões tiveram um papel relevante no reconhecimento das áreas, visto que muitos destes são remanescentes do grupo que havia sido removido compulsoriamente na década de 1960.

O ano 2015 foi considerado um ano especial para os Xavante. Depois de muitas discussões entre as lideranças indígenas, comunidade e seus parceiros, fundam-se três novas aldeias, com objetivos claros de reocupar toda extensão do território Xavante, garantindo assim o controle territorial da TI Marãiwatsédé.

4.2.1 Aldeia A'ópá

A primeira aldeia a ser fundada foi A'ópá¹¹⁰ em 07 de setembro de 2015 (Foto 134) e está localizada á aproximadamente 30 Km de distância da Aldeia sede (Marãiwatsédé).

¹⁰⁹ Atualmente o quadro de servidores da FUNAI (Regional de Rib. Cascalheira) conta com nove servidores. Destes apenas três são de carreira. Os demais são contratados e/ou terceirizados. Em campo observamos que do total de servidores apenas três estão diretamente desenvolvendo atividades na TI Marãiwatsédé, os demais desenvolve atividades burocráticas.

¹¹⁰ A'ópá na língua Xavante significa Jatobá.

Entre as novas aldeias A'ópá é a maior em números populacionais, além de concentrar o maior número de anciões, muitos dos quais remanescentes do grupo removido compulsoriamente de Marãiwatsédé por aviões da FAB na década de 1960. Sua população é composta por 121 pessoas (MARÃIWATSÉDÉ, 2016) que residem em cerca de 17 casas construídas com madeiras e recobertas por folhas de palmeiras. As casas, apesar de serem construídas com materiais retirados na “floresta”, têm seguido padrões arquitetônicos diferentes das casas tradicionais xavante:

Criamos essa aldeia para cuidarmos da nossa terra, para não deixar o waradzu invadir mais. [...], tem muito bicho para caçar, como Anta, Veadão, Cateto, Tatu, Tamanduá e Queixada. Também tem peixes, como Piau, Matrinchã, Traíra e Pacuzinho. Fazemos tsiono¹¹¹ com buriti, que tem muito na nossa aldeia, assim como o Pati, que usamos para fazer arcos (MARÃIWATSÉDÉ, 2016, p. 28).

Foto 134 – Vista geral da aldeia A'ópá.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

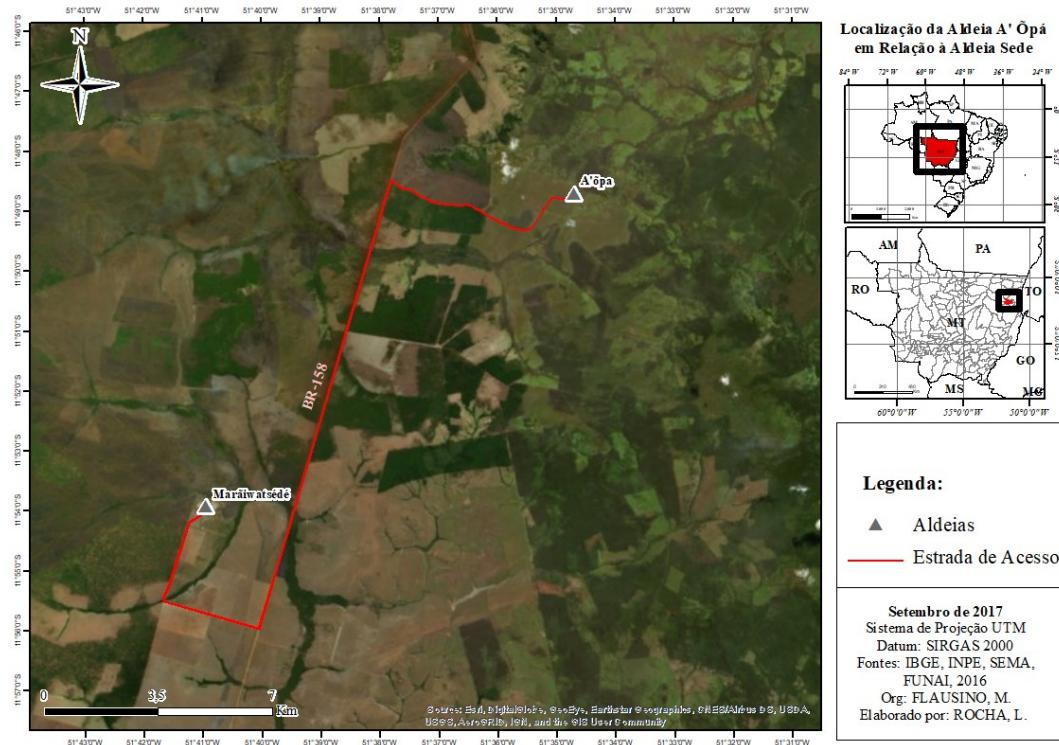
Conforme relatado por Cosme Rité, o local foi escolhido estrategicamente, já que durante os trabalhos de etnozoneamento os Xavante levaram em consideração a disponibilidade de água¹¹² (a área dispõe de uma represa construída por antigos posseiros), caça e recursos naturais utilizados na manufatura de seus artesanatos tradicionais, já que próximo a aldeia existem

¹¹¹ Tsiono são cestos tradicionais confeccionados a partir de folhas de palmeiras, conhecido entre os não índios por baquité.

¹¹² Apesar da disponibilidade de água a mesma tem apresentado problemas relacionados a potabilidade, já que foi durante muitos anos utilizada para práticas intimamente relacionadas ao agronegócio.

remanescentes da vegetação nativa contrastando com grandes áreas de pastagens no entorno da aldeia. O Mapa 18 aponta a localização da aldeia A'ópá em relação à aldeia sede (Marãiwatsédé), bem como apresenta um panorama geral das condições em que se encontra a vegetação no entorno da aldeia.

Mapa 18 – Localização da Aldeia A'ópá em Relação à Aldeia Sede.



Apesar de contar com uma represa próxima à aldeia onde os Xavante tem realizado a pesca, o grupo aldeado tem evitado o consumo de suas águas por acreditar que possam estar contaminadas e consequentemente provocar mortes entre sua população, principalmente entre as crianças, como as ocorridas no inicio da retomada de Marãiwatsédé. Dessa forma, ainda em 2016 as lideranças da aldeia somaram esforços para implantar poços artesianos que supram toda a demanda da aldeia. Assim, em 2017, dois poços encontravam-se em operação, conforme ilustrado nas Fotos 135 e 136, deixando a comunidade mais segura quanto ao consumo de água.

Fotos 135 e 136 – Poço Artesiano em Operação na Aldeia A’ópá.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Na área da saúde, a comunidade tem contado com o atendimento da equipe¹¹³ do Polo Base de Saúde localizado na aldeia Marãiwatsédé. Os atendimentos desses profissionais são realizados periodicamente e no mínimo uma vez por semana, quando uma equipe se desloca do Polo Base e percorre as aldeias a fim de realizar os atendimentos. Já nos casos emergenciais a equipe faz o pronto atendimento e encaminha os pacientes, sempre acompanhados por um profissional, para o município mais próximo, onde geralmente recebem atendimento especializado.

Dificuldades de comunicação (celulares, rádios comunicadores) entre as aldeias tem sido apontadas como um sério problema quando se leva em consideração os atendimentos emergenciais. A indisponibilidade de sinal de telefonia celular compromete o pronto atendimento em casos emergenciais, por dificultar a comunicação entre as aldeias. São poucos os pontos dentro da TI onde os aparelhos telefônicos conseguem captar sinal. Tais problemas poderiam ser facilmente supridos com a instalação de rádios comunicadores, tais como os rádios amadores, facilitando assim a comunicação entre as aldeias.

Quanto à educação formal, apesar de ser uma obrigação legal dos Municípios e do Estado garantir o mínimo de estrutura para que crianças e jovens tenham acesso á educação de qualidade, a realidade das novas aldeias tem mostrado um grande descaso por parte do poder público. A’ópá não possui salas de aula adequadas que possa atender de forma digna a clientela

¹¹³ O atendimento realizado novas aldeias são feitos por uma equipe composta por duas enfermeiras, um médico, um dentista, e quatro técnicos, dois destes são indígenas.

escolar. Desprovida de qualquer infraestrutura, a única “sala” de aula não possui paredes e sua cobertura se faz apenas com folhas de palmeiras. Assim a comunidade escolar acaba ficando vulnerável as intempéries climáticas (Foto 137).

Foto 137 – “Sala” de aula na aldeia A’ópá.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

No que diz respeito à agricultura, a comunidade tem mantido os padrões tradicionais e realizado o plantio de suas roças tanto nos quintais de suas próprias casas quanto feito as roças de toco, como é chamada a roça tradicional Xavante. Porém, cada família tem se dedicado a sua roça individual. Em campo observamos as roças consorciadas de mandioca, feijão, abóbora e milho-xavante (Fotos 138 e 139).

4.2.2 Aldeia Etēwawẽ

Após inúmeras discussões no *Warã* envolvendo toda comunidade, os Xavante fundam a segunda aldeia denominada *Etēwawẽ*¹¹⁴, no dia 20 de outubro de 2015. De acordo com Davi, cacique da Aldeia, toda a comunidade discutiu sobre a fundação das novas aldeias a fim de reocupar todo o território. Segundo ele,

¹¹⁴ *Etēwawẽ* na língua Xavante significa morro grande.

Toda comunidade discutiu pra ocupar onde tem um canto pra evitar invasão do waradzu. Pode entrar invasores por que sempre eu falo [...]: só a aldeia Maraiwatsédé, só uma aldeia? Tem que abrir aldeia nova. Então nós resolvemos, tem que ocupar, vamos abrir aldeia nova. Vamos evitar incêndios [...]. Quando nós entramos, nós encontramos só pasto [ao se referir a retomada em 2004]. Era Eco 92, não tinha ninguém dentro da área nossa. Agora 93 já ocupava a terra os não-indios, 93 pra cima waradzu já destruiu tudo. Agora nós já voltamos e eu fundei a aldeia nova. É futuro, criança já nasceu aqui. Em 20 de outubro de 2015 fundou, nós abrimos aldeia Etêwawé (informação verbal)¹¹⁵.

Foto 138 – Cacique Damião percorrendo a plantação de milho-xavante na aldeia A’ópá



Autor: Jailton Alves Brito, 2017.

Foto 139 – Roça de mandioca



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

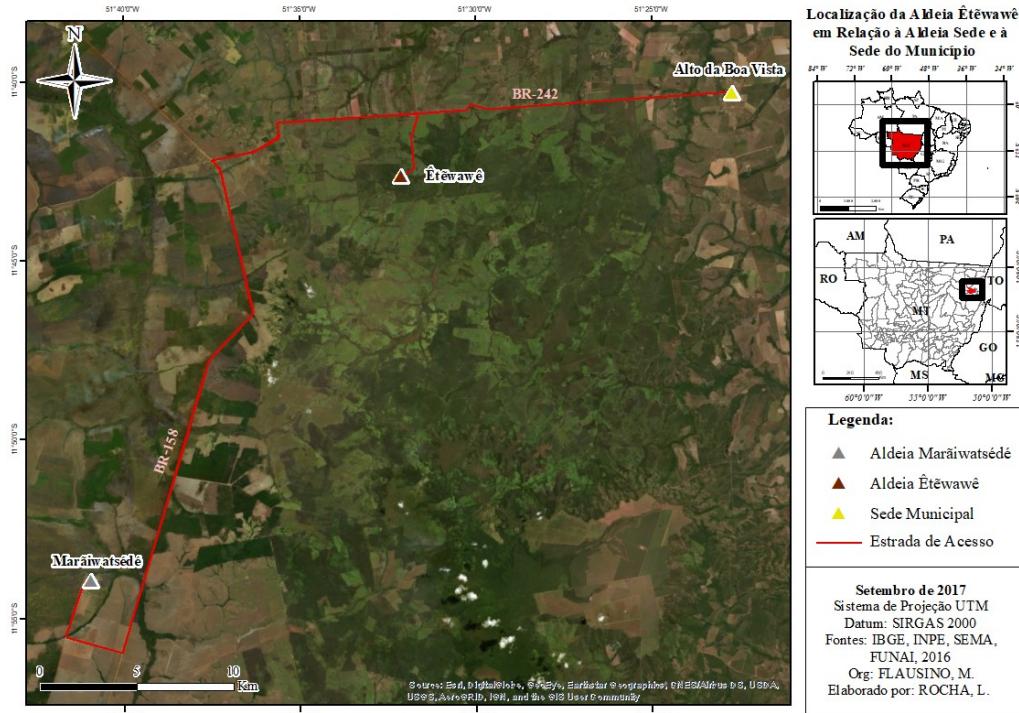
Localizada cerca de 62 km da Aldeia sede (Maraiwatsédé) e a apenas 20 km da sede do município de Alto da Boa Vista, Etêwawé é, entre as quatro aldeias, a mais próxima de centros urbanos, conforme ilustrado no Mapa 19.

A proximidade da Aldeia em relação à sede do município de Alto da Boa Vista tem se mostrado positiva no que se refere ao atendimento na área de saúde, já que a equipe do Polo Base se encontra a uma distância considerável em relação a aldeia, passando ainda a ter acesso a inúmeros serviços sociais (recebimento de benefícios como aposentadorias, bolsa família, entre outros). Por outro lado, essa proximidade tem sido vista, pelas lideranças, com certo receio, visto que a comunidade passa a ficar vulnerável ao ter acesso facilitado a drogas lícitas e ilícitas, o que pode desencadear inúmeros problemas de ordem social na aldeia, dentre os quais, a violência

¹¹⁵ Entrevista concedida pelo cacique Davi a Leonardo Rocha na Aldeia Etêwawé (TI Maraiwatsédé), agosto de 2017.

doméstica¹¹⁶. A população da aldeia conta com 80 (MARÃIWATSÉDÉ, 2016) moradores, que residem em cerca de 6 casas também construídas de madeira e recobertas por folhas de palmeiras, conforme ilustrado nas Fotos 140 e 141.

Mapa 19 – Localização da Aldeia Etēwawē em Relação á Aldeia Sede e á sede do município de Alto da Boa Vista-MT.



¹¹⁶ Problema semelhante relacionado à proximidade de aldeias a centros urbanos pode ser constatado por nós em trabalho de campo na cidade de São Félix do Araguaia-MT, onde números expressivos de índios da etnia Karajá tem tido acesso livre a bebidas alcoólicas e a drogas. Em inúmeras ocasiões nos deparamos com índios caídos pelo Cais do rio Araguaia, na referida cidade.

Fotos 140 e 141 – Panorama da Aldeia Etēwawẽ.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

É uma aldeia bonita e a terra é muito boa pra gente fazer a roça. Por isso escolhemos esse lugar, onde já plantamos milho-xavante, abóbora, mandioca e outras coisas. [...] aqui tem um pouco de Cerrado, com batatas e frutas para coletar e animais para caçar, e uma parte de mata. Existe rio que passa em frente a aldeia, e é chamado Etēwawẽpa (MARĀIWATSÉDÉ, 2016, p. 34).

Conforme relatado por Elisa Wautomotsitsare, na aldeia as roças tradicionais têm se destacado tanto em quantidade quanto em variedades produzidas. Em campo observamos que as roças que ocupam o entorno das casas são consorciadas e possuem uma variedade significativa de frutas como banana, cana-de-açúcar, mamão, laranjas, manga, bem como de milho-xavante, mandioca, batata doce, inhame, abóbora dentre outros, conforme ilustrado nas Fotos 142 e 143.

Fotos 142 e 143 – Roças e frutíferas cultivadas na aldeia.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Apesar de possuir remanescentes da vegetação original, a área encontra-se com a vegetação nativa bastante degradada, reflexo das décadas de ocupação por não índios e das constantes queimadas criminosas que anualmente vem dizimando os remanescentes da vegetação original.

Conforme relatado pela comunidade, as queimadas criminosas têm sido frequentes e uma ameaça constante. Vez ou outra o fogo tem atingido as roças e se aproximado das áreas próximas às casas deixando toda a comunidade vulnerável. Apesar dos trabalhos de prevenção realizados pela equipe de combate a incêndios florestais (Prevfogo), que nos períodos críticos tem realizado trabalhos de monitoramento e de queimadas controladas a fim de fazer aceiros que isolem as aldeias do fogo, não raro as chamas acabam se aproximando da aldeia, colocando toda a comunidade em alerta, conforme ilustrado nas Fotos 144 e 145.

Foto 144 – Queimadas próximo a aldeia Etēwawẽ.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Foto 145 – Roças e frutíferas cultivadas na aldeia.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Todos esses impactos ambientais do passado e do presente têm refletido sobremaneira no modo de vida do grupo aldeado, uma vez que para ter acesso a caça, pesca e a coleta, essenciais ao desenvolvimento de suas práticas tradicionais o grupo tem percorrido grandes extensões a fim de obter bons resultados em suas expedições.

Quanto aos recursos hídricos a aldeia é servida por inúmeros córregos e uma represa na qual o grupo tem realizado atividades de pesca. Porém, tem evitado o consumo de suas águas.

Atualmente a aldeia conta com um poço artesiano (Foto 146) que tem fornecido água de boa qualidade para toda a comunidade, evitando assim doenças veiculadas pela água.

Foto 146 – Poço artesiano.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Quanto à educação formal, a aldeia Etēwawẽ não se difere das novas aldeias no que se refere ao descaso por parte do poder público com a educação da população indígena. A única “sala de aula” existente na aldeia é construída de madeira e recoberta por folhas de palmeiras e, como ocorre na aldeia A’onpá, em dias de muito sol ou dias chuvosos as aulas acabam sendo suspensas, prejudicando a comunidade escolar. A Foto 147 ilustra as condições atuais da sala de aula na aldeia Etēwawẽ.

Foto 147 – “Sala de aula” da aldeia Etēwawẽ



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

4.2.3 Aldeia Madzabdzé

A terceira aldeia a ser fundada foi Madzabdzé, em novembro de 2015 (Mapa 20), localizada aproximadamente 60 Km de distância da Aldeia sede (Marãiwatsédé) e a 56 km da sede do município de Alto da Boa Vista. Até 2016 a população da aldeia era composta por 60 pessoas que residiam em casas construídas no mesmo padrão das novas aldeias, conforme a Foto 148.

Foto 148 – Vista parcial das casas construídas na aldeia Madzabdzé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

As condições socioambientais de Madzabdzé não se diferem das demais aldeias, já que tem enfrentando basicamente os mesmos problemas, porém com um agravante, a área está inserida próxima a grandes fazendas produtoras de grãos o que tem deixado a comunidade vulnerável e sob o risco de contaminação por agrotóxico, conforme discutido no capítulo 03. Até 2016 a aldeia era desprovida de poços artesianos e para suprir às necessidades de água a comunidade era obrigada a recorrer a uma das represas localizada nas proximidades da aldeia, conforme ilustrado pelas fotos 149 e 150.

Mapa 20 – Localização da Aldeia Madzabdzé em relação à aldeia sede (Maraiwatsédé) e a sede do município de Alto da Boa Vista-MT.

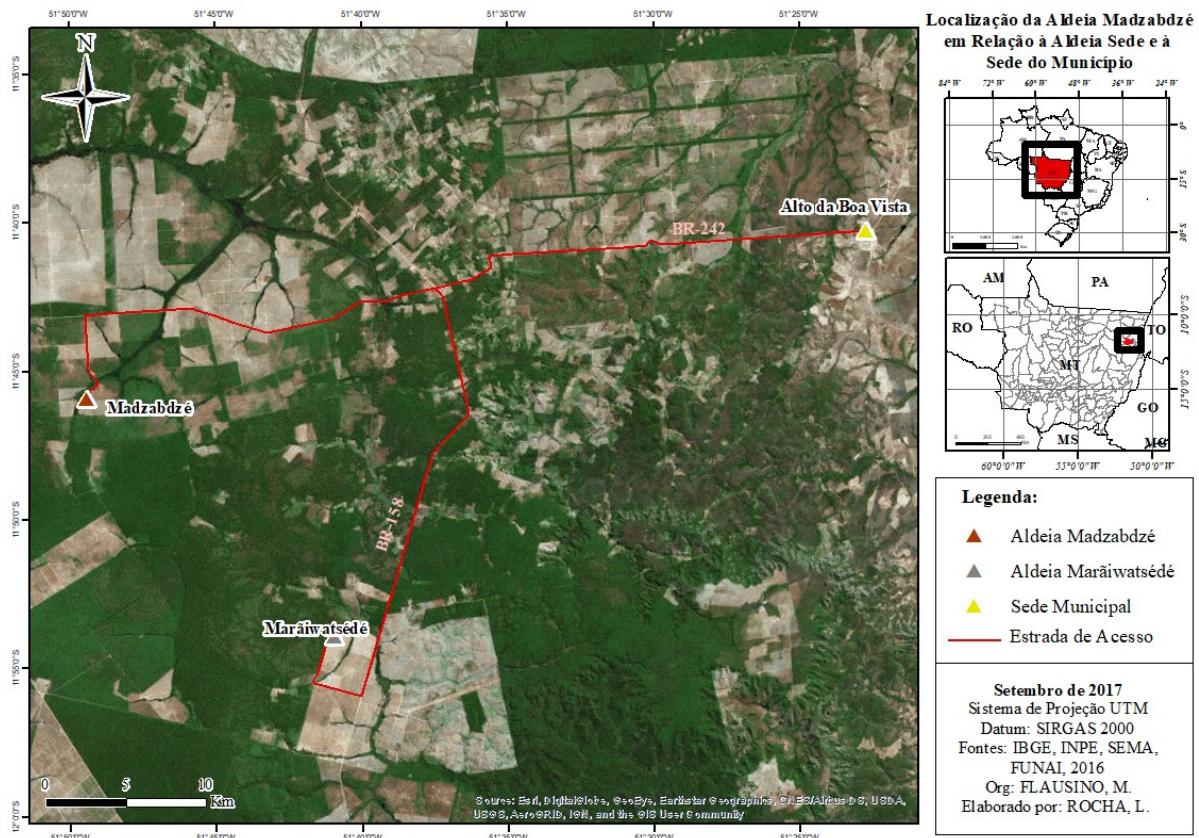


Foto 149 – Represa próxima à aldeia.



Fonte: Cosme Rité (2017).

Foto 150 – Retorno da coleta de água.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

É importante ressaltar que a Pastoral da Terra constantemente tem realizado inúmeros trabalhos junto aos Xavante de Marãiwatsédé. Assim, em 2016, como a aldeia Madzabzé ainda era desprovida de poço artesiano, a Pastoral esteve presente a doar inúmeros filtros de água a fim de diminuir a incidência de doenças veiculadas pela água:

Trouxemos para a aldeia Madzabdzé, por que é uma aldeia que ainda não tem o poço artesiano e a água que eles tomam é do córrego e é contaminada de certa forma. Por que ela não é de uma nascente que vem limpa, ela passa por várias propriedades particular onde tem plantações de soja, do agronegócio e a gente sabe que contamina. Não tem análise dessa água [...], peixes já são poucos, então agente sabe [...]. Para evitar verminose, contaminação. As crianças já apresentam muita diarréia, vômitos. Então foi um jeito que a gente achou, na verdade a comunidade pediu que pudéssemos conseguir alguns filtros para melhorar a condição da água (Informação verbal)¹¹⁷.

A fim de solucionar os problemas de abastecimento de água, ainda no ano de 2016 deu-se início aos trabalhos de perfuração do poço artesiano. Em 2017, o mesmo encontrava-se em operação, suprindo assim as necessidades da comunidade, conforme ilustrado na foto 151.

¹¹⁷ Entrevista concedida pela Irmã Fátima (Pastoral da Terra) a Leonardo Rocha na aldeia Madzabzé (TI Marãiwatsédé), julho de 2016.

Foto 151 – Poço artesiano em operação na aldeia Madzabzé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

No que se refere ao atendimento à saúde, a aldeia não difere das aldeias recém-fundadas. Os atendimentos têm sido feitos regularmente e no mínimo uma vez por semana, salvo os casos que requerem acompanhamentos específicos. Porém, a falta de estrutura adequada tem sido um dos problemas enfrentados pelos profissionais, já que estes precisam improvisar os atendimentos por falta de estruturas adequadas, conforme ilustrado na Foto 152.

Foto 152 – Atendimento odontológico improvisado na carroceria de uma caminhoneta da SESAI.



Fonte: Cosme Rité (2015).

A educação formal também vem passando por inúmeras dificuldades. Até setembro de 2017 a aldeia Madzabdzé encontrava-se na mesma situação das duas novas aldeias. Sem estrutura adequada a comunidade escolar tem sido obrigada a desenvolver suas atividades num ambiente desprotegido das intempéries climáticas. Assim, não raro as aulas acabam sendo interrompidas e/ou canceladas, conforme apresentado na Foto 153 que retrata as condições da única “sala de aula” disponível na aldeia.

Foto 153 – Crianças de frente sala de aula da aldeia Madzabzé.



Autor: Leonardo Rocha, 2017.

Por ser uma aldeia recém-fundada, a mesma se encontra desprovida de árvores que proporcionem sombreamento sobre as casas e quintais provocando um desconforto térmico muito grande entre a comunidade. Nos trabalhos de campo realizados nos anos de 2016/2017 foi observado que a comunidade de Madzabdzé dava início ao plantio diversificado de árvores frutíferas, além de espécies nativas do Cerrado.

As mudas possuíam dois propósitos, fornecer frutos a fim de complementar a dieta alimentar e proporcionar o sombreamento, já que o local escolhido para a fundação da aldeia encontra-se atualmente desprovido de árvores. As roças tradicionais tiveram início no período e desde então tem sido realizado junto aos quintais. As roças de toco também passaram a ser realizadas mantendo assim a tradição Xavante.

Apesar de todos os problemas enfrentados pelos Xavante desde a fundação da primeira aldeia em 2004 o processo de reocupação da TI Marãiwatsédé tem se mostrado, condição *sine qua non*, tanto no que diz respeito à reprodução do Grupo de Marãiwatsédé, quanto na manutenção de sua cultura e tradições. Diante das novas configurações territoriais em que se encontra a TI, Carolina Rewaptu relata que,

Hoje a vida está melhor em Marãiwatsédé porque construímos mais três aldeias para reocupar nosso território [...]. A cultura do Povo Xavante é importante. É nossa identidade, nossa língua, nossas crenças e a história do nosso Povo. Temos que ouvir mais os velhos, conhecer mais, isso é importante para o nosso futuro. Hoje a tecnologia do waradzu entrou nas comunidades e os jovens estão mudando; os velhos não gostam. Eles querem que os jovens se unam mais para participar das reuniões políticas. Território para o Povo Xavante é o Ró, onde tem fartura: animais para caçar, peixes para pescar e recursos para coletar, para fazer artesanato. O território, para o sistema da sociedade não indígena é o progresso, o dinheiro. Para os Povos indígenas é a natureza, o nosso bem viver, é isso que valorizamos (MARÃIWATSÉDÉ, 2016, p. 11).

Dando continuidade ao processo de reterritorialização, para os próximos anos a idéia é, segundo Domingos¹¹⁸, a fundação de aproximadamente seis novas aldeias e/ou postos de observação e controle a fim de garantir com que a comunidade possa ter mais autonomia e controle sobre seu território. O Mapa 21 apresenta as atuais aldeias bem como a projeção dos locais onde serão fundadas as novas aldeias/postos de observação.

Mesmo que tenham passado por todas estas dificuldades desde que retomaram seu território tradicional, os Xavante têm se mostrado resistentes á cultura do não índio e, jamais deixaram de manifestar suas tradições, bem como sua cultura, mesmo que tenham encontrado seu território devastado pelo agronegócio, conforme relatado por Vilmar Tsereró.

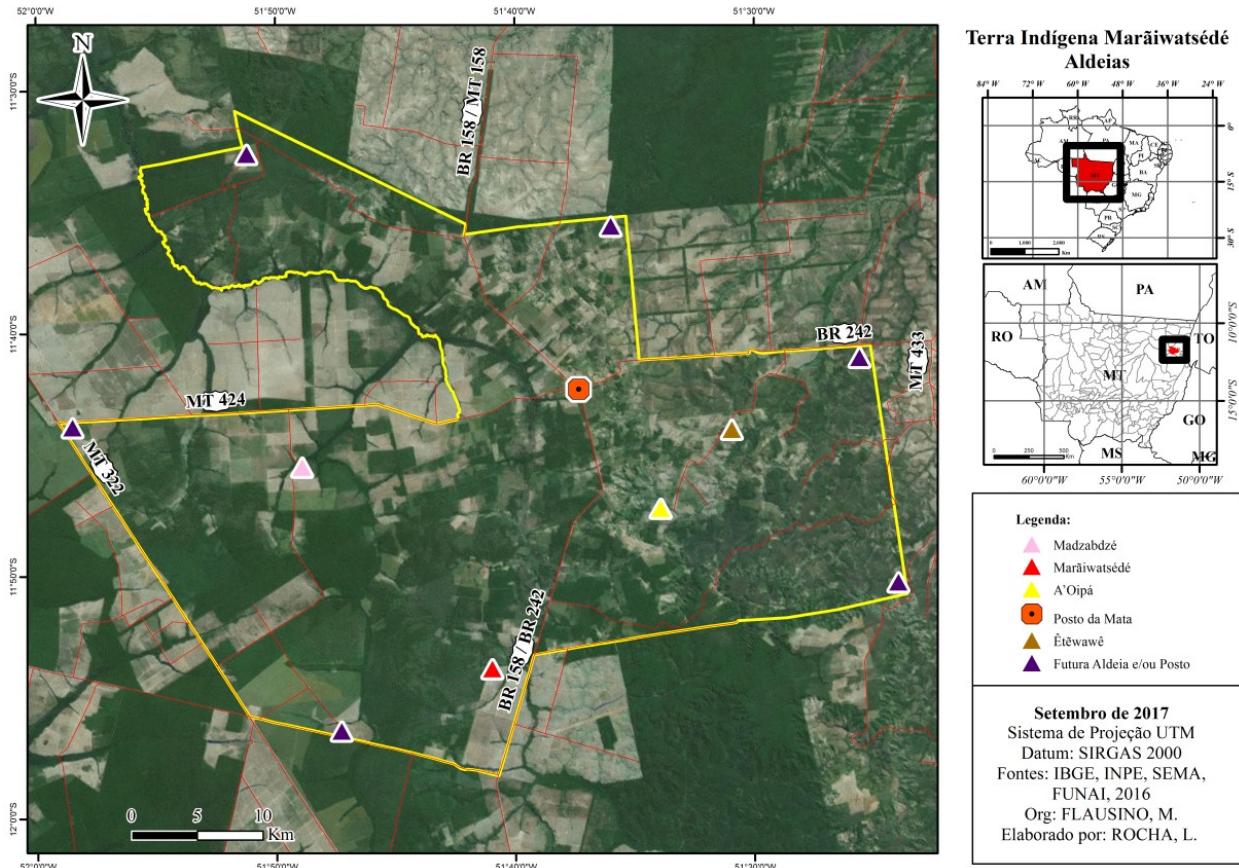
No início era difícil porque a escola, o posto de saúde e a igreja funcionaram em barracas. Não haviam árvores para nos dar frutas e fazer sombra. Marãiwatsédé foi a primeira aldeia. Aqui foi o primeiro Danhõno¹¹⁹ na nossa terra indígena,

¹¹⁸ A projeção e confecção do mapa apontando os locais onde serão fundadas as futuras aldeias e postos de observação e controle levaram em consideração as informações repassadas pelo facilitador Domingos, em setembro de 2015 durante os trabalhos de campo na TI Marãiwatsédé.

¹¹⁹ O “Danhono é o conjunto das celebrações, ritos, provas de vários gêneros, que introduz os rapazes Xavante na vida adulta” Giaccaria e Salvatore (2001, p. 07).

quando o grupo Abare'u foi iniciado (MARÃIWATSÉDÉ, 2016, p. 27).

Mapa 21 – Aldeias atuais e projeção futura de novas aldeias como forma de controle territorial.



Assim, a partir dos trabalhos de campo realizados na TI, bem como nas pesquisas bibliográficas foi possível compreender que o território para os Xavante constitui-se condição fundamental no processo de manutenção identitária, já que é no Ró que se desenvolvem todas as manifestações da sua cultura e tradição. Os rituais, os símbolos, a língua dentre outros elementos, associados ao território, constroem a identidade do Povo Xavante de Maraiwatsédé. São valores e condições passíveis de transformações, de incorporações, mas que acima de tudo garantem o direito de serem reconhecidos como Índios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa ocupou-se das contradições que o agronegócio e as políticas públicas que o apoia tensiona no espaço geográfico brasileiro, a partir dos conflitos entre desenvolvimento econômico e culturas originárias do continente americano.

Dada a imersão e a convivência na Terra Indígena Marãiwatsédé e, sobretudo, no universo sociocultural dos Xavante, o objeto de estudo se revelou um grande desafio, tanto pessoal quanto acadêmico, enfrentado no decorrer destes 48 meses de pesquisa, a qual foi balizada em extensos referenciais teóricos, bem como em incursões a campo, quando, por meio do método etnográfico, pode-se abstrair elementos fundamentais para que pudéssemos buscar respostas à tese proposta, ou seja, de que a íntima relação dos Xavante de Marãiwatsédé com seu território tradicional tem papel relevante na manutenção identitária do grupo, muito mais que somente a sobrevivência.

A escolha da temática aqui abordada está relacionada a uma viagem realizada na região Centro-Oeste, especificamente no nordeste mato-grossense, em julho de 1998, ano em que a Terra Indígena Marãiwatsédé havia sido homologada pelo Decreto Presidencial de 11 de dezembro de 1998. A “inocência” em acreditar que encontraríamos pela frente uma região composta por exuberantes matas, rios de águas límpidas e populações indígenas vivendo de forma harmoniosa em seus territórios tradicionais logo se revelou conflituosa à medida que percorríamos o traçado da Rodovia BR 158 em direção à cidade de São Félix do Araguaia, nosso destino.

Depois de percorrermos um longo trecho de estrada de terra, onde observamos que a vegetação nativa havia sido recentemente substituída por pastagens e plantios de grãos, nos deparamos com um “vilarejo” localmente conhecido como Posto da Mata. Mal sabíamos que esse lugar estava cravado no centro da Terra Indígena Marãiwatsédé, tradicionalmente pertencente ao Povo Xavante.

Aquela região, desconhecida por nós até aquele momento, havia sido invadida por posseiros no ano de 1992 e estava inserida no epicentro de uma das maiores disputas judiciais, envolvendo indígenas e não indígenas, que, durante mais de 20 anos (1992-2013) tentou legitimar a posse da terra para os posseiros (invasores), sinônimo de riqueza e progresso, enquanto que para os Xavante representava a sobrevivência física e cultural do seu Povo.

O conflito presenciado por nós naquele ano remetia diretamente às políticas desenvolvimentistas de dois períodos distintos, a “Era Vargas”, que tinha entre outros propósitos “fazer avançar a fronteira civilizatória e incorporar esses territórios à unidade nacional” e o “Regime Militar”, que pela mediação de grandes projetos de investimentos destinados a região Amazônica buscou integrar a região aos grandes centros consumidores do país.

Tais políticas desenvolvimentistas deram base para que a região desta pesquisa se tornasse uma das mais valorizadas e promissoras na produção de *commodities* agrícolas e, ao mesmo tempo, uma das mais conflituosas em relação à posse da terra.

Ambos os períodos políticos da história brasileira marcaram sistematicamente a região do Araguaia Xingu, bem como os sujeitos envolvidos em um dos maiores conflitos pela posse da terra, que foi se agravando progressivamente mediante a valorização das terras de uma região que até há pouco tempo ficou pejorativamente conhecida como “Vale dos Esquecidos”, em referência ao estado de abandono em que vivia, tanto por parte do governo estadual quanto federal.

A partir da década de 1990, e mais precisamente nos anos 2000, a região do Araguaia Xingu sofreu uma valorização sem precedentes de suas terras, sobretudo com a valorização das *commodities* agrícolas destinados principalmente ao mercado internacional, impulsionando assim o desenvolvimento econômico da região.

A região que até meados da década de 1980 dedicava-se à pecuária extensiva, gradativamente foi substituindo suas pastagens por extensas lavouras, sendo considerada atualmente uma das mais promissoras regiões produtoras de grãos, sobretudo a soja. No entanto, evidencia-se que, ao priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento das comunidades tradicionais, o Estado acirrou os conflitos diretamente ligados à terra, provocando um desarranjo social permanente até os dias atuais.

A pesquisa demonstrou que não há como negar o papel do Estado nas transformações socioterritoriais ocorridas na região Centro-Oeste, em especial no Estado de Mato Grosso, onde as populações indígenas assistiram seus territórios serem sistematicamente invadidos por projetos de colonização e recentemente pelo avanço do agronegócio, provocando enormes dificuldades na manutenção de suas práticas tradicionais e culturais.

Ao priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento das comunidades tradicionais da região, sobretudo das populações indígenas, o Estado provocou a fragmentação territorial de inúmeras etnias, entre elas os Xavante de Marãiwatsédé, que foram desterritorializados de suas terras tradicionais na década de 1960 em função das políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, transformando, nesse processo, tanto o modo tradicional de vida como a cultura do grupo.

Apesar de que, culturalmente, os Xavantes se organizam politicamente em grupos distintos com suas particularidades até a década de 1940, antes das fortes intervenções do Estado no reordenamento territorial, estes viviam em uma grande extensão territorial, onde desenvolviam suas práticas tradicionais e culturais sem grandes interferências.

Atualmente, os Xavante encontram-se em territórios fragmentados, demarcados pelo Estado, vivendo “ilhados” nas Terras Indígenas São Marcos, Sangradouro/Volta Grande, Areões, Parabubure, Marechal Rondon, Pimentel Barbosa e na Terra Indígena Marãiwatsédé, o que tem gerado enormes prejuízos sociocultural a esse Povo. No entanto, eles têm se reorganizado e encontrado diferentes formas de manterem-se autônomos territorialmente, buscando preservar a essência de sua identidade.

Com base nos referenciais teóricos e nas observações realizadas em campo, ficou evidente que já nos primeiros contatos dos Xavante com a sociedade envolvente, sobretudo em meados dos Séculos XIX e XX, os Xavante foram gradativamente incorporando à sua cultura e ao seu modo tradicional de vida, mesmo que de forma incipiente, “elementos” diferentes da sua cultura, a exemplo da utilização de facões, machados, enxadas, facas, armas de fogo, linhas de nylon e anzóis para pesca e, mais recentemente, a incorporação de veículos automotores, energia elétrica, televisores, celulares, dentre outros; bem como a incorporação de padrões estéticos e culturais dos não índios, tais como roupas, calçados, cortes de cabelo, o futebol, os diversos gêneros musicais, entre outras infinidades de elementos, que estão presentes em todos os grupos Xavante,

inclusive no último grupo a ser contatado pelos regionais na década de 1940 (Grupo Maraiwatsédé).

A educação formal, apesar de ter sido inserida pelos Salesianos ainda na segunda metade da década de 1950, atualmente tem sido bastante difundida entre os Xavante e tem sido apontada por eles como uma importante ferramenta a fim de torná-los aptos na busca de garantir o cumprimento de seus direitos junto ao poder público. Mesmo que a educação formal faça parte do cotidiano das aldeias, a educação tradicional Xavante é sistematicamente transmitida tanto pelos professores indígenas quanto pelos anciões que têm participado ativamente de inúmeras atividades escolares, difundindo por esse meio os conhecimentos tradicionais entre os jovens.

Essa “hibridização” ou “incorporação” da cultura do não índio tem sido relatada pelos próprios Xavante como mecanismos de adaptação a uma nova realidade em que estes estão inseridos presentemente, diferente do contexto em que viviam seus antepassados: não é, portanto, encarada como forma de perda cultural, tampouco de sua identidade.

Nesse viés, a partir das bases teóricas e das incursões a campo, observamos que mesmo estando cotidianamente “cercados” e sofrendo pressões diversas, tanto culturais quanto ambientais por parte dos não índios, o grupo Maraiwatsédé tem mantido sua identidade e ela se manifesta em cores e formas, nos artesanatos, nas danças, nos cantos, nos sons e nos inúmeros rituais que se fazem presentes no cotidiano desse grupo.

É evidente que há uma absorção da cultura do não índio, não há como negar tais apropriações; porém, o grupo tem encontrado no território e nos ensinamentos tradicionais que são transmitidos, sobretudo pelos anciões aos jovens, mecanismos de resistência, mantendo assim sua sobrevivência física e cultural.

Apesar de garantida a posse permanente do seu território, inúmeros desafios ainda estão postos ao grupo Maraiwatsédé, desafios estes que estão relacionados, sobretudo, à garantia de sua autonomia, tanto econômica quanto cultural e para tal eles têm esboçado estratégias de ocupação territorial para minimizar os impactos negativos causados pelos não índios durante os anos de ocupação criminosa, que, de certa forma, afeta o modo tradicional de vida do grupo. Assim, surge o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Maraiwatsédé, que propõe garantir tanto a ocupação total (controle territorial) da área quanto a recuperação ambiental.

Com a recente fundação das aldeias A'ópá, Etēwawē e Madzabdzéb, bem como a projeção de futuras aldeias e postos de observação e controle, os Xavante passam a garantir o controle efetivo do seu território, que ao nosso ver configura-se como elemento fundamental na manutenção identitária, já que é a partir do território que se retira o “pão” e é nele que se exercem suas práticas socioculturais.

A fim de se alcançar os objetivos gerais e específicos propostos na tese foi necessário que ao longo dos 48 meses de pesquisa tivéssemos que percorrer cerca de 10.000 km em um longo trajeto a partir de Uberlândia-MG com destino á região do Araguaia Xingu, no nordeste mato-grossense.

Foi em campo que nos deparamos com os maiores desafios da pesquisa que estão relacionados, sobretudo aos riscos enfrentados por nós, uma vez que adentramos em um campo permeado de conflitos envolvendo disputas territoriais, onde as feridas desse conflito ainda não foram totalmente cicatrizadas.

Mesmo sob a “neutralidade científica” exigida por uma pesquisa, “sentimos na pele” o preconceito e o ódio contra o índio, sentimos o rancor latente nos olhos e nos gestos de inúmeros ex-posseiros e sujeitos que fizeram parte do universo amostral dessa pesquisa. Mas também foi no campo que encontramos gestos de solidariedade e fraternidade a favor dos índios, a exemplo a luta de Dom Pedro Casaldáliga, que desde o “regime militar” vem atuando fortemente a favor dos camponeses sem terra e das populações indígenas.

Os trabalhos de campo, uma das fases mais importantes da pesquisa, foram realizados em quatro fases: a primeira iniciada em 2014, teve como objetivo principal fazer uma prospecção nas cidades circundantes a Terra Indígena Maraiwatsédé a fim de identificarmos tanto as fontes documentais, quanto as fontes orais de fundamental importância nessa pesquisa. As demais etapas seguiram nos anos de 2015 a 2017, quando se percorreu as cidades de São Félix do Araguaia, Ribeirão Cascalheira, Alto da Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia, ambas localizadas no estado de Mato Grosso. Foram nesses municípios que localizamos a maioria dos sujeitos (entrevistados) que de alguma forma ou de outra vivenciaram os conflitos em torno da disputa territorial envolvendo o grupo Maraiwatsédé e os não índios.

Foi também nesse recorte temporal que ficamos inseridos na TI, onde permanecemos de duas a três semanas a cada incursão a campo, realizando grande parte das entrevistas e das

observações de cunho etnográfico. Apesar de que a língua tenha sido uma grande barreira na comunicação oral, já que pouquíssimos indivíduos falam o português, aos poucos fomos descobrindo mediadores que nos auxiliaram durante as entrevistas.

Cada passo em campo revelava um aspecto da cultura dos Xavante. Isso equivale a dizer que cada passo constituía uma descoberta de um território com cultura própria, vida diferente com seus rituais simbólicos, seus símbolos, sua linguagem. Todavia, mesmo com aspectos de uma cultura diferente da que vivemos, em cada lugar fomos recebidos de forma calorosa na maioria das vezes, mas também com algumas desconfianças daqueles cuja história aponta para uma força exterior capaz de negar a humanidade de pessoas de cultura diferente em nome do lucro, "da ordem e do progresso".

Foi uma valiosíssima oportunidade onde pudemos participar de algumas de suas atividades socioculturais como expedições pelo território Xavante, quando se vivenciou algumas de suas expedições de caça, pesca e coleta (zomori), bem como observar o cotidiano do grupo Marãiwatsédé no que diz respeito ao trato com suas roças tradicionais, seus rituais, bem como as relações de cunho familiar. Foi nesse contexto que se pôde vislumbrar a íntima relação desse grupo com seu território (Ró), ou seja, de que mesmo que tenham ficado expropriados durante tanto tempo fora de seu território tradicional, as relações da identidade e o território permanecem.

Ficou evidente que mesmo que o agronegócio tenha descaracterizado a TI, o grupo Marãiwatsédé tem se sobressaído e a partir da ocupação total da área bem como da recuperação do território através dos projetos de recuperação ambiental terão condições de tornarem-se cada vez mais autônomos, continuando a reprodução física e cultural do seu Povo. No entanto outros desafios têm sido colocados aos Xavante de Marãiwatsédé. Este é um fato importante, pois o processo de reterritorialização significa em si uma traumática reconfiguração da sociedade indígena. Dependentes da natureza "in natura", e, em face da descaracterização dessa, e após prolongado contato com outra civilização, paulatinamente os Xavantes refazem-se como uma nação territorializada por meio da absorção de costumes e usos alheios à sua tradição. Contudo, em essência, sua cosmovisão sociocultural é preservada. A permanência da própria língua, os rituais e cerimônias, o modo de conceber a classificação social e conceber suas famílias, tudo isso, dentre outros aspectos, preserva e constitui *in continuum*, a identidade desse povo.

Em campo observamos que mesmo que estejam ainda em processo de reterritorialização, até o momento, duas das aldeias recém fundadas tem chamado atenção no que se refere à vulnerabilidade e riscos socioambientais em que suas comunidades tem corrido em relação a contaminação por agrotóxicos, violência física e psicológica, possibilidade de “perda” cultural, dentre outros problemas que só podem ser identificados com mais precisão mediante um longo processo investigativo. Este é um outro aspecto importante: ao perderem seu território, igualmente perderam boa parte da habilidade de auto-organização. Não há autonomia em completude na organização do território, havendo uma dependência do Estado e de outras iniciativas externas, bem como de tecnologias e técnicas que eram dispensáveis originalmente, tais como criação de gado, postos de saúde ou poços artesianos.

Há inserções da sociedade indígena em meio a grandes fazendas do agronegócio, a exemplo da aldeia Madzabdzé. Essa vizinhança apresenta problemas persistentes que talvez não sejam solucionados a médio ou mesmo longo prazo, como ilustram os componentes contaminantes da agricultura ao afetar a saúde e a qualidade de vida dos indígenas. Tais vizinhanças nem sempre são próximas apenas das áreas agricultáveis moderna, como é o caso da aldeia Etēwawē. Por estar localizada cerca de 20 km do município de Aldo da Boa Vista, é uma das novas aldeias recém fundadas que a nosso ver requer grande atenção tanto das lideranças quanto do poder público de forma geral por representar sérios riscos tanto no que diz respeito a integridade física dos índios quanto aos riscos de envolvimento com álcool e drogas, que, por sua vez, pode desencadear problemas de alcoolismo, dependência química e violência doméstica e, consequentemente, desencadear sérios problemas que possam vir a interferir na cultura dessa comunidade.

No desenvolvimento da pesquisa, foi possível identificar as instituições envolvidas no processo de ocupação das terras Xavante desde 1940 e de que forma esse processo ocorreu; correlacionar os projetos de ocupação durante o regime militar e os projetos agropecuários pós década de 1990 e suas implicações para o Povo Xavante; identificar como se deu a ocupação das Terras de Marāiwatsédé pelo agronegócio pós 1992 e quais as consequências deixadas pelos não-índios ao Povo Xavante no que diz respeito aos aspectos ambientais, socioculturais, bem como entender as perdas culturais e/ou incorporação de parte da cultura do não-índio ao longo de todo o processo em que os Xavante ficaram exilados fora de suas terras tradicionais; e, além disso,

compreender os processos que levaram à reterritorialização do Povo Xavante e identificar as estratégias de manutenção e adaptação de sua cultura frente às transformações impostas pelo agronegócio.

Por esse caminho, a tese confirmou que o território é fundamental na continuidade identitária do povo Xavante; que é indispensável, a essa altura, o papel do Estado como mediador de conflitos; que a sociedade brasileira precisa ser sensibilizada para a questão indígena, que é histórica, conflitante e distante de reparar as inapropriações resultantes da construção de uma nação e de um território brasileiro; que o agronegócio ainda imprime sérios riscos aos Xavante ao comprometer seus meios de subsistência. São muitos desafios que se colocam.

A questão da reterritorialização do povo Xavante não é um processo pacificado, finalizado. Está em ação. E como movimento, pode não ser fácil captar todas as suas nuances. Nesse sentido, esta pesquisa foi muito mais um início à contribuição possível, e já existente, da Geografia no amplo e complexo processo de constituição do espaço brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. H. **O Diretório dos Índios:** um projeto de “civilização” no Brasil no século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AMAGGI. 2010. Disponível em:<<http://amaggi.com.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

APROSSUM. Rodovia é completamente interditada durante manifestação em MT. G1, 06 MAI. 2012. Disponível em:<<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/06/rodovia-e-completamente-interditada-durante-manifestacao-em-mt.html>>. Acesso em: 02 out. 2017.

ARAÚJO NETO, M. D. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso.** Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2009.

AXA. **Passado agroextrativista e a chegada da modernidade.** AXA, online. Disponível em: <<http://axa.org.br/anexo/passado-agroextrativista-e-a-chegada-da-modernidade/>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, Bertha K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Museu da Fotografia Digital.** Disponível em: <<http://www.mfd.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/>> Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. Decreto de 11 de dezembro de 1998. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Maraiwatsede, localizada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. **Diário oficial da União,** Brasília, 11 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1998/Dnn7801.htm>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014.

BRIANEZI, T. Rodovia BR-158 desponta como vetor de expansão da soja. **Repórter Brasil**, 14 abr. 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/04/rodovia-br-158-desponta-como-vetor-de-expansao-da-soja/>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BUENO, I. R. Laudo Antropológico. Terra Indígena Marãiwatsédé. Ação Civil Pública n. 950000679-0. Quinta Vara Judicial de Mato Grosso. 17 de abril de 2006.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARNEIRO, L. O.; ITABORAHY, N. Z.; GABRIEL, R. A. Territorialidades e etnografia: avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 1 abril/2013 p.81-101. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/19824/13917>. Acesso em 25 de jan. 2018.

CARVALHO, C. D. **Mudanças nos hábitos alimentares dos Xavante de Marãiwatséde**. 2010. 80 f. Monografia (Especialização) - Curso de Indigenismo, Universidade Positivo, Cuiabá, 2010.

CASALDÁLIGA a Tarner Jr.; Silva (2015). Ver: Expropriação de terras e exclusão social na Amazônia Mato-Grossense. Disponível em:
<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/2314/armandov8n2.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CASALDÁLIGA, P. **Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. Disponível em:
<<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

CERQUEIRA, C. G. **Zöomori**: a construção da pessoa e a produção de gênero na concepção Xavante. Wederã, Pimentel Barbosa, Etenhiritipá. 154f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia Social. São Paulo, 2009.

CERQUEIRA, C. G. Mudança na paisagem e práticas culturais atualizadas. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 36.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **A possibilidade de permuta de terra da União de ocupação tradicional do Povo Xavante, no Estado do Mato Grosso.** Considerações jurídico políticas. Disponível em:

<http://www.cimi.org.br/pub/Assessoria%20Juridica/Parecer_sobre_permuta_da_T_Maraiwatsede.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. Cumpra-se Maraiwatsédé. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5733>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Três bebês Xavante morrem de pneumonia à beira da estrada aguardando decisão judicial.** 2004. Disponível em <<http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=524>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

CIMI. Fazendeiros invasores armam resistência em Maraiwatsédé. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/ptbr/?system=news&conteudo_id=6357&action=read&page=13>. Acesso em: 22 set. 2017.

CIMI. **Terra Tradicional do Povo Xavante de Maraiwatsédé.** 2011. TRF1. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&action=read&id=6458>>. Acesso em: 5 maio 2015.

CLASTRES, Pierre. 2004. **Arqueologia da violência pesquisas de antropologia política.** São Paulo: Cosac & Naify. 325pp.

CLASTERS, P. Sobre o etnocídio. In: _____. **Arqueologia da violência.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 77-87.

CLIKF5. Doze posseiros foram baleados em conflito com a Policia no primeiro dia de desocupação em Suiá Missú. Disponível em: <<http://www.cliquef5.com.br/ultimas/doze-posseiros-foram-baleados-em-conflito-com-policia-no-primeiro-dia-de-desocupacao-em-Suiá-Missú/20388>>. Acesso em: 2 out. 2017.

COIMBRA Jr., E. A. et al. **Na Primeira Margem do Rio:** Território e Ecologia do Povo Xavante de Wedezé. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2013.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. **A questão ambiental:** diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DAVIS, S. H. **Vítimas do milagre.** Tradução de Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1978.

DELUCI, L. A. S. M. **Tí'a roptsimani' ñ:** os A' uwẽ Marãiwatsédé tecem saberes para a construção de uma proposta curricular intercultural. (dissertação de mestrado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília-UnB, 2013.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto Presidencial.** Brasília, 11 dezembro de 1998.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto presidencial. Brasília, DF, 11 dez. 1998.

D'INCÃO, M. A. Políticas indígenas contemporâneas na Amazônia brasileira: território, modos de dominação e iniciativas indígenas. In: _____. **O Brasil não é mais aquele...** mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 217-235.

DIÓZ, R. Depoimentos confirmam a ocupação indígena na Suiá-Missú no Araguaia. OLHAR JURIDÍCO, 09 JUL. 2012. . Disponível em:
<<http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=depoimentos-confirmam-ocupacao-indigena-de-Suiá-Missú-no-araguaia&id=186>>. Acesso em: 12 set. 2017.

DIÓZ, R. Queimadas consomem 47% de terra indígena em MT, denunciam ONGs. G1, 13 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/08/queimadas-consomem-47-de-terra-indigena-em-mt-denunciam-ongs.html>>. Acesso em: 09 set. 2016.

DNIT. **Relatório de Impacto Ambiental Rodovia BR 158:** Palmital Roncador. Disponível em:<<http://dnit.gov.br/download/meio-ambiente/acoes-e-atividades/estudos-ambientais/br-386-rs.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

DUCK, W. **Estações Ferroviárias do Brasil.** Disponível em:<http://www.estacoesferroviarias.com.br/mogiana_triangulo/uberlandia.htm>. Acesso em: 22 out. 2016.

EMBRAPA. **Tipos de Vegetação do Bioma Cerrado.** Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_23_911200585232.html>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ENCANTOS do Oeste: um pedaço do Brasil onde o homem se identifica com a natureza. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ENCANTOS do Oeste: um pedaço do Brasil onde o homem se identifica com a natureza. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Expedição à Serra do Roncador. 1945.

ERTHAL, R. **Atrair e pacificar:** a estratégia da conquista. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

FANZERES, A. **Crimes em Marãiwatsédé, 2013.** Disponível em: <http://amazonianativa.org.br/Noticias/Crimes-em-Maraiwatsede,0,174.html>. Acesso: 26 nov. 2016.

FANZERES, A. Uma luz sobre Marãiwatsédé, 2015. Articulação Xingu Araguaia. Disponível em:<<http://axa.org.br/2015/07/uma-luz-sobre-maraiwatsede/>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

FANZERES, A. Um território em transformação. OPAN, online. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Noticias/Um-territorio-em-transformacao,2,240.html>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

FAVRET-SAADA, J. **Os afetos, a etnografia.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/3476/serafetado.pdf?sequence=1>>. Acesso: 16 nov. 2016.

FERNANDES, E. R. Uma longa viagem de volta: os xavante de Marãiwatsede. Diálogos Interculturais na Panamazônia. III REA – XII ABANNE. **Anais...** III REA – XII ABANNE 14 a 17 de agosto de 2011, Boa Vista, RR.

FERRAZ, I. **Relatório de Identificação da Área Indígena “Marãiwatsédé”.** FUNAI, 1992.

FERRAZ, L. **No Mato Grosso, os novos problemas de uma velha disputa.** Online, 12 de setembro 2016. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/09/no-mato-grosso-os-novos-problemas-de-uma-velha-disputa/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FOLHA de São Paulo. Alto da Boa Vista. 15 dez. 2012. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/12229-alto-da-boa-vista#foto-220537>>. Acesso em: 14 set. 2017.

FONSECA, S. **Frente a Frente Com os Xavantes**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1948.

FREDERICO, S. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, 2013. p. 97-116.

FREIRE, C. A. R. **Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravideo, Brasília, 2009.

FREIRE, C. A. R. **Sagas Sertanistas**: práticas e representações do campo indigenista no século XX. 2005. Tese (Doutorado em História) –PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas**: Situação Fundiária. Disponível em: <<http://www.FUNAI.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento>> Acesso em: 10 maio 2016.

FUNAI. Aldeia Marãiwatsédé comemora contrato para construção de casas, FUNAI, 2011. Disponível em: <<http://www.FUNAI.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1877-aldeia-maraiwatsede-comemora-contrato-para-construcao-de-casas>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FUNAI. Concluída a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé. FUNAI, 2013. Disponível em: <<http://www.FUNAI.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/596-concluida-a-desintrusao-da-terra-indigena-maraiwatsede-mt>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FUNAI. Nota da FUNAI sobre a terra Indígena Maraiwãtsédé/MT. **FUNAI**, online. Disponível em: <<http://www.FUNAI.gov.br/index.php/comunicacao/notas/2335-nota-da-FUNAI-sobre-a-terra-indigena-maraiwatsede-mt?highlight=WyJtYXJhaXdhdHNIZGUiXQ==>>. Acesso: 19 maio 2015.

FUNAI. Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Marãiwatsédé é apresentado no Museu do Índio (RJ). **FUNAI**, online, 28 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.FUNAI.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4028-plano-de-gestao-territorial-e-ambiental-de-maraiwatsede-e-apresentado-no-museu-do-indio-rj>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

FUNAI. Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração. – Brasília: FUNAI, 2013. Disponível em:<http://cggamgati.FUNAI.gov.br/files/6413/8685/5847/Cartilha_PGTA.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

FUNAI. Xavantes de Maraiwatsédé desenvolvem projetos autossustentáveis. **FUNAI**, 2010. Disponível em:< <http://www.FUNAI.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2238-xavantes-de-maraiwatsede-desenvolvem-projetos-autossustentaveis?limitstart=0>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em:<<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/consulta>>. Acesso em: 25 out. 2016.

G1. MPF denuncia à PF suposta tentativa de invasão a terra indígena de MT. **Portal G1**, online, 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/05/mpf-denuncia-pf-suposta-tentativa-de-invasao-terra-indigena-de-mt.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: RICARDO, F. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v. , p. 37-41. Disponível em: <<http://antropologia.fflch.usp.br/node/612>> Acesso em: 14 dez. 2017.

GALVÃO, J. A. C. Notas sobre a Colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980. In: V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. Córdoba, Rep. Argentina: Imprenta Ingresso, 2013. v. 01.

GALVÃO, M. E. C. G. A Marcha para Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais...** São Paulo, jul. 2011.

GARCÍA PARET, C. **Realidade e história da região Araguaia Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

GARFIELD, S. **A luta indígena no coração do Brasil:** Política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988). São Paulo. Ed. Unesp, 2011

GERTZ, C. **Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora S.A, 1989.

GIACCARIA, B.; HEIDE, A. **Xavante** (Auwe Uptabi: povoautêntico): pesquisa histórico-ethnográfica. São Paulo: Dom Bosco, 1984.

GIACCCARIA, B. **ENSAIOS**: Pedagogia Xavante-Aprofundamento Antropológico. Campo Grande, 1990.

GIACCARIA, B.; SALVATORE, C. DANHONO. São Paulo: Dom Bosco, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDIM JR. Pesquisa em Saúde: Leis, Normas e Diretrizes. 3a.ed. Porto Alegre: HCPA, 1997. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GOLDIM, J. R. **Bioética e ética na ciência**. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GOMIDE, M. L, C. **MARANÃ BÖDÖDI** – a territorialidade Xavante nos caminhos do Rô. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

GRAHAM, L. R. **Performing Dreams**: Discurso of Immortality among the Xavante of Central Brazil. Austin: University of Texas Press, 1995.

GRAHAM, L. R. Povo Xavante. 2008. Disponível em:<<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xavante>>. Acesso em: 07 de Out. 2017.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEMMING, J. **Amazon Frontier:** The Defeat of the Brazilian Indians. Cambridge, MA: Havard University Press, 1987.

HISSA, C. E. V.; MARQUEZ, R. M. Debate, rotina, ritmos e grafias da pesquisa. **AR**, Coronel Fabriciano, v.2, 2005, p.14-28. Disponível em:< <http://www.geografiaportatil.org/files/rotinas-pesquisa.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2018.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Os Indígenas no Censo demográfico 2010.** Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 15 jul. 2016.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: Pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil. 2014. . Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_%5Bmensal%5D/Fasciculo/2014/lspa_201412.pdf . Acesso em: 10 jul. 2016.

IHU. No Mato Grosso, os novos problemas de uma velha disputa. Instituto Humanitas Unisinos-IHU, 2016. Disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/560116-no-mato-grosso-os-novos-problemas-de-uma-velha-disputa>>. Acesso em: Dez. de 2017.

INSTITUTO LULA. Memorias da Democracia. Disponível em:< <http://www.memorialdademocracia.com.br/equipe>>. Acesso em: 07 Out. 2017.

INVEST&EXPORT BRASIL. **Guia de Comércio Exterior e Investimento.** s/d. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 25 de jan. 2017.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. Organização Social e Cerimoniais. Disponível em:< <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xavante/1164>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. **Estatuto do Índio.** Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/statuto-do-Indio/introducao>>. Acesso: maio de 2015.

ISA, Instituto Socioambiental. **Incêndios criminosos impedem regeneração florestal na Terra Indígena Maraiwatsédé (MT)**. 6 jan. 2015. Disponível em: <http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/material3os/2015_ISA_IncendiosMaraiwatsede_DE3os.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2017.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. **Índio Protesta contra Leilão de uma Fazenda**. 1 dez. 1992. Disponível em <<https://www.povosindigenas.org.br/pt/noticias?id=118201>> . Acesso em 27 de dezembro de 2016.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. **OFAIÉ**. Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/ofaie>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. **Povos Indígenas no Brasil. 2008**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/povos-indigenas>>. Acesso em: nov. jul. 2017.

ISA. **O Xingu na mira da soja**. 2013. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2013.

JORNAL DO BRASIL. **Terra dos índios pode ir leilão**. Rio de Janeiro, 1992. Edição 236 (1). Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11> . Acesso em: 16 de mai. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPORTA, T. IBGE eleva previsão de aumento da safra agrícola para 29,2% em 2017. G1, 08 jun. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/em-maio-ibge-preve-safra-agricola-292-maior-para-2017.ghtml>>. Acesso em out. 2016.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIBANEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, F. A. N. S. Saúde, ambiente e contaminação hídrica por agrotóxicos na terra indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, Cuiabá, 2015.

LIMA FILHO, M.F. Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 65-87, jun. 2000.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes. 335 pp.

LINO, K. D. O direito agrário e os conflitos pela terra na região Nordeste de Mato Grosso. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. In: **Anais...** v. 1, p. 01-12, 2012.

LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de História Xavante In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras/Fapesp, 1992.

MAGALHÃES, A. C. **Viagem ao Araguaya**. São Paulo: 1863.

MAIA, L. M. **O papel da perícia antropológica na afirmação dos direitos dos índios**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/CCR6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/do_papel_da_pericia_antropologica_na_afirmacao_dos_direitos_dos_indios.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

MAMPIERE, M. **Relatório de Identificação da Área Indígena “Marãiwatsédé”**. FUNAI, 1992.

MARÃIWATSÉDÉ, P. **Plano de Gestão da Terra Indígena**. Cuiabá: OPAN, 2016.

MATOS, M. Americano usaria ONG e índios para tornar reserva maior fazenda de gado do mundo. **Repórter MT**. 29 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.reporterm.com.br/cidades/americanos-usaria-ong-e-indios-para-tornar-reserva-maior-fazenda-de-gado-do-mundo/36683>>. Acesso: 2 dez. 2017.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P; A. (Orgs.). **Etnografia e educação:** conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho.** São Paulo. Ed. Hucitec, 1993

MARTINS, J. S. Por Índios Caminhos. **O Estadão**, online, 15 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,por-invios-caminhos,974065>>. Acesso em: nov. 2016.

MMA. Carteira Indígena. MMA, online. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/carteira-indigena>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

MAYBURY-LEWIS, D. **A Sociedade Xavante** (Akwe shavante society, 1967). Tradução de Aracy Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. [1967].

MAYBURY-LEWIS, D. Algumas Distinções Cruciais na Etnologia do Brasil Central. In: COIMBRA Jr.; Carlos E. A.; WELCH, James (Org.). **Antropologia e História Xavante em Perspectiva.** Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2014. Série Monografias.

MAYBURY-LEWIS, D. **O selvagem e o inocente.** Campinas: Unicamp, 1990.

MAZON, J. **O índio na fotografia brasileira.** Disponível em: <<http://povosindigenas.com/jean-mazon>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MAZON, J. **O índio na fotografia brasileira.** Disponível em <<http://povosindigenas.com/jean-mazon>>. Acesso em: 14 de nov. 2016.

MEDEIROS, J. **Olhar direto.** 10 dez. 2014. Disponível em: <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Moradores_cumprem_promessa_e_entram_em_duro_confronto_com_policiais_em_Suia_Missu_veja_fotos&id=295321>. Acesso em: 02 set. 2017.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MELHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing:** uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bukman, 2001.

MENDES, E. Vereador e dirigente da Aprossum são presos em operação da PF. **Gazeta Digital, 2014.** Disponível em:
<<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/425577/t/vereador-e-dirigente-da-aprossum-sao-presos-em-operacao-da-pf>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

MENDES, M. Etnozoneamento em Maraiwatsédé. OPAN, online. Disponível em:
<<http://amazonianativa.org.br/Noticias/Etnozoneamento-em-Maraiwatsede,2,263.html>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

MENEZES, M. L. P. **Parque Indígena do Xingu:** a construção de um território estatal. Campinas: Ed. UNICAMP/ Imprensa oficial, 2000.

MICHAELLIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=qO8kA>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. 2017. **Exportação do Agronegócio deve crescer US\$ 2,5 bilhões em 2016.** Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/12/exportacao-do-agronegocio-deve-crescer-us-2-5-bi-em-2016>>. Acesso em: 09 out. 2017.

MOPIC. **Carta final - 2ª Assembléia Geral da MOPIC-** Terra Indígena Wawi- Kisedjê – Xingu. 11 dez. 2008. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/cartaMopic.doc>. Acesso em 12 jul. 2016.

MORAES, A. C. R. O Sertão: um “outro” geográfico. Terra Brasilis (Nova Série), 4-5, 2003.

MORENO, G. **(Des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** 1993. Tese. (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1993.

MORENO, G.; HIGIA, T. C. (Org.). **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MPF, Ministério Público Federal. Poder Judiciário Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso 5^a Vara. **Processo N° 95.0000679-0.** Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/processo-movido-ministerio-publico.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

MPF, Ministério Público Federal. **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral:** Alternativas Para o Asseguramento dos Diretos Sociais. Brasília-DF, 2014.

NAUE, P. A. **A Constituição e Suas Garantias aos Povos Indígenas.** Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=2371&idAreaSel=16&seeArt=yes>> Acesso em: 11 jan. 2017.

NÖTZOLD, A. L. V.; BRINGMANN, S. F. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** vol. 5, n. 10, dez. 2013.

O BRASIL: “Marcha para Oeste”. 15 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/o-brasil-marcha-para-o-oeste-1.296179>>. Acesso em: out. 2016.

OLIVEIRA, A. U. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia Revelada:** os descaminhos da Br163. Brasília: CNP, 2005. p. 67-182.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense:** grilagem, corrupção e violência. Tese Livre Docência, USP, 1997.

OLIVEIRA, L. L. **A Conquista do Oeste.** Fundação Getúlio Vargas. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>> Acesso em: 19 de out. 2016.

OLIVEIRA, R. T.; KENEDDY, Francisco Silva dos Santos. O início da formação territorial brasileira: uma reflexão sobre o território em Suape. **Revista de Geografia,** UFPE, v. 31, n. 3, p. 82-95, 2014.

OPAN. **Crime em Maraiwãtsédé.** 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Noticias/Crimes-em-Maraiwatsede,2,174.html>> Acesso em: maio 2015.

OPAN. Plano de Gestão da Terra Indígena Marãiwatsédé. Cuiabá-MT, 2016. Disponível em:<<http://amazonianativa.org.br/biblioteca/1/2/89.html>>. Acesso em dez. 2017.

PARET, C. G. **Realidade e história da região do Araguaia Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012. (Série A Resposta da Terra; 2). Disponível em:<<http://www.yikatuxingu.org.br/wp-content/uploads/2013/03/diagnostico.pdf>>. Acesso em: maio 2015.

PECUARISTA Americano quer tornar índios da Marãiwatsédé em grandes. **O repórter do Araguaia**. 28 maio 2014. Disponível em: <<https://www.jreporterdoaraguaia.com/products/a28-05-2014-pecuarista-americano-quer-tornar-indios-da-mar%C3%A3iwatsede-em-grandess-fazendeiros-/>>. 28 mai. 2014. Acesso em 3 dez. 2017.

PEREIRA, K. Agentes de saúde denunciam precariedade; 3 crianças já morreram. 2013. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/cotidiano/agentes-de-saude-denunciam-precariedade-3-criancas-ja-morreram/154710>>. 31 mar. 2013. Acesso em: 12 dez. 2017.

PIAIA, I. I. **Geografia de Mato Grosso**. 3. ed. Cuiabá: Ed. EdUNIC, Cuiabá, 2003.

PLANO de gestão territorial e ambiental. **Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena**, online. Disponível em: <<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/o-que-e-o-gati/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

PROJETO MEMÓRIA. Criação da SPILTN. **Projeto Memória**, online. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-criacao-da-spiltn.jsp>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

RADUAN, M. **Vale dos esquecidos, 2010. Documentário · 1h 12m**. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=bmaaGjC4-Kg>>. Acesso em: ago. 2015.

RAMOS, A. R. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

RAVAGNANI, Osvaldo Martins. **A Experiência Xavante com o Mundo dos Brancos**. 1978. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

RIBEIRO, D. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: SIA/MA, 1962.

RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos indígenas no Brasil: 1991-1995.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

RITÉ, C. A' Uwê uptabi Marãiwatsédé buscam o bem viver no território tradicional. Disponível em:<http://combioserve.animalared.org/sites/www.combioserve.org/files/rite_c_contribucion_completa.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2018.

ROCHA, L.; SILVA, V. P.; LEMES, E. Cicatrizes do Agronegócio em Território Xavante: estudo de caso da terra indígena Marãiwatsédé. Anais do IV Seminário Internacional da Pós Graduação em Ciências sociais-Desafio das Ciências Sociais para a compreensão do presente, v. 1, p. 702-718, 2016.

ROSA, Luciene de Moraes; DELUCI, Luciana Akeme Sawasaki Manzano. ABAHI DURÉ ABAWA: estratégia do A'uwẽ Marãiwatsédé para revisitação do território ancestral. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2013. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346892_ARQUIVO_ANPUH2013artigooparaenvioLUCIENEDEMORAISROSAMODIFICADOSemresumo.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

ROSA, Moraes et al. ABAHI DURÉ ABAWA: estratégia do A'uwẽ Marãiwatsédé para revisitação do território ancestral. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal-RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346892_ARQUIVO_ANPUH20413artigooparaenvioLUCIENEDEMORAISROSAMODIFICADOSemresumo.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

SAKAMOTO, L. Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso. **Repórter Brasil MT.** 25 jun. 2010. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2016.

SANTINI, Daniel. Após desintrusão, indígenas se preparam para reocupar Marãiwatsédé. Repórter Brasil. 15 dez. 2013. Disponível em:< <http://reporterbrasil.org.br/2013/02/apos-desintrusao-indigenas-se-preparam-para-reocupar-maraiwatsede/>>. Acesso em: 02 de Out. 2017.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Aldeamentos e Política Colonial no Século XVIII: A propósito da expulsão dos jesuítas. VI Encontro Estadual de História-ANPUH/BA, 2013. Disponível em: <<http://anpuhba.org/encontros/vi-encontro/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2000.

Santos, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed.. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Roosevelt José. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In. **Revista Sociedade & Natureza**, nº 11, janeiro/dezembro, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Aracy Lopes da. Dois Séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, Manuela CARNEIRO da, Manuela. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras; Secretaria municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

SILVA, Cassio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais:** Ação territorial dos Xakriabá. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia-IG. Uberlândia, 2014. 1-267p

SILVA, L. G. et al. Os Tapuia: uma história de resistência e esperança. tarairiú – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande, Ano III – Vol.1 - Número 04 – Abr/Mai de 2012. p. 65-78.

SOUZA et al. Os indígenas Xavante no Censo Demográfico de 2010. Rev. bras. estud. popul. vol.33 no.2 São Paulo May./Aug. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982016000200327> . Acesso em: 15 de nov. 2017.

SUDECO. Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste, 2017. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/historico>>. Acesso em: Jul. 2017.

SUERTEGARAY, D. M. A. 2002. Geografia e trabalho de Campo. In: **Geografia Física e Geomorfologia:** uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI.

TAFNER Jr., A. W; SILVA, F. C. Expropriação de terras e exclusão social na Amazônia Mato-Grossense. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 8, n. 2, p. 87-117, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. Acesso em: dez. 2016.

TAFNER Jr., A.W; ROSA, J. C DA. A remoção dos Xavante de Marãiwatsédé na década de 1960: o esbulho da terra para a abertura da Agropecuária Suiá Missú S/A. **Mediações**, Londrina, v. 22 n. 2, p. 125-145, jul./dez. 2017.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

VALLA, Margarida. O Diálogo entre o urbanismo português e os rios como identidade territorial brasileira. **Revista Confins**, 2015. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10074?lang=pt>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

VARELLA, J. ALTO DA BOA VISTA. Folha de São Paulo. 15 dez. 2012. Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/12229-alto-da-boa-vista#foto-220537>. Acesso em: 02 out. 2017.

VARGAS, G. **No limiar do ano de 1938**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf/view>>. Acesso em 1 jul. 2017.

VERA, G. Povo Xavante de Marãiwatsédé celebra mais um ano da retomada de seu território. **OPAN**. 18 ago. 2017. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Noticias/Feliz-aniversario,2,464.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

VIEIRA, Y. Mestre de um universo e outros escritos da virada do milênio. Karaloka.net. 1º ed. Goiânia, 2012.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. **A Marcha para Oeste.** A Epopéia da Expedição Roncador Xingú. São Paulo: Globo, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro. Disponível em <
https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro> Acesso em: set. 2017.

WELCH, J. O sistema Xavante de idades espirituais: estrutura e prática na vida dos homens. In: _____ (Org.). **Antropologia e História Xavante em Perspectiva.** Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2014. Série Monografias. p. 157-179.

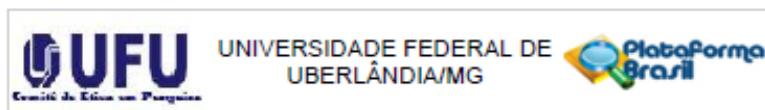
WELCH, J.R et al. NA PRIMEIRA MARGEM DO RIO: Território e Ecologia do Povo Xavante. Museu do Índio-funai, Rio de Janeiro, 2013.

YIN, R. K. **Estudos de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANATTA, M. A nova fronteira do agronegócio. **O ESTADÃO.** 15 set. 2013. Disponível em:<
<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mercado-mantem-projecao-da-selic-em-7-para-o-fim-de-2017-e-2018,70002034924>>. Acesso em: 09 out. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS



Continuação do Parecer: 1.526.592

O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu inicio autorizado após a aprovação pela mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_553081.pdf	13/04/2016 13:23:04		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_final_08_04_2016_CEP.pdf	13/04/2016 13:15:57	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	Resposta_parecer_abril.pdf	13/04/2016 13:08:56	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	memorando_anuencia_final.pdf	13/04/2016 12:59:26	Leonardo Rocha	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE_ALTERADO_CEP_07_04_16.pdf	08/04/2016 14:59:40	Leonardo Rocha	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ABRIL_2016.pdf	08/04/2016 14:58:53	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_1427725_Pendencias.pdf	04/03/2016 13:27:58	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	cumulomorientadorvinciente.pdf	14/01/2016 14:38:48	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	CURRICULUMLEONARDOPESQUISADOR.pdf	14/01/2016 14:35:46	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	ESCLARECIMENTOSJUNTOAOCEP.pdf	14/01/2016 14:31:18	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	LINKCURRICULUMLATTEPESQUISADORES.pdf	14/01/2016 14:20:22	Leonardo Rocha	Aceito
Orçamento	BORGAMENTOFINANCEIRO.pdf	14/01/2016 14:15:04	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	oficiofinal437.pdf	14/01/2016 13:59:10	Leonardo Rocha	Aceito
Outros	Instituicaocoparticipantefinal.pdf	14/01/2016 13:48:03	Leonardo Rocha	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_comp_equipe_ex.pdf	12/01/2016 18:07:51	Leonardo Rocha	Aceito
Folha de Rosto	Folha_ROSTO_atual__14_09_2015.pdf	14/09/2015 08:18:22	Leonardo Rocha	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	carta_apresentacao.pdf	20/07/2015 14:18:25		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4355 E-mail: cep@propp.ufu.br

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

MODELO DOS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

DIRECIONAMENTO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Lideranças Indígenas de Marãiwatsédé

ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS, CULTURAIS, POLÍTICOS E AMBIENTAIS.

- Gostaria que você contasse sua história de vida desde a retirada compulsória dos Xavante de suas terras ancestrais em meados de 1960 até o momento em que ocorre a reterritorialização das terras Xavante em meados de 2012. O que essa reterritorialização representou para o Povo Xavante?
- Quais as lembranças e recordações você tem dos primeiros contatos com os não índios? De que forma esse contato ocorreu?
- Como foi para os Xavantes viver mais de quarenta anos afastado de seu território Tradicional e o que isso significou/representou ao povo Xavante?
- Houve algum tipo de perda ou ganho em termos de organização social, político e cultural?
- O agronegócio vem, desde a década de 1940 exercendo diversos tipos de pressões sobre as terras e o povo Xavante. Do ponto de vista socioambiental quais os principais impactos socioambientais o agronegócio exerceu/exerce sobre o povo e o território Xavante?
- Na sua visão quais as principais ameaças socioculturais os Xavante vem sofrendo desde a década de 1940?
- Através da energia elétrica que está sendo implantada dentro da T.I Marãiwatsédé a cultura do não índio se fará presente através de eletrodomésticos, principalmente televisores que disseminarão a cultura do não índio. Diante desta possibilidade está havendo algum tipo de discussão entre os Xavante no sentido de resguardar a cultura tradicional?
- Ainda sobre o tema sociocultural, quais as formas de resistência à cultura do não índio, os Xavante tem desenvolvido?
- Qual a visão sobre a reterritorialização da T.I Marãiwatsédé e quais as perspectivas de futuro para o povo Xavante?
- Quais os tipos de pressões e ameaças ainda persistem sobre a terra e o Povo Xavante?

MODELO DOS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS**DIRECIONAMENTO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

Lideranças Indígenas de Marãiwatsédé

ASPECTOS SÓCIOECONOMICOS, CULTURAIS, POLÍTICOS E AMBIENTAIS.

- Retirada dos Índios Xavante de suas terras em meados da década de 60
- Lembranças e recordações
- A vida para os Xavante mais de quarenta anos afastados de seu território Tradicional
- Perdas e ganhos
- O agronegócio
- Principais ameaças socioculturais
- Significado da energia elétrica que está sendo implantada dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé
- As formas de resistência à cultura do não índio
- Retorno a terra
- Pressões e ameaças que ainda persistem sobre a terra e o povo Xavante
- O futuro

MODELO DOS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

DIRECIONAMENTO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Ex-posseiros e trabalhadores rurais da Agropecuária Suiá Missú

ASPECTOS SÓCIOECONOMICOS, CULTURAIS, POLÍTICOS E AMBIENTAIS

- Sua origem
- A invasão na área da Agropecuária Suiá Missú
- Lideranças?
- As atividades econômicas desenvolvidas por você anteriormente a invasão da Agropecuária Suiá Missú em 1992
- Principais dificuldades enfrentadas por você e pela comunidade no inicio do processo de ocupação da Agropecuária Suiá Missú em 1992
- Presença de indígenas na região em litígio
- Contato entre posseiros e indígenas
- Resistência por parte dos posseiros em sair da Terra Indígena
- Conflito entre posseiros e indígenas na região antes, durante ou depois do processo de desintrusão
- Meios de subsistência atualmente?
- A vida no distrito de Estrela do Araguaia (Posto da Mata), antes do processo de desintrusão
- A economia no distrito de Estrela do Araguaia
- O processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé
- Significado da terra para você
- A desintrusão da área da Suiá Missú para você e sua família
- Formas de indenização

MODELO DOS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

DIRECIONAMENTO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Servidores da Fundação Nacional do índio - FUNAI

ASPECTOS SÓCIOECONOMICOS, CULTURAIS, POLÍTICOS E AMBIENTAIS.

- Sua historia dentro da FUNAI, e seu papel no processo de reocupação da Terra Indígena Marãiwatsédé
- Implicações diretas e indiretas no processo de remoção compulsória do povo Xavante?
- O papel de lideranças politicas no processo de invasão da T.I Marãiwatsédé em 1992
- A retomada das terras tradicionais para o povo Xavante
- A retomada de suas terras em 2012 e as novas atividades econômicas
- Pressões e ameaças que ainda persistem sobre a terra e o povo Xavante
- Principais desafios enfrentados pela FUNAI e principais problemas enfrentados pelo órgão
- Problemas de ordem ambiental no entorno e dentro da T.I
- Perspectivas futuras para o povo Xavante

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO PRESIDENCIAL DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998

20/02/2018

Dnn7801



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998.

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Marãiwatsede, localizada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista os arts. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Xavante, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Marãiwatsede, com superfície de cento e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um hectares, vinte e dois ares e noventa e um centiares e perímetro de duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e sete metros e noventa e nove centímetros, situada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do marco SAT-01, de coordenadas geográficas geodésicas 11°30'48,534" S e 51°51'40,525" Wgr., localizado próximo a cabeceira de um córrego sem denominação e na confrontação com o limite da Fazenda Suiá-Missú, segue pelo limite da fazenda, com azimute e distância de 116°05'58,0" e 19.517,19 metros, até marco SAT-2, de coordenadas geográficas geodésicas 11°35'29,609" S e 51°42'02,868" Wgr., localizado na faixa de domínio da Rodovia BR-158; daí, segue pelo bordo direito da referida rodovia, no sentido do Posto da Mata, até o marco SAT-03, de coordenadas geográficas geodésicas 11°35'52,025" S e 51°42'06,015" Wgr., localizado no limite da Fazenda Suiá-Missú; daí, segue pelo limite da fazenda, com azimute e distância de 83°25'58,0" e 12.314,08 metros, até o marco SAT-04, de coordenadas geográficas geodésicas 11°35'07,080" S e 51°35'21,977" Wgr., localizado na divisa de vegetação entre a mata e o campo; daí, segue por esta divisa, com azimute e distância de 174°40'57,3" e 11.047,52 metros, até o marco SAT-05, de coordenadas geográficas geodésicas 11°41'05,285" S e 51°34'48,814" Wgr., localizado na faixa de domínio da rodovia BR-242; daí, segue pelo bordo direito da citada rodovia, no sentido de São Félix do Araguaia, até o marco SAT-06, de coordenadas geográficas geodésicas 11°40'28,428" S e 51°25'09,020" Wgr., situado na referida faixa de domínio; LESTE: do marco antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 171°31'38,0" e 19.159,98 metros, confrontando com a Fazenda Suiá-Missú, até o marco SAT-07, de coordenadas geográficas geodésicas 11°50'45,521" S e 51°23'36,647" Wgr.; SUL: do marco antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute e distância 256°50'59,7" e 5.380,07 metros, confrontando com a Fazenda Suiá-Missú, até o marco M-08, de coordenadas geográficas geodésicas 11°51'25,312" S e 51°26'31,888" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 281°01'41,05" e 3.980,88 metros, confrontando com a Fazenda Suiá-Missú, até o marco M-09, de coordenadas geográficas geodésicas 11°51'44,960" S e 51°28'39,478" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 265°39'28,23" e 3.236,72 metros, confrontando com a Fazenda Suiá-Missú, até o marco M-10, de coordenadas geográficas geodésicas 11°51'52,782" S e 51°30'27,185" Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 261°08'57,37" e 12.370,08 metros, confrontando com a Fazenda Suiá-Missú, até o marco SAT-11, de coordenadas geográficas geodésicas 11°31'12,241" S e 51°39'12,976" Wgr., situado na faixa de domínio da Rodovia BR-158; daí, segue pelo bordo direito da referida rodovia, no sentido da Fazenda Alô Brasil, até o marco SAT-12, de coordenadas geográficas geodésicas 11°58'12,329" S e 51°40'43,330" Wgr.; daí, segue por uma estrada vicinal, numa linha reta, com azimute e distância de 283°20'45,8" e 19.353,92 metros, confrontando com a Fazenda Suiá-Missú, até o marco SAT-13, de coordenadas geográficas geodésicas 11°55'45,203" S e 51°51'05,502" Wgr., localizado na faixa de domínio da Rodovia BR-080; OESTE: do marco antes descrito, segue pelo bordo direito da citada rodovia, no sentido de São José do Xingu, até o marco SAT-14, de coordenadas geográficas geodésicas 11°43'37,440"S e 51°59'01,772" Wgr., localizado na interseção com a faixa de domínio da Rodovia BR-219; daí, segue pelo bordo direito desta, no sentido do Posto da Mata, até o marco SAT-15, de coordenadas geográficas geodésicas 11°43'31,454" S e 51°42'22,110" Wgr., localizado na margem direita de um córrego sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o marco M-16, de coordenadas geográficas geodésicas 11°40'31,883" S e 51°43'14,995" Wgr., localizado na sua confluência com o Ribeirão das Traíras; daí, segue por este, a jusante, até o marco M-17, de coordenadas geográficas geodésicas 11°40'08,108" S e 51°43'59,092" Wgr., localizado na sua confluência com o Rio Comandante Fontoura; daí, segue por este, a jusante, até o marco SAT-18, de coordenadas geográficas geodésicas 11°33'05,282" S e 51°55'28,514" Wgr., localizado na confrontação com o limite da Fazenda Suiá-Missú; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 78°09'22,2" e 7.604,51 metros, confrontando com a Fazenda Suiá-Missú, até o marco SAT-19, de coordenadas geográficas geodésicas 11°32'15,228" S e 51°51'22,660" Wgr.; daí, segue confrontando com a referida fazenda, até o marco SAT-01, início da presente descrição. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: SC.22-Y-D-V e SC.22-Y-D-VI-Escala1:100.000 - IBGE - 1986.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

ANEXO B – PORTARIA FUNAI Nº 09 DE 20 DE JANEIRO DE 1992

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 09, DE 20 DE JANEIRO DE 1992

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991 e considerando o contido no Processo FUNAI/BSB/1712/91, bem como o Convênio nº 006/91 - FUNAI/CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, resolve:

I - Constituir Grupo Técnico com a finalidade de proceder os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Suiá-Missu, localizada no Município de São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso, de interesse da comunidade Indígena Xavante.

II- Designar os técnicos PATRÍCIA DE MENDONÇA RODRIGUES - Antropóloga DID/SUAF/FUNAI; IARA FERRAZ - Antropóloga/CTI; LUIZ ANTÔNIO SBERZE - Engenheiro Agrimensor DDF/SUAF/FUNAI e FRANCISCO NOGUEIRA LIMA - Técnico Agrícola DIF/SUAF/FUNAI, para, sob a coordenação da primeira, comporem o referido GT.

III-Convidar, em caráter de colaborador, o Agrônomo Mariano Mampieri - Campanha Norte/Sul - para integrar o GT.

IV - Determinar que os estudos etnohistóricos, socioeconômicos e cartográficos sejam realizados com base no artigo 231 da Constituição Federal, Decreto nº 22/91, e orientados pela Portaria nº 239/91 e Ofícios de Serviço nº 003/4 - SUAF/FUNAI/91.

V - Estabelecer o prazo de 15 (quinze) dias para os trabalhos de campo e outros 60 (sessenta) dias para a entrega do relatório, a contar do dia 10 de fevereiro de 1992.

VI - Os recursos correrão à conta do Projeto DEMAT, não incluídas as despesas com os colaboradores a serem custeadas por suas respectivas entidades.

VII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA REUNIÃO TRANSMITIDA PELA RÁDIO MUNDIAL FM

LOCUTOR: Diretamente da Rádio Mundial FM pra gravações da reunião aqui no Posto da Mata, no dia 20 de junho de 1992, às 15:10.

Estamos com a voz de MAZIM KALIL, candidato a prefeito de Alto da Boa Vista

MAZIM KALIL: Pessoal que tá trabalhando dentro de sua posse aí que veio prestigiar essa reunião importante sim, não só para o município de Alto da Boa Vista, mas importante pra toda a região do Araguaia. A finalidade, né, dessa reunião é tentarmos organizar mais né, os posseiros que estão dentro da área e dizer a eles, né, que essa área já foi da Itália, hoje é do brasileiro, hoje ela é nossa!

Os índios, se for voltar pra suas terras, ele têm que tomar todo o Brasil, e se for colocar índio no seu habitat natural, tem que mandar índio lá pra Jacareacanga [município paraense que faz divisa com cidades que estão localizadas na mesorregião do Norte Mato-grossense], ou Amazonas, ou Pará, que é lá que tem matas virgens.

Como é que vai colocar o índio no meio do Povo? O índio tem que colocar ele no habitat natural.... Então isso é ilusão de algumas pessoas que querem (palmas), que querem fazer nós, o Povo da região, nós o brasileiro de bobo. Achando que aqui só tem índio também, beiço furado, que vai deixar talvez gringo chegar e ficar mandando no que é nosso! Então, agradecer a presença de todos vocês, é dizer o que foi, né, falado aqui deve ser passado aos demais posseiros que estão nas áreas e.... agradecendo assim, quero passar a palavra ao nosso prefeito municipal, José Antônio de Almeida, o “Baú”.

BAÚ: Nós reiteramos, agradecemos a presença de todos e quero deixar bem claro que nós não somos mentores de invasão de propriedade. O Mazim explicou muito em aqui: essas terras aqui são ricas, estão no centro do nosso município, é uma região que agora o progresso está chegando através de asfalto de rodovias - e a “Suiá” foi uma das maiores fazendas do Brasil e talvez do mundo. Venderam algumas áreas, mesmo assim restou 217 mil hectares de terra. E quando a empresa estava intacta, nós toda vida respeitamos a “Suiá” e a propriedade – porque nós temos que respeitar propriedade para ser respeitados.

Quando surgiu esses primeiros fatos da possibilidade da volta dos Xavantes pra região, todo Povo ficou muito preocupado. Eu até estive numa audiência com o Dr. Renato Grillo [Gerente da Agip do Brasil na época], levando alguma crise entre os Xavantes e a população, porque em 66 esses índios foram embora daqui para uma outra reserva. Eles possuem cinco reservas imensas aqui no Mato Grosso. Já estão habituados lá naquela região e não há necessidade nenhuma de trazer 600 e poucos índios para ocupar um espaço tão grande, sendo que os brasileiros tá com problemas de terras, precisa de terra para trabalhar. Nós temos visto na televisão o Povo arranchado na beira de rodovia procurando pedaço de terra...

E nós começamos desde aquele primeiro momento a denunciar para as autoridades competentes, através de telex para o Ministro da Justiça, deputados federais, senadores, governador, a própria fazenda. E eles também não apoia o retorno dos índios. Mas essa força ela tinha que nascer espontaneamente da população. E nós, como autoridade,nós temos que dar respaldo aos anseios

da população (palmas). Se a população achou por bem tomar conta dessas terras em vez de dá-la para os índios, nós temos de dar esse respaldo para o Povo. Seria irresponsabilidade nossa se nós estivéssemos de braço cruzado, deixando as coisas correr naturalmente! Então o que nós devemos fazer é canalizar o anseio do Povo e, baseado nisso, nós estamos aí. Não é a prefeitura que está levando o Povo para dentro da gleba, a prefeitura nem colocou carro à disposição de ninguém, é o próprio Povo que vai estar entrando. Já vão demarcar assuas áreas, e tomar as providências necessárias para ocupar a terra. Esta área ainda não foi passada a escritura para os índios, ainda é da fazenda. A fazenda afastou a questão, pelas nossas informações, nós já conversamos com o governador; o governador dará todo respaldo ao Povo (palmas).

E eu falei pro Dr. Renato Grillo que essa “ogeriza” do nosso Povo em relação aos Xavantes é muito antiga. Os Xavantes quando habitavam essa região, eles atacaram São Félix, na fazenda Caracol. Naquela época o Povo também andou matando índio. Então os índios já deixaram a nossa região; estão numa reserva grande.

Eu acho que vocês têm que se organizar, dentro da área, e essa reunião aqui seria pra escolher os líderes. Porque tudo tem que ter o mínimo de organização: pra começar, tem que respeitar o direito do outro, o que chegou primeiro já marcou o seu lugar, o direito é dele... Nós temos que escolher, não eu em si, seria vocês espontaneamente – escolher os líderes – que amanhã nós vamos ter uma conversa com as autoridades, que esse movimento só está apenas começando. Nós temos que escolher entre vocês, os posseiros, aqueles que vão representar os outros. Talvez uma reunião importante em Brasília, ou em Cuiabá, ou aqui mesmo, então teria de ter representantes dos posseiros, porque não dá pra levar todo mundo. Então deveria ter os posseiros que iria representar – por grupo ou por região onde estarão ocupando.

Então eu acho que vocês deveriam hoje, quando nós sairmos dessa reunião, já levar esses nomes dessas pessoas. Nós vamos deixar que vocês próprios escolham...

Breve nós teremos uma reunião com esses representantes com autoridades, com diretores da empresa, talvez seja necessário nós irmos a Brasília, no Ministro da Justiça, no governador.... Esse movimento tá começando, então vamos organizar. É esse o caminho! E nós esperamos que vocês tenham sucesso, todos nós tenhamos sucesso e realmente não aceitar o retorno dos índios (palmas)! Eu vou passar a palavra – isso aqui depois quem quiser fazer o uso da palavra pode subir aqui e falar – eu vou passar a palavra ao Dr. Ivair, que é advogado e ele poderá dar algum esclarecimento aí. E muito obrigado, gente (palmas)!

IVAIR MATIAS: A maioria dos senhores aqui já nos conhecem de longa data. Estou nessa região há nove anos. Nós viemos de São Paulo para cá com a intenção de ajudar a construir esse Brasil novo, que se implanta no coração do país. O Brasil tem ficado na região do litoral por longos anos e quem vê na televisão, vê as favelas apinhadas de brasileiros passando fome, e os senhores tiveram a coragem de sair desses grandes centros, de esvaziar a cidade e vir pra cá amansar a terra, de produzir o alimento, para matar a fome do mundo!

Os jornalistas que aqui estão sabem muito bem, que no mundo inteiro se tem grave problema de alimentação. Na África, crianças disputam grão de arroz no meio do barro, no meio da terra, para comer e querem colocar o espaço total de 200 e tantos mil hectares de área produtiva para ficar servindo de “passeio”, de “área de passeio” para os índios! Se eles não tivessem espaço físico para viver seria uma coisa louvável! Mas todos nós brasileiros sabemos: “os índios são os maiores latifundiários desse país”! Tem terra de sobra para viver (palmas)!

Não podemos... O Povo brasileiro é respeitador! Tanto é respeitador que aceitou estrangeiros, europeus terem esse imenso território implantado dentro do país e sempre respeitou! Agora, não podemos aceitar que lá de fora venham ditar os comportamentos e atividades do brasileiro, dentro da nossa própria casa (palmas)!

Temos uma lei maior que rege os problemas sociais do nosso país que é a nossa Constituição Federal! No capítulo que ela trata dos índios, é muito claro o dispositivo da lei, no parágrafo nº 5 do artigo 231. Diz o seguinte: “é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe, ou epidemia que põe em risco a sua população ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional”. Isso aqui é a vontade do Povo brasileiro expressa em uma Constituição Federal! Não vamos passar por cima daquilo que nós ditamos, como comportamento e regra de convivência para esse país!

Não por vontade de alienígenas, de pessoas estrangeiras que vêm aqui para fazer esse movimento, para fazer cortesia com o nosso chapeuzinho, tá? (palmas).

Nós sabemos que às margens das rodovias desse país tem muitas famílias, lá, jogadas, esperando um espaço de chão para comer! E vem vindo por aí caravanas imensas de famílias! Isto é um movimento irreversível! Aqueles que tem alguma chance, alguma esperança de ver concretizada essa reserva, “pode tirar o cavalinho da chuva”. Isso está na mão dos senhores, os senhores precisam da terra, os senhores terão que lutar por ela! (palmas). De minha parte, os senhores terão garantia, como advogado, no nosso ‘métier’, faremos todo o possível para dar respaldo aos senhores! Muito obrigado!

FILEMON: Nós ajudamos até a todos os posseiros daqui serem localizados. Terminei de falar há pouco que o interesse meu é maior que certos grupos que vêm de fora, por que sou filho da região. Tenho amor a essa terra, meus familiares moram aqui. Meus amigos estão aqui. E vocês também são filhos da região.

Nós não podemos – até como o “Baú” terminou de falar – respeitamos até o direito da propriedade, porque nós respeitamos isso aqui, a Constituição! Mas chegou a um ponto ...ou nós ou eles! E preferimos ser nós, porque nós temos o direito! (palmas). E esse direito, hoje de vocês que são posseiros, tem que ser respeitado também! Porque não admitiria se os índios hoje estivesse aí e nós tivesse invadido eles! Aí eu seria contra! Agora, como nós não vamos admitir, que hoje é nós que estamos aqui e índio vem invadir aqui onde nós estamos! (palmas).

Tem que haver respeito com vocês entre posseiro e posseiro. Problemas de divisa? Vamos tirar de 22 alqueires! Foi combinado 22 alqueires que dá 100 hectares.

Dá para uma família viver, os filhos viverem dela, plantando, que a terra é boa! Nós –falei há pouco tempo lá também – que hoje nós compramos tomate, cenoura, beterraba, pimenta, tudo de Goiânia! Porque lá tem terra boa que produz! Nós temos, na beira do rio, aqui é cerrado, terra alagadiça, que não produz nada! Com uma área aqui que produz tudo! Mas como existia um dono, como tem um dono, nós respeitamos.

Hoje, ia pra ser jogado nas mãos dos índios! Um direito que eu nem sei onde acharam?! Dizer que aqui tem muito índio? Aqueles que estão preocupados com os índios, que têm que assentar ... tem um monte de país que não tem índio! Pode levar metade! Pode levar! (palmas). Pode carregarem, levarem! Eu perguntei:

— “Na Itália tem índio”?

— “Não, não tem”!

— “Leva! Leva pra lá! Carrega pra lá! Agora não vem jogar em nós não! Atrapalhar uma região, um município recém-criado aqui, se colocar índio aqui... acaba!”

Nós estamos aqui, tem uma área que é produtiva, eu acho que é anseio de todos vocês adquirir esse pedacinho de terra... Nós não somos contra o índio! Tanto é que existe um monte de reservas pra lá! Se quiserem, esses grupo que tão trabalhando aqui, nós ajuda com caminhão, põe caminhão a disposição, eu ajudo fretar, eu tenho caminhão, pó pré lá, pra carregar eles par lá! Aqui não! Nós estamos aqui, tem uma área que é produtiva, eu acho que é anseio de todos vocês adquirir esse pedacinho de terra.... Nós não somos contra o índio! Tanto é que existe um monte de reservas pra lá! Se quiserem, esses grupo que tão trabalhando aqui, nós ajuda com caminhão, põe caminhão a disposição, eu ajudo fretar, eu tenho caminhão, pó pré lá, pra carregar eles par lá! Aqui não! Nós não queremos conflito, não queremos, é...é...é...branco com índio, ninguém quer isso, ninguém quer! Porque todos aqui têm família! Todos querem ver suas famílias bem! Num tá aqui pra brigar com índio não! Então pedimos a esse grupo que é amigo dos índios, que veio demarcar terra com os índios, que transmitam isso aos índios! Que respeitem agora o que é nosso, que é de vocês, que eles têm a área deles há muitos anos – há 32 anos eles já estão lá! Que deixa essa área pro pessoal que está querendo trabalhar. Que está querendo produzir. Porque amanhã, esse pessoal que veio de fora, daqui a dois anos venham visitar São Félix! Venham visitar essa região produtiva! Vocês não vão comer fruta de fora não! Vão comer daqui, o arroz, o feijão, a batata, é.... abacaxi, manga, tudo é da região aqui, não vai trazer de fora não! É produzido aqui. Agora... o dia que eles produzir... se quiser, se for pra trabalhar...se os índios trabalhassem e produzissem, tudo bem! A gente ia respeitar o direito deles também! Só que eles vão atrapalhar a região, começar a invadir fazenda, vai começar a matar gado, porque... mata? O Xavante não entra! Em mata ele não entra! Ele tem medo de onça (risos). E os Karajá estão lá dentro né? O Araguaia, tão lá.... Então isso daí é ruim né, é péssimo! É muito ruim para a nossa região, gente! É difícil trazer índios para a nossa região. Vai prejudicar uma região toda! Pro pessoal que mora nos grandes centros, é muito fácil ditar as normas de lá pra nós aqui. Agora, venham morar aqui em São Félix! Venha sair na época do inverno aqui, gastar três dias em Barra do Garças! A maioria não vem, porque vem de avião... então é fácil.

Agora pra esse Povo que mora aqui, é difícil, é difícil! Todo mundo é sofredor, todo mundo tem seu problema. Então vamos respeitar o direito desse pessoal. Muito obrigado!

BAÚ: Só pra citar por exemplo, o jornalista que está aqui presente, a respeito das reservas indígenas, nós temos Areões, temos – tudo Xavante! – Areões, São Domingos, São Marcos... e Parabubure, né? Tem mais outra, são cinco! É... eu tou citando ela, Sangradouro. Tão aqui dentro do nosso município, a reserva do Parque Nacional do Xingu é dois milhões e quatrocentos mil hectares. A Ilha do Bananal, que tá lá em frente a nossa cidade, que nós temos um convívio pacífico com...os Xavantes, são três milhões e seiscentos mil hectares de terra! Então os Xavantes, eles não vai ocupar isso aqui! Isso é um grupo pequeno, não justifica se eles voltar, se eles tentarem voltar, vai ter conflito sério! Vai ser uma convivência muito difícil para nossa população.

Pior que no início.... Então não tem a mínima possibilidade realmente do retorno desses Xavantes. E não é que nós estamos incentivando isso! Nós estamos canalizando a vontade do Povo! Seria irresponsabilidade nossa, nós estar incentivando. Nós estamos “organizando” o Povo,

nós não poderia virar as costas! E quero até avisar para os posseiros, que nós temos que, acima de tudo, ter o mínimo de organização.

Eu já encontrei com o Dr. Osmar [na época delegado regional], o “Zé Careca” [funcionário da prefeitura] tá aí presente, ele vai fazer uma... a prefeitura vai ajudar a polícia com combustível e tudo... e de vez em quando vai andar aqui na área, não para prejudicar os posseiros! Pelo contrário, para todo mundo sentir uma certa segurança, que a lei está cuidando, e para não começar conflito de posseiro com posseiro. Aí sem alguém se sentir ameaçado é só recorrer as autoridades.

MAZIM: É o seguinte né? Como o Filemon falou, a gente tem um projeto pra fazer na cidade aqui no Posto da Mata. É o seguinte, eu tô entrando em contato com Ariosto da Riva, viu? Eu liguei lá, ele não estava na casa dele, eu tô novamente em contato com ele, né? É que ele tinha um sonho de fazer essa cidade aqui e parece que ele já tem o mapa já planejado da cidade aqui no Posto da Mata!

Outra coisa, nós temos ai, já em fase de conclusão a criação do território do Araguaia. Hoje tem uma cidade cotada para ganhar a capital... Atenção gente! Atenção aí! Tem uma cidade cotada para ganhar a capital que é Confresa. Mas eu duvido que se o Posto da Mata tiver a cidade aqui, se nós não ganha a capital aqui pro Posto da Mata! Que se chamará através de alguns pedido e de pessoas que estão ajudando nós, né, a “cidade dos posseiros”! O nome já coloquei!

Vamos respeitar o direito do outro, cada um vai tirar seu 22 alqueire, não ultrapassar aquilo... eu acho que aquele que está sem terra é algum que tirou mais de duas, três, posse, pode pegar a posse dele, conversa com ele, conversa com o líder de sua região, e pegá! Daqui a pouco tá cheio de latifúndio aqui de novo e tá o pessoal precisando trabalhar e sem ela pra trabalhar! Eu tô aqui pra dar apoio pra vocês, né?

Junto com o “Baú”, o Filemon, né? Naquilo que vocês decidirem, né? E não vou ter nenhuma posse não! Não por que eu não quero, é por causa de tempo também, né? Mas eu quero tirar um pedaço pra mim também, certo?

Então a gente quer, né? A gente que ver agora... atenção! Os líder! Já foi avisado pra todo mundo, essa área aqui do Posto da Mata até Alto da Boa Vista, não pode entrar porque pode dar problemas pra nós! Nós estamos distribuindo o mapa, vamos pegar o líder, vamos dar um mapa pra cada líder, pra ele saber onde pode entrar e onde não pode entrar. Que o negócio tá mais ou menos organizado por parte de vocês, porque senão a gente fica sem força, pra poder estar ao lado de vocês!

BAÚ: Quanto a essa área de “reserva”, pessoal, é porque... nessa negociação que nós fizemos com a fazenda, eles pediram pra não mexer aqui nessa área (atenção) pra não mexer nessa área, porque a fazenda ainda tem muita coisa aí, tem gado, tem tudo! Aqui é um outro título, que tem uns três proprietários – aqui é tudo da Liquigás– mas empresas diferentes – e eles, até o desfecho de tudo, eles quer manter as coisas dele. Então nós devemos respeitar, porque eles não vão mexer com vocês! Já conversamos com o governador, o governador também vai mandar polícia! Não tem nada, podem ficar tranquilo. Eu não sou posseiro aqui, o Filemon acho que também não vai mexer com isso... Então nós não tamos mexendo, né? E também tamo fazendo isso, nós não tamos ganhando nada... nós estamos querendo ajudar o Povo... né? Que nós realmente não queremos índio, porque aqui, porque senão ia desvalorizar toda a região! Então era isso! Eu acho que nós

devemos passar a palavra para algum líder, alguma pessoa que queira falar, algum posseiro, alguma pessoa que tenha experiência...

LOCUTOR: Espera um pouquinho só aqui, doutor! Quer dizer que esses índios, se eles vier pra cá, não tem problema mais deles apossear dessas terras que tá “liberada”pela “Suiá”?

BAÚ: Você fala a Suiá?...

LOCUTOR: Mas não tem área pra índio não?

BAÚ: Não! A área agora é do Povo! Outra coisa, os índios pode teimar e vim! Então, cheia de gente, vocês segurando duro, vocês viram os repórter! A hora que eles souberem do movimento, vieram correndo... O pessoal ligou pra mim: “óia, tá indo um pessoal aí, mas já foram embora...” A hora que viram a manifestação de vocês, já pegaram a trouxinha e tão indo... Mas nós temos que ficar atento pra ver o que eles vão fazer... esse Povo não é da fazenda... Esse pessoal não é da fazenda...

MAZIM: Se os índios vier, qual a providência que a gente pode tomar?

BAÚ: Olha, nós não podemos falar! Eu acho que tem que fazer um barulhão desgraçado!(risos). Porque senão (risos). Eu não vou falar não!

MAZIM: Nós temos um mapa que tem todas as áreas, tem todas as áreas... Essa é a área da fazenda...né? Então é o seguinte: é muito importante cada região apresentar os seus líderes, quanto mais rápido possível, se for agora, melhor! Entendeu? Pra gente poder ter essas decisões! A gente vai passar um mapa desses, pra orientar, né? O pessoal que vai entrar... quanto que pode... dar pra cada pessoa... quando cada pessoa pode tirar... Então vamos apresentar o líder...cada região tá entrando aí...apresentar um líder, como representante, viu? E um mapa desse aí vai ficar, né? Vai ficar na mão de cada líder... E as decisões que foram tomadas vai passar pro líder...líder vai passar pra região dele, pros posseiros da região dele... É só isso aí...

FILEMON (*off*): Manda reunir lá fora!

MAZIM: Neste momento agora estive reunido aí, agente já quer que venha aqui, pra trás do carro... pra gente conversar... o líder de cada região, tá? E eu quero agradecer a presença de vocês... Agora queria dizer o seguinte: que nós temos caboclo bom de serviço lá de Bom Jesus já na “linha de frente”... eu acho que a gente tem que tá disposto a qualquer coisa! Eu até... nossa!... disposto a qualquer coisa! E vamos garantir isso aí pra cada trabalhador, pra cada pessoa que quer levar o progresso pra nossa região! Muito obrigado!

LOCUTOR: Está encerrada a reunião com a fala do candidato a prefeito Mazim Kalil.

Falou também o prefeito de São Félix do Araguaia, Baú, o nosso amigo advogado Ivair, de São Félix do Araguaia e mais alguns que falaram. (Fim do Áudio).

A transcrição da Reunião do dia 20 de junho de 1992 foi feita pela equipe da Antropóloga Iara Ferraz, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e pelo Agrônomo Mariano Mampieri da Campagna Nord/Sud (CNS), cuja fonte da transcrição foi obtido nos arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT e consultados por nós durante os trabalhos de campo na cidade de São Félix do Araguaia em 2015.

ANEXO D – CERTIDÃO VINTENÁRIA

4224

República Federativa do Brasil
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabelionato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Protesto de Títulos
Rua Cel. Antônio Cristino Côrtes, 07 – Fone/Fax (0**85) 401-3456 / 401-4388

Dr. DANILo VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA CORRÊA LACERDA
Título e Sustentação

CERTIDÃO VINTENÁRIA

Certifico e dou fé, que revendo neste cartório os livros de transmissões desta comarca, verifiquei constar a existência de um ato de compra de LIAQUIFARM- AGROPECUÁRIA SUÍA MISUS SA, situado no município de São Félix, no lugar denominado "Pazenda", com a área de 695.843,8351 has., adquiriu de ARIOSTO DA RIVA e outros, conforme escritura pública de compra e venda lavrada nos autos de 27 de outubro de 1962, devidamente matriculado sob o nº 23 fls. 10/55, em data de 27 de outubro de 1971, do livro nº 01 de Registro Torrens, anteriormente transcrita sob o nº 1545 de ordem do livro 3-L, em data de 10 de janeiro de 1963. Que por sua vez ARIOSTO DA RIVA e outros adquiriram da seguinte maneira: 1º) JOSÉ LUIZ MACALHÃES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO título definitivo expedido pelo DTC deste Estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.545 de ordem do livro 3-C em data de 26 de janeiro de 1961. 2º) BENEDITO ABRÃO NASSARDEM adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 24 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.547 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 3º) JOSE NICOLAU DO PRADO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 26 de janeiro de 1961, devidamente transscrito sob o nº 4.548 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 4º) GONÇALO DE ARRUDA BOTELHO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.549 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 5º) LEONARDO CAMPOS VIANA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.550 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 6º) CIRILO ANTONIO RIBEIRO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.551 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 7º) BUNTA DA SILVA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo

COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabellonato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Protocolo de Títulos
Rua Cel. Antônio Cristino Côrtes, 07 – Fone/Fax (065) 401-3456 / 401-4369

VALDON VARJÃO
Órgão Vitalício

Dr. DANILo VARJÃO ALVES
Tabellão Substituto

HELENA COSTA JACARANDÁ
Tabellão Substituto

CERTIDÃO VINTENÁRIA

expedido pelo DTC deste estado em data do 24 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.552 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961.

8º MARIA MARQUES BOTELHO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 24 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.530 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janmim de 1961. 9º EUDITH MARQUES BOTELHO

adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.531 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janmim de 1961. 10º BENEDITO JOSÉ DE FIGUEIREDO adquiriu do ESTADO DE MATO

GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.532 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 11º FRANCISCA NASSARDEM

adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.534 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 12º LOCINDA ALVES MOREIRA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO

conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.554 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 13º PORFIRIO BAETA LOPES adquiriu do

ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de janeiro de 1961, devidamente transscrito sob o nº 4.557 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 14º JOSEFA

LEITE DE CAMPOS adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.558 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 15º ROSA CLOTILDE VALENTE adquiriu do ESTADO

DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.555 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 16º TEREZINHA DA

COSTA BOTELHO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 13 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.556 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 17º LUCIO MARIO VALENTE adquiriu do ESTADO DE

MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.553 de ordem

3

República Federativa do Brasil
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabelionato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Protesto de Títulos
Rua Cel. Antônio Cristino Côrtes, 07 - Fone/Fax (0**65) 401-3458 / 401-4369

VALDON VARJÃO
Oficial Vitalício

Dr. DANILÓ VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA COSTA JACARANDÁ
Tabelião Substituto

CERTIDÃO VINTENÁRIA

do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 18º) SIDALIA MARIA CAMPOS VIANA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.542 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 19º) MARIA OLINDA VALENTE adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.543 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 20º) AUGUSTA COSTA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de janeiro de 1961, devidamente transcrita sob o nº 4.529 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 21º) MAURA BAETA LOPES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado, devidamente transcrita sob o nº 4.536 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 22º) CARLOS FREITAS COSTA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 26 de dezembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.533 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 23º) NILVA DUARTE adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 28 de dezembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.120 da ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 24º) ANACLETA LEITE DA CAMPOS adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 30 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.121 de ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 25º) EVELIO AMARO LUJAN adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 28 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.118 de ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 26º) SORAIDE DUARTE adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 28 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.119 de ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 27º) MARIA MADALENA DA SILVA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 28 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.103 de ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 28º) OVIDIA LEITE DA COSTA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC

4

República Federativa do Brasil
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO
1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabellonato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos, - Protesto de Títulos
Rua Cel. Antônio Cristino Cártes, 07 - Fone/Fax (0***65) 401-3456 / 401-4366

VALDON VARJÃO
Órgão Vitalício

Dr. DANILÓ VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA COSTA JACARANDÁ
Tabelária Substituta

CERTIDÃO VINTENÁRIA

deste estado em data de 28 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.110 de ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 29º) LUIZ MARIA MONTEIRO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 15 de dezembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.314 de ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 30º) ALFREDO DA ROCHA PEREIRA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 26 de dezembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.317 de ordem do livro 3-F, em data de 26 de janeiro de 1961. 31º) HAMILTON PAIVA DINIZ adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 21 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.024 de ordem do livro 3-F, em data de 6 de dezembro de 1960. 32º) OSCAR UGOLINI adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.772 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 33º) JOSÉ ANDRADE CAMARA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.773 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 34º) CLOVIS MÄNFRIDINI adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.774 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 35º) BELMINA FERNANDES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.775 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 36º) LUIZ AUGUSTO LAUDGRAF adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.776 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 37º) LIGIA ARTIAGAS DEIRONÉ adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.777 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 38º) APARECIDA ROSA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.778 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960.

República Federativa do Brasil
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO

5

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabelionato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Proteção de Títulos
Rua Cel. Antônio Cristino Côrtes, 07 - Fone/Fax (065) 401-3456 / 401-4369

VALDON VARJÃO
Órgão Vitalício

Dr. DANILo VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA COSTA JACARANDA
Tabelária Substituta

CERTIDÃO VINTENÁRIA

39º ANTONIO MIGUEL NOVAIS adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.768 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 40º JERONIMO RODRIGUES MOREIRA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.769 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 41º AUTA FERNANDES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.781 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 42º GAD KLOFNER adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.782 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 43º DORILEU BERTOLDO PIRES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.783 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 44º ORVALINA MENDES VIEIRA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.784 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 45º CIRINEU FURTADO NETO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.785 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 46º JOÃO BATISTA BUENO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.786 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 47º PEDRO LEMES GONÇALVES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.789 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 48º RACHEL CONCEIÇÃO TERENCIO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.790 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 49º BENZO KATSURAIAMA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título

6

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO
1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabellonato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Protesto de Títulos
Rua Cel. Antônio Cristino Côrtes, 07 - Fone/Fax: (065) 401-2456 / 401-4369

VALDON VARJÃO
Oficial Vitalício

Dr. DANILÓ VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA COSTA JACARANDÁ
Tabelária Substituta

CERTIDÃO VINTENÁRIA

definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 3.791 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 50º) HUAN ANDRÉS adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 3.792 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 51º) ZULEIKA FONTANA TERENCIO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 3.796 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 52º) DANILÓ FERREIRA PINTO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 26 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.822 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de janeiro de 1961. 53º) FLOREZA GONZAGA RAMIZ adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de janeiro de 1961, devidamente transscrito sob o nº 5.404 de ordem do livro 3-H, em data de 20 de março de 1961. 54º) PLACIDINO RIBEIRO DE MORAES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 20 de janeiro de 1961, devidamente transscrito sob o nº 5.408 de ordem do livro 3-H, em data de 20 de março de 1961. 55º) REINALDO PAETIA LOPES adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de janeiro de 1961, devidamente transscrito sob o nº 5.409 de ordem do livro 3-H, em data de 20 de março de 1961. 56º) RIBAMAR PRADO FONTANA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de janeiro de 1961, devidamente transscrito sob o nº 5.411 de ordem do livro 3-H, em data de 20 de março de 1961. 57º) OSires PRADO FONTANA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 20 de janeiro de 1961, devidamente transscrito sob o nº 5.412 de ordem do livro 3-H, em data de 20 de março de 1961. 58º) JOSÉ BATISTA BUENO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 3.798 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. 59º) ARIOSTO DA RIVA E PEDRO adquiriram de PEDRO INÁCIO AGUILAR e outros conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Josué F. Carinha do Distrito de Lacio,

República Federativa do Brasil
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabelionato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Protesto de Títulos
Rua Cel. Antônio Cristina Côrtes, 07 - Fone/Fax. (065) 401-3456 401-4369

WALDON VARJÃO
Oficial Notário

Dr. DANILLO VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA COSTA LACARANDÁ
Tabelião Substituto

CERTIDAO VINTENÁRIA

comarca de Marília- SP, em 11 de dezembro de 1961, devidamente transcrita sob o nº 6.526 de ordem do Livro 3-I, em 15 de dezembro de 1961. Que por sua vez **PEDRO INACIO AGUIAR e outros** adquiriram da seguinte forma: A) **PEDRO INACIO AGUIAR** adquiriu do **ESTADO DE MATO GROSSO** conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 28 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.122 de ordem do Livro 3-F, em data de 15 de dezembro de 1960; B) **MENEDITA MONTEIRO CHAVES** adquiriu do **ESTADO DE MATO GROSSO** conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 8 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.112 de ordem do Livro 3-F, em data de 15 de dezembro de 1960. C) **ANDRÉ AVELINO DE FIGUEIREDO** adquiriu do **ESTADO DE MATO GROSSO** conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 28 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.105 de ordem do Livro 3-F, em data de 15 de dezembro de 1960. 60º) **LUIZ DELLI ALBERTONI** adquiriu de **MARIA JERONIMA LEITE** conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Josué F. Carinha do Distrito de Lacio, comarca de Marília- SP, em 14 de novembro de 1961, devidamente transcrita sob o nº 6.527 de ordem do Livro 3-I, em 15 de dezembro de 1961. Que por sua vez **MARIA JERONIMA LEITE** adquiriu do **ESTADO DE MATO GROSSO** conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 30 de novembro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 4.111 de ordem do Livro 3-F, em data de 15 de dezembro de 1960. 61º) **CREZIO PEREIRA DE MORAES** adquiriu de **URY ADONONI**, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Josué F. Carinha do Distrito de Lacio, comarca de Marília- SP, em 13 de novembro de 1961, devidamente transcrita sob o nº 6.528 de ordem do Livro 3-I, em 15 de dezembro de 1961. Que por sua vez **URY ADONONI** adquiriu do **ESTADO DE MATO GROSSO** conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.780 de ordem do Livro 3-F, em data de 15 de dezembro de 1960. 61º) **DVID ROSETO** adquiriu de **JÚLIO SIMÕES e outros** conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Josué F. Carinha do Distrito de Lacio, comarca de Marília- SP, em 11 de dezembro de 1961, devidamente transcrita sob o nº 6.529 de ordem do Livro 3-I, em 15 de dezembro de 1961. Que por sua vez **JÚLIO SIMÕES e outros** adquiriram da seguinte forma: a) **JÚLIO SIMÕES** adquiriu do **ESTADO DE MATO GROSSO** conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente

8
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRARIAL

Tabelionato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Protesto de Títulos
Flor. Cel. Antônio Cristino Cânes, 07 - Fone/Fax: (066) 401-3456 / 401-4369

ALFONSO ANDRADE
Órgão Notarial

Dr. DAMILO VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA COSTA JACARANDÁ
Tabelária Substituta

CERTIDÃO VINTENÁRIA

Transcreve-se sob o nº 3.799 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960, B) JOSE CANDIDO DE CASTRO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.786 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. C) ANTONIO CANDIDO DE CASTRO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.787 de ordem do livro 3-F, em data de 3 de novembro de 1960. D) ADELARDO CARNEIRO VILELA adquiriu de JOAQUIM ANTUNES DE OLIVEIRA e outros conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Josué F. Carinha do Distrito de Lació, comarca de Marília- SP, em 13 de dezembro de 1961, devidamente transcrita sob o nº 6.430 de ordem do livro 94, em 15 de dezembro de 1961. Que por sua vez JOAQUIM ANTUNES DE OLIVEIRA e outros adquiriram da seguinte forma: A) JOAQUIM ANTUNES DE OLIVEIRA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.771 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. B) JOSE ANTUNES DE OLIVEIRA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.770 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. C) JOSE ANDRADE CAMARA adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.773 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 64º) LAURO APARECIDO GERVASIO adquiriu de LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS e outros conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Josué F. Carinha do Distrito de Lació, comarca de Marília- SP, em 13 de dezembro de 1961, devidamente transcrita sob o nº 6.531 de ordem do livro 3-I, em 15 de dezembro de 1961. Que por sua vez LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS e outros adquiriram da seguinte forma: a) LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 12 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº 3.779 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. b) PRIMO MAZOTO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 11 de outubro de 1960, devidamente transcrita sob o nº



9

República Federativa do Brasil
COMARCA DE BARRA DO GARÇAS - ESTADO DE MATO GROSSO
1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Tabelionato, Registro Imobiliário, Registro de Títulos e Documentos - Protocolo de Títulos
C. Rua Cel. Antônio Cristino Côrtes, 07 - Fone/Fax: (065) 401-3456 / 401-4565

WILTON VARJÃO
Delegado Notarial

Dr. DANILÓ VARJÃO ALVES
Tabelião Substituto

HELENA COSTA LACARANDA
Tabelária Substituta

CERTIDÃO VINTENÁRIA

3.767 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 55) JOÃO JORGE JACOB adquiriu de ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 10 de outubro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 3.794 de ordem do livro 3-F, em data de 31 de outubro de 1960. 65) TATSUO OKAMURA adquiriu de BENEDITO JOSÉ FIGUEIREDO conforme escritura pública de compra e venda lavada nas notas do 24º Tabelião da comarca de São Paulo, em 20 de junho de 1962, devidamente transscrito sob o nº 7.152 de ordem do livro 3-J, em 7 de julho de 1962. Que por sua vez BENEDITO JOSÉ FIGUEIREDO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.532 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961. 66) VICENTE DA SILVA PRADO adquiriu do ESTADO DE MATO GROSSO conforme título definitivo expedido pelo DTC deste estado em data de 23 de dezembro de 1960, devidamente transscrito sob o nº 4.544 de ordem do livro 3-G, em data de 26 de janeiro de 1961.

CERTIFICO AINDA, que foi vendido ao Sr. Ariosto da Riva a área de 8.915,28 has, vide registro 14.787 livro 3- AC. Vendido a Sílvia Maria B de M J e Oliveira, 120.977 has. 4.999,10m², vide registro 14.788. Vendido a área de 312.439 has. à Liquifarm do Brasil S/A Agropecuária, vice matrícula 40 livro 02- Torrens

O referido é verdade e dou fé.
Barra do Garças, 10 de maio de 2001.

Helena Costa Lacaranda
Helena Costa Lacaranda
Oficial e Tabelião Substituto
Cartório de 1º Ofício
Barra do Garças - MT

